# SEARA NOVA

## Razão | Democracia | Europa

**SEARA NOVA** Razão | Democracia | Europa

CAMPO DAS LETRAS

CAMPO DAS LETRAS

SIhi

## *TALÃO DE REPOSIÇÃO*

*Título:* SEARA NOVA
*Autor:* Vários
*Colecção:* Fora de Colecção/78
*Código:* 1.90.078
*ISBN:* 972-610-406-8
*Código de Barras:* 9789726104063

**Preço de capa c/ IVA** _____

**Factura N.º** _____ **Data** _____

**Distribuição: ECL—Empresa de Comércio Livreiro, SA**
**R. D. Manuel II, 33 - 5.º - 4050-345 PORTO**
**Estrada da Beira, 288 - 3030-173 COIMBRA**
**Rua Sarmento de Beires, lote 46 R/C - 1900-411 LISBOA**

Slhi

FICHA DE REPOSIÇÃO

Título: SEARA NOVA
Autor: Vários
Colecção: Foro de Colecção/78
Código: 1.90.078
ISBN: 972-6109-406-8
Código de Barras: 9789726104069

Preço de capa c/ IVA _____

Factura N.º _____ Data _____

Distribuição: ECL—Empresa de Comércio Livreiro, SA
R. D. Manuel II, 33 - 5.º - 4050-345 PORTO
Estrada da Beira, 283 - 3030-173 COIMBRA
Rua Serrano de Beiras, lote 46 RC - 1500-411 LISBOA

Slhi

# Seara Nova

SIhi

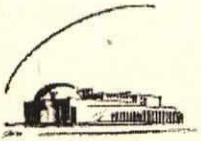
SEARA NOVA
DEMOCRACIA/RAZÃO/EUROPA
TEXTOS E CONTEXTOS

Autor: Vários
Organização: Casa-Museu Abel Salazar
e Câmara Municipal de Matosinhos
Coordenação: Maria Luísa Garcia Fernandes
Direcção gráfica: Loja das Ideias
Ilustração da capa: Design – Plenimagem
– Imagem, Comunicação e Marketing, Lda.

© CAMPO DAS LETRAS - Editores, S.A., 2001
Rua D. Manuel II, 33 - 5.º 4050-345 Porto
Telef.: 226080870 Fax: 226080880
E-mail: campo.letras@mail.telepac.pt
Site: www.campo-letras.pt

Impressão: Humbertipo – Artes Gráficas (Porto)
1.ª edição: Outubro de 2001
Depósito legal n.º 172026/01
ISBN: 972-610-406-8
Código de barras: 9789726104063

A edição deste livro da Campo das Letras
foi patrocinada pela



Câmara Municipal de Matosinhos

# Seara Nova

## Democracia/Razão/Europa

### Textos e contextos

Diogo Alcoforado
António Rafael Amaro
João Caraça
Fernando Catroga
Eduardo Prado Coelho
Norberto Cunha
Augusto Costa Dias
Blasco Hugo Fernandes
José Garibaldi
Fernando Guimarães
João Manuel Neto Jacob
José Manuel Mendes
Ulpiano Nascimento
João Arsénio Nunes
Daniel Pires
António Reis
Fernando Rosas
Alfredo Ribeiro dos Santos
António Ventura

CAMPO DAS LETRAS

SIhi

# Introdução

*António Pedro Pita*

## Textos e Contextos da *Seara Nova*

*Seara Nova* desenvolveu, desde a sua fundação em 1921 até ao final da década de setenta, um excepcional trabalho cívico, cultural e pedagógico centrado na necessidade de (re)descoberta do elemento social da democracia, na definição da verdadeira identidade das elites intelectuais, na actualização de soluções para os problemas estruturais da sociedade portuguesa, cujo diagnóstico sistemático não foi das suas menores preocupações.

Foi um lugar de síntese de diferentes preocupações e foi-o, pode dizer-se, desde o início, como poderemos concluir do notável grupo que lhe dá origem e que uma célebre fotografia imortalizou: do activo militante republicano Jaime Cortesão, futuro grande historiador com participação determinante no esgotado movimento da Renascença Portuguesa e da revista *A Águia*, ao politicamente discreto, mas presente, Raul Brandão, à escuta das grandes vozes de mistérios e fantasmas; do romancista Aquilino Ribeiro, revolucionário de armas na mão cujo exílio parisiense integrara em correntes avançadas da literatura, das artes e do pensamento, ao filósofo Raul Proença, sem esquecer Teixeira de Vasconcelos e Câmara Reis, – detecta-se na fundação de *Seara Nova* uma conjugação de preocupações cuja síntese – ou, para sermos mais precisos, cuja harmoniosa conjugação de diferenças – haverá de constituir a própria identidade da revista.

Porém, não é simplesmente de uma revista que se trata. Uma publicação chamada *Seara Nova* pretendeu ser, desde 15 de Outubro de 1921, quando apareceu, o elemento visível de um profundo movimento de revitalizações, em que a elite política e a elite intelectual se encontravam e em ambas, mas afinal uma só, pretendiam alimentar-se da seiva popular tanto quanto dar uma direcção consciente à espontaneidade de vontades por vezes contraditórias.

Não admira, por isso, que *Seara Nova* se desdobrasse, para ser ela própria, em movimento político autónomo embora não partido, em chancela editorial com um catálogo diversificado (poesia, ficção, história, política, divulgação), em opinião esclarecida livremente assumida pelos seus membros. Não admira, em suma, que tudo isto pudesse resumir-se na ideia de um espírito seareiro, ao qual se sentirão igualmente vinculados um modo peculiar de fazer jornalismo, um estilo de ilustração e de caricatura ou um exercício permanente de ensaio e de crítica.

Os quase sessenta anos de fidelidade a este espírito atravessaram uma época crucial da história mundial e da história portuguesa. O Colóquio organizado pela Casa-Museu Abel Salazar, de que se publicam agora as comunicações, não pretendeu colocar-se numa via historiográfica. O objectivo, a um tempo, mais modesto e mais ambicioso foi o de analisar as relações do espírito e da letra da *Seara Nova* com os vários contextos que foram os seus. Tratando-se de um movimento tendencialmente sistemático com articulações de grau diverso com uma ambição de síntese, o estudo dessas relações equivale ao estudo de alguns problemas-chave da cultura do século XX: a relação entre os intelectuais e a política, a homo ou a heterogeneidade das vanguardas artísticas e políticas, a importância do pensamento científico num programa democratizante. Ao mesmo tempo, é um capítulo da história das ideias portuguesas contemporâneas que sai enriquecido.



Slhi

À maneira de um *puzzle* que se vai contrapondo e ganhando progressiva legibilidade, o propósito do Colóquio recebe maior nitidez de cada novo contributo, o que constitui mérito exclusivo do empenho que os conferencistas puseram na sua participação.

A última peça do *puzzle* está perdida, não existe ou existe apenas no desejo de totalizações. Não foi dele que nasceu este itinerário.

## Vereador Fernando Rocha

Bem-vindos à Câmara de Matosinhos para mais uma jornada de reflexão sobre um tema que certamente será aliciante para todos, a *Seara Nova*.

Como sabem, a Câmara de Matosinhos tem estado permanentemente aberta a este tipo de iniciativas e tem contado com uma particular colaboração da Associação Divulgadora da Casa-Museu Abel Salazar que, obviamente, tem uma importância significativa na vida cultural do concelho de Matosinhos e que queremos seja cada vez mais significativa. Estes encontros sobre a *Seara Nova* são um pouco a continuação, a consequência, se quiserem, de outras jornadas, também sob a égide da Casa-Museu Abel Salazar, sobre o Neo-Realismo que se realizaram há dois anos.

Desejo-vos uma boa estada e espero colham os melhores frutos.

Vamos – esta é a nossa promessa – acolher este tipo de iniciativas porque achamos ser cada vez mais importante investir na cultura. Muito obrigado!

## Nuno Grande

Em nome da Direcção da Casa-Museu Abel Salazar e da Reitoria da Universidade do Porto, quero agradecer a todas as pessoas que ajudaram a levar por diante esta ideia e a organizar este conjunto de colóquios, que vamos desencadear durante três dias. De facto, a actual direcção da Casa-Museu tem como seu objectivo número um integrar aquilo que foi a importância da Cultura Portuguesa – cultura no

sentido lato: da cultura cívica à cultura estética – no pensamento cultural do século XX português. Com ela se relacionou essa espantosa personalidade que nos é dado divulgar e cuja obra nos é dado divulgar, o Professor Abel Salazar.

Esta iniciativa teve o apoio da Prof. Isabel Pires de Lima e do Prof. António Pedro Pita. Sem eles provavelmente não teríamos conseguido estruturar a série de conferências a que vamos assistir. É meu dever agradecer esta colaboração dada à Casa-Museu.

Numa fase de transição da identidade portuguesa em face dos grandes confrontos com que ela se debate no processo de integração sociopolítica que vivemos neste momento, penso que reflectir sobre o que foi o movimento seareiro e qual foi a importância do esforço intelectual e cívico deste punhado de homens, que levou por diante até aos nossos dias esta presença na Cultura Portuguesa, é um acto salutar, um acto que nos vai permitir com certeza manter um conjunto de referências que nos identifique.

Por isso, em nome da Direcção da Associação Divulgadora da Casa-Museu Abel Salazar, muito obrigado. Muito obrigado também pela vossa presença.

## Jorge Ginja

Sou o representante do Ministério da Cultura, Delegado no Norte do Ministério da Cultura, e quero agradecer ao Prof. Nuno Grande o convite e a honra que nos deu de presidir a esta sessão. Não poderíamos deixar de estar aqui. A *Seara Nova* representou para a minha geração um dos focos de resistência intelectual ao fascismo. Não podemos esquecer isso. Eu tinha de estar aqui. Pena é que as gerações

mais novas não participem com uma força maior nesta memória que julgo ser cada vez mais importante reter. Não podemos deixar esquecer e aqui referir que ontem, no Chile, houve mais um foco de resistência contra o general Pinochet. Na Indonésia, quando Suharto tomou conta do poder, houve quinhentos mil mortos. Basta lembrar o que se passou no Chile com Salvador Allende...

Esta memória não pode deixar de ser transmitida.

Para a minha geração, a *Seara Nova* representou – ainda que eu seja da geração mais nova da resistência – essa grande voz da Liberdade. Sinto-me profundamente honrado de estar nesta sessão. Obrigado.

## Isabel Pires de Lima

A primeira sessão de trabalho que nos reúne aqui hoje procurou – e isso foi propositadamente concebido pelo Prof. António Pedro Pita e por mim própria – contextualizar a *Seara Nova*. Isto é, ao longo destes dias, para além de tentarmos vislumbrar uma interpretação global para o pensamento seareiro, tivemos a preocupação de nesta primeira sessão definir o contexto cultural no qual surge a *Seara Nova*. Daí que a primeira intervenção tenha cabido ao Prof. Fernando Rosas, que, como sabem, é um especialista em História Contemporânea, particularmente a História do Estado Novo. Fernando Rosas é professor na Universidade Nova de Lisboa, Presidente do Instituto de História Contemporânea e Director da revista *História*. É nessa qualidade que ele nos vai falar sobre os "Contextos históricos da *Seara Nova*".

# Fernando Rosas

## Contextos históricos da *Seara Nova*

Em primeiro lugar, queria cumprimentar o senhor vereador do Pelouro da Cultura da Câmara de Matosinhos e muito em especial felicitar a Associação Divulgadora da Casa-Museu Abel Salazar por esta iniciativa e por este debate. Agradeço-lhe o honroso convite para estar aqui, que me instituiu no dever de vos falar um pouco sobre o enquadramento histórico da *Seara Nova*. Vou fazê-lo respeitante ao período final da I República e às origens, sobretudo nesse contexto, do fenómeno seareiro e das posições da *Seara Nova*.

Quando, em Outubro de 1921, a *Seara Nova* surge, pode dizer-se que se tinham desvanecido por completo as esperanças que de alguma maneira se haviam depositado na nova República pós-sidonista. Para alguns autores, o ano de 1921 constituiu mesmo a viragem definitiva para aquilo que vai ser a agonia final da I República e, com ela, a agonia final desse primeiro longo ciclo do liberalismo político em que, nas suas expressões monárquica e republicana, tinha vivido o país durante quase um século – entre 1820/22 e 1926, ou mesmo entre 1834 e 1926.

A nova República com que alguns tinham sonhado na agonia do sidonismo tinha-se transformado na nova República velha e o republicanismo vivia uma crise profunda que viria a mostrar-se afinal como a própria crise terminal do sistema liberal em Portugal ou, se quiserem, a primeira grande crise do primeiro sistema liberal português.

Desde logo, em 1921, era uma crise de modelo económico, uma crise de economia. A nova República, renascida em 1919, herdara uma dívida externa de 22 milhões de libras decorrentes da participação de Portugal na guerra; herdara



Slhi

um dívida interna brutal de 300 mil contos; herdara um défice orçamental recorde de 13.8 milhões de libras; o custo de vida, entre 1914 e 1919, tinha praticamente mais do que triplicado.

A esta herança de pesada crise económica, a República do pós-guerra vai começar por tentar dar uma resposta a que alguns autores chamam *adopção de um modelo de desenvolvimento inflacionista*. Quer dizer, entre 1919 e 1921, a economia portuguesa vive um período de relativa euforia económica, aquilo que para alguns autores é até um pequeno surto industrial e de prosperidade económica com o surgimento de novas empresas, a multiplicação de estabelecimentos bancários, um dinamismo real da economia. Hoje podemos ver que, do ponto de vista económico, é um modelo quase à beira do abismo, que assentava na inflação, ou seja, na liberdade dos preços, na desvalorização intencional da moeda, no endividamento externo a curto prazo, numa baixa tributação, na liberdade de preços e de comércio e numa assumida abstenção do Estado de, no essencial, intervir nos mecanismos da economia.

Com a desvalorização da moeda em relação ao padrão da libra, entendia-se que as exportações tenderiam a aumentar, que a desvalorização da moeda protegia natural e artificialmente o mercado interno, fazia baixar os juros da dívida pública, e que a larga disponibilidade de capital acumulado na guerra, os lucros de guerra, com a prosperidade dos negócios, tenderia a investir-se e, portanto, a multiplicar-se, que a ampla oferta de força de trabalho originava salários baixos. Era a política do bom e barato, a política do bom político, adoptada pelos governos do pós-guerra, a partir de 1919.

Era o modelo económico que apontava assumidamente para a constituição de uma próspera classe média urbana de industriais e de comerciantes, uma prosperidade obtida através de estes mecanismos de inflação desenvolvimentista;

Começava pela reflexão que o nosso amigo Fernandes fez.

As condições estão envenenadas como já disse, mas o problema de conceitos e de valores respeitáveis que a *Seara Nova* sempre defendeu, como a liberdade, como o conceito de democracia, como o conceito e a função de economia de mercado, tudo isso hoje está adulterado e tudo isso deve ser reposto nos seus devidos termos. A liberdade que é uma coisa que é especulada ultimamente em termos exponenciais é um escândalo, porque a liberdade que se fala é a liberdade que está a ofender a liberdade do próximo. Esta situação neoliberal ou ultraliberalista que estamos a viver merece reparos e com certeza é incómoda para vários sectores da sociedade – cito um apenas, os empregados, aqueles que não têm dinheiro para ir ao mercado, porque o mercado discrimina.

Estou a lembrar-me de uma situação histórica análoga, o período dos anos 20/30, que é mais ou menos, em termos de formação, de feição e de estrutura políticas, a mesma, isto é, liberal.

Por que não manter *Seara Nova* agora se há razões tão válidas e tão fortes que exigem a sua presença, a sua função, a sua actividade cívica?

Queria voltar a um assunto que é nuclear para mim.

A *Seara Nova* é um produto da sociedade, um produto dinâmico da sociedade. Já verificámos que a *Seara Nova* tem tido e tem ultrapassado, com as variadíssimas formas e variações, várias fases neste centenário, sendo que a *Seara Nova* é quase centenária. No período da ditadura, quando surge exactamente a ideia socialista e o marxismo, o comunismo é uma condição muito particular da vivência da

*Seara Nova*. O Partido Comunista vive na ilegalidade e, para o sistema então vigente, a ditadura, o Partido Comunista é classificado como o principal inimigo. Eu, por exemplo, fui preso como comunista, e não era, e os meus colegas da redacção da *Revista de Economia* foram presos e também não eram. Eram simpatizantes, e eram simpatizantes porque nessa altura o Partido Comunista – há que reconhecer – era um foco, um elemento e uma referência fundamental de ética, de política, de sociedade correcta e justa, sem dúvida nenhuma. De maneira que teve os seus mártires, as suas vítimas, os seus prisioneiros. Com as injustiças da ditadura e com a situação económica de miséria, de emigração, etc., etc., criar e envolver o Partido Comunista, como um centro dinamizador anti-situacionista, era essencial. O Partido Comunista, que era ilegal por força da PIDE e de toda a organização repressiva da situação, evidentemente trabalhava por baixo da mesa, dentro da *Seara Nova*.

A *Seara Nova* adoptou exactamente as ideias e as forças que interessavam nesse momento, de acordo com o conjunto da redacção colegial em que participavam vários elementos, mas que não estava de maneira nenhuma interessadas em saber se um era comunista, se outro estava já a fazer a corrente socialista, se era católico progressista, se era independente.

Era uma redacção colegial, é-o ainda no estatuto actual e que vem de 1921 – é o elo de ligação que marca a actividade da *Seara Nova*. Quando estamos aqui a falar da *Seara Nova* não estamos a falar do Partido Comunista, mas não deixamos de reconhecer o mérito e a função do Partido Comunista nesse período, que foi evidentemente importantíssimo. A *Seara Nova* não foi comunista, mas tinha a colaboração dos comunistas e adoptou sem grandes problemas essa colaboração, invisível mas efectiva, da parte do Partido Comunista. Havia muitos elementos que nós não sabíamos se eram ou não comunistas,

uma classe média de burgueses industriais e comerciantes que, por virtude da sua própria prosperidade e pela própria prosperidade daí decorrente, facilmente integrariam a contestação operária – aliás, controlada através do bom político e de outras medidas que os governos de 1919 vão tomar no sentido de enquadrar, de alguma maneira, o movimento operário sindical organizado no pós-guerra. Esta prosperidade industrial e comercial a prazo absorveria a inflação e a dívida. Simultaneamente, este modelo permitiria prosperidade, paz social e a constituição, como grupo natural de apoio à República, de uma próspera classe média urbana que acabaria por ser o seu esteio principal – ainda que com relativo desfavor dos meios da agricultura tradicional que assumidamente se secundarizavam neste modelo económico de desenvolvimento inflacionista de 1919/1921.

Naturalmente, este projecto de economia continha riscos evidentes (por isso, disse eu ser *um pouco à beira do abismo*). Após um *boom*, de 1919/21 (alguns autores chamam-lhe um curto *boom*, um surto curto mas intenso de alguma prosperidade industrial, comercial e bancária), a crise internacional de 1921 (o primeiro ciclo depressivo do pós-guerra) vai significar uma interrupção brutal, com consequências desastrosas na economia e nas finanças do país. O arranque económico relativo que se esboçava em 1919/1921 é brutalmente (o termo não é excessivo) interrompido pela situação que vai ser criada: a conjugação deste modelo com o ciclo depressivo, com efeitos absolutamente desastrosos na economia portuguesa.

Com a crise internacional – uma crise típica de sobreprodução e de sobreinstalação de uma economia de guerra –, vai assistir-se à queda muito rápida das exportações, a uma queda dos preços e portanto da produção agrícola; com a queda dos preços internacionais e nacionais da agricultura, a própria produção retrai-se e surgem as falências em cadeia

de bancos, de empresas da indústria e do comércio e o desemprego. Do ponto de vista financeiro, a situação é quase pior. A inflação dispara incontroladamente a partir de 1919 – se quiserem, com um índice 100 em 1914, dez anos depois, em 1924, esse índice de 100 tinha passado para um índice de 2.241, o que dá ideia de uma inflação completamente descontrolada; uma brutal desvalorização do escudo relativamente à libra – em 1921 e relativamente ao pós guerra o escudo tinha-se desvalorizado 400% em relação à libra; um défice orçamental, já muito grande, parece ter perdido o controlo no seu crescimento; a dívida pública triplica no pós-guerra; pensa-se que a fuga de capitais iniciada antes da guerra e até à Segunda Guerra Mundial tenha representado 50 a 80 milhões de libras do país, o que é de facto uma percentagem absolutamente impressionante do produto interno bruto; há ainda a especulação com divisas.

No início dos anos vinte, tudo isto vai originar uma situação de ruptura cambial e o país deixa de ter divisas para satisfazer aos seus compromissos internacionais. Com a crise das exportações, o défice comercial agravou-se fundamentalmente: queda de preços de produtos agrícolas, encarecimento das importações, desemprego. Ou seja, à crise económica e financeira, junta-se uma gravíssima crise social marcada por três características que vão atravessar todos os anos vinte: desvalorização em flecha dos salários reais, gravíssima crise das subsistências – não há comida sobretudo para os grupos sociais de menores rendimentos porque as importações tornaram-se mais caras, a produção agrícola caiu ou é desviada para os mercados paralelos e o desemprego está em crescente devido às falências e interrupção da actividade económica, que se verifica por virtude da crise.

A crise social, entre 1919/1922, é marcada por greves duríssimas, célebres e prolongadas, marcadas por choques

de grande intensidade civil e até por recurso ao terrorismo operário – a greve da CUF ou a célebre greve dos ferroviários que termina, como sabem, com os célebres vagões-fantasmas de Raul Esteves para sustar ao movimento grevista.

Em resumo, chegámos a 1921/1922 numa situação de gravíssima ruptura financeira, numa situação de impasse económico e numa situação de crise social. No entanto, a crise não é só económica e para muitos historiadores, apesar da gravidade do sector económico, é uma crise sobretudo política e institucional. É uma crise de legitimidade do próprio regime. É certo que a República nova ou a nova República velha do pós-guerra tinha tentado aprender alguma coisa com os erros da primeira fase da República e tinha tentado adoptar alguns remédios que assegurassem, senão a sua estabilidade, a sua continuidade, se quiserem, a sua sobrevivência.

Tinha-se passado a admitir constitucionalmente a possibilidade de o Presidente da República dissolver as câmaras. Como sabem, na primeira fase da República houve uma situação de impasse institucional muito grave: quem dominasse as eleições dominava as câmaras e quem dominasse as câmaras nunca mais de lá saía, porque elas eram indissolúveis. Portanto, tinha-se reforçado o poder arbitral do Presidente da República, facultando, na reforma constitucional do pós-guerra, a possibilidade de ele dissolver as câmaras e, assim, de interromper maiorias.

Tinha-se claramente ensaiado uma política de reconciliação com a Igreja e, apesar de todo o contencioso com a Igreja decorrente de a aplicação da Lei de Separação e de a Igreja não haver sido reparada naquilo que eram as suas queixas, o que é facto é que a questão religiosa, enquanto questão política, é suspensa. A questão religiosa deixa de ser uma questão política grave, os choques com a Igreja Católica são

suspensos e, ainda que não resolvida a questão por um acordo com a Igreja, são interrompidas as hostilidades na segunda fase da República.

Tinha-se tentado alguma política de conciliação com a direita anti-republicana e, apesar de os saneamentos maciços do pós-guerra, do pós-sidonismo, o que é facto é que os julgamentos e as penas aplicadas aos responsáveis pela subversão anti-republicana tinham sido razoavelmente leves, permitindo, de alguma maneira, o regresso geral dos líderes da direita anti-republicana a Portugal e à vida política portuguesa. Tinha-se até tentado alguma conciliação com o movimento sindical organizado.

O projecto pós-guerra da República era sobretudo de tentar algum enquadramento de integração com o movimento operário, através do Partido Socialista. Em 1919, Augusto da Silva, do Partido Socialista – o camarada Augusto –, tinha sido chamado ao governo da República; tinha-se feito aprovar (é certo que absolutamente no papel e sem aplicação prática) a primeira lei das 8 horas de trabalho em Portugal; tinha-se instituído o instituto de seguros obrigatórios. Tinha-se iniciado uma política de casas sociais, através do Ministério do Trabalho, entregue ao Partido Socialista.

É uma coisa que dura pouco: o Partido Socialista deixa de integrar os governos logo em 1919. Mas há um ensaio de tentar enquadrar o descontentamento operário e sindical impondo o Partido Socialista como partido de diálogo com a República, de forma a neutralizar um pouco a influência maioritária do anarco-sindicalismo.

Finalmente e como medida de precaução, a República tinha de alguma forma substituído o Exército pela Guarda Republicana, como grande força de segurança do regime. Era um Exército que não merecia confiança da República, um Exército que tinha produzido o sidonismo. A Guarda

Republicana é constituída quase como num segundo exército paralelo, instalada sobretudo nos grandes centros urbanos e sobretudo em Lisboa, dotada de meios militares, de artilharia, artilharia pesada. Uma Guarda Republicana, estrategicamente cercando e defendendo Lisboa, tinha-se constituído como a instituição básica e de suporte de segurança da República.

Mas o que é certo também é que não se alterara o essencial, ou seja, a monopolização, sem alternativa, da vida política pelo Partido Republicano Português. Aliás, o regresso a essa situação tinha sido visível no último governo José Relvas, de 1919, e todos nós conhecemos essas Memórias de Relvas, que são um documento político interessantíssimo. O aparelho do Partido Republicano – um partido com enraizamento, com tradição, com estruturas, com o seu aparelho – lidera claramente o processo pós-sidonista de recomposição da República e lidera-o designadamente no que toca a esse saneamento maciço da administração que se verifica em 1919. Os cálculos de hoje permitem falar de um saneamento de 20% a 30% da função pública. Ou seja, 15 a 20 mil novas nomeações no ano de 1919 e 500 oficiais depurados no Exército. Ou seja, o Partido Republicano retoma rapidamente a sua função de partido hegemónico do sistema, retoma o controlo do aparelho de Estado, o controlo institucional sem mexer nas leis eleitorais, claramente restritivas, que existiam e sem, naturalmente, largar mão da máquina de fazer eleições que o Partido Republicano tinha construído na primeira fase da República. Ou seja, o Partido Republicano é legitimado no exercício do poder por uma situação política e institucional que nos permite falar em eleições não concorrenciais, num sistema eleitoral extremamente restritivo quanto à sua base de legitimação. A eleições de 1921 e relativamente à população masculina com mais de 21 anos, que era quem votava,

permitem-nos encontrar como pessoas com direito a voto 24% (menos de ¼ dos homens maiores de 21 anos); pessoas efectivamente recenseadas 19% dos homens com mais de 21 anos; pessoas efectivamente votantes 12 % dos homens com mais de 21 anos. Ou seja, se considerarmos que destes 12% dos votos ainda se dividiam, a legitimidade real perante o país, perante a sociedade real (o Presidente da República tinha uma estreita base democrática e eleitoral) não era significativa e o Partido Republicano não representava efectivamente o país, apesar de ter monopolizado sem alternativa o poder. O Partido Republicano começa a perder o pé, até no contexto da crise, naquilo que eram as suas bases tradicionais de apoio: os grandes centros urbanos.

Portanto, a crise da primeira fase da República repetia-se agora, alargada e mais agudizadamente, na segunda fase da República. O sistema apodrecia rapidamente num meio de grande impopularidade das instituições básicas da República – é preciso ver o que a imprensa da altura dizia sobre os políticos, o parlamento, o governo. O político era quase sinónimo de corrupção, de bandalheira, de desleixo, de oportunismo, de ligação com os negócios. As instituições basilares da República conhecem um enorme desprestígio e, tal como na primeira fase da República, a crise de legitimidade essencial do sistema instala uma instabilidade política permanente.

Quais são as principais características deste período, até 1926?

Em primeiro lugar, a transformação no pós-guerra do velho partido democrático no Partido Republicano Português com o abandono dos seus líderes históricos. Afonso Costa refugia-se no seu exílio de Paris junto da Sociedade das Nações, Brito Camacho vai para Alto Comissário de Moçambique, António José de Almeida refugia-se numa Presidência com muito poucos poderes no sistema constitucional de 1911,

como se sabe. Os grandes vultos da primeira fase, de alguma maneira, não subsistem politicamente ao choque e à crise da primeira fase da República, do sidonismo, e o Partido Republicano, entregue de uma forma geral a homens medíocres e de fraca estatura, transforma-se numa espécie de partido centrista – o partido dos bonzos, como lhe chamavam. Estavam interessados sobretudo numa governação *à vista* que permitisse a sobrevivência do Partido Republicano Português como partido hegemónico de sistema, interessados em captar as forças vivas, em conter os radicais, em disciplinar, em favor dessa respeitabilidade e do favor das forças vivas, e conter o movimento operário organizado e as tentativas radicais da esquerda republicana de impor uma alternativa própria.

Devo dizer que esta fase da República é a fase da mais dura repressão contra o movimento operário. Nessa matéria, devemos lamentar o facto de que não foi o Estado Novo que, em muitos aspectos, iniciou algumas das práticas mais repressivas contra o movimento operário que se inauguram nesta altura, exactamente nesta fase da República. Estou a falar de deportações sem julgamento, estou a falar de assassinatos sumários contra activistas sindicais, estou a falar de tribunais especiais – o Tribunal de Defesa Social – para perseguir os sindicalistas, estou a falar dos célebres vagões-fantasmas para acabar com as greves dos ferroviários – para responder ao terrorismo de pôr bombas nas linhas férreas, o Raul Esteves fazia os grevistas subir para um vagão, que indo à frente das composições faria explodir primeiro as bombas, se fosse caso disso.

Este Partido Republicano transforma-se tipicamente num partido centrista, sobretudo num partido da situação, num partido dos bonzos instalados no poder, no partido de sobrevivência a qualquer preço. Um partido que, dominando inteiramente o parlamento e a máquina eleitoral, é o

supremo árbitro da vida política e tem tal consciência da sua impopularidade que frequentemente se retira da governação – apesar de ter uma maioria formal no parlamento – para permitir que outros governem, dando um simulacro de pluralismo que na realidade era mais formal do que real. Mas constituindo-se os bonzos – por isso são bonzos, por isso se chamam bonzos – como árbitros indiscutíveis da vida política, põem governos, tiram governos, interrompem os governos que não são do seu agrado, e, obviamente, ganham todas as eleições que organizem e procuram organizar todas as eleições. A única eleição que não organizaram, exactamente em 1921, perderam-na a favor do célebre governo do António Granjo, que termina na tristemente célebre noite sangrenta de 19 de Outubro de 1921.

A partir de 1921, este partido dos bonzos, que está completamente isolado na vida política portuguesa, apesar de paradoxalmente dominar a máquina do Estado, comete o descoco total – próprio aliás de um homem tão medíocre como o António Maria da Silva, o novo bonzo-chefe do Partido Republicano – ao desarmar a Guarda Republicana. Quer dizer, como a Guarda Republicana se tinha transformado num instrumento dos radicais ele desarma-a e, se quiserem, esse gesto de 1922 é o gesto que militarmente prepara a livre intervenção do Exército na vida política.

Uma segunda característica e esta importante – e peço a vossa atenção para ela, porque normalmente não é muito focada – é que há uma transformação importante na República: do jacobinismo radical afonsista, surge uma verdadeira esquerda republicana, no sentido de uma esquerda programática. A esquerda republicana sai do Partido Republicano e explodem vários pequenos grupos desorganizados e, assim, pulveriza-se. Mas, no seu conjunto, o jacobinismo radical afonsista, que dificilmente se pode considerar como uma

política de esquerda, dá lugar assumidamente a um projecto programático do ponto de vista económico e político de uma esquerda republicana, ainda que pulverizada em miríades de grupos políticos que cindem do Partido Republicano.

À esquerda do velho Partido Republicano, constitui-se uma polifacetada esquerda republicana, apesar de tudo com um programa. São os alvaristas, os homens de Álvaro de Castro que vêm do partido reconstituinte, que aliás tem um percurso sinuoso, mas que em meados dos anos vinte, nas vésperas da queda da República, constituiu uma formação política de esquerda republicana – o Partido Radical, formado em 1923 a partir do grupo popular de 1919 e dos outubristas, os homens ligados à Guarda Republicana, os esquerdistas do Partido da Esquerda Democrática de José Domingos dos Santos que cindem do PRP em 1925, os seareiros – enfim, não sei se podemos considerar os seareiros na esquerda, mas disso falarei mais adiante.

Esta esquerda republicana está portanto pulverizada em vários pequenos grupos. Tem duas fases claramente, neste período.

Uma fase bastante atrabiliária, bastante anárquica, a fase 1919/21, que alguns autores chamam a fase da Guarda Republicana. Aproveitando a influência radical na Guarda Republicana e o seu poder em Lisboa, põem e dispõem do poder político na capital através de sucessivas insubordinações da Guarda Republicana – uma delas, diga-se de passagem, degenera na noite sangrenta de 1921. E acerca dela subsistem as mais variadas interrogações, que, a meu ver, nunca serão respondidas.

A noite sangrenta de 19 de Outubro de 1921 é um golpe militar do radicalismo republicano assente na Guarda Republicana e na Marinha. A esquerda republicana tem o apoio da linha do Tejo, dos quartéis de marinheiros, do arsenal do

quartel da Marinha dos marinheiros do Alfeite e tem o apoio da Guarda Nacional Republicana

A segunda fase, muito mais importante e em larga medida por estudar na nossa historiografia e que mereceria um estudo atento, é aquilo a que eu poderei chamar o biénio radical de 1923/1925, formado pelos governos de Álvaro de Castro, Rodrigues Gaspar e José Domingos dos Santos, em que se ensaia em Portugal um esboço de política de esquerda, política radical republicana. Esta esquerda republicana é naturalmente fortemente crítica da direita conservadora e tem uma aliança irregular e instável com as organizações operárias. Até 1926, tem um projecto de índole frentista, ainda que instável, contra o perigo do fascismo, contra o perigo da direita antiliberal – são as célebres jornadas de Fevereiro de 1924 e de Fevereiro de 1925 em defesa dos governos de esquerda republicana. Sendo fortemente crítica da direita antiliberal, da direita subversiva da República, ela é crescentemente crítica dos bonzos e da governação de António Maria da Silva e do Partido Republicano Português. Tão fortemente crítica que vai ela própria deixar-se seduzir pela retórica do movimento militar salvador e regenerador da República.

A terceira característica importante deste período é um fortíssimo movimento operário que recorre frequentemente a formas de violência de índole terrorista contra as instituições e o movimento operário conhece em Portugal uma vigorosíssima ofensiva grevista entre 1919 e 1921/22. Como disse, este movimento, quer na sua componente anarco-sindicalista, quer na sua componente comunista, aliás de fresca data porque o Partido Comunista só se funda em 1921, tem uma actividade política relativamente visível nos anos imediatamente a seguir e ligações instáveis com esquerda republicana em várias iniciativas frentistas. Mas

o que é significativo dizer sobre este período é que é um movimento que rompe com a República e que a vai deixar assumidamente cair – vai deixar cair aquilo que a propaganda operária *A Batalha* chamava a *república das deportações*, a *república dos assassinos* – uma República pela qual duvidosamente valeria a pena combater. Portanto, a perca do movimento operário como suporte da República é uma das características mais marcantes do período e em larga medida uma das características que ajudam a compreender o que se estava a preparar em 1926 e as raízes do seu sucesso.

Quarta característica importante. Naturalmente, a direita conservadora antiliberal, aliada à direita republicana liberal conservadora, conspira abertamente, a partir de 1921, para derrubar a República por meios inconstitucionais. Recorre ao Exército como o braço armado da nação, instrumentalizando-o como o braço suprapartidário de um projecto de salvação nacional, uma vez que o Exército, no meio do caos geral da situação, era o depositário último, o bastião último da honra e da dignidade da Pátria, constituindo-se até no dever de intervir, em nome dela, para a salvar da decadência, num projecto, como disse, de aparência e de definição nacionais e suprapartidárias.

Nesta fase, podemos dizer que no quadro do desprestígio crescente das instituições da República, do governo, do parlamento, dos partidos, dos políticos, se entra num dos períodos – entre 1919 e 1926 – de maior instabilidade política de toda História do século XX português. Em sete anos, haverá 29 ministérios, uma média de 4 por ano, 13 golpes militares, o último dos quais é vitorioso, 4 eleições legislativas, três presidentes da República – só um dos quais acabando o seu mandato até ao fim, entre 1919/23, sendo o único Presidente da I República que leva o seu mandato até ao fim. Todos os outros são interrompidos pela renúncia

ou pelo golpe militar, como é o caso da Presidência de Bernardino Machado, em 1926.

Face a esta situação de crise, de crise de economia, crise de projecto económico e financeiro, crise política, crise das instituições, que soluções, como sair disto?

Vou tentar responder, dando um quadro muito breve da situação e de como é que a *Seara Nova* aparece nesta situação. Vou excluir naturalmente o situacionismo dos bonzos do PRP porque eles não tinha bem um projecto político. Tratava-se de navegar à vista para tentar sobreviver, ou seja, tratava-se de, com cedências às forças vivas, de cedências pontuais à esquerda republicana, como árbitros do sistema, tentar geri-lo de maneira a assegurar a sua sobrevivência e a sua hegemonia. Não se pode falar de um projecto político, a não ser de um centrismo de gestão da situação. Não vou também considerar as diferentes formulações da revolução social, protagonizadas quer pelo anarco-sindicalismo, quer pelo acabado de nascer Partido Comunista, até porque elas, neste contexto e na vida política de então, não se constituem com grande autonomia política e ideológica própria. Quer dizer, são sobretudo formulações que de alguma maneira têm uma relação instável de aliança e de alguma subordinação à esquerda republicana.

Assim sendo, teríamos, enquanto teses fundamentais, dois grandes campos que apresentavam soluções para a vida política do país. Sei, naturalmente, que estou a esquematizar, mas faço-o para facilitação do entendimento das coisas e porque entre elas há um mundo de situações intermédias e menos claras.

Desde logo e em primeiro lugar, uma esquerda republicana dispersa, mas que pela primeira vez se constitui como tal, com um programa económico e político de governo. Chamar-lhe-ei o reformismo democrático e progressivo do bloco radical

republicano. Tratava-se de uma reforma democratizante e progressiva da República – não se queria uma ruptura com a República, queria-se reformá-la em termos de uma verdadeira democratização do sistema e da introdução de reformas políticas e económicas *avançadas* (para usar o termo da época).

A esquerda republicana, sobretudo no tal biénio radical de 1923/25, com os governos de Álvaro de Castro, de Rodrigues Gaspar, de José Domingos dos Santos, defende realmente, como a direita mas num sentido que muitas vezes passa despercebido, o equilíbrio orçamental. Mas o equilíbrio orçamental era uma espécie de unanimidade, era uma solução clássica da altura – o problema era saber quem é que pagava o equilíbrio orçamental. E a esquerda republicana, naturalmente, apresenta um programa económico orçamental à custa das classes ricas, dos lucros de guerra, do aumento da tributação sobre os rendimentos pessoais, do agravamento da carga tributária dos mais ricos. Trata-se de uma política de valorização do escudo, obtida através do controlo da banca, do controlo do mercado cambial, do controlo das exportações, do controlo estatal – uma valorização do escudo que permitisse o regresso dos capitais do investimento produtivo, baseada sobretudo na reforma agrária e com o tabelamento de preços. Este programa económico, com bastante coerência, assentava numa firme defesa da democracia contra o que, desde 1924, se chama "a ameaça do fascismo e dos grandes interesses económicos". Mas é preciso dizer que esta preocupação antifascista, digamos assim, esmorece claramente ao longo de 1925 e até 1926. Em 1924 e 1925, a esquerda republicana, fortemente traumatizada pelos bonzos que a impedem sucessivamente de governar, vai assumir uma postura de fortíssima crítica à ditadura do Partido Democrático (como se vai chamar) e vai, de uma forma geral, deixar-se seduzir por essa solução,

aparentemente nacional e aparentemente suprapartidária, que era o golpe militar e vai participar nele.

Em Lisboa, a esquerda democrática festejará a vitória do golpe militar de 28 de Maio e o Partido Radical participa activamente no golpe, através dos marinheiros, e até se constituiu numa espécie de *entourage* paradoxal do general Gomes da Costa com os integralistas – os homens do Partido Radical.

A *Seara Nova* terá as posições de ambiguidade que a seguir procurarei enunciar.

A revolta contra os bonzos leva a adesão a esse discurso nacional e a uma posição de alguma rendição face à iminência e à inevitabilidade do movimento militar. De um lado, estes, do outro, aquilo que chamarei os regeneradorismos autoritários e antiliberais. Quer dizer, esta família é complexa, a direita portuguesa era um mundo complexo de várias direitas que tinham em comum o serem antiliberais, o serem antidemocráticas, o serem antiparlamentares, mas que se juntavam nessa luta contra o Estado liberal. Mas que, por razões de filosofia política, por razões da sua ligação a interesses diferentes, por razões de estratégia, tinham discursos diferentes quanto ao futuro e quanto à solução a dar à crise.

Não se percebendo isto, não se percebendo que a direita portuguesa é um complexo de várias direitas desta direita, dificilmente se perceberá, a meu ver e desculpem a imodéstia, aquilo que vai acabar por ser a natureza do próprio Estado Novo. E para facilitar, diria que há uma fortíssima corrente tradicional da direita portuguesa, a que chamarei um autoritarismo conservador ultramontano, regressista, geralmente monárquico e geralmente anti-desenvolvimentista e reaccionário, no verdadeiro sentido do termo. São os homens que se mexem à volta de uma utopia de regresso ao antigo regime, materializada emblematicamente no Integralismo

Lusitano. São homens que se mexem à volta da restauração de uma monarquia mítica, orgânica e tradicionalista – um mundo conservador regressista e antiliberal com o qual haveria (mas que não vou fazer agora) que relacionar, de alguma maneira, o próprio catolicismo social do período que está próximo. Um mundo com importantes divergências tácticas, dentro da família integralista tradicionalista. Mas, distinto deste autoritarismo conservador, existe claramente um outro – um autoritarismo modernizante, de raiz martiniana para o qual o pensamento matricial é o próprio Oliveira Martins e aquilo que nos meus trabalhos tenho chamado "a direita das realizações". Quer dizer, um grupo de homens que associa a imperscindibilidade do Estado forte e antiparlamentar ao arranque do fomento económico indissociável de Estado forte e livre do parlamento. E esta direita modernizante, este autoritarismo modernizante e mais ou menos neo-iluminista é uma coisa com uma profunda linha de continuidade na vida intelectual portuguesa, sobretudo na vida dos intelectuais portugueses, que vão pensar a modernidade económica até à Segunda Guerra Mundial. Vem de Oliveira Martins, mas passa por Basílio Teles, por Lino Neto, por Quirino de Jesus, pelo próprio Salazar, ainda de Coimbra (tem uns laivos martinianos nos seus escritos sobre a agricultura), por Ezequiel de Campos e, naturalmente, com profundíssimo reflexo no pensamento e acção de António Sérgio. Esta direita modernizante era, se quisermos resumir e para explicar melhor a minha ideia, era regeneradorista, quer dizer, aceitava aquela ideia que vinha da geração de 70, da decadência nacional, da queda para o abismo. Portanto, havia que parar a decadência nacional, havia que sustê-la através de uma regeneração a obter – uma espécie de recomeço modernizante, um recomeço voltado, no caso específico desta direita, para o progresso, para o fomento, para uma certa visão da

modernidade económica, cujas causas, aliás, repousavam numa certa leitura da História.

Como sabem, desde Oliveira Martins, é explicada através do predomínio do transporte sobre a fixação (não nestes termos, mas são os termos sergianos claramente herdados de Oliveira Martins). Ou seja, o predomínio do enriquecimento fácil do comércio, da facilidade de ganhar dinheiro, que as descobertas tinham introduzido na sociedade portuguesa, era a profunda causa da decadência nacional, relativamente à qual havia que fazer uma interrupção regeneradora, encontrada e proposta por Oliveira Martins e seus seguidores – aquilo a que eu tenho chamado uma "espécie de neofisiocratismo". Ou seja, a produção da riqueza repousa na modernização da cultura. Desde o projecto de fomento rural de Oliveira Martins às reformas agrárias que vão até Ezequiel de Campos, em 1924 e Estado Novo adentro com Rafael Duque, há esta ideia de um regresso modernizante à terra, através de alguma reforma agrária que concentre a propriedade a norte, divida a sul e, ao dividir, colonize. Era a forma de criar um nova classe média rural. Regeneradorismo, neofisiocratismo nesse sentido. O próprio desenvolvimento industrial é concebido por estes homens, partindo da modernização da agricultura, de um forte nacionalismo económico proteccionista – é preciso proteger a produção nacional, a riqueza nacional, designadamente pelas pautas. É a apologia de um produtivismo antiplutocrático e antiparasitário. Quer dizer, da decorrência da política do predomínio da fixação sobre o transporte, o produtivismo. Ou seja, assentar sobretudo na produção nacional de riqueza contra a plutocracia do comércio, da troca, da banca, da especulação – um produtivismo fortemente antiplutocrático neste sentido, um assumido intervencionismo político e económico do Estado, para o que era necessária outra ideia que desde João Franco

(não falei dos martinianos monárquicos, um longa linha de influências, apenas me retive nas influências) assenta naturalmente numa *vida nova.* O adjectivo *novo* passa a ser o adjectivo categorizador de todas as experiências antiparlamentares: vida nova, República nova, Estado Novo. A novidade está no antiparlamentarismo, a novidade está na antidemocracia, está no Estado forte, no equilíbrio das contas. Mas atenção, é preciso um outro tipo de Estado, é preciso resolver aquilo que o Oliveira Martins chamava o *problema político.* E, aqui, entrámos na política dura, ou seja, é preciso resolver a questão do Estado: precisamos de um Estado financeiramente forte e equilibrado, mas um Estado financeiramente forte e equilibrado tem de ser um Estado livre do parlamento, livre dos partidos, um Estado que o Oliveira Martins chamava *um Estado cesarista,* suprapartidário, nacional, assente num ditador esclarecido – esclarecido pela sua *entourage* – que permitisse implementar as reformas que o país exigia. Era preciso resolver, portanto, o problema do Estado e a resolução do problema do Estado assentava num Estado livre do parlamento, livre dos partidos, esclarecido por uma ideia nacional correcta quanto às reformas a implementar. Era a ideia do Estado forte como condição necessária do fomento económico.

Eu acho que esta questão é muito importante porque a associação da viabilidade do desenvolvimento económico com a existência de um Estado forte e não-parlamentar é uma ideia poderosíssima ao longo de toda a primeira metade do século XX, exactamente pelo exemplo histórico na ineficácia do ponto de vista económico da experiência liberal parlamentar, quer monárquica, quer republicana. Um Estado forte, um Estado que assentasse não no parlamento e não na urna, que falsificava o voto popular – *a perversão da urna,* como dizia o Oliveira Martins. Era preciso assentar numa representação

orgânica e de índole corporativa, um Estado forte, um Estado orgânico e corporativo, uma nova fonte de legitimidade para o Estado. Não o Estado assente no voto, não o Estado assente na soberania popular, mas o Estado que recebesse a nação orgânica que lhe preexistia e que era a forma espontânea e natural de organização da sociedade – um Estado elitista.

Aqui estamos a aproximarmo-nos cada vez mais da *Seara Nova*: um poder político elitista, *uma ditadura dos Homens Livres* – como lhe chamará Sérgio mais tarde, dos homens livres, dos melhores, dos homens independentes dos partidos e do dinheiro, uma espécie de ditadura dos *clercs* que educassem a nação e de alguma maneira a levassem no sentido das reformas. *A revolução a partir de cima*, como lhe chamava Oliveira Martins, uma espécie de (como vários autores têm chamado a atenção) de neo-iluminismo racionalista, voluntarista, idealista que acreditava, como grande linha regeneradora da nação, na força política e material das ideias dos homens livres, da nova elite.

É obvio que este autoritarismo modernizante, racionalista, elitista, neo-iluminista seduziu os homens da *Seara* e começou por seduzir, desde logo, o próprio António Sérgio, fundador da revista *Pela Grei,* em pleno período sidonista e marcou profundamente as suas atitudes políticas na crise da República, sobretudo pela acção de António Sérgio, sobretudo muito visível na *Seara* quando Sérgio regressa à *Seara* em 1923, entre 1923 e 1926.

No fundo, estas ideias representam uma tentativa de conciliar o autoritarismo elitista e modernizante de raiz martiniana com os quadros políticos do Estado liberal, ou se quiserem: são uma espécie de versão liberal do autoritarismo modernizante que tornará, no entanto, a *Seara Nova* particularmente condescendente com o golpe militar de 28 de Maio e com a própria ideia de ditadura.

Não nos podemos esquecer que é Sérgio quem fala – num ensaio que todos conhecem, "Os Problemas Políticos Nacionais e a Política de Oliveira Martins", publicado na *Seara Nova* em Maio de 1923 – *de necessidade de não abandonar Oliveira Martins aos reaccionários*. António Sérgio é claramente um homem seduzido pelo elitismo racionalista e modernizante de Oliveira Martins e pela sua vertente de autoritarismo esclarecido. É preciso, portanto, que o Oliveira Martins não seja monopólio dos antiliberais e dos antiparlamentares, dos *reaccionários*, como ele dizia. É indiscutível também a adesão sergiana de Ezequiel de Campos e de Quirino de Jesus – ambos não do corpo redactorial, mas colaboradores de *Seara Nova*.

Mas reparem, aderir à visão decadentista é uma coisa muito importante porque, aderir à visão decadentista, significa que a decadência tem de ter uma ruptura. Para suster a decadência é preciso uma ruptura, para suster a decadência é preciso uma ruptura com o sistema social – aquilo que, aliás, Ezequiel de Campos, numa frase felicíssima, chama o *abalo virtuoso da actual situação política*. Ou seja, uma espécie de teoria de legitimação da interrupção da constitucionalidade. Portanto, há uma clara ideia da adesão à decadência e da necessidade do tal *abalo virtuoso* que inicie a regeneração modernizante do país, quer de Sérgio, quer de Ezequiel de Campos, quer de Quirino de Jesus (ainda que Quirino de Jesus dificilmente se possa considerar um homem do espírito seareiro, mas é de qualquer modo um colaborador da *Seara* através de Campos, com o qual constituiu uma parelha de doutrinadores e de pensadores da coisa económica do início dos anos vinte), bem como ao essencial do programa económico reformista neofisiocrático, nacionalista e produtivista de Oliveira Martins. Escuso aqui de estar a desmultiplicar-me em citações: todo este programa é, no essencial, bem recebido pelos pensadores seareiros ou

pelos pensadores que colaboram na *Seara Nova*, nomeadamente quanto à questão prévia do equilíbrio orçamental (Quirino de Jesus também escreve sobre isto na *Seara*). Mais do que a sugestão de um socialismo fabiano, paternalista, elitista, é claramente muito mais a ideia do socialismo de Estado, o socialismo autoritário de um Estado esclarecido, que continua muito viva no programa dos seareiros. E mesmo no campo político – reparem –, este programa económico vem do pensamento martiniano. Mas esta vida nova está absolutamente associada à resolução do problema do Estado, à resolução do problema político do Estado. Que Estado pode cumprir este programa económico?

Mesmo neste campo, a atitude da *Seara* merece alguma atenção. Sem abandonar a defesa de um quadro abstracto e genérico do sistema liberal e parlamentar, os seareiros vão admitir explicitamente (e estou a citar António Sérgio, *Seara Nova* de Julho de 1926, já depois do golpe militar) a *necessidade de uma ditadura provisória, preliminar, excepcional que promova as reformas de que o país carece. A ditadura exercida por espíritos liberais.* Admitem em tese até – antes ainda do 28 de Maio – a admissibilidade da intervenção do Exército e cito um seareiro, Sarmento de Beires, *Seara Nova*, Fevereiro de 1926: «*admitimos excepcionalmente a intervenção do Exército no dia longínquo* (faltavam quatro meses) *em que a opinião pública consciente reclamasse uma modificação do governo e que circunstâncias políticas e parlamentares impedissem de se realizar dentro das normas constitucionais*».

Quer dizer, a *Seara Nova* admite a ditadura *a título excepcional* e admite até, a título excepcional, o recurso à intervenção militar. Sarmento de Beires é um homem do 28 de Maio. Apesar de Sarmento de Beires vir a ser um dos grandes expoentes da resistência do pós-28 de Maio, ele vai ser um homem do 28 de Maio.

Assim, os seareiros dispõem-se a apoiar, e é Raul Proença quem o escreve em 30 de Maio e depois em Junho de 1926: *um governo excepcional a fim de preparar a possibilidade de um insofismado regime de instituições democráticas devidamente reformado.* Os seareiros, um pouco na linha de Basílio Teles – o grande teorizador republicano da ditadura –, admitem a possibilidade de um recurso excepcional a métodos não democráticos para reformar a democracia e salvar a nação. E esta é a sua ambiguidade essencial em relação à conspiração que se prepara.

A admissão da intervenção militar, a admissão da própria ditadura – como dizia Raul Proença em 1924, criticando uma tentativa de golpe militar e da ditadura que se seguiria: «*se fosse o bom ditador e boa ditadura, nós estaríamos de acordo, mas o que aí vem é uma ditadura antidemocrática, uma ditadura antiparlamentar, conservadora*». Mas a ideia de que o Exército pode intervir e que pode haver uma ditadura excepcional e positiva – um instrumento da reforma das instituições parlamentares, é uma ideia que faz largo curso na *Seara Nova*, nas vésperas do golpe militar. Não se esqueçam que é António Sérgio que, na *Seara Nova*, em Outubro/Novembro 1923, inicialmente saúda a *ditadura democrática de Primo de Rivera*.

Esta tentativa de encontrar numa ditadura regeneradora, iluminada, com ideias justas e esclarecidas como forma de regeneração do país, de encontrar a verdadeira democracia reformada ao fim da linha é uma atitude muito clara no pensamento seareiro da altura.

No fim da República, mesmo o firme e claro combate de Raul Proença contra o fascismo e a direita antiparlamentar é um combate sobretudo contra a má ditadura, contra os maus ditadores, mais do que propriamente contra a solução excepcional que em si mesma é considerada como condição indispensável da regeneração das instituições.

Em segundo lugar, não se esqueçam que os seareiros vão advogar desde cedo aquilo a que o António Sérgio chamava *uma profundíssima reforma parlamentar,* no sentido de admissibilidade de uma câmara orgânica de feição corporativa. Há autores seareiros, contudo, que consideram dever ser o parlamento tradicional substituído por uma câmara de carácter orgânico e corporativo. Sobretudo António Sérgio e Raul Proença, mais tarde, vão-se inclinar para uma segunda câmara – uma espécie de senado orgânico e corporativo, como câmara de equilíbrio relativamente ao parlamento, assente no voto directo dos cidadãos. Mas Rodrigues Miguéis, o jovem José Rodrigues Miguéis, num artigo muito interessante, de Janeiro de 26, intitulado "Salvemos o Parlamentarismo", defende *uma representação funcional da sociedade com base numa profunda reorganização do parlamento, de onde, para o salvar, deve sair uma câmara orgânica nacional que o substitua.* A isso se referiria frequentemente António Sérgio, a título de segunda câmara. Mesmo no reviralho, mesmo na resistência aberta à ditadura, a admissibilidade de uma segunda câmara, de carácter orgânico e corporativa, figura no primeiro Programa da Liga de Paris de 1927, que, como sabem, é do punho de António Sérgio.

Mas devo dizer que o corporativismo sergiano é mais profundo do que, penso, habitualmente se considera. Esta ideia de uma união nacional supraclassista para regenerar o país surge claramente nesse carácter suprapartidádio, supraclassista, aquilo que ele entendia como o sentimento, a força moral que haveria de regenerar o país. E cito: «*essa força moral regeneradora deverá juntar indivíduos, classes e partidos numa aspiração colectiva superior de salvação nacional*». Entre isto e o Programa da União Nacional, de 1930, não há, do ponto de vista dos princípios, nenhuma diferença essencial.

Finalmente, não se esqueçam que talvez para alguns autores a mais importante e distintiva caracterização do pensamento seareiro é essa poderosa afirmação elitista e idealista que eles entendem como condição da elite na qual repousa o futuro da regeneração e a possibilidade da regeneração.

É a elite dos *Homens Livres*, como se chamou a revista que Sérgio funda com essa espécie de esboço de união nacional que ele faz com os integralistas. E com a revista *Homens Livres*, os homens livres dos partidos e da plutocracia, a revolução vinda de cima, os homens que, depositários de uma ideia justa sobre o futuro do nação, irão fazer opinião, que pressione, que oriente, que conduza as reformas, num quadro de uma solução política excepcional.

No número 1 de *Homens Livres*, de 1 de Dezembro de 1923, escreve esta coisa extraordinária, de uma actualidade extraordinária no pensamento da direita política de hoje, uma coisa que poderíamos ter lido em qualquer doutrinador dos últimos tempos: «*a grande linha divisória não é a que separa as direitas das esquerdas, é sim a que distingue na sociedade uma nova orientação, a política nova do espírito velho*».

É a existência de uma ideia nacional anterior e superior às finalidades partidárias. Estamos num terreno político e ideológico em que há grandes pontos comuns com a direita antiparlamentar e antiliberal, nessa visão supracional de todas as forças no sentido da regeneração da pátria. A força regeneradora de uma ideia pré-existente, e a imprescindibilidade de uma elite capaz de a interpretar, *criando* (e cito Raul Proença, 1922) *a atmosfera moral necessária à salvação da Pátria*.

Gostaria de terminar dizendo o seguinte. Esta vertente poderosamente elitista dos seareiros tem duas componentes, que normalmente não são destacadas.

Em primeiro lugar, dela decorre uma crítica absolutamente feroz ao partidarismo – àquilo que o Proença chamava, na sua prosa exaltada, *turba dos políticos incompetentes e corruptos* – com uma feição claramente antipartidarista. Não é só o partido anti-Partido Republicano que dali sai, é uma implícita crítica ao sistema dos partidos em si mesmo, é o antipartidarismo. E sobretudo, deste discurso, decorre – apesar das tentativas muito interessantes do Prof. António Reis de estabelecer uma espécie de teoria democrática das elites nos homens da *Seara* – um muito discutível conceito de democracia, se democracia é aquilo que se herdou da Revolução Francesa, ou seja, um sistema assente na teoria da soberania popular.

António Sérgio em *Pela Grei* número 1 (e estou a citar o próprio Prof. António Reis de um estudo ainda não publicado, que ele teve a amabilidade de me facultar), em 1918, perguntava *o que é a democracia?*, e definia sem comentar a definição, porque ela fala por si própria: *é o governo da nação por elites naturais, criadoras da opinião pública e executoras da opinião pública, o governo da persuasão pelo escol da inteligência*. Entre isto e a teoria da soberania popular vai um mundo. Do ponto de vista da preparação política e ideológica do 28 de Maio (é isto que é importante esclarecer), estamos a perceber qual é o ambiente de preparação do 28 de Maio e como é que a *Seara*, o discurso seareiro deste período, se coloca perante ele.

As teses seareiras tentaram conciliar o liberalismo político, ao qual, ainda que de uma forma um pouco abstracta, se mantinham fiéis, com as correntes que claramente o negavam do ponto de vista doutrinário e tentaram adaptá-lo a elas – sem o negar e sem as receber totalmente.

Mas – é justo que se diga – prepararam o terreno às doutrinas antiliberais, forneceram-lhes armas e argumentos. É nesse sentido que Farelo Lopes e Vilaverde Cabral, a meu

ver, também bem, falam na *rendição do liberalismo seareiro nas vésperas do 28 de Maio de 1926.* Aliás, sem se compreender esta noção de rendição do liberalismo, penso ser difícil entender também o processo histórico do advento dos fascismos.

Percebida esta questão, a necessidade de reeditar esta memória parece-me aliás de grande utilidade e de grande actualidade no momento presente.

Ou seja, num contexto em que, com o fim do milénio, assistimos talvez à segunda crise histórica do sistema liberal do pós-guerra, do sistema liberal democrático, e assistimos também a um conjunto de debates teóricos acerca do futuro da democracia, em que o conceito de rendição do liberalismo me parece muito actual ou, pelo menos, susceptível de ser considerado com grande utilidade.

Muito obrigado.

## Isabel Pires de Lima

Em nome de todos, cabe-me agradecer esta intervenção tão clarificadora do Prof. Fernando Rosas.

## José Manuel Mendes

Creio que a intervenção do Prof. Doutor Fernando Rosas colocou, de um modo particularmente nítido, principalmente na sua parte final, a importância do trabalho político e da implicação social desse trabalho dos intelectuais e do seu papel

na resposta à pergunta: como é que se faz uma política em função de determinados objectivos económicos, sociais, etc. ? O que leva a sublinhar a particular pertinência da segunda conferência que vamos ouvir, pronunciada pelo Prof. Fernando Catroga sobre o tema "As vanguardas intelectuais, da Geração de 70 à *Seara Nova*" e esta genealogia do trabalho intelectual foi prenunciada e prefigurada também na intervenção do Prof. Fernando Rosas, remontando a Antero e Oliveira Martins, e será talvez a matéria da comunicação do Prof. Fernando Catroga.

Fernando Catroga é professor associado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, doutorou-se com uma tese subordinada ao título "Militância Laica e Descristianização da Morte" e tem desenvolvido um trabalho particularmente activo no campo do pensamento anteriano e do pensamento republicano. Ultimamente reorientou um pouco a sua reflexão para temas fundamentais da teoria da História. Em tudo isto, há sempre o fio da importância do trabalho intelectual – tema que lhe pedimos que desenvolvesse aqui. Vamos ouvi-lo.

## Fernando Catroga

### As vanguardas intelectuais, da Geração de 70 à *Seara Nova*

Queria agradecer o convite feito pela organização. Desde logo aceitei porque o seu objecto é da máxima importância para a História Política e para a História da Cultura portuguesa. Iniciativas deste género são absolutamente necessárias para se intensificar, sobretudo ao nível das universidades, as linhas

de investigação que nos possam dar um conhecimento mais exaustivo de uma época, que tem sido apreciada por mediações de várias memórias, seja para matematizá-la, seja muitas vezes para a idealizar – algo que logicamente, como há pouco acabámos de ver na intervenção do Prof. Fernando Rosas, o olhar do historiador não pode consentir.

Propuseram-me o tema "As vanguardas intelectuais" e eu acrescentei "da Geração de 70 à *Seara Nova*" talvez correndo o risco de ter insinuado que queria fazer uma digressão dominantemente diacrónica, quando o posicionamento em que me irei colocar é simultaneamente diacrónico e reflexivo.

Julgo que este enfoque da questão do intelectual, a pretexto da *Seara*, coloca problemas nucleares que talvez nos obriguem a ir um pouco mais longe ou mesmo ir à matriz da cultura ocidental, dado que muitos seareiros conheciam bem o pensamento grego e nele aprenderam algo que não deixa de encerrar alguma contradição.

Por um lado, a reflexão tem uma vocação política, mas aquilo que se julga ser a possibilidade de chegar à verdade coabita muito mal com visões unilaterais ou partidárias ou interessadas no uso dessa mesma verdade.

Quer isto dizer que irei situar a minha exposição, convidando a raciocinarmos a partir de dois binómios, de dois pares de questões que atravessam a cultura ocidental e particularmente a cultura portuguesa, e com maior enfoque a partir do século XVIII e depois com grandes desenvolvimentos no século XIX.

O primeiro par é a relação entre poder espiritual e poder temporal. O segundo par é (aqui preparando terreno para uma concretização histórica) a dualidade entre (já foi aqui referida a pertinência desse tema) decadência e regeneração.

Começo pelo Manifesto da *Seara Nova*, escrito por Raul Proença. Se fizermos um levantamento semântico de alguns

conceitos-chave que ele utiliza, vamos encontrar um conceito de elite, identificado ou comparado com o conceito de escol e, mais tarde, sobretudo quando foi forte a polémica provocado pela obra de Julien Benda *A traição dos clercs*. Citando esse Manifesto, digo: *a vida política de uma nação é em grande parte o reflexo da sua vida intelectual, dos seus movimentos de ideias, das aspirações mais profundas do seu escol*. Quer isto dizer que, subjacente a este Manifesto, está algo que não é nada novo no pensamento português e muito menos no modo como, sobretudo desde o Iluminismo, se equacionava as relações entre vida intelectual, moral e a vida política, vida social.

Se quisermos saber o tipo de diagnóstico que aqui é feito, e conhecer outros diagnósticos muito análogos feitos por outros intelectuais, devemos dizer que ele se resume a isto: o presente é sempre um momento de crise – o presente de um intelectual interventor pela cultura na política, sobretudo na modernidade, é sempre visto como um momento de crise. Crise essa que pode ter manifestações políticas, manifestações económicas, manifestações sociais, mas cuja matriz é sempre uma crise intelectual e uma crise moral.

Por isso, a solução do problema político e a solução do problema social é, em última análise, uma questão cultural.

Ora, isto é muito claro no Manifesto da *Seara Nova*, ao nível do diagnóstico, como é muito claro acerca da definição daqueles que podem fazer com a máxima objectividade, neutralidade, desinteresse e universalidade esse diagnóstico.

E esses não podem ser todos aqueles que se situam na perspectiva do particular. São aqueles que, para si próprios, reivindicam terem alcançado a Verdade, seja em nome da filosofia, seja em nome da ciência social, seja – que não é o caso dos seareiros, mas é o caso dos seus irmãos gémeos, no outro pólo, os integralistas – em nome de uma leitura da política de facto, e dos ensinamentos da História.

Por isso, os intelectuais são como que aqueles a quem é dado o estatuto de reveladores da Verdade e do sentido da História. Aqueles que, em última análise, são capazes também de irradiar ou fazer irradiar esse sentido da História. *Não concedemos nenhum esforço de redenção nacional sem uma espécie de conversão religiosa dos espíritos*, diz Raul Proença, diz o Manifesto da *Seara*. O intelectual, como o velho filosofo grego, aponta para a metanóia, para reconversão, nem que isso implique ser-se minoritário, nem que isso implique ser-se voz isolada, nem que isso implique ser-se vanguarda. Portanto, ser intelectual é – pelo menos na acessão de Raul Proença no que toca a este primeiro Manifesto – ser-se herói.

O António Reis viu o eco da heroicidade nietzschiana neste apelo à assunção heróica daquele que se julga portador de uma verdade e, mesmo contra os outros, tem de a fazer ouvir.

Por isso, no Manifesto da *Seara Nova* se diz: *o heroísmo é a palavra mais adequada para exprimir o peso enorme das suas responsabilidades.* Mas enquanto o herói de Nietzsche é o herói estético, pensado sobre um modelo estético, o criador do novo, o herói seareiro é o herói influenciado pela ética kantiana, é o herói ético-cívico. E, por isso, a cultura que esta heroicidade implica e o posicionamento deste herói em relação à sociedade é algo que nos remete para a questão das relações que – como irei demonstrar – estão explicitamente presentes na *Seara Nova* e numa velha dicotomia, que já vem da Grécia, passa pela Idade Média e é exemplarmente expressa no pensamento iluminista. Julgo que, ao nível pelo menos da nossa intelectualidade, a encontramos na primeira geração romântica, encontramo-la na geração de 70, encontramo-la depois na 1.ª República, quer na versão mais à esquerda da *Seara Nova*, quer na versão mais à direita, particularmente dos integralistas.

Talvez fosse importante – antes de entrar neste pormenor – chamar a atenção da dimensão diacrónica, e dizer que os seareiros vão inscrever, já num período em que estava consolidada, na estratégias de poder – não digo do poder político, digo poder espiritual, na luta até entre as próprias elites –, a ideia de *geração*. Talvez os principais gestores dessa ideia e seus autoconsagradores tenha sido a própria geração de 70.

Vou citar um texto do intelectual francês, que era anti-Dreyfus, o célebre Ferdinand Brunetière, o director da célebre revista *Dois Mundos*, que – atacando Zola e os amigos de Zola, isto é, os intelectuais que se mobilizavam e procuravam sensibilizar a opinião pública "em nome da Verdade, da Justiça e da Razão" – diz, em 1898, «*recentemente criou-se esta palavra "de intelectual" para designar, como uma espécie de casta nobiliária, as pessoas que vivem nos laboratórios e bibliotecas; este facto só por si denuncia uma das coisas mais ridículas da nossa época, que é a pretensão de elevar os escritores, os cientistas, os professores, os filólogos à estatura de super-homens. As aptidões intelectuais, que obviamente eu não lhes nego, não têm senão um valor relativo. Para mim, na ordem social, prefiro muito mais a têmpera da vontade, a força do carácter, a segurança do juízo, a experiência prática. Assim, não hesito a colocar tal agricultor, ou tal negociante, que eu conheço, acima de tal escritor, de tal biologista, de tal matemático, que eu nem sequer conheço*».

Isto é, a substantivação do termo do intelectual e a tomada de consciência do peso dos intelectuais é simultaneamente algo de novo. Mas a sua novidade está em assistirmos à espécie de concretização de um novo sacerdócio, de um novo clericato e de uma reivindicação de novos dias, de aquilo que se chama a opinião pública ou a educação cívica.

Mas, para percebermos a *Seara Nova* e a coexistência com outros movimentos, devemos pensar que esta tomada

de consciência do intelectual é fundamentalmente um fenómeno que podemos dizer "de esquerda". Isto é, o intelectual de esquerda é aquele que (no caso de Dreyfus isso é muito claro), inspirado não tanto no positivismo mas sobretudo no neo-espiritualismo e no neokantismo, reivindica o ideal, o ideal da autonomia do indivíduo, o carácter sagrado da Pessoa, invoca a Declaração Universal dos Direitos do Homem, tende a anunciar que é necessário reactualizar as lições do Século das Luzes – fala em nome da Verdade, da Razão e da Justiça.

Por isso, tende a criticar os novos mitos, que serão os ídolos dos intelectuais de direita: o historicismo, a pátria, sobretudo a nação e o nacionalismo. O termo nacionalismo começa a popularizar-se precisamente nesta conjuntura, sobretudo através dos escritos de Maurice Barrès – o nacionalismo, a raça, o patriotismo, o militarismo.

Ora, podemos dizer que estamos perante duas posições de intelectual. Mas a verdade é que, bem vistas as coisas, ambos têm um ponto de vista comum: é que todos falam em nome de uma verdade, seja de uma verdade de componente essencialmente historicista, factualista, seja em nome de uma verdade de princípios, e todos reivindicam o estatuto de pairarem para além dos condicionantes sociais, políticos e particulares.

E, por isso, quer à direita, quer à esquerda, este tipo de intelectualidade e este modo de entrever têm estas afinidades electivas: ambos se sentem participantes da república das letras, ambos se sentem participantes da religião do espírito, ambos são os sacerdotes do poder espiritual. E ambas as posições se distanciam e se situam nesta posição ambígua (posição essa que talvez já venha das velhas relações entre filosofia e o poder político): o filósofo deve dizer a verdade, mas não deve ser o governante; e, por isso, a função da cultura



Slhi

é política mas não é a partidária, é a espiritual, mas não deve ser directamente executiva. Já foi assim na Grécia, já foi assim em certa medida na Idade Média, quando a subordinação do poder temporal ao poder espiritual era condição fundamental da hierarquização e da consciencialização do poder medieval: os clérigos eram os detentores do saber e os iluminadores das dimensões ético-religiosas da vida política profana, do poder temporal.

Pergunta-se se não será assim com o Iluminismo, agora num plano crescentemente secularizado. Isto é, por um lado, o Iluminismo é um momento forte da afirmação de aquilo que o intelectual moderno, sobretudo na sua versão mais progressiva, vai assentar – a ideia de que a Razão é natural ao Homem e dela se pode inferir normas da tradição, do direito natural. Ou até a Razão pode tornar transparente o sentido da própria História. O Iluminismo é o período da Filosofia da História e, por isso, o filósofo é aquele que ilumina e é aquele que pode ascender, seja através da razão especulativa, seja, como já Condorcet queria e depois o positivismo o vai desenvolver, através de uma razão que já pretendia ser científica, é aquele que conseguirá chegar à verdade. E chegar à verdade, à verdade não só sobre a natureza, mas crescentemente à verdade sobre o sentido da História. À verdade não só sobre o que é o conhecimento e os limites do conhecimento mas à verdade acerca dos limites da própria *praxis*, as normas éticas, por exemplo.

Assim sendo, poderemos dizer que o pensamento iluminista tem nos seus menores exemplos também uma função dominantemente pedagógica – aliás a renovação da pedagogia é de certo modo um fruto do Iluminismo. Portanto, o intelectual deve iluminar o sentido da História, deve iluminar o poder, talvez não deva é ser ele o executante do poder.

Penso que o "comércio íntimo" que houve entre filósofos e governantes, imperadores e imperatrizes seja o sintoma

disto mesmo, que talvez algum despotismo esclarecido de longa duração (como já foi hoje aqui sublinhado) entronque precisamente nesta relação em que o intelectual é o produtor do poder espiritual e, portanto, deve ser o guia. Sabe que o seu saber deve ter uma vocação social e política, mas não deve ter uma vocação executiva de político – porque a política é uma arte não é um saber geral.

Já era assim na Grécia, continuará a ser assim, por exemplo em Saint-Simon e Augusto Comte: perante um projecto em que se pretendia alcançar leis científicas para a sociedade, de maneira que o Homem tivesse capacidade de planificar, ser uma espécie de engenheiro social do seu próprio futuro, eles não deixaram de sublinhar que, à parte do discurso racional, era necessário aquilo que podemos chamar um discurso que apelasse para o sentimento, que criasse consenso, que criasse unanimidade – a religião ou uma nova moral social cujos sacerdotes deveriam ser os intelectuais, os novos intelectuais. Por isso, ambos defenderam a separação entre o poder temporal e o poder espiritual.

Julgo que esta vertente vai ser encontrada na vida cultural europeia do século XIX e princípio do século XX. Há obras exemplares que fizeram época e que, de certo modo, marcaram a matriz deste diálogo ambíguo e às vezes conflituoso entre o intelectual e a política, entre o intelectual e o poder. Basta lembrar a obra de Renan *A Reforma Intelectual e Moral*, basta lembrar os diagnósticos essenciais de correntes políticas como, por exemplo, vários socialismos para os quais a transformação social deveria ter sempre por base uma profunda reforma cultural educativa e de ensino.

E não é preciso chegar – entrando agora no caso português – à geração de 70. Julgo que os nossos românticos Garrett e Herculano já o disseram e tinham a plena consciência de que uma nova sociedade estava a ser construída e exigia uma

nova cultura – exigia uma nova educação, exigia uma nova literatura, exigia novas fontes de inspiração, exigia novas pedagogias. Para se impor, precisava de subalternizar o poder dos *clercs*, porque o poder do intelectual é sempre contra o poder de outros intelectuais. E o caso do antigo clericalismo em Portugal, se tem razões económicas, sobretudo na primeira fase, se tem razões de carácter nacional quase nacionalista contra as tradições, contra as posições ultramontanas, também tem muito a ver com a ideia que é o escritor, é o publicista, é o novo clérigo secularizado, aquele que, pelo saber, pela inspiração, pela intuição, depende dos vários modelos. Pela intuição e pela inspiração, o poeta, sobretudo o poeta quando começa a dizer que o essencial da poesia é objectivar a voz do povo, ser o veículo da voz do povo. Quando o escritor, é aquele que começa a olhar para o passado e que, compreendendo as lições do passado, pode mais bem compreender o presente – o historiador, o romancista, o publicista.

É claro que estamos a ver Herculano a aparecer como o exemplo, porque é simultaneamente aquele a quem se começa a atribuir uma capacidade de uma melhor sintonia – não só como poeta, mas como historiador. Quem, na conjuntura, se chama "alma nacional". Consegue ser o revelador da tal verdade, mas revela numa dimensão dominantemente espiritual, isto é, revela não procurando o poder pelo poder. Sente-se frustrado de algumas experiências políticas directas, como a sua ida para deputado, mas ficando com uma espécie de consciência moral, sobretudo quando vai para Vale de Lobos. A saída para Vale de Lobos não é vista – é interessante –, perante uma boa parte dos novos intelectuais que vão ser os homens da Geração de 70, como uma espécie de demissionismo. É vista como um protesto, a atitude tem a heroicidade cívica de quem, perante o modo

como o poder temporal estava a deturpar até os projectos que ele próprio tinha ajudado a construir, não se aliena, não se corrompe, é a voz do remorso onde se vai beber a Verdade. Há uma descrição célebre: "ia-se a Vale de Lobos como a Meca" e alguns achavam que "pela voz do intelectual fala o profeta".

O intelectual tende a assumir-se como profeta da era moderna, só que o seu profetismo não vai abrir as entranhas dos pássaros para procurar saber o futuro, vai invocar a autoridade da razão, que é autónoma, ou então vai invocar pretensões de que é científico aquilo que está a dizer. Vai, no fundo, afirmar-se como alguém que tem um saber – como é típico do paradigma do saber moderno, tem a capacidade de prever, e, portanto, de indicar o sentido do futuro.

Por isso é que vamos encontrar na retórica dos intelectuais, crescentemente no século XIX, a equiparação do intelectual com o sacerdote. Não é preciso inventar o termo *clerc* porque os próprios intelectuais sentiram-se como apóstolos, apóstolos, é claro, da ideia nova que deveria ser a semente para a *Seara Nova*.

*Seara Nova*, como sabem, é um termo que está num verso de Antero de Quental. E é esta memória da própria história dos intelectuais que os seareiros sabiam muito bem, os integralistas sabiam muito bem. Esquecemo-nos muitas vezes disto: se os seareiros vão pôr os românticos e a Geração de 70 como precursores do seu projecto, os integralistas fizeram o mesmo. Os mesmos mestres da geração seareira são os mestres da contra-revolução.

Portanto, nós historiadores temos de fazer uma dialéctica e fazer a leitura da leitura, sob pena de andarmos tão-só a arregimentar precursores, que julgo ser sempre um mau caminho no campo da investigação. E para conseguirmos também captar constantes, porque, sem dúvida, o intelectual,

quer queiramos quer não, teve sempre subjacente esta reivindicação: de que ele deve ser o *guia*, tal como na Idade Média foi o *santo*, tal como na Grécia foi o *filósofo*.

No caso da cultura portuguesa, mesmo quando já estamos num plano secularizado, o intelectual pensou-se a si segundo o paradigma de Cristo, pensou-se a si segundo um modelo cristológico, e cito Raul Proença, mas podia citar versos de Antero, mas fico com o Proença, *Seara Nova*, 1923: *"o próprio cristianismo, a maior empresa realizada pela civilização na esfera das consciências, partiu nas suas origens num apostolado de doze homens, antes de imprimir uma nova direcção à vida de todo um povo"*. Não sei se os seareiros eram doze, mas por lá andavam...

Mas sacerdotes de quê? Da religião da idealidade. No fundo, repetindo uma posição de Antero que define a sua filosofia *como ideo-realismo*. Proença volta a repetir isso, embora num contexto mais de discurso político e social, com fundamento filosófico quando diz que é um idealista no seio do realismo e que o verdadeiro idealismo é aquele que tem de ter uma vocação real. O real deve estar sempre no posto de comando: o intelectual é aquele que é o sacerdote da religião do espírito ou, como os seareiros gostavam de dizer, "da religião do intelecto". Di-lo o racionalista António Sérgio, em 1930: «*A Seara Nova pretende evangelizar* (este termo evangelizar aparece muito) *uma espécie de religião do intelecto, religião de pura espiritualidade, de constante aperfeiçoamento interior* (a tal metanóia). E Jaime Cortesão diz que, «*no fundo, a devoção a este ideal leva a que os intelectuais sejam os sacerdotes dessa religião do espírito*».

Toda esta tradição, da dicotomia poder espiritual e poder temporal, é a matriz da cultura ocidental, a forte lição do pensamento iluminista e depois a leitura que se faz do papel dos novos intelectuais na sociedade liberal. Sobretudo

aqueles que intervêm na política, reivindicando sempre um estatuto ético-crítico, como será o caso exemplar de Herculano.

Isto é, os verdadeiros intelectuais são aqueles que saem aparentemente derrotados: os verdadeiros intelectuais nunca são os vencedores. E é interessante o modo como esta mitificação não deixou de suscitar alguma divergência. Por exemplo, entre o Raul Proença e o António Sérgio, nomeadamente quando Raul Proença, em 1921 (Sérgio não é fundador da *Seara Nova*, entrou na *Seara Nova* em 1923), escreve uma espécie de carta aberta a António Sérgio – que tinha ido ao Brasil ao que consta em negócios (o que é uma contradição com o filósofo, porque o verdadeiro filósofo é aquele que pensa no ócio) e onde publicou o primeiro volume dos *Ensaios* – dizendo-lhe, com esta dimensão de heroicidade que dava a este projecto: «*Não há nada que explique a renúncia e o abandono do homem de elite, que deve ser a realização suprema do verdadeira homem que soube ser uma inteligência e tem necessariamente de ser um herói; quando você* (o António Sérgio) *julga que* (e cita uma frase do Sérgio dos *Ensaios*), *no fim de tanto batalhar de ideias, Antero Quental e Herculano se levantaram do pó como dois fortes*». Isto é, António Sérgio fez sempre uma sobrevalorização do intelectual, mesmo aparentemente fracassado.

É atitude paradigmática e de crítica à sociedade do tempo, isto é, nenhuma sociedade, tal qual existe verdadeiramente, merece o verdadeiro intelectual.

Sérgio faz uma leitura positiva do perfil intelectual e moral de Herculano e de Antero, e Raul Proença dizia: «*Eu tenho a audácia de sustentar que isso não é inteiramente exacto; é triste ter de reconhecer, mas é necessário fazê-lo, que ainda não apareceu entre nós um Mestre de acção moral*».

Julgo que não há profetismo sem algum messianismo – um suicidou-se, Antero; outro fez-se azeiteiro.

Herculano não curte as condições, curte os factos. O herói, esse, é herói até ao fim.

Quando aparecerão os homens que saberão e quererão salvar Portugal? E que, por isso, necessariamente o salvarão.

Ora, salvar Portugal é tarefa dos intelectuais, pelo menos desde a revolução liberal. Podemos dizer que Portugal ou o portugalzinho é o grande objecto dos nossos grandes intelectuais, sobretudo daqueles que assumem uma dimensão *clerc*, e mais: o pensar Portugal é sempre pensado numa dimensão de tempo e de ritmo não linear, em que o intelectual, sendo profeta e sendo messiânico, sendo revelador da verdade, tem de prometer a regeneração.

Para que o discurso seja convincente, os regeneradores precisam de acentuar a situação da crise e, por isso, os vintistas e, por isso, a própria revolução vintista se chamou regeneração, perante a decadência da situação – a regeneração propriamente dita. Mas antes mesmo, todos os movimentos políticos assumem a posição regeneradora.

As "Conferências do Casino" não tinham a intenção senão de regenerar Portugal, lançando a semente de uma revolução cultural. Regenerar Portugal é o que pretendem, no quadro do exacerbado decadentismo dos finais do século XIX e dos princípios do século XX.

A República, a República sobretudo na fase da propaganda, assume conotações claras quase sebásticas, de um sebastianismo colectivo consubstanciado num regime que seria uma espécie de panaceia que iria resolver os males da nação...

Mas como a República entrou imediatamente em crise, pelo menos para alguns republicanos que não ficaram no

poder, a Renascença Portuguesa aí está, em divergência com os rumos políticos, nomeadamente na política religiosa que a República estava a imprimir.

O Saudosismo e a Renascença Portuguesa também pretendem regenerar Portugal e até procurar uma teoria "do modo de ser português".

Claro que os modelos teóricos são um pouco diferentes. Os integralistas, a partir de 1914, irão assumir-se como um movimento intelectual – aliás na linha da direita francesa, desde os finais do século XVIII, particularmente Charles Maurras, e da Acção Francesa. Eles também são revolucionários – há uma direita revolucionária – e são revolucionários (exceptuando os momentos em que entraram na conspiração) pela cultura, mas do ponto de vista programático.

O programa do Integralismo Lusitano é um programa de transformação das consciências, e para quê? Queria aportuguesar Portugal. Mas, atenção, esta expressão não é do Afonso Lopes Vieira, como muitas vezes se diz. Esta expressão é de Garrett.

E há todo um conjunto de projectos que tinham surgido no século XIX e continuarão a surgir na República e, mesmo quando há divergências acerca dos objectivos, não deixa de haver uma espécie de consenso ou de auto-estima pelo facto de um grupo se sentir elite, pelo simples facto de ser intelectual. É o único que consegue libertar-se dos vícios da corrupção – vícios que vão todos para a classe política, para a outra elite que, à sua maneira, era uma elite –, e que consegue arvorar-se a um saber desinteressado.

Isto é, estamos perante um discurso contra os partidos, contra as visões que para eles são sempre parcelares. São, portanto, os únicos que têm a capacidade mental de pensar Portugal e, simultaneamente, de repensar Portugal e de regenerar Portugal.

Ora, é interessante ver que este entusiasmo (aqui quase no sentido fisiológico do termo), de se pertencer a uma república das letras, é tão forte que inimigos do poder temporal e das lutas políticas não deixaram de estar em comum. Podemos dizer que intelectuais de direita e intelectuais de esquerda procuraram projectos que, actuando sempre na reforma das mentalidades, procuram instaurar um novo poder espiritual à volta de valores que fossem consensuais – "valores de unidade nacional ou valores nacionais", como se começa a dizer.

Em 1910, antes da revolução, realiza-se uma espécie de estados gerais da intelectualidade portuguesa para pensar Portugal. É o célebre Grande Congresso Nacional, no qual vão ser discutidos os problemas da demografia, das colónias, das finanças, da política, etc., e, descontando as questões religiosas e as questões do regime, houve algum consenso – quer no diagnóstico, quer até em relação a algumas soluções. E quem é que foi a esse congresso? Bernardino Machado, Silva Amado (que não era propriamente um republicano, quando muito o republicano democrata), Anselmo Andrade, o célebre padre Himalaia, o positivista António Cabreira, o maçon Borges Grainha, o Afonso Costa, o socialista César Nogueira, e o jovem socialista Ramada Curto.

Esta coabitação... Não é preciso esperar pelos *Homens Livres* – sublinho –, não é preciso esperar nem *Pela Grei* nem pelos *Homens Livres* para assentar esta ideia de que o *clerc* é aquele que consegue verdadeiramente fazer uma espécie de coexistência democrática na república dos "homens livres"– para utilizar a expressão que depois vai ser consagrada.

Claro que há outros movimentos, claro que o sector intelectual mais à esquerda não aderiu, mas tinha a mesma vocação: um eco português da experiência francesa, sobretudo fomentada pelos sectores conservadores anti-Dreyfus.

É o caso da União Patriótica, de 1913, que procurou acasalar monárquicos e católicos e, depois, aparece em 1915/1919 na Liga Nacional. Aqui ainda são tentativas de, de certo modo, organizar a intelectualidade situada à direita e declaradamente anti-republicana, mas não deixava de seduzir já alguns republicanos mais conservadores, como, por exemplo, o professor da Faculdade de Direito de Coimbra, a célebre Liga Nacional. Realço a Liga de Acção Nacional, de 1918 (o ano de *Pela Grei*), que tinha figuras como Francisco Reis Santos, António Sérgio, Aurélio da Costa Ferreira, Celestino da Costa, Beirão da Veiga, Martinho Nobre de Melo, Jaime Magalhães Lima. Isto é, desde monárquicos constitucionais a monárquicos, já muito tocados pela propaganda integralista, ou o próprio António Sérgio, achavam que era necessário criar um movimento que aglutinasse a *intelligentia*, capaz de dizer a verdade aos poderes temporais, aos partidos, aos governos.

Por isso, a sua pretensão também era de – como já no século XIX era, como vai ser a *Seara Nova*, como vão ser os *Homens Livres* – criar um movimento de reforma e uma opinião pública sobre os problemas concretos nacionais, excluindo o carácter político-partidário ou religioso.

Claro que, entretanto, se criou a Cruzada Nuno Álvares, em 1918. Muitos surgem nesta cruzada, uma aglutinação essencialmente direitista que vai jogar na reabilitação e mitificação e canonização de Nuno Álvares. O seu destino será vir a integrar-se praticamente nos movimentos contra a República e depois, grande parte deles, no Estado Novo. Mas é preciso não esquecer que o António José de Almeida foi fundador da Cruzada Nuno Álvares.

E surge a revista *Pela Grei* – na qual Sérgio coabita com sensibilidades que não são propriamente exclusivas da sua posição, posição já inequivocamente (até porque Sérgio acha

que nunca mudou de ideias desde jovem) neokantiana e defensora da prioridade das reformas intelectuais e morais, como motor da transformação social. E era da transformação social que iriam decorrer as transformações políticas. Pelo que a transformação do regime que tanto empolava a República, os republicanos no sentido estrito como os monárquicos, era de somenos importância.

A *Seara Nova* vai, de facto, aqui assentar, no fundo procurando concretizar aquilo com que eu iniciei esta exposição.

Mas ainda há outros movimentos que não deixam de ser o prolongamento desta ilusão de que o bom uso do intelecto pode ser politicamente consensual. Isto é, estamos perante um raciocínio intelectual sobre o político, que simultaneamente acaba por despolitizar o uso da razão.

A União Cívica não encaixa por inteiro neste movimento, mas não deixa de ser o sintoma das soluções que o movimento estava a propor. O Fernando Rosas já falou em algumas delas.

Mas, mesmo depois da *Seara Nova*, António Sérgio, com algumas divergências no seio do grupo seareiro, consegue aglutinar novamente um projecto de uma revista que, mais uma vez através de um manifesto – o manifesto era uma espécie de instrumento iluminador da opinião pública –, teria a função educativa e a função de análise crítica do estado de decadência em que a sociedade se encontrava e de ser o motor da verdadeira transformação das elites. Porque, no fundo (e é aqui que eu vou terminar para não os maçar mais), toda esta ideia de que o intelectual pode situar-se, através do saber filosófico, científico e histórico (depende dos modelos), numa visão desinteressada e desparticularizada do social e do político é algo que atravessa a mitologia intelectual portuguesa, pelo menos desde o século XIX.

Os seareiros e, à sua medida e ao seu registo, os integralistas eram bons intérpretes, tanto mais que eles pretenderam sempre ser reactualizadores de projectos que já haviam sido iniciados.

Isto é, o movimento integralista, no fundo – até porque hoje é assim com a sua própria filosofia –, era, em última análise, uma utopia regressiva, era um restauracionismo: queria, no fundo, retomar um fio da História que o estrangeirismo e o racionalismo tinham desviado: Portugal precisava de se encontrar consigo próprio – daí a idolatração da nação e também já a idolatração da raça.

Os seareiros fazem a leitura de uma outra tradição (por isso é que não existe tradição, existem tradições), que vem desde Fernão Lopes, que passa pelos estrangeirados, sobretudo por Luís António Verney, que passa pelo movimento iluminista em geral – que, de facto, tem como grande mestre e até fornecedor de instrumentos críticos aquele estreito positivismo jacobino, que a ideologia tinha fomentado e regularizado pela filosofia crítica de Kant e, por isso mesmo, se situa ao nível do imperativo categórico, de vocação social. É contra todos os sociologismos de carácter organicista, é defensor da reorganização racional da sociedade, porque vê a História como palco onde gradualmente a razão irá vencer. Por isso, é antinacionalista, é vocacionalmente democrata, é tendencionalmente internacionalista, é ecuménico.

Mas, nestes meandros da luta entre intelectuais e da luta dos intelectuais da pura intelectualidade com as novas elites políticas – que estavam alapadas ao jogo político-partidário e que, segundo o seu diagnóstico, estavam a acentuar a crise e estavam a desmentir todas as promessas de regeneração – muitas vezes, penso eu, o seu criticismo não foi suficientemente forte para terem a capacidade de autocriticar os limites da sua própria racionalidade.



Slhi

Falo na geração da *Seara Nova*. Para António Sérgio, a crítica era o instrumento fundamental, mas Sérgio nunca fez autocrítica. Logo, esta autoconfiança na razão, esta alienação do estatuto social do intelectual como *clerc* leva a que se encontrem afirmações como aquela que o Fernando Rosas citou de Homens Livres e com uma outra que vinha no prolongamento desse texto, do número 1, em que Sérgio diz «*visto na perspectiva do verdadeiro intelectual, devotado à pura espiritualidade, que é capaz de se distanciar dos interesses partidários, do bezerro de ouro*». Portanto, avançar com projectos que ultrapassassem a política estrita, que apontassem para a necessidade de uma revolução das mentalidades. Diríamos que as questões do meio e as questões do conteúdo eram como que secundarizadas, e que leva Sérgio a dizer isto: «*Há mais afinidades entre um direitista novo e um esquerdista novo* (seriam os seareiros) *do que entre um esquerdista velho e um direitista novo*». Isto é, haveria mais afinidades intelectivas entre a postura crítica dos integralistas e a postura crítica da *Seara Nova* do que entre a *Seara Nova* e os velhos republicanos.

Com isto, estavam a fomentar o ambiente criticista e – podemos dizer –, se eles fossem dados a tácticas, queriam com isto arrastar os integralistas. Mas o contrário também era verdadeiro: a direita também estava interessada em desmantelar uma certa consciência crítica que se tinha desenvolvido à esquerda.

Julgo que escrever o parto da *Seara Nova*, sem estas contradições e sem estes dilemas, estes mitos e estas ilusões seria estar a escamotear vertentes fundamentais da História, nomeadamente a vertente de que há indiscutivelmente um elitismo. Diria mais: um elitismo que não é, claro, um elitismo de sangue, não é uma aristocracia social, é aquilo que podemos chamar uma meritocracia.

Mas pergunta-se: quem é que julga o mérito? Quem são os julgadores do mérito?

E temos de responder: é o autoconvencimento daqueles que se sentem já instalados na Verdade.

E isso é sempre perigoso.

A questão de defender a ideia de que a educação é o motor da História (como eles defendiam, em última análise: «*as profundas transformações sociais e políticas tinham que radicar uma profunda transformação mental que passava por uma reforma do ensino e da educação*») já se colocava no Iluminismo, colocava-se na época e continua a colocar-se hoje com todos seus grandes problemas.

Mas educar o povo levanta sempre esta pergunta: e quem é que educa os educadores?

Tenho dito.

## José Manuel Mendes

Recomeçamos de imediato com uma reflexão, tomando como ponto de partida as duas primeiras conferências, cujas ressonâncias ou prolongamentos me parecem, por um lado, claros; por outro, obscuros. Convirá que nos próximos dias explicitaremos essas obscuridades também. Faça favor.

## Interveniente

O Prof. Fernando Rosas, se bem entendi, afirmou que, em torno de 1919/1921, os próprios republicanos de esquerda

ter-se-ão demarcado dos republicanos conservadores, porque não era possível confiar no seu próprio projecto, na sua própria atitude. Isto é, a via seguida pelos republicanos conservadores não levava à resolução dos problemas económicos sociais e políticos. Também referiu que os anarco-sindicalistas, de alguma maneira, demarcaram-se dos republicanos de esquerda, entre 1919 e 1921.

A partir desse momento, à medida que o movimento operário se foi afirmando, até 1926, como é que o movimento operário se comportou, de então até 1926? Isto é, pergunto se o próprio movimento operário de alguma maneira não contribuiu para o reforço da República ou se terá, de alguma forma – por omissão –, contribuído para que se reforçasse o movimento que iria dar lugar à mudança política de 1926, no país...

## Interveniente

A revista *Homens Livres* não terá consubstanciado uma mera aliança contranatura e conjuntural que só durou dois números e que talvez não tenha tido a importância que lhe terá sido dada?

Não haverá uma diferença entre a linha seguida pelo Raul Proença e a linha seguida pelo António Sérgio. A *Seara Nova* é fundada em 1921 e, até 1923, é acima de tudo Raul Proença. A partir de 1923, efectivamente, há uma prevalência de António Sérgio. Mas não haveria diferenças entre os dois, pelo menos em termos de acção? Estou a lembrar-me das campanhas feitas por Raul Proença, por exemplo, em Coimbra, em 1926, contra o fascismo.

## Ulpiano Nascimento

Fiquei encantado com as duas participações tão ricas e oportunas para esclarecer o fenómeno seareiro. Todavia, seria conveniente realçar um aspecto, que apareceu diluído, que me parece importante para caracterizar o fenómeno seareiro. Refiro a dinâmica das sociedades.

Há um aspecto dinâmico conjuntural que define as várias fases do processo seareiro. Essas forças que condicionam e moldam o espírito seareiro, de que fala Salema, o são derivadas de acções de forças económicas ou socioeconómicas da sociedade. Por isso, podemos respeitar a função dos intelectuais, em termos conjunturais, porque são os portadores de uma sabedoria mais sofisticada, que realmente têm uma função esclarecedora, pedagógica e conjuntural na sociedade e que, efectivamente, determina as várias fases por que passou a *Seara Nova*.

A dinâmica social moldou a realização dos vários números da *Seara Nova*, das páginas e do pensamento da *Seara Nova*. É por isso que dizemos, por exemplo, que na primeira fase, contra a I República, vemos um esforço para caracterizar e criticar os desmandos da I República. Mas essa mesma *Seara Nova*, a *Seara Nova* da primeira fase, que estimula e propõe de certa maneira – como diz Fernando Rosas – um elitismo centralizado, a apontar para governações centralizadas, na fase seguinte, no tempo da ditadura, apresenta críticas à ditadura. Em 1985, ressurge também com uma crítica à situação de confusão que a democracia estava sentindo.

Era isto que eu queria dizer: é a força que está na sociedade e sobretudo de natureza socioeconómica que molda e faz exactamente todas as *nuances* que aqui foram comentadas e muito bem.

Sinto-me muito feliz por ter ouvido os professores Fernando Rosas e Fernando Catroga.

## José Manuel Mendes

Se o Ulpiano Nascimento não visse inconveniente e independentemente de o que os dois conferencistas queiram dizer, iríamos transpor a sua observação de agora para uma espécie de prólogo à primeira sessão de amanhã, que é precisamente sobre isso.

## Fernando Catroga

A revista *Homens Livres,* de facto, só teve dois números e é algo conjuntural. A revista, a meu ver, foi conjuntural, mas o projecto, pelos vistos e como eu tentei demonstrar, não era conjuntural. Encontramos, antes de 1923, antes de 1920, iniciativas, quer em associações cívicas, quer em projectos de revista, que, no fundo, tinham muitas afinidades com aquilo que, em 1923, sobretudo António Sérgio, no grupo seareiro, procurou realizar.

Não é a primeira vez que intelectuais seareiros – chamemo-lhes assim, mesmo antes da *Seara Nova* –, integralistas e outros monárquicos estão em projectos que têm uma base comum. Se lerem com atenção a revista *Homens Livres,* verão que quando há algum debate interno sobre as divergências é dito: *«o que importa é aquilo que nos une».*

E o que é que os unia? A crítica ao sistema parlamentar, o diagnóstico decadentista da sociedade portuguesa e um

projecto de regeneração que, de certo modo, soldasse e solidificasse a unidade nacional. Acho que isto não é conjuntural. Encontramos isto na I República em vários projectos.

Quanto às diferenças entre Raul Proença e António Sérgio: sem dúvida. O António Reis está a fazer uma tese sobre o Raul Proença e poderá mais bem explicar isso do que eu. Mas, independentemente das diferenças dos ideários deles como homens, pergunta-se se isso se reflectiu na própria orientação da *Seara*.

Julgo que Raul Proença era – independentemente dos pontos de partida do seu pensamento (ao que me consta António Sérgio nunca teve aquele comércio íntimo com Nietzsche que Proença tem, mesmo antes do projecto da *Seara*) – um idealista mais realista do que o próprio Sérgio. Raul Proença era mais um comentador político e assumia-se menos como educador dos educadores. Como sabem, o grande projecto inicial de António Sérgio era ser um pedagogo e julgo que nunca perdeu essa intenção. Talvez tivesse maior sensibilidade em relação àquilo que é a política, até devido à sua formação inicial, e, por isso, foi muito mais clarividente. É-o, por exemplo, na detecção da emergência dos fascismos, nomeadamente de Mussolini, através dos seus panfletos de crítica àquele ideal do ditador, como Fernando Rosas acentua. São sensibilidades diferentes.

Terceira pergunta. Estou absolutamente de acordo, aqui só quisemos captar a génese em contextualizações.

Há sim condições sociais e políticas, mas também há mutações, no que diz respeito ao estatuto do intelectual na sua relação com a política, e a influência do marxismo é fundamental. Porque o partido vai aparecer verdadeiramente como intelectual e orgânico, que é a maneira de fazer a síntese entre o poder espiritual e o poder temporal. Foi isso que Marx já disse, é isso que Lenine vai fazer e encontramos

o eco disso na polémica do Rodrigues Miguéis, sobre a ideia de revolução, que depois leva a que a *Seara Nova* não deixe de ser sensível gradualmente e então a partir da Segunda Guerra Mundial isso parece-me claro. Há uma certa coexistência de sensibilidades, embora, às vezes, com lutas internas, como foi dito. Está aqui o Dr. António Rafael Amaro – vai falar amanhã – que fez uma tese sobre um período da *Seara Nova* até aos anos 40 – é preciso fazer estudos, para periodizar a *Seara Nova*, é fundamental.

Mas há algo que se mantém sempre no espírito seareiro e que talvez tenha muito a ver com a longevidade da *Seara Nova* e com o seu sucesso, que é sempre um fracasso, como é sempre toda a acção de apostolado de ideias.

É que a *Seara Nova* medrou, nasceu, cresceu e consolidou-se como portadora de uma cultura de resistência, de contra-corrente, o que se adequa bem à atitude do intelectual por ela perfilhada – o intelectual deve ser sempre um homem crítico.

## Fernando Rosas

Do ponto de vista da segunda fase da crise da República, convém lembrar que 1919/21 é um período em que a vida corre bem à República. É uma período de relativa prosperidade económica e em que o novo projecto do Partido Republicano centrista, burguês, urbano, assente nas classes médias, aparenta ter algum sucesso, em clima de desenvolvimento inflacionário.

Em 1921, há a grande ruptura, a ruptura do ponto de vista do modelo e a ruptura motivada pela crise internacional. É o impasse económico, a brutal derrapagem financeira e a evidenciação da crise política institucional, subjacente a toda a vida da I República. Perante ela, digo que há três atitudes.

Há a novidade da constituição de uma esquerda programática republicana que, a meu ver, em rigor não existe na primeira fase. Uma esquerda republicana com programa de economia, de política e até com um comportamento táctico, apesar de dispersa. E há uma direita republicana que, a partir da noite sangrenta de 1921, entra claramente na conspiração subversiva face às instituições. Ou seja, a direita republicana, a partir de 1921, o Partido Nacionalista, Cunha Leal e todos os homens da direita republicana jogam abertamente com a direita antiliberal na conspiração militar.

A partir de 1921, a defender a República está um Partido Republicano centrista que tenta navegar à vista para ver se consegue manter a República, de forma a manter a hegemonia no sistema. É um partido centrista que, aliás, negoceia com os próprios conspiradores a conspiração, em ordem a salvar-se. Ou seja, o António Maria da Silva negoceia com os conspiradores uma solução para a conspiração, que permite ao Partido Republicano, de alguma maneira, ficar ao de cima. E há uma esquerda republicana pulverizada, dispersa, com alguns momentos de concentração política, exactamente no biénio de 1923/25, com alguns momentos de frente popular contra o perigo fascista, nas Jornadas de Fevereiro de 1924 e de Fevereiro de 1925.

Mas o próprio projecto republicano de esquerda, o próprio biénio radical, vai cair na tentação de derrubar os bonzos, de derrubar o Partido Republicano, através da atracção pelo golpe militar. Quer dizer, a ideia de que pode haver um golpe militar salvador e regenerador da República é uma ideia em que as várias esquerdas republicanas vão consensualmente, mais ou menos empenhadamente, embarcar.

Qual é comportamento do movimento operário em relação à conspiração?

Temos aqui o Arsénio Nunes que tem estudado o problema e nos dirá.

A minha sensação é que o movimento operário organizado vive, em primeiro lugar, um período de refluxo. O movimento operário tem um período de grande ofensiva, de 1919 a 1921/22, mas depois começa a cair. As crises económicas são terríveis para o movimento operário, porque não há emprego, porque há repressão e a luta pela sobrevivência sobrepõe-se à luta pela reivindicação. Isso vive-se em 1922, como se viverá mais tarde, em 1931 e 1932.

O movimento operário começa a perder energia, o que é concomitante com o surgimento de certa formas desesperadas de resistência, ligadas à emergência de fenómenos de terrorismo operário, e, sobretudo, penso que o movimento operário desiste da defesa da República, desiste da defesa *daquela república* – uma República que manda os sindicalistas para a deportação sem julgamento, que é uma República que liquida sumariamente, como faz a polícia do Ferreira Amaral, é uma República que cria tribunais especiais para os julgar, é uma República abertamente repressiva.

Fala-se muito no Afonso Costa como raixa-sindicalista – e ele foi. Mas isto, ao pé do Ferreira do Amaral e dos governos do António Maria da Silva, é uma brincadeira de crianças.

Portanto, este movimento operário organizado, em refluxo, em perca de velocidade, desiste de defender esta I República. É a sensação que eu tenho.

Não nos esqueçamos que os ferroviários de sul e sueste, com uma greve, aderem ao movimento de 28 de Maio. É mais do que desistência.

Há a ideia muito própria no sindicalismo revolucionário apolítico de que pode haver alguma expectativa em relação ao golpe militar, o que leva o movimento operário a reagir tarde. *A Batalha* reage tarde ao movimento militar. Quando

não certos sectores do sindicalismo a aderir ao próprio golpe, entrando em greve a favor dos golpistas.

Portanto, há uma clara desistência da defesa da I República e, nesse sentido, é um fenómeno similar ao que se passa no Dezembrismo, de 1917, quando sectores importantes do sindicalismo se põem ao lado da revolta sidonista, em nome de deitar abaixo a República do Afonso Costa. Há, portanto, um fenómeno talvez não tão nítido, mas similar, do ponto de vista do comportamento do movimento operário anarco-sindicalista.

No que toca ao Partido Comunista, o Partido Comunista é claramente minoritário, como corrente no movimento operário nessa altura. É sabido que o congresso do Partido Comunista está reunido, por coincidência, no próprio dia 28 de Maio de 1926, para uma célebre resolução, que os historiadores afectos a esse campo político e ideológico gostam de mostrar como evidência da presciência do Partido Comunista, relativamente ao perigo do fascismo. Adopta uma resolução, denunciando o perigo do fascismo e o movimento militar que, naquela hora, está na rua. Mas o Congresso do Partido Comunista, ao aprovar nessa altura essa moção, seguia um hábito nesse tipo de moções – a denúncia do militarismo e a denúncia do fascismo – que eram muito vulgares no movimento operário.

E no movimento operário, quer comunista, quer anarco-sindicalista, não há nenhum esboço de reacção ao movimento militar, a não ser esse tipo de posições.

O Partido Comunista toma uma posição contra o golpe de Maio mais cedo do que *A Batalha*, que só a toma a 30 de Maio, se não me engano.

O movimento operário só vai ensaiar um gesto de resistência quando se começa a perceber o que é movimento militar, com a queda do Mendes Cabeçadas, passadas que foram aquelas negociações todas, quando se começa a perceber que vai haver

uma salamização do golpe de Estado. Quer dizer, aquilo era uma grande panela e quando, a partir do dia seguinte, se começa a deitar fora da panela tudo o que estava lá a mais por equívoco e quando o Mendes Cabaçadas vai embora, aí sim, a Confederação Geral do Trabalho percebe o que aí vem e apela a uma greve geral.

De qualquer maneira, o comportamento do movimento operário é de indisponibilidade básica para defender aquela República e de, mais ou menos, deixar o movimento militar avançar, ou pelo menos não reagir muito.

No que respeita a *Homens Livres*, estou inteiramente de acordo com as observações que fez o Fernando Catroga e não vou acrescentar mais nada. Direi apenas que não é uma coisa conjuntural.

Há uma ideia antiparlamentar e antiliberal de que pode existir uma coalizão dos espíritos livres e esclarecidos para superar o liberalismo. Este projecto da união das inteligências, em nome da salvação nacional de regenerar a pátria – ao qual António Sérgio vai aderir sempre até tarde –, é um projecto, invariavelmente do ponto de vista histórico, antiliberal, antiparlamentar, de índole autoritária, mais ou menos iluminista. É o projecto sergiano.

O projecto dos *Homens Livres* é de facto pouco durável.

Do ponto de vista da posição dos intelectuais, os seareiros deixam-se arrastar para o pântano da política e, ainda por cima, da política esquerdista, coisa que os integralistas não perdoam e cortam com eles.

Também não há dúvida nenhuma que Raul Proença é outra coisa. Foi da República, é um republicano, é um homem que tem outra formação filosófica e outro passado político e que, portanto, se vai bater.

O Raul Proença envolve-se em certas ideias do elitismo, da ditadura regeneradora, dos bons e dos maus ditadores

e do governo excepcional, mas está sempre com um pé lá e outro cá. Compreende que, por detrás daquilo tudo, há qualquer coisa de sinistramente ameaçador. Está ao mesmo tempo nessa posição e está a fazer as campanhas contra o fascismo na *Seara*, etc., etc. Tem um outro lado de si próprio, muito envolvido na consciência do perigo que aquelas ideias tinham.

O António Sérgio, acho eu, estava muito mais do outro lado, com os dois pés.

## António Pedro Pita

Tomei nota de três pedidos de intervenção. Dr. António Reis, Dr. Isabel Pires de Lima, Dr. João Nunes. Se mantêm essa vontade, gostaria de lhes pedir que o fizesse de modo a terminarmos dentro de dez minutos.

## António Reis

Só uma rápida precisão em relação a um ponto da intervenção de Fernando Rosas, e uma brevíssima achega à intervenção de Fernando Catroga.

Em primeiro lugar, a questão da *boa ditadura*.

Convém talvez precisar que a boa ditadura não se distinguia, segundo os seareiros, da má ditadura apenas pelo factor duração, isto é, ser uma ditadura transitória que deveria preparar um restabelecimento do regime efectivamente democrático. Nem se distinguia da má ditadura por

ter um programa progressista de reformas, do ponto de vista económico e social. Mas há dois factores importantes também a considerar.

O primeiro factor é que desejavelmente a boa ditadura deveria fazer-se com o acordo do próprio parlamento em funções, sem dissolução do parlamento. O parlamento auto-suspendia-se de forma a que, por meio de autorizações parlamentares, o tal governo excepcional de competências aplicasse o programa definido pela elite intelectual. Só esta autorização parlamentar era desejavelmente o processo a seguir. Mas não necessariamente.

Há textos da *Seara Nova,* nomeadamente um artigo do Raul Proença em que ele reconhece que se, porventura, o parlamento em funções protestasse e resistisse a um fortíssimo movimento da opinião pública e que se quisesse impor àquele programa, se não ia a bem ia a mal.

O segundo ponto é o factor "movimento da opinião pública". Para os seareiros, a boa ditadura deveria resultar de um prévio movimento da opinião pública, que imporia à nação necessariamente aquele programa, definido pela tal elite. Só que eles nunca definem muito bem o que é esse movimento da opinião pública. É algo não estruturado, que é inorgânico, que se exprime através da imprensa. Mas a imprensa daquela altura é toda má: ou está ao serviço da banca ou está ao serviço dos partidos.

Apesar disto, há uma tentativa de preservar o mínimo de formalismo no respeito de elementos essenciais do regime democrático.

Em relação à intervenção de Fernando Catroga, queria lembrar a tese conhecida, do Sérgio e do Proença, da hierarquização entre o intelectual, o político e o técnico.

Tanto um como outro fazem questão dessa hierarquização. E colocam-se evidentemente no grupo dos intelectuais

políticos que definem o pensamento, que definem o plano de reformas a coordenar pelos políticos e a executar pelos técnicos. Se era possível e desejável, e de certo modo mais viável, a subordinação do técnico ao político, já o mesmo não acontecia com a subordinação do político ao intelectual político.

E eles partem sempre do princípio errado e ingénuo e demasiadamente autoconfiante de que o político necessariamente acabará por obedecer ao intelectual político.

Não foi assim e, o que é pior, deixaram-se todos surpreender, seareiros e republicanos em geral, por um homem que acabou por reunir as três qualidades: a do técnico, a do político e a do intelectual político – a saber, António de Oliveira Salazar.

António de Oliveira Salazar apresenta-se como técnico, mas traz um projecto político que tem um fundamento de carácter doutrinário também.

Durante, pelo menos, os primeiros quatro ou cinco anos, até 1931, da ditadura militar, os republicanos e o próprio Proença (que tem um texto, a esse propósito, que editei há pouco tempo na revista *Biblioteca Nacional*) estão convencidos de que Salazar é sobretudo um técnico de finanças e que não tem ainda um projecto político e, sobretudo, que não é o tal intelectual político. Enganaram-se redondamente.

António Pedro Pita

Não o liam com atenção....

## Isabel Pires de Lima

Muito rapidamente queria dizer que gostei muito de os ouvir e por razões diversas.

No caso do Prof. Fernando Catroga, a reflexão dele vai provavelmente mais ao encontro de preocupações minhas e gostava de pedir ao Prof. Catroga uma precisão.

A propósito de Raul Proença e da sua concepção de intelectual a que ele chamou *um paradigma de tipo kantiano épico-cívico,* para explicar a concepção do intelectual, como tendo uma vertente heróica e messiânica, não percebi bem como é que a não conjugou com uma vertente – essa então nietzschiana – do intelectual, como um herói perspectivo a nível estético. E isso fez-me tanto mais confusão quando, numa segunda intervenção sua, fez referência a alguma coisa que eu desconhecia em absoluto, a convivência do Proença com Nietzsche, ao contrário do que teria acontecido com Sérgio.

Peço-lhe pois uma precisão porque não ficou bem claro para mim essa filiação num sentido e não noutro.

## Fernando Catroga

A hierarquização estava implícita na minha qualificação, nomeadamente quando remontei à Grécia, o que não foi por acaso.

Julgo que o intelectual, quer se queira ou quer não, tende a confundir-se com o literato. Mesmo quando, nos finais do século XIX – devido ao impacte da revolução científico-industrial, do desenvolvimento das ciências –, começa a entrar o cientista, é o cientista investigador, os Curie, por exemplo, e não tanto o técnico. A dicotomia entre teoria e a *tékhne*

mantém-se, só que obviamente eles não descuram a *tékhne* porque estávamos numa sociedade industrializada. Mas não a deixam de subordinar à outra camada superior que é aquela que, no saber grego, era ocupada pelos filósofos e agora é ocupada pelo escritor, pelo romancista, pelo poeta, pelo cientista, etc. Aliás, o Comte viu isso, porque a técnica não é mais de que o prolongamento da teoria.

Mas, já agora, só um esclarecimento de algo que se prende com aquilo que foi dito.

Não deixa de ser interessante o debate ou a recensão que o Raul Proença faz, em 1928, ao livro do Benda *A Traição dos Clercs*, uma obra de 1927.

Julien Benda, enquanto jovem, foi um participante do caso Dreyfus e assim podemos dizer que aquilo é o eco desta tomada de consciência do poder dos intelectuais, esta intensificação dos intelectuais – algo que na cultura francesa teve grande ênfase. De certo modo, começa aí a afirmar-se aquilo a que eu chamo *a geografia cívica da vida moderna europeia*, particularmente latina. Há o aparecimento do sacerdote máximo que, no fundo, é o *maître à penser*, que é o Zola. E mesmo quando eles não são pensadores, há a sua própria atitude cívica. No caso português, é o Herculano, depois mitificado pela Geração de 70. Depois de 70, vai ser o Antero e assim sucessivamente.

Nessa família, claro que a direita vai ter os seus anjos, os seus santos nesta geografia cívica.

O Benda, ao escrever *A Traição dos Clercs*, quer, de certo modo, recuperar aquilo que foi para ele o movimento mais puro deste intervencionismo do intelectual – um intervencionismo que não era directamente político, era sempre feito em nome do universal, do desinteressado, do sacerdócio e pela pura espiritualidade. Por isso, ele vai explicitamente dizer aquilo que os termos de apóstolo, de sacerdote andavam a dizer e vai mesmo chamar ao intelectual clérigo, vai chamar-lhe *clerc*

– é o clérigo da cultura secularizada, o escritor em última análise, o formador da opinião pública. Mais a mais, estávamos numa civilização da escrita, dominantemente da escrita, em que a rádio estava para aparecer ou a aparecer e não havia a televisão.

Não é por acaso que hoje, na linha desta geografia francesa, vai-se ao Zola, vai-se ao Anatole France, vai-se ao André Gide, vai-se ao Romain Rolland e acaba-se talvez no Sartre, último mestre *à penser*.

Espero que o nosso Eduardo Lourenço não seja o nosso último *maître à penser*.

Mas não deixa de haver afinidades electivas nesta galeria destes heróis intelectuais, em relação aos quais há uma aura de quase voz profética, que resulta do seu estatuto, de serem capazes de superar a dimensão teórica da dimensão prática.

No fundo, o conceito de elite do Proença, na primeira fase da *Seara Nova*, é muito parecido com aquilo que o Benda vai definir como protótipo do *clerc*. Só que, quando surge o livro do Benda, ele já estava no exílio – o intelectual já sabia que, afinal, a política não é só o mundo das ideias e ele estava no exílio. E embora não reivindicando qualquer pretensão de líder de político, fiel à velha ideia, ele acha que essa apologia do intelectual pode ter efeitos indirectos na sociedade. Mas ele deve estar um pouco como o místico, o monge – o intelectual cenobita. E enquanto ele vai defender a ideia do intelectual, *mesmo que o seu reino não seja deste mundo* (aliás chegam a dizer esta frase), aquilo que ele diz deve ter ecos no mundo dos homens, no reino de César.

O próprio Benda teve consciência disso e faz uma hierarquia muito interessante, ao dizer: *bem vistas as coisas, há o chamado clerc regular e o clerc secular – o verdadeiro intelectual é o clerc regular, é o cenobita, é o que vive na pura espiritualidade; o intelectual tem mais uma vocação cívica, é o clerc secular.*

Penso ser aí que o Raul Proença se queria integrar – ser um *clerc*, mas um *clerc* secular.

Bem, isto foi uma provocação ao António Reis. O António Reis num texto (não sei se ainda hoje perfilha) "A introdução às páginas colhidas do Raul Proença", quando fala nesta questão da heroicidade, diz haver um eco de Nietzsche: (...) *«aí, é um dos ecos de Nietzsche»*.

Eu não estou contra. A coabitação com os integralistas é uma coisa que hoje um juízo crítico só pode perceber em função do facto de se sentirem intelectuais, porque, no fundo, o modelo integralista é o contrário daquilo que o Raul Proença e o António Sérgio diziam.

Para os integralistas, na linha do pensamento de Barrès, os mortos é que devem governar os vivos e a grande fonte do saber é a História. Portanto, é um pensamento tipicamente historicista, romântico, em que o futuro é visto como um regresso a um passado idealizado, é uma utopia regressiva.

Ora a *Seara Nova* é uma utopia iluminista progressiva e por isso é que Sérgio e Raul Proença, mesmo quando acham que a História é útil, estão muito próximos da crítica nietzschiana ao historicismo, à crítica da história erudita, da história de antiquário, e dizem que a História só faz sentido se estiver ao serviço da vida e estar ao serviço da vida é ser-se impulso de quase força vital, isto é, de se criar o novo.

Quando Nietzsche fala na sua ideia de herói: *«aquele que não repete, que não quer viver segundo o paradigma do passado, porque o passado já não é»*, faz apelo, na sua crítica ao historicismo, ao novo, àquilo que é capaz de criar um novo. E o modelo do novo, para Nietzsche, é o estético, o homem estético, a criação pouco romântica da obra de arte.

Ora, a meu ver, o apelo ao novo, em Proença, não tem uma tradução estética (mas é estética porque ele visava uma

sociedade harmoniosa), o seu comando deve ser essencialmente ético-racional, deve ser o apelo a que o Homem Novo (o mito do Homem Novo é um mito seareiro, da sua primeira fase) seja aquele que é capaz de actuar (na linha do século XVIII) de acordo com as capacidades naturais ao próprio Homem, nomeadamente o uso crítico da razão, da razão teórica e da razão prática, e compreendendo teoricamente arrasta sempre um imperativo ético.

Por isso, prefiro dizer que são perfis de intelectuais não-estéticos, daí a insensibilidade da geração seareira da arte pela arte, a sua insensibilidade em relação ao modernismo na arte, mesmo quando queriam ser os modernistas na política.

## António Pedro Pita

Cumpre-me agradecer aos professores Rosas e Fernando Catroga e a todos vós que participaram nesta primeira parte da reflexão e acertar encontro para as 15,00 horas.

## Isabel Pires de Lima

Norberto Cunha é professor na Universidade do Minho, é um especialista em questões de Pensamento Português e, em particular, tem sido um estudioso do Prof. Abel Salazar. Tem, designadamente, uma tese de doutoramento sobre "O Pensamento de Abel Salazar". Vamos ouvi-lo exactamente sobre "Abel Salazar nas vanguardas intelectuais", ou o seu diálogo com as vanguardas intelectuais.

## Norberto Cunha

### A polémica de Abel Salazar com António Sérgio ou o problema do papel dos intelectuais

Quero começar por agradecer à organização o convite para estar presente neste colóquio sobre a *Seara Nova* e poder falar de Abel Salazar.

Tenho sempre muito gosto de falar de Abel Salazar, com quem tenho um contencioso afectivo de há muitos anos e, ao que parece, tão cedo não me vou desembaraçar dele. Certamente irei morrer com ele. É também de alguma maneira uma oportunidade de exorcizar estes meus fantasmas.

Muito mais preocupante para mim foi, de facto, o tema que me foi proposto.

Como disse ao meu caro colega doutor Pedro Pita, "Abel Salazar nas vanguardas intelectuais" causa-me alguma preocupação, porque me foi, inicialmente, solicitado que me referisse às relações de Abel Salazar com a *Seara Nova*, concretamente com a polémica que manteve com António Sérgio.

Vou fazer uma ponte entre as duas coisas.

Vou referir-me a Abel Salazar enquanto intelectual, discorrendo um pouco pelas suas ideias e pelos seus propósitos e o seu predilectismo cultural. Depois irei fazer a ponte, mostrando como havia uma certa sintonia, baseada num grande equívoco, entre Abel Salazar e a *Seara Nova*.

Por mais de uma vez Abel Salazar disse não ser político nem ter desejo de o ser; inclusive disse antipatizar com a política. Opinião surpreendente, que em nada coincide com a sua filosofia nem com a sua prática. Não há, contudo, qualquer contradição naquela opinião. Descontextualizamo-la para melhor recortar e definir a posição de Abel Salazar face à política, que não é de oposição mas apenas de distanciamento crítico relativamente à sua expressão partidária, melhor dizendo, a uma certa política partidária – como a dos últimos anos da I República e a "partidarização" (o partido único) da ditadura salazarista. Efectivamente, Abel Salazar deu sobejas provas da sua simpatia pelos regimes democráticos e pluripartidários: manifestou-se, publicamente, no início da década de 30, contra qualquer forma de organização política unidimensional (à esquerda ou à direita); relacionou-se, em 1934, durante os seis meses em que se expatriou em Paris, com o grupo de *La Pensée* e militou nas actividades antifascistas da *Union Rationaliste* e *da Internationale des Travailleurs de l' Enseignement*, subscrevendo com eles um manifesto contra a ditadura portuguesa e as prisões em Portugal; foi demitido em 1935, por actividades, alegadamente, subversivas contra o Estado, que não foram mais do que a sua activa participação e empenhamento nas acções de divulgação cultural realizadas pelas associações republicanas estudantis; esteve, activamente, ao lado dos estudantes do *Liberdade*, o mais aguerrido periódico do "reviralho" estudantil na década de 30; esteve,

activamente, ao lado do MUD, em 1945 e pagou por isso a desactivação do Centro de Estudos Microscópicos, da Faculdade de Farmácia do Porto, que dirigia e onde trabalhava. A sua oposição à política não passava, pois, de um eufemismo, uma maneira de salientar, por antonomásia, a outra política que achava mais consentânea com a socialização crescente da ciência e a crescente estetização da sociedade – a democracia.

Mas se Abel Salazar foi, inequivocamente, um democrata, era, contudo, da opinião, que os intelectuais deveriam ter, relativamente à democracia, uma atitude transpartidária e de vigilância crítica. Como pretendiam os seareiros. Vinculado e comprometido nos princípios da democracia – vínculo de ordem eminentemente racional e moral – cria que esse vínculo apenas se poderia manter e realimentar se os intelectuais estivessem, partidariamente, desvinculados; o que significa que acreditava não só na precedência constituinte dos imperativos da consciência moral sobre a práxis política mas, também, no seu recíproco e frequente desajustamento, na esfera da acção. Bipolarização que não impunha aos intelectuais a escolha de uma com a exclusão da outra, mas apenas a eleição estratégica de uma relativamente à outra. E Abel Salazar escolheu: a função do intelectual era ser a "consciência moral", crítica, transpartidária e transclassista duma sociedade (a sua dimensão "universal"); compromisso de princípios que não excluía o seu envolvimento prático quando esses princípios fundamentais da razão e da moral eram ameaçados, nem excluía o seu envolvimento activo numa divulgação cultural susceptível de criar uma opinião pública cada vez mais esclarecida e mais vasta. O dever dos intelectuais não exigia, pois – como fez questão de salientar –, a sua neutralidade ideológica. Mas o seu papel era distinto do do político. Atitude que o levou a distinguir os pseudo-intelectuais dos

"verdadeiros" intelectuais: aqueles alugavam o seu talento à gente rica, eram lacaios da casa civil da realeza capitalista, acoitando-se, parasitariamente, como gavinhas, nas universidades e nas academias; e exemplificou: os médicos que faziam da medicina uma indústria e um balcão de venda da saúde a retalho; os professores de Coimbra que subscreveram a célebre "mensagem" ao Ministro da Instrução, em 17 de Agosto de 1933, onde, a pretexto da dignificação das suas funções, pediam mais salário e menos horas de trabalho; os verdadeiros intelectuais, pelo contrário, eram frugais, sacrificando tudo e a tudo renunciando por amor da verdade e do saber – como Ramon y Cajal, Marañon, Pasteur, Einstein (este declarava mesmo que um homem de ciência não precisava de ordenados, nem de bolsas nem de mecenas) e, acima de todos, Espinosa. Espinosa, para Abel Salazar, era mesmo o modelo exemplar do "intelectual da sociedade futura", porque além da sua actividade especulativa contribuía para a comunidade com uma soma maior ou menor de trabalho imediatamente útil (era lapidador de diamantes); o verdadeiro intelectual devia, pois, compaginar a sua actividade de investigação pura com uma actividade prática, imediatamente útil. Ora, na óptica de Abel Salazar, os cientistas – melhor do que quaisquer outros intelectuais – estavam em posição de cumprir o que era exigido a estes, pois não só a ciência se opunha a qualquer pragmatismo imediatista, aos nacionalismos e aos interesses egoístas de classe (era racionalista, universalista, transclassista e movida pelo amor à verdade) como a sua socialização acarretaria quer uma melhoria das condições materiais de vida, através da técnica, quer uma laicização das mentalidades e uma paideia racionalista do *self-government*, cuja filosofia Abel Salazar identificou com o "neopositivismo lógico" do Círculo de Viena. No cientista, filosoficamente, neopositivista,

viu, pois, Abel Salazar o exemplo do intelectual do futuro, ou seja, o intelectual que tinha a filosofia na conta de atitude crítica e metódica (e não de sistema); que cria no método científico como método exemplar de aventura e descoberta do real e do conhecimento; que mostrava que todo o saber é, sempre, conjectural e continuamente revisível; que as crenças, embora não tendo sentido na esfera do conhecimento, eram relevantes na esfera da acção; que o idealismo crítico (não ontológico mas gnoseológico) era o único método capaz de conduzir à formação de personalidades livres, criativas e críticas, de tornar o homem senhor de si mesmo e conhecedor consciente dos seus limites, o único método capaz de erradicar o dogmatismo e o autocratismo, substituindo-os pelo relativismo, pela tolerância, pelo cosmopolitismo e, no plano político-social e económico, pelo democratismo e pelo cooperativismo. O neopositivismo apresentava-se, pois, a Abel Salazar, como a *atitude filosófica ideal* dos intelectuais esclarecidos da sociedade futura. Por isso se empenhou a divulgá-lo. Mas fê-lo tão acalorada e entusiasticamente que António Sérgio considerou o modo como o fez mais próprio dum zeloso apóstolo do Alcorão. E é aqui que Abel Salazar se cruza com Sérgio. No *modo* como realiza essa paideia racionalista do *self-government*. É verdade que Sérgio não considerava o neopositivismo a filosofia exemplar do verdadeiro método científico, mas quanto ao que se esperava deste, podemos afirmar que coincidiam. Sobretudo, um e outro estavam convencidos de que a socialização do método científico era o melhor modo de criar personalidades livres, críticas e criativas e de infundir na juventude uma mentalidade, radicalmente, democratista e cooperativista.

Esta convergência de pontos de vista facilitou o relacionamento de Abel Salazar com Sérgio. Mas outros factores adjacentes tornaram a sua colaboração na *Seara Nova*

especialmente bem-vinda. A *Seara* debatia-se, então, como uma incapacidade de atrair a juventude intelectual mais irrequieta que – mais do que pedagogia social – reclamava acção. Abel Salazar, por seu turno, tinha um extraordinário carisma entre essa irrequieta e voluntarista juventude estudantil: colaborara, activamente, com ela e por via desse envolvimento fora demitido; sobrevivia, desde a segunda metade de 1935, com uma parca reforma. Era um herói, para a esquerda estudantil. A este factor catalisador da juventude, vieram juntar-se a carta que escreveu a Sérgio, em 1937, congratulando-se com as suas investidas contra os correligionários do regime e uma carta do seareiro a convidar o histologista portuense a colaborar na *Seara Nova*, perante a "bárbara guerra" que lhe estava a ser movida pelos seus adversários (como desabafou, numa carta publicada no *Sol Nascente*, em 1 de Abril de 1937, no diferendo que o opôs a Casais Monteiro).

Sérgio não ignorava que Abel Salazar era um estrénue defensor e divulgador de uma filosofia de que ele era um severo crítico – o neopositivismo lógico. Essa diferença, no entanto, era, para Sérgio, secundária perante o que tinham em comum: por um lado, a rejeição – compartilhada pelo empirismo lógico – das variadas retóricas que se apresentavam como filosofia e a defesa desta, como sendo, essencialmente, uma reflexão sobre a ciência e uma atitude, gnoseologicamente, libertária e crítica; por outro lado, a oposição de ambos à ditadura e as suas opções democráticas. Era um pacto de correligionários, duma mesma frente de unidade contra as ditaduras – fossem filosóficas fossem políticas; por isso a *Seara Nova* acolheu Abel Salazar como um amado camarada de uma mesma trincheira – nas palavras de Sérgio.

As divergências começaram quando Abel Salazar, que iniciou a sua colaboração em meados de Abril de 1937, com

dois artigos sobre o empirismo lógico – mais exactamente sobre o critério empirista do significado, sobre a classificação das proposições e sobre as suas relações com os biótipos caracterológicos – o apresentou de modo que Sérgio considerou impróprio duma verdadeira divulgação cultural, ou seja, de modo meramente descritivo, acrítico e sectário. Por isso Sérgio saiu à liça, a contestar o modo como o seu convidado realizava a divulgação cultural, tendo implícita nessa contestação a denúncia da "traição" (ainda que bem intencionada) de Abel Salazar ao dever dos intelectuais que o próprio apregoava. Na opinião de António Sérgio a vulgarização cultural, tal como Abel Salazar a estava a fazer, corria o risco – no entender do seareiro – de se converter numa faina anticultural, com todos os prejuízos daí decorrentes para ambas as partes: os destinatários e o próprio vulgarizador. E por várias razões: pelas simplificações colossais em que Abel Salazar tinha de incorrer e pelos riscos de ter de apresentar o empirismo lógico como outrora se apresentara o hegelianismo e o comtismo – como uma doutrina e uma "religião". Mas Sérgio vai mesmo mais longe. Era de opinião que era difícil, quando não mesmo impossível, conciliar a vulgarização com a exactidão do cientista, vulgarizar sem deformar, vulgarizar sem falsear os problemas, vulgarizar sem inexactidões, vulgarizar sem impropriedades de expressão verbal, sem imprecisões conceptuais. Não seria preferível – diz Sérgio – divulgar verdadeiras dificuldades em vez de facilidades fictícias ou ideias falsas que redundavam, afinal, num processo de desculturação? Não estaria Abel Salazar a ser – enquanto vulgarizador – como aquele professor de equitação que, empenhado em simplificar ou facilitar as coisas, acabasse por suprimir o cavalo do seu ensino?! Urgia, pois, estabelecer um diálogo que aprofundasse a questão, que a discutisse, não a questão do empirismo

lógico, mas essoutra, bem mais importante e não resolvida, no entender de Sérgio: como vulgarizar a cultura e como intervir culturalmente, de modo a fazer da cultura uma força de transformação efectiva da realidade, quer individual quer colectiva.

Na sua crítica, Sérgio não visou, pois, a doutrina filosófica divulgada por Abel Salazar na *Seara*, ou seja, o neopositivismo lógico (e por mais de uma vez o dirá). Também Sérgio, na sua faina pedagógica, defendia explícitos objectivos filosóficos e doutrinais (políticos, sociais e económicos). Não considerava, portanto, nem ilegítima nem uma traição que os intelectuais os tivessem e defendessem. O que Sérgio questionou foi que Abel Salazar apresentasse o empirismo lógico como doutrina acabada, definitiva e como corolário inevitável do método científico. Deste modo, Abel Salazar convertia o neopositivismo numa religião e excluía, da ciência, a espontânea criatividade do sujeito, a dúvida, a conjectura, a sua contínua precaridade e revisibilidade. Enfim, o que Sérgio questiona é o *modo* como Abel estava a divulgar o neopositivismo lógico, aproveitando essa oportunidade para se interrogar e interrogar-se em diálogo com ele não só sobre o sentido da verdadeira cultura mas sobre o problema mais geral das possibilidades e limites de qualquer vulgarização cultural e, implicitamente, sobre a função mais lídima dos intelectuais. Lendo atentamente as réplicas e objecções de Sérgio, não me parece que o seareiro tivesse outro objectivo. É verdade que não subscrevia o neopositivismo lógico, mas a questão que levantara era, naqueles anos e em Portugal, bem mais importante do que qualquer filosofia. E Sérgio sabia-o. Não me parece, pois, que na sua contestação ao modo como Abel Salazar divulgava o neopositivismo lógico houvesse qualquer intenção oculta e reservada. Ao eleger Abel Salazar como interlocutor,

António Sérgio não o fez por vaidade ou para demolir um "mito" cultural e estudantil, mas por considerar que o histologista portuense reunia, pelo menos aparentemente, todas as condições para cumprir, exemplarmente, essa função ideal dos intelectuais e porque – do seu ponto de vista – não estava a cumprir essa função como podia e devia fazê-lo. No entanto, um e outro aceitavam, como incontestável, que o lugar geométrico da acção dos intelectuais era a intervenção cultural. No *como* fazê-la é que assentavam as suas divergências. Temos, pois, aqui, dois problemas correlativos: a questão da "cultura" e o problema da sua vulgarização. Numa outra instância, que cultura devia ser a do intelectual e como levá-la até à opinião pública, melhor dizendo, até àquela "seara" cuja opinião era necessário esclarecer e mobilizar. Vejamos, mais de perto, estas duas questões.

Sérgio distinguia duas acepções de cultura: uma, a acepção folclórica ou etnográfica ou relativa, que identificava com o acervo tradicionalista, estático, sedimentado nos estilos de vida de dado povo; a outra, a acepção espiritual (para ele, sinónimo de universal ou absoluta) que identificava com o processo dinâmico de afinar o intelecto e a sensibilidade, de apurar o senso crítico e intensificar a faculdade de bem ajuizar. Na primeira acepção – em seu entender – o sujeito é uma tábua rasa, um armazém inerte e passivo, que reage por determinação de variáveis que não controla e onde a cultura – que tem na quantidade o seu critério de valor – é sinónimo de acumulação de conhecimentos. Para Sérgio, esta é uma "cultura falsa". Na segunda acepção, o sujeito, em conformidade com um "dever ser inteligível" ínsito à própria razão, cria, espontânea e livremente, o real conhecido, apresentando-se a cultura, deste ponto de vista e primordialmente, como um método de pensar, uma disciplina

mental, onde o pensar e o pensado são, essencialmente, o mesmo, que só toma consciência de si na transcendência das suas limitações naturais e sociais, na libertação das cadeias biológicas que o amarram e do determinismo que o constrange, na libertação dos limites que o espaço e o tempo tendem a impor-lhe, do aqui, do agora, dos acidentes de classe, de partido, de nação, etc., enfim, de todos os particularismos. Enfim, ser verdadeiro culto era – como disse Spinoza, a esse propósito evocado por Sérgio – lograr desfazer-nos das limitações do espírito para alcançarmos a objectividade universal; ser culto – como salientara Bento de Jesus Caraça, alguns anos antes, numa celebrada conferência sobre a "Cultura integral do Indivíduo" – significava a conquista da Liberdade no seu sentido mais vasto. O que mais importava na formação cultural do cidadão não era, pois, a matéria ou o conteúdo do que se cria ou se afirmava, a recepção, armazenamento e reprodução de uma certa quantidade de novidades ou ideias, mas, sim, a ginástica mental segundo um "dever ser inteligível", transcendente aos egoísmos individuais. Ginástica e disciplina mentais que, para Sérgio, se mostravam, exemplarmente, no exercício do método científico de matriz crítico-idealista e falibilista. Neste sentido, o espírito crítico e o espírito científico eram, para Sérgio, equivalentes. Podemos, pois, afirmar que, para António Sérgio, ser verdadeiramente culto era ter um método mais do que um ideário, era passar do nível mental da credulidade ingénua e do dogmatismo espontâneo para um nível mental da disciplina crítica e criativa.

Ora, também Abel Salazar era de opinião que a cultura, quando reduzida a uma soma de conhecimentos, não só era irrelevante como podia até ser nefasta, quando a essa soma de conhecimentos se juntava uma verborreia fácil e uma irreflexão inconsciente. Era o caso de certa gente culta do

escol lusitano – como Alfredo Pimenta; exemplo, entre muitos outros, de uma pseudocultura, de uma falsa educação do espírito, de um armazém de conhecimentos que, longe de ampliar o campo intelectual e desenvolver a ginástica mental do educador e do educando, a ambos entorpecia e asfixiava com erudição, provocando mais prejuízos do que benefícios. A verdadeira cultura, para Abel Salazar, era outra coisa; era um processo de emancipação intelectual e moral, que deveria desaguar no autodidactismo crítico e reflexivo, onde os conhecimentos eram meios e não fins. O fracasso na aquisição deste ou daquele conhecimento particular era, pois, irrelevante quanto ao essencial. O que mais importava – e Abel Salazar sublinha-o – era o esforço e a reconversão intelectual gerada por esse processo de aquisição. Aí é que estava o *quid* do processo intelectual, a verdadeira cultura. E Abel Salazar rematava estas considerações com a seguinte advertência que mais parecia de Sérgio: «*O sistema de aceitar as conclusões da ciência como uma revelação milagrosa, de aceitar a ciência e a filosofia como o espírito fetichista é tão nocivo como começar logo no intróito da iniciação a falar, inconsideradamente e irreflectidamente, sobre o que se recebeu; são dois extremos opostos do vício da pseudo-cultura*».

Abel Salazar e António Sérgio não parecem, pois, divergir, quanto ao que devia entender-se por "verdadeira" cultura, a cultura própria dos *clercs*; assim como um e outro não divergem quanto às expectativas que põem na generalização do espírito crítico e científico: a revolução das consciências, o surgimento em cada cidadão de um regime de autodomínio e autocrítica, de interioridade centrípta, de disciplina mental e racional, da qual decorreria, como corolário, um caudal de transformações filosóficas, políticas, económicas, sociais e pedagógicas (como o idealismo crítico, a democracia social, o cooperativismo, a escola do trabalho, o *self-government*, etc.).

Mas se ambos tinham um conceito afim de "cultura", divergiam, profundamente, sobre o que fazer com ela. Aqui reside o pomo da discórdia. Para Sérgio, a intervenção cultural não devia fazer-se por via da divulgação; por três ordens de razões, visíveis, segundo ele, na faina divulgadora de Abel Salazar: as simplificações colossais em que inevitavelmente se incorre, o risco de se apresentar a cultura divulgada como uma doutrina acabada, dogmaticamente, como uma "religião" (como outrora acabaram por ser o hegelianismo e o comtismo), por fim, a sua convicção de que a vulgarização da verdadeira cultura era impossível, porque a sua simplificação, a sua esquematização, a aposta na divulgação do mais fácil – os seus "resultados" e não os problemas – descaracterizava o que a verdadeira cultura tinha de essencial, com a agravante de se converter, por via deste processo, num acto de desculturação. Estas dificuldades eram pertinentes, mas levantavam um problema grave: o alcance e os destinatários do próprio programa da *Seara Nova*. Se a divulgação da "verdadeira" cultura era impossível, a quem se dirigiam os seareiros? Que "seara" era a sua? Não era, certamente, a dos trabalhadores rurais e urbanos. A intervenção cultural que Sérgio concebia tinha, obviamente, outros destinatários: uma elite. Mas esta ou outra, se tinham efectivamente, por objectivo último, emancipar os cidadãos, libertá-los da sua menoridade intelectual e devolver-lhes o destino das suas vidas, então, tarde ou cedo, teriam de enfrentar o problema da vulgarização cultural. Sérgio adiava a dificuldade e Abel Salazar mostrou-lhe os inconvenientes da sua posição.

A ênfase no método era, sem dúvida, importante. Mas reduzir a "verdadeira" cultura ao método era, no entender de Abel Salazar, atirar o homem comum, o aprendiz, para um mundo onde tudo fluía, para um reino de dúvida e de hipóteses, para o drama da inteligência frente ao

desconhecido e à ameaça das trevas, para a renúncia aos princípios absolutos e definitivos, enfim para uma filosofia sem cúpula, relativista e fenomenalista. É verdade que, para nós, mais importantes que os intelectuais e os guias, devíamos ser nós mesmos, pois "se as muletas são úteis, elas não suprem as pernas e se se pretende saber andar nada melhor do que praticar". Mas nem por isso essa desejada autonomia excluía a necessidade da divulgação cultural. A questão, na opinião de Abel Salazar, não se punha em ser ou não possível vulgarizar mas em se dever ou não dever vulgarizar. Se bem entendo Abel Salazar, é obvio que, para ele, a divulgação perfeita, ou seja, a divulgação da cultura mais genuína e autêntica – impossível, para Sérgio – não era obstáculo suficiente para impedir ou deslegitimar a sua vulgarização. É certo que Sérgio disse não pretender, com as dificuldades por ele levantadas, justificar uma renúncia a essa divulgação. Os receios e objecções do seareiro iam todos para os efeitos nocivos de uma vulgarização, inevitavelmente, imperfeita, sem qualquer contrapartida positiva; mas como toda a vulgarização era, em sua opinião, imperfeita e provocava os efeitos contrários aos que dela se esperava, estava justificada (e até elogiada!) a renúncia ou recusa dos que não a faziam. Ora Abel Salazar não era desta opinião. Por várias razões. Em primeiro lugar, porque a vulgarização do que Sérgio entendia ser o que há de mais genuíno na cultura – os verdadeiros problemas e não os resultados – era impossível; como se podia vulgarizar o que se ignora? Como definir, clara e rigorosamente, para a opinião pública, problemas cujos fundamentos desconhecíamos ou sobre os quais tínhamos apenas vagas hipóteses? E Abel Salazar exemplificou até onde poderíamos chegar se levantássemos às últimas consequências as reservas e condicionalismos que Sérgio desejaria impor à divulgação

cultural: imagine-se o que seria um ensino de matemáticas que começasse precisamente por expor as mais difíceis e fugidias questões que podem formular-se sobre tais assuntos, como, por exemplo, apenas e somente as questões que se referem ao conceito de número; todo um curso vulgar das matemáticas não chegaria talvez para expor a questão por uma forma completa e por todas as facetas. Os princípios rígidos, exigidos por Sérgio, para a divulgação científica e filosófica tornariam absolutamente impossível toda e qualquer iniciação à matemática. Outro efeito, extremamente gravoso e de ordem ética, decorrente da aplicação dos preconceitos sergianos para a divulgação filosófica, seria – no entender de Abel Salazar – um criticismo extremo que conduziria, sem dúvida, ao cepticismo, ao niilismo e ao solipsismo, isto é, a não se afirmar nem negar coisa alguma, ao silêncio integral. Dito de outro modo: a renúncia à vulgarização cultural (não à intervenção cultural) proposta por Sérgio não só defendia – segundo Abel Salazar – o elitismo como fatalidade como perpetuava a ignorância do povo, justificando-se com a necessidade de o salvaguardar dos efeitos nefastos de uma cultura, indubitavelmente, imperfeita e simplificada, como é toda aquela que se vulgariza e se transmite à opinião pública. É certo que a vulgarização é sempre, como reconhece Abel Salazar, condensadora, esquemática, de efeitos variáveis e geralmente imprevisíveis. Mas isso, evidentemente, não a torna impossível nem indesejável. Era, portanto, em seu entender, mais razoável e profícuo uma vulgarização menos ambiciosa, ou seja, uma vulgarização imperfeita e simplificadora do que nenhuma. Não se diga – afirma Abel Salazar – que esses inconvenientes lhe tiravam eficácia positiva. Não tiram. Em primeiro lugar, porque qualquer vulgarização é valiosa conquanto consiga actualizar as possibilidades latentes dos

seus destinatários, levando-os a reflectir sobre a mensagem que lhes é dirigida; nessa medida a vulgarização tem um efeito estimulante e fecundante. Em segundo lugar, porque sabemos quanto as revoluções científicas passadas – como as revoluções coperniana e newtoniana – tiveram uma influência eficaz na transformação das supra-estruturas mentais, na renovação da nossa maneira de explicar a natureza e compreender o Homem e a sociedade.

Mas se a vulgarização cultural se devia fazer, excluindo a que Sérgio considerava um acto de desculturação, o que devia, então vulgarizar-se? Segundo Abel Salazar, devem vulgarizar-se as conclusões das ciências e da filosofia científica, tidas pelas respectivas comunidades intelectuais por incontroversas, ainda que se saiba que essa estabilidade teórica assenta no consenso, sempre homeostático, dum paradigma. Vulgarizar não com a preocupação de uma vulgarização integral, mas apenas com a preocupação de proporcionar aos seus destinatários um pouco mais de luz no meio das trevas, um pouco mais de precisão no meio da imprecisão, e nada mais. Eis o que se pretende e se pode esperar da vulgarização cultural, segundo Abel Salazar. Evidentemente que este escopo jamais se alcançaria se se orientasse a vulgarização cultural para as encruzilhadas hipercríticas propostas por Sérgio: desaguaríamos num beco sem saída. A única maneira de a realizar com sucesso – no entendimento de Abel Salazar – é orientar a vulgarização para os pontos interessantes da cultura de cada época, para os pontos mais fecundos e eventualmente mais ricos, apresentando-os de forma acessível, esquemática e conclusiva; com uma reserva: que a ciência socializada, por muito espírito crítico e científico que difunda, jamais obnubilará ou substituirá – ainda que possa concorrer – com um outro factor relevante da emancipação do homem e decisivo

na esfera da acção: a *emoção*, fonte do mistério e do belo, muito mais importante, do ponto de vista existencial, do que a própria ciência e o espírito científico... Largueza de vistas (donde a razão sai bem diminuída), que, certamente, Sérgio também subscrevia (ele que até poesia escreveu!) mas que a falta de seriedade, imposta pela razão de ambos, a ambos impediu de reconhecer...

## Isabel Pires de Lima

Muito obrigada. Agradeço ao Prof. Norberto Cunha a sua intervenção e pergunto uma vez mais a Luísa Garcia Fernandes se quer que façamos agora um intervalo. Talvez, com o acordo da Luísa Garcia Fernandes, pudéssemos aproveitar para perguntar se alguém quer colocar alguma questão relacionada com a intervenção do Prof. Norberto Cunha.

## João Arsénio Nunes

Sobre as consequências da reorganização do PCP de 1929, devo dizer, sem falsa modéstia, que o interesse que esse artigo ainda hoje suscita se deve só ao facto de, depois dele, nem eu nem ninguém ter feito investigação significativa e, mesmo essa, era extremamente elementar. Está feito o agradecimento.

Por acaso nem conhecia a existência deste Faustino Bretes indicado como membro do PCP, que entrou para o *Liberdade* em 1933.

Agora um facto interessante que referiu é a ligação do

Abel Salazar ao Centro Republicano de Coimbra e nomeadamente deste ponto de vista: nessa época, a partir de 1933, é a época da origem dos movimentos de frente popular, e, em particular, em 1934/35. Se a memória não me falha, há a constituição de uma associação internacional do estudante cujo nome julgo ser algo como União dos Estudantes contra o Fascismo e a Guerra – um tipo de iniciativa nitidamente frentista, o tipo de organizações que a Internacional Comunista, nesses anos, procurou promover ao nível internacional e que, no fundo, estão directamente ligadas às iniciativas de frente popular que depois de 1935 tiveram uma projecção importante.

A título de curiosidade, uma informação. Nos arquivos da Internacional Comunista que eu tive ocasião de consultar em Moscovo, nos documentos relativos a essa União Internacional dos Estudantes contra o Fascismo e a Guerra aparece uma única referência a ligações com Portugal, os contactos com o Centro Académico de Coimbra.

Queria apenas perguntar se porventura na sua investigação descobriu algo sobre a relação ou participação de Abel Salazar na Frente Popular Portuguesa que, como organização, é quase desconhecida, mas que existiu de facto com expressão, sobretudo na emigração portuguesa em França e em Espanha e à qual pertenceram intelectuais de muito significado, como Jaime Cortesão, e, em França, como se sabe (num congresso o ano passado, houve uma comunicação a esse respeito), onde chegou a funcionar um comité de acção da Frente Popular a que pertencia o Afonso Costa e o Bernardino Machado e o José Domingos dos Santos.

Muito obrigado, senhor doutor.

Não encontrei nada e suponho que não existe nada, porque penso terei passado a pente fino o espólio de Abel Salazar, pelo menos na Universidade do Minho, onde temos uma cópia de tudo que existe, vinte e tal volumes de inéditos que compilei, e não encontrei rigorosamente nada que fizesse referência a essa Frente Popular. O que descobri na altura, e achei interessante, foi um convívio estreito de Abel Salazar com o grupo de *La Pensée*, que eram pessoas que quase se viam todos os dias e, inclusivamente, ele frequentava sessões públicas de esclarecimento político. Aliás, naquela autobiografia que ele publicou que julgo ser *Memórias de um Caminheiro* (não sei se é o título exacto) ele refere também as suas ligações ao grupo de *La Pensée* que curiosamente, depois de Abel Salazar falecer, lhe irá dedicar parte de um número, aliás, comemorativo dessa efeméride. Tudo o que consegui saber foi das suas relações estreitas com este grupo de *La Pensée* em Paris, quando lá esteve. Depois, uma relação estreita com o *Liberdade*, um periódico curiosíssimo: tem uma história que vale a pena fazer.

Neste momento, na Universidade do Minho, temos um mestrando a fazer uma tese sobre essa matéria, porque era um órgão de informação com um enorme impacto no movimento estudantil, uma enorme difusão e que, inclusivamente, colocou núcleos, os núcleos *Liberdade*, em diversas capitais de distrito, e no qual, a partir de 1933, há, na verdade, uma inflexão à esquerda, com ligações partidárias de alguns dos seus membros, curiosamente alguns dos mais aguerridos e mais activos, em todo o meio estudantil. As greves que se irão fazer durante os anos 1931/33 no meio estudantil são muitas delas lideradas e tuteladas por homens

que escrevem no *Liberdade*. É realmente um periódico catalisador da esquerda republicana mais socialista, digamos assim. Digo mais socialista porque não era inteiramente marxista – havia gente marxista que, é certo, já em 1932 defendia ideias marxistas no interior do *Liberdade*, mas o seu director não as defendia, continuava a partilhar uma linha social-democrata. Em 1933, há efectivamente uma inflexão radical à esquerda. E Abel Salazar, curiosamente, mantém sempre relações de grande afinidade com o *Liberdade* e não era através de Almerindo Leça como se pode crer – Almerindo Leça está fora deste circuito, destas relações com o *Liberdade*. Não sei como é que estas relações se fizeram, desconheço como é que elas se encetaram, mas sei que Almerindo Leça está fora deste circuito. É tudo o que sei. Há uma carência enorme de documentos, talvez em Lisboa haja – aqui no Porto e Coimbra não encontrei.

## Interveniente

O Centro Académico Republicano era uma espécie de face legal de uma das lojas maçónicas em actividade.

## Norberto Cunha

Eu sei que era, mas não é por aí... Com o Centro Académico Republicano faz-se através de Lisboa. Ter-se-á feito também através de Aurélio Quintanilha. Aurélio Quintanilha fazia parte da loja, mas não é isso que está em causa. No meu

entender e pelo que sei, não foi mediação da Maçonaria – haveria ligações muito mais fortes ao movimento estudantil, a partir de Lisboa, e esse convite surgiu e depois através do Ferreira Saraiva, que era um homem muito à esquerda e nada tinha que ver com a Maçonaria, que eu saiba. Mas há essa convergência, a loja "A Revolta" era a face oculta do Centro Académico Republicano, que aliás havia sido dirigido em tempos idos pelo Nemésio.

## Nuno Grande

Eu acho que a passagem de Abel Salazar pela Maçonaria é um epifenómeno num trajecto e não uma adesão imediata.

Abel Salazar dizia de si próprio em termos políticos que era uma anarquista científico. Deixou-nos aquela famosa carta que temos lá transcrita na Casa-Museu: «*Se me quiserem chamar alguma coisa chamai-me anarquista científico porque sou um homem de laboratório e cheguei às minhas ideias por esta via*».

O grande conflito dele é um conflito de carácter religioso com os católicos, com os *católicos de parada*, como ele lhes chamava, que chegavam a insultá-lo na rua e mesmo um padre católico chegou a tentar agredi-lo fisicamente, por causa da visão que ele tinha de que o pensamento católico ou cristão em geral tinha vindo a comprometer a capacidade produtiva do espírito humano.

A entrada na Maçonaria parece-me claramente um epifenómeno: ele não era homem que coubesse em nenhum tipo de classificações, nem de grupos. Não vejo este homem a aderir a qualquer pressuposto ou a qualquer regra. Era exactamente um anarquista, como ele dizia. Parece-me que

tentar encaixá-lo numa qualquer organização, mesmo na Maçonaria, é apenas tentar explicar algo de difícil explicação.

## Interveniente

Em parte, posso estar de acordo com o que o Doutor acaba de dizer, pois quem ler a lição de abertura dele, quando começa a dar aulas na Faculdade de Medicina, fica espantado como ele antecipa muitas teses do Kuhn, acerca da ciência normal, fica espantadíssimo pela grande semelhança entre o que ele diz sobre o movimento de uma ciência normal e sobre a criação científica – ele diz expressamente que «*um verdadeiro cientista é um homem que permanentemente infringe os cânones, infringe o paradigma, é um libertário, um anarquista.*»

Ora, se tivermos em conta que ele ao longo da sua vida procurou sempre tirar ilações sociais e políticas, na medida em que ele assumia a política no interior da sociedade e por sua vez assumia uma tríade da sociedade nas suas descobertas histológicas, que se inscreviam realmente num paradigma científico naturalista. As suas concepções da sociedade e do homem, e se nestas ele achava realmente que a inovação e a criação, se faziam por transgressão do paradigma. Evidentemente que se levarmos isto às últimas consequências, podemos dizer que era o anarquista em política, isto é, ele só achava que criávamos, no domínio do social, e da política, se transgredíssemos os cânones, o paradigma, a normalidade, no bom sentido – algo que ele fazia, como sabemos, constantemente. Nessa medida, posso concordar... mas para isso teríamos que ir à sua obra científica que, como sabe, é aí que está realmente o segredo de todo o seu pensamento social.

## Nuno Grande

Ainda relativamente ao Sérgio, há uma coisa que é clara.

Abel Salazar sabia que todo o saber é altamente transitório e, portanto, não assumia o saber como coisa definitiva e, quando fazia a divulgação, fazia-a nessa perspectiva. Li também algo muito curioso, transcrito noutro lado, «*nenhum horizonte pode dispensar-se do caminho para lá chegar*». Ele tinha muito essa ideia, de que era necessário vencer o atraso cultural português, estimulando a procura, ainda que com um saber transitório.

O retrato que foi feito aqui da personalidade do António Sérgio é mais de alguém que é muito intelectualmente português, alguém muito fechado. Abel Salazar não era, era um homem que tinha a noção de que valia pena fazer esforço.

## Norberto Cunha

Abel Salazar desde muito cedo, desde o tempo em que ele trabalhou com Magalhães Lemos, desde os seus estudos sobre a morfologia do córtex, já nessa altura tinha dado umas lições de neuro-anatomia. Foram dez lições. Nelas já chama a atenção para o indeterminismo do conhecimento científico e da microfísica. Nessa altura, é um jovem estudante que ainda não terminara o curso. Num ensaio de psicologia filosófica, retoma essa tese da indeterminação do conhecimento científico, aliás, depois de uma leitura muito ponderada do próprio Kant da *Crítica da Razão* que ele conhecia muito bem (temos lá um exemplar na Casa-Museu para ele ler, reler e sublinhar). Ele conhecia muito bem o Kant, pelo menos essa obra conhecia-a bem e em primeira mão.

Recorre, por um lado, ao Kant, por outro aos dados da psicofísica, para chegar à conclusão que efectivamente todo o conhecimento era uma construção – o conhecimento não era um dado era uma construção e, portanto, o seu fisicalismo era um fisicalismo tipo convencionalista à maneira de Poincaré, ele próprio o diz.

Ele adoptava o realismo porque é melhor vivermos com uma postura tipo realista do que idealista, que é muito mais aborrecida e traz mais problemas. Então ele diz: «*Eu adopto uma postura realista, mas sempre do ponto de vista convencionalista* (que não tem nada a ver com os problemas de emoção, da estética) *porque eu não quero, com isso, acabar com as emoções e os sentimentos das pessoas, de modo nenhum*». A sua própria vida de artista plástico é uma prova disso.

Portanto, há no Abel Salazar, dessa fase e muito depois, uma defesa do conhecimento débil, mesmo ao nível científico. E essa defesa do conhecimento débil transita por extrapolação para o domínio do que ele chama as protociências ou ciências humanas e diz que lidamos fundamentalmente com sistemas de crenças, que podem ser mais ou menos estáveis e, portanto, a atitude dogmática só pode levar a monstruosidades. Ele era, sim, muito fogoso, digamos assim, e aliás muito ingénuo.

Muito fogoso na defesa daquilo em que acreditada, mas tinha consciência de que aquilo em que acreditava eram crenças, ou seja, que tinham um fundamento psicológico, e, por outro lado, havia a ciência, que era outra coisa – era sobretudo o domínio do discurso, o domínio da linguagem, o domínio da sintaxe lógica. Daí ter recorrido ao Círculo de Viena. A ciência era uma questão eminentemente discursiva, lógico sintáctica embora num horizonte fisicalista, protocolarista, como dizia o Otto Neurath, mas era uma questão lógico-sintáctica. Ele distinguia as duas esferas tangenciais,

elas não eram incompatíveis, não eram contraditórias, podiam perfeitamente conviver – embora, segundo ele, era conveniente não se misturarem.

Quer num caso quer noutro, ele estava convencido de que, quer o seu sistema de crenças, quer o sistema de conhecimentos, era em qualquer caso um sistema do pensamento débil. Portanto, havia nele um cepticismo relativo e até – diria eu – havia nele um certo estoicismo. Tanto havia que ele tem um célebre texto em que faz a defesa expressa do estoicismo, «*como a moral mais apropriada a um cientista, a um intelectual*» – o que aliás converge com a opinião afim do próprio Antero de Quental, como sabemos –, a defesa do estoicismo, uma moral prática.

Portanto, não creio nesse alegado dogmatismo, nessa alegada intransigência do Abel Salazar – não me referiria à polémica muito desagradável das coisas ditas que foram infelicidades mútuas. Penso que os pontos de vista que Abel Salazar defendia, neste contencioso, eram bastante mais equilibrados e sensatos do que os de António Sérgio. António Sérgio era de um idealismo extremamente dogmático, no sentido de que as ideias transformam o mundo. Abel Salazar não acreditava nisso. Achava que transformam sim, mas... – com uma adversativa colada a essa transformação. Transformavam sim alguma coisa conquanto que essas ideias viessem ao encontro das expectativas latentes numa comunidade, ou seja, transformavam sim aquilo que estava em vias de transformar-se, e nada mais.

Não tinha pois tanta convicção nesse papel revolucionário das ideias, muito embora as evocasse, na maior parte da sua vida, como grandes agentes de transformação da realidade.

## Isabel Pires de Lima

Agradeço ao Prof. Norberto Cunha mais estes esclarecimentos fundamentais e há uma contra-ordem da Dr.ª Luísa Garcia Fernandes no sentido de fazermos uma pausa para o café.

## José Manuel Mendes

Este colóquio organizado pela Casa-Museu Abel Salazar vem decorrendo de forma estimulante e irá dar agora lugar a uma mesa-redonda, subordinada ao tema "O estético, o político e o cultural nas revistas de doutrina e crítica".

Não havendo nenhuma ideia de balizar temporalmente o debate, percebe-se todavia que de algum modo a preocupação central não andará longe destes anos em torno dos quais temos estado a reflectir. Encontro-me aqui neste imoderado papel de morador pela simples e discreta circunstância de ter sido, em tempos que já lá vão, um vago relapso e desqualificado colaborador da *Seara Nova*.

Tal circunstância não obnubila outras, longe disso, daí que comece por vos apresentar, em palavras que, por razões de tempo, são extremamente sumárias, as pessoas que se encontram na mesa.

À minha direita, Fernando Guimarães, uma personalidade bastante conhecida, respeitada e celebrada como poeta, como ficcionista embora menos conhecido, como tradutor, foi designado Grande Prémio de Poesia da Associação Portuguesa de Escritores e pode hoje ser lido em dois volumes das suas *Poesias Completas*, fora aquilo que foi entretanto

publicado. Para além do quadro editorial que acabo de referenciar, que pode ainda hoje ser não apenas de uma extrema utilidade, mas bem mais do que isso, particularmente importante, Fernando Guimarães é autor de alguns ensaios dos quais destacaria um relativamente recente "Os Problemas da Modernidade". Para o contexto deste debate e de alguns outros que se prendem designadamente com revistas culturais importantíssimas, de entre elas a revista *Presença*, ele tem reflectido em torno de a problemática que serve de título a esta sessão, uma reflexão que não é exterior à sua própria colaboração em algumas revistas de referência.

Depois, à direita ainda Luís Augusto da Costa Dias, que é, sobretudo, conhecido por duas linhas de trabalho tornadas públicas. Uma que se prende com a edição da *Obra Completa de Almeida Garrett*, na peugada de seu pai, com algumas coordenações relevantíssimas e com ensaios introdutórios que, de facto, marcam um novo tempo e novo olhar sobre essa figura notável do liberalismo, ou do romantismo se o nosso olhar for sobretudo predominantemente literário. Outra linha que tem a ver, mais recentemente, com a investigação em torno de os primeiros passos (permitam-me esta expressão, eminentemente metafórica) do neo-realismo em Portugal. A publicação, não há muito, de uma obra, a esta luz, verdadeiramente decisiva que se chama *A Imprensa periódica na gente do movimento neo-realista, 1993-1945*, em colaboração com António Pedro Pita – um marco no tratamento de uma problemática da maior riqueza e importância, permitindo-nos fazer luz em torno de questões que se achavam bastante longe ou muito perdidas, num certo nevoeiro de lugares-comuns e num conjunto de ideias nem sempre suficientemente clarificadas.

Ao Luís Augusto da Costa Dias devemos também todo esse trabalho bem conhecido à frente da Casa-Museu do

Neo-Realismo, que chama Museu do Neo-Realismo, em Vila Franca de Xira, e que tem permitido a organização, de uma forma sistemática, não apenas dos espólios dos autores neo-realistas, mas do seu tratamento em termos adequados e responsáveis, de acordo com uma nova sistemática, um novo pensamento e um novo modo de agir.

À minha esquerda, Alfredo Ribeiro dos Santos, que para além de ser uma personalidade muito conhecida pela sua actividade antifascista e pela sua actividade cultural, é também muito respeitado por quanto tem podido fazer, de um ponto de vista profissional. É médico, mas corre o país a fama de ser, para proveito de todos nós, um bibliófilo – não direi um bibliómano porque a palavra poderia ter conotações menos interessantes do que aquelas que têm para mim –, um bibliófilo que pôde, em incursões de investigação e em diferentes publicações, assumir a divulgação de muito material inédito e algumas reflexões em torno de personalidades, para ele e para nós, tão marcantes com, por exemplo, Leonardo Coimbra ou o Jaime Cortesão.

*Jaime Cortesão, um dos grandes de Portugal ou a Renascença Portuguesa* e *Um Movimento Cultural Portuense* são dois dos seus títulos de referência indeclinável que conhecemos e nos ajudaram a repensar bastante melhor toda a problemática que se prende, quer com essa grande figura que foi Jaime Cortesão, quer com o movimento da nova Renascença, da Renascença Portuguesa. Mas permita-se-me que destaque também a sua participação activa, generosa e qualificada no chamado Movimento da Nova Renascença, com Jacinto Magalhães e José Augusto Seabra, para apenas me referir a duas pessoas que, encontrando-se ausentes, estão todavia sempre presentes entre nós.

Por último, Daniel Pires, que teve um percurso profissional caracterizadamente aventureiro, com todas as vantagem que

daí podem retirar-se – aventureiro no bom sentido. Isto é, um percurso marcado pelo paradigma da viagem pela busca de contactos com as realidades as mais diversas – foi professor nas mil arábias de que este mundo se compõe e em todas elas deixou a semente do seu trabalho proficiente. Tem-nos dado a possibilidade de conhecermos, de uma forma sistemática, obras de grande envergadura em torno de publicações periódicas, exactamente, entre elas, o *Dicionário das Revistas Portuguesas do Século XX*, o *Dicionário da Imprensa Periódica Literária do Século XX, 1900-1940*, que é um projecto para continuar e que, seguramente, terá imenso para nos dar: tudo está acontecer todos os dias. Para além de trabalhos de investigação que tem produzido, designadamente em torno de figuras como Camilo Pessanha e Venceslau de Morais, que estão ligados a este sentido oriental que também é nosso e que, desse ponto de vista, irrigaram a cultura portuguesa de uma forma indeclinável e que tem vindo a ser muito identificado, de modo particularmente rigoroso, pelo Dr. Daniel Pires.

Como todos nós, quero lastimar a ausência da minha querida amiga Clara Rocha que aqui nos daria uma contribuição sem dúvida decisiva – ela que é autora de um trabalho notável, *Revistas Literárias do Século XX em Portugal*, certamente polémico em alguns contextos, e que sem dúvida permitiria pôr em contacto os seus pontos de vista com aqueles que pertencem aos outros participantes desta mesa. Muito obrigado a todos por cá estarem.

A metodologia a adoptar, bem diversamente de aquela que eu inicialmente tinha previsto, mas bem mais sensata, olhando para o relógio, é ir dando a palavra a um após outro, até ao último. Peço-lhes que não excedam, em caso algum, os dez minutos, sabendo nós como é lábil o tempo, sempre em todas as circunstâncias e mais ainda nas circunstâncias em que

nós vamos vagueiramente debatendo problemas tão importantes como estes.

Começo pelo Fernando Guimarães e a seguir esta ordem de enunciação que fiz há pouco.

## Fernando Guimarães

### O estético, o político e o cultural nas revistas de doutrina e crítica

No limiar do século XX o cruzamento entre domínios como o estético, o político e o cultural teria que se fazer, se estivermos atentos a um contexto histórico muito marcado pela revolução que instaurou a República em Portugal, em 1910.

É precisamente em 1910 que começa a ser publicada uma revista importante, em que esse cruzamento entre o estético, o político e o cultural se faz, *A Águia*. A primeira série inicia-se, de facto, em 1910. A segunda série, em que Teixeira de Pascoaes irá ter um papel preponderante, surgirá dois anos depois. A figura de Teixeira de Pascoaes é uma figura que marca bem o sentido dessa revista, relacionado com uma movimentação cultural, o saudosismo.

Uma das surpresas que encontramos na colaboração de Teixeira de Pascoaes estará talvez no facto de ele passar, sem transição, de um pensamento político para uma expressão marcada e exultantemente poética. Um dos seus artigos é, por exemplo, sobre os rendeiros. E encara o problema com objectividade, aquela objectividade que lhe dava o facto de ter uma formação jurídica, de advogado. Considera o problema dentro dessa perspectiva e, como disse, sem transição,


Slhi

de repente, começa a falar da saudade, das árvores, dos rios, das flores, a partir de uma atitude que é marcadamente romântica e que tanto marca o seu pensamento poético.

Sem dúvida, a maneira como a sua intervenção deflui para uma dimensão poética e lírica não podia deixar de criar uma certa incompreensão em alguns colaboradores de *A Águia*, nomeadamente António Sérgio.

António Sérgio é uma mentalidade que representa uma atitude intervencionista, marcada por uma opção filosófica de sentido racionalista, um racionalismo idealista que ele assume por vezes de uma forma polémica. E é sob uma forma polémica que ele entra em conflito com Teixeira de Pascoaes. Surge, efectivamente, nas páginas de *A Águia*, e não só, um conjunto de textos polémicos que, de certo modo, parecem anunciar o afastamento de Sérgio e, depois, de Jaime Cortesão e Raul Proença, que, em 1921, vão fundar a *Seara Nova*. Este aspecto parece-me importante considerar com atenção. Há um certo mal-estar, um certo desacordo, um certo desequilíbrio entre uma dimensão ou uma opção estética – aquela que Teixeira de Pascoaes vai fazer – e uma outra opção de natureza cultural ou política que será feita por António Sérgio e que encontrará nas páginas da *Seara Nova* um espaço para se afirmar de uma maneira mais forte.

Mas, para além disso, não nos podemos esquecer de que é também nas páginas de *A Águia* que surge um conjunto de artigos, extremamente importantes, de Fernando Pessoa. Aí ele escreve a "Nova poesia portuguesa" – um conjunto de artigos onde, de certo modo a propósito do saudosismo, está efectivamente a definir aquilo que corresponde à própria poética de uma modernidade que ele vai assumir mais tarde.

Julgo que estas duas direcções – uma marcada pela polémica entre Sérgio e Pascoaes e a outra pela intervenção de Fernando Pessoa – apontam para dois tipos de revistas

onde a separação das águas se vai fazer de uma maneira muito nítida. Assim, dentro de uma opção literária, temos a considerar todo aquele conjunto de revistas ligado ao modernismo, desde o *Orpheu*, em 1915, até à *Presença*, em 1927. Por outro lado, privilegiando uma colaboração ensaística e doutrinária, temos a considerar um conjunto de revistas onde a marca política ou doutrinária se faz sentir e que, por vezes, permite a convergência de sectores de esquerda e de sectores de direita. De facto, umas alinham do lado de uma posição democrática de esquerda e outras duma posição de direita predominantemente monárquica, referidas ao Integralismo Lusitano, sobretudo quando – depois do fracasso revolucionário de 1919 e depois da chamada Questão Dinástica, que surge em torno da figura de D. Manuel II, cujo papel nem sempre foi bem visto pelos monárquicos – se procura recuperar, acompanhando a ditadura de Pimenta de Castro, um espaço favorável ao ideário monárquico.

É o caso da *Nação Portuguesa* ou da revista *Integralismo Lusitano*, esta já dos anos 30; mas poderá ser também – e aqui já se encontraria precisamente o encontro de integralistas e figuras ligadas a uma posição de esquerda – o caso da revista *Homens Livres*, na qual integralistas e seareiros coabitam.

E as relações entre literatura e política? É emblemático o caso da *Seara Nova*, se considerarmos sobretudo o campo da poesia. Aí há a colaboração – como seria de prever – dos saudosistas e, depois, dos presencistas. Podemos todavia dizer que há um hiato relativamente a uma possível colaboração da vanguarda literária marcada pelos colaboradores de revistas como *Orpheu* ou *Portugal Futurista*. Ora, o saudosismo e o presencismo, em relação à vanguarda do *Orpheu* ou do *Portugal Futurista*, representam uma posição ou uma atitude de certo modo conservadora, literariamente falando.

Isso vai acontecer também nos anos 30. Por exemplo, se considerarmos uma revista como *O Diabo*, verificamos agora que os saudosistas perdem o comboio, deixam de aparecer como colaboradores poéticos. Os presencistas sim, têm uma presença forte e é esse também o caso de um novo movimento, o dos neo-realistas. Continua a acontecer o mesmo: saudosismo, presencismo e neo-realismo surgem efectivamente como correntes literárias que, de certo modo, vivem fora de uma proposta que é aquela que corresponde ao nosso Modernismo tal como foi definido sobretudo por Fernando Pessoa ou Almada Negreiros.

Curiosamente, no campo das publicações literárias, nos anos 30 e no princípio dos anos 40, vamos encontrar um conjunto de revistas que, sem assumir uma atitude de vanguarda tão radical como acontece, por exemplo, no *Orpheu*, opta por uma poética, ligada à modernidade. É o que acontece com a *Revista de Portugal*, dirigida por Vitorino Nemésio; é o que acontece também com a *Variante*, dirigida por António Pedro, ou com a *Aventura* dirigida por Ruy Cinatti.

Estas revistas representam efectivamente uma maneira de retomar ou de repensar uma modernidade que, em 1915, assumira uma forma radicalizada com Pessoa ou Almada.

Tudo isto será feito, curiosamente, em nome de um conceito, de uma noção, de uma palavra nem sempre pronunciada. É a noção, o conceito de *revolução*.

Já vimos que em *A Águia* o que estava em jogo era a revolução de 1910, em que se procurava dar sentido a uma mudança de regime, em que se procurava contrariar uma imagem de decadência, que vinha já dos anos 70 com os *Vencidos da Vida* e se procurava ultrapassar por um regresso ou um movimento marcado pelo romantismo, o saudosismo. E não é por acaso que um dos nossos estudiosos que mais têm investigado neste domínio, José Carlos Seabra Pereira, considera o movimento

dos saudosistas como uma manifestação de um neo-romantismo. Mas nem por isso desistem – e agora as palavras são de Jaime Cortesão que está ligado inicialmente, como se sabe, à revista *A Águia* – de *"dar um conteúdo renovador e fecundo à revolução"*.

Para um outro movimento, a que aqui já me referi, o neo-realismo, essa noção de *revolução* tem um sentido totalmente diferente, porque essa revolução não corresponde a uma mudança de regime – como acontece e foi consciencializado pelos escritores de *A Águia* –, mas a uma revolução que afecta estruturas sociais e económicas. É uma revolução social, uma revolução que é marcada por uma luta, e essa luta é evidentemente a luta de classes que o marxismo referia.

Curiosamente, será também em nome da revolução, mas agora da contra-revolução, que surgirão as revistas ligadas ao integralismo, aos monárquicos, às quais me referi há momentos. E é, também, em nome de uma revolução que o modernismo se apresenta, uma revolução que se afirma através da vanguarda literária...

## Luís Augusto da Costa Dias

### Doutrina e crítica nos jornais e revistas juvenis dos movimentos culturais dos anos 30

O título desta intervenção é "Doutrina e crítica nos jornais e revistas juvenis dos movimentos culturais dos anos 30".

O que tenho designado por movimentos culturais juvenis dos anos 30, retomando uma esquecida sugestão de Joaquim Namorado sobejamente expressiva para merecer

investigação ao menos empírica, consistiu num processo de desenvolvimento difuso, longe de reflectir uma evolução linear de renovação da consciência, simultaneamente crítica, racional e criativa praticada, por parte de uma nova geração intelectual.

Em sumário, poderei afirmar que toda a década de 1930 – e sublinho: de princípio a fim – encerrou por completo um problemática central, nesse plano de revitalização do pensamento à afirmação de uma nova visão do mundo, por extenso, incluindo os campos político, cultural e estético, em que tal renovação adquiriu particular relevo num tecido complexo de alternativas, tanto às ideias anarquistas, ao pensamento seareiro, às estéticas futurista e presencista, sobretudo em nome das exigências históricas.

Ora, o processo de assimilação e afirmação dessa mundividência abrangeu, no plano concreto da historicidade – quase diria no plano de mundivivências e nomeadamente no da reformulação dos estatutos sociais, e (para utilizar contemporâneos conceitos de Gramsci) uma estratégia ideológica de difusão de que a imprensa periódica foi importante instrumento ideológico.

Esta questão suscita naturalmente diversas abordagens e perspectivas teóricas que ora não me compete sequer enunciar, à excepção de um aspecto que reputo de preliminar interesse para a compreensão do processo de revitalização do pensamento.

Trata-se da generalização da ideia de crise que ressuma da interpretação de fundo *de doutrina e crítica* que os jornais e revistas juvenis, fundados neste período, começaram por veicular. Aliás, fazendo jus ao tema central proposto para este ciclo de conferências e debates e para ficar apenas nele ostensivamente uma página da *Mocidade*, inserta na *Seara Nova,* que deu mostra pioneira em meados da década.

Sem qualquer regularidade e com algumas fendas cronológicas importantes que a tornaram menos uniforme, ao longo das 23 edições entre 28 de Dezembro de 1933 e 2 de Janeiro de 1936, esta página não conheceu qualquer autonomia nem constituiu propriamente uma publicação dependente do título principal, capaz de se tornar recensiável em qualquer dicionário temático, a despeito da surpreendente efígie de um camponês heróico que ergue a sua foice, em dois dos primeiros títulos da página. Sucedeu-se mais ao jeito de secção jornalística – como aliás foi anunciada – diluída na estrutura da revista em geral, com uma colaboração apenas em cada número e que o paternalismo de António Sérgio permitiu acolher e que, no total de edições, notou a evidente falta de coesão dos colaboradores ainda que um corpo importante de artigos constitua conjunto paradigmático, como se irá ver, das hipóteses que vou levantar.

A presente página da *Mocidade* enquadra-se, deste modo, entre dois grandes níveis de publicações juvenis. O primeiro, que designo por jornais de âmbito escolar, seguido de um outro com predominância de páginas literárias autónomas, seccionadas entre si segundo os efeitos mais ou menos imediatos, mais ou menos directos das medidas censórias de 1936.

Do contexto para os textos, num dos artigos inaugurais desta página seareira, sugestivamente intitulado "Dois conceitos" sob a assinatura de Luís Regala, que penso ser pseudónimo de Álvaro Salema, um dos fundadores da juvenil iniciativa, o autor começa por rever a sua, na atitude crítica e criadora de uma geração verdadeiramente nova, demolidora contudo, no ajuste crítico de contas com o passado, e diz: «*Sendo uma geração um estado colectivo de sensibilidade, um estado de alma colectivo eminente e seleccionador, traz consigo duas funções eminentes, duas posições perante o passado, uma negativa, outra positiva. Digo eu conservar e destruir,*

*porém* – previne ainda o autor – *com tanto mais vida mais ao divino paradoxo quanto mais negativa for a atitude».* Daí já – segundo palavras expressamente subscritas pelo jovem Salema – numa continuidade de conteúdo com o artigo anterior, a atitude de crítica intransigente perante os homens e instituições de um passado cujas dolorosas consequências estamos sentindo agora. O que designa pela «*nossa fraudulenta República, cujos homens não sopraram a miséria intelectual e moral da sua época e abriram caminho à miséria maior de uma falsa reacção, falhou no terreno de uma autêntica democracia, entendida no seu alto sentido, ou seja, o campo de realização de certos valores ético-sociais.*»

A finalidade social da democracia foi ainda objecto de artigo do Salema, sobre a pedagogia de Antero de Quental, «*cujo heroísmo de pensar socialmente teria esbarrado na impossibilidade de realizar socialmente.*»

Não deixa de ser curioso acompanhar o percurso de Salema neste período e no mesmo local, por exemplo numa análise sociológica à *Utopia* de More, publicada já fora da página juvenil, criticando o sistematismo dos pensadores utópicos: *generosíssimas pessoas inúteis*, lhes chama – e a ineficácia das suas lições é criticada: «*Não têm a consciência vital da História porque da sua consciência só podem brotar intuições morais e jurídicas, geralmente inadequadas ao próprio fundamento social de que se supõem partir e assim, no entendimento das leis essenciais de evolução e revolução, pressupondo na sociedade que os cerca uma imagem criada e não uma imagem historicamente desenvolvida, todos os seus intuitos se resolvem em inutilidades tácticas e não em utilidades aplicáveis ao dinamismo social*».

A concepção historicista que subjaz já se colocara páginas abaixo como doutrina capaz de impor uma racionalidade

própria para a solução dos problemas contemporâneos, nestes termos gerais.

E cito: «Uma época é tanto mais individual quanto mais espontânea. Uma geração é mais viva quanto mais souber intensamente contemporanizar-se, e ser contemporânea é ser da sua época, é ser tal qual se é, é ser, é adoptar nos problemas complexos do conhecimento humano uma teoria própria».

A adopção de uma teoria própria (retenha-se o rigoroso significado) correspondia à contemporânea necessidade de adequação do conhecimento e da prática social aos níveis da sociedade material – noção que Vitorino Magalhães Godinho, então moço-aprendiz de historiador, esboça na mesma Página Juvenil, num breve artigo em torno de o conceito de homem integral. E diz: «*Neste momento histórico, um problema abarca toda a Humanidade. Estará a actual civilização condenada a perecer por não ter correspondência com as necessidades sociais e espirituais?*»

É certo que os fundamentos deste historicismo foram postos pelo, também jovem, Vasco Magalhães Vilhena, de acordo com o aprendizado de Bukharine – transcrição que a Página da Mocidade fez de uma sua conferência, proferida na Universidade Popular. No texto de Magalhães Vilhena, pode ler-se: «*A filosofia, bem como a ciência, é sempre o fruto espiritual do seu tempo, reflexo da própria orgânica da sociedade em que nasceu, determinada pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Mude a base económica, mudam as relações de produção, mudar-se-ão as superstruturas*». Naturalmente – e voltando atrás – os termos da questão, como assim foram postos por Magalhães Godinho, revertem obviamente para a célebre conferência de Bento Caraça sobre a "Cultura Integral do Indivíduo – problema central do nosso tempo", então largamente difun-

dida e, alguns meses antes, reproduzida nas páginas da própria *Seara Nova*.

Nesta problemática fundamental de que o próprio Homem era o centro, tratava-se não tanto de criar uma nova teoria baseada no concreto, como sabemos, mas mais a transferência do conhecimento para o domínio dos destinos do Homem e do seu comportamento. Em suma, criar um homem culto. Por outras palavras, ou seja, nas do futuro historiador, Magalhães Godinho: «*Mesmo considerando-se sepultadas, no aluvião dos tempos, as concepções empíricas da vida, imperam ainda depois de expulsas do pensamento no vasto complexo social. É necessário portanto transportar a afirmação espiritualista do plano abstracto para o plano concreto. Por outras palavras, ainda, desviar o eixo do seu eu para uma íntima interrogação do estar no mundo em grandes e rápidas transformações*». Problema profundamente cultural nessa ampla noção de cultura que, para a acção criadora de uma nova civilização, significava alargar os fundamentos do conhecimento a todo o universo humano e não tanto especular com eles.

A esta luz, a ideia de crise consistiu, afinal, numa crise da consciência intelectual. Crise de um pensamento, que meramente especulativo quando não irracional, intimista quando não secretamente privado, puramente retórico ou formal quando não pessimista, não só não se realizava no concreto como não realizava o concreto.

E – outra hipótese (se bem a coloco) – essa crise da consciência na incapacidade, o pensamento de romper a rotação sobre si próprio, constitui a vertente cultural e política da crise da sociedade liberal que se manifestou no princípio do século e coincidiu historicamente com a I República e a sua derrocada.

Não surpreende, deste modo, que, na sequência de um primeiro período empreendedor da página da *Mocidade* –

cujas colaborações se tornaram cada vez mais dissonantes do programa estritamente seareiro – um leitor anónimo, conquanto expressamente referido como "um dos nossos jovens amigos", deixa esta nota impressiva: «A *evolução espiritual do grupo da Seara Nova, nos últimos anos, tem-se apresentado como uma progressiva tendência para o intelectualismo puro e para limitar a sua acção ao simples processo doutrinário da cultura desinteressada. A Seara Nova está ainda muito jovem para se converter num museu de fósseis e, se quer ser vida, e a mais vida de todas que é a vida do espírito, tem de participar no combate de todos e fazer da inteligência um instrumento humano*». E termina com, entre outras, esta proposta que nos coloca num contexto mais vasto: «*A criação de um jornal semanário de cultura popular, com colaboração científica e literária, acessível às classes operárias, como ponto de partida para um actividade educativa de largo alcance*».

Ao que suponho estar aqui pela primeira vez posto, ainda que em forma simplificada, o projecto de uma biblioteca popular, verdadeira enciclopédia do conhecimento universal que, quase uma década depois, a *Cosmos* de Manuel Rodrigues de Oliveira, sob a direcção de Bento de Jesus Caraça, viria a realizar. Aliás nem deixo de constar que o próprio esboço de Caraça, ou o que poderemos considerar prólogo ou génese da biblioteca *Cosmos*, surge pela primeira vez nas páginas da *Seara Nova*, algum tempo depois, sob a forma de uma secção genérica, designada "Crítica Científica" e é inaugurada com um título de "Ciências físico-matemáticas".

Na abertura, explica justamente Bento Caraça: «*O objectivo desta página é precisar as relações existentes entre o trabalho particular e especializado em cada domínio de actividade humana e aquilo a que então chamei "o património comum da Humanidade", considerando este como um conjunto de*

*aquisições gerais devidas à actividade realizada em cada domínio. Não serão aqui discutidos problemas de especialidade, antes serão ventiladas ideias gerais – aquelas ideias e aquisições que, transbordando do domínio da especialidade aonde tiveram origem, viram enriquecer o património comum, contribuindo para uma mais clara visão e uma ordenada concepção do mundo, prosseguindo nas propostas daquele jovem leitor e correspondente. Segundo, promover de acordo com a Universidade Popular Portuguesa a criação de delegações deste organismo cultural em todos os bairros de Lisboa e sobretudo nos meios da província».* Eis introduzido, antes do reconhecimento do papel desempenhado pela Universidade Popular em substância, o grupo intelectual dos seus animadores e dos que, mais jovens uns outros menos, colaboraram e virão a colaborar numa proliferação dessa imprensa juvenil, uma verdadeira direcção cultural na aspiração da nova vida orgânica da sociedade. «*Terceiro, organização de cursos de cultura popular, nessas delegações ou quaisquer outros centros culturais do país*».

E agora comento eu: deixa o correspondente a descoberto – nos pontos essenciais do que, no início destas palavras, designei por "estratégia ideológica de difusão do materialismo histórico" – um amplo programa de renovação e de redemocratização cultural que, no final da década de 1930 e sobretudo no início da seguinte, nas manifestações das suas mediações estéticas, adquiriu autonomia no movimento neo-realista.

Só para terminar, não deixa de merecer transcrição a resposta oficiosa da redacção da *Seara Nova* a tal programa. No mínimo, sintomática do inevitável alheamento no convite ao *trabalho para casa* e cito a sua última referência: «*Rogamos que cada um escolha um ponto do programa* (e, repare-se, o programa do tal jovem leitor tinha uns quinze pontos) *e que trabalhe nele*». E (digo eu) descanse em paz.

# Alfredo Ribeiro dos Santos

## O estético, o político e o cultural nas revistas de doutrina e crítica

Os nomes de Cortesão e Raul Proença figuram entre os colaboradores da primeira série da revista *A Águia* e iniciam a sua colaboração no Porto, em 1 de Dezembro de 1910, sob a direcção de Álvaro Pinto. Têm os dois vinte e seis anos. Jaime Cortesão nasceu em Ançã, perto de Coimbra, em 29 de Abril de 1884, e Raul Proença nas Caldas da Rainha, em 10 de Maio seguinte.

Esta revista *A* Águia vinha na sequência de uma outra, *Nova Silva* – publicação de jovens de tendência anarquista saída em 1907 e dirigida por Jaime Cortesão, Leonardo Coimbra e Álvaro Pinto.

Nesse ano, inicia-se em Coimbra a greve académica a que o grupo adere. Pela importância política que o acontecimento toma, os estudantes portuenses abandonam o idealismo libertário e lançam-se na propaganda republicana.

Raul Proença está também empenhado na defesa da República. Colabora em alguns jornais e na revista *Alma Nacional*, dirigida por António José de Almeida.

Fixara-se em Alcobaça, em 1906, exercendo o ensino particular. Raul Proença afirmava-se livre-pensador mas, como democrata, defendia a tolerância religiosa, afastando-se do jacobinismo dogmático do Partido Republicano.

Jaime Cortesão termina o curso em Medicina, em Lisboa em 1910, apresentando como tese de licenciatura "A Arte e a Medicina", em que defende Antero de Quental, do estudo nosológico que Sousa Martins dele fizera no *In Memoria*.

Num vasto estudo crítico, publicada na revista *A Águia*, Raul Proença é ainda mais severo do que Jaime Cortesão

na condenação da classificação patológica de Antero a que Sousa Martins fora levada pela sua confiança exagerada na ciência. Proença, nessa afirmação do livro de Cortesão, considera maravilhosas as páginas em que este, em vibrante exaltação, define o que é ser poeta.

Como primeira mostra, Cortesão lança o poema heróico *A morte da Águia*. Curiosamente, a um inquérito levantado na revista, em que era posta a questão se a arte é social, Proença não aceita a obrigação de uma classificação. Também Abel Salazar, quase 30 anos depois, considerava ser este um falso problema.

Depois de três anos de convívio com o grupo da *Nova Silva* e no último ano do curso em Lisboa com novos amigos, como Raul Proença, Cortesão dificilmente se adapta ao isolamento de S. João do Campo, onde faz clínica rural. Embora filiado no Partido Republicano Português, antes da revolução, falhara a sua eleição para as constituintes de 1911.

Nesse ano, Raul Proença foi nomeado segundo-conservador da Biblioteca Nacional e Cortesão escreveu-lhe a felicitá-lo.

O panorama político confuso de greves, agravamento da situação económica, ameaças de insurreições monárquicas e a gravidade da questão religiosa desiludiam já alguns republicanos.

Cortesão sente a necessidade de criar um movimento de pedagogia cívica e de formação moral cujo apoio faltara à propaganda republicana. O seu projecto consistia na fundação de uma associação de escritores e de artistas, isentos de facciosismos políticos, tolerantes e empenhados numa acção social. Dotado de um espírito sistematizador, com uma orientação clara e educação filosófica, conhecimento do meio e cristalina fluidez de estilo, entre as condições, ele era a pessoa indicada para programar e orientar essa

obra, que tinha então o carácter de agrupamento de intuitos práticos e sindicais e ainda de certa reserva e secretismo para escolha rigorosa dos elementos participantes. Era evidente a inspiração da Maçonaria pela qual Jaime Cortesão e Raul Proença tinham passado, embora ficasse estabelecida uma total independência.

Um dos primeiros objectivos era a publicação de uma revista, órgão dessa associação de intelectuais. Cortesão pensou na restruturação de *A Águia* e na escolha de um director. Embora, inicialmente, Jaime Cortesão duvidasse da pedagogia de sentido poético de Teixeira de Pascoaes como sendo a mais conveniente para realização do seu intuito, pela extraordinária admiração pelo poeta de *Marános* não tardou a convidá-lo para a direcção. Cedo começaram as divergências dos grupos, que entretanto se tinham formado para a promoção do movimento por eles designado de Renascença Portuguesa. Pascoaes lidera-o do Porto, maioritário com Coimbra, a que se opunha o grupo Lisboa, de mentalidade racionalista, representado principalmente por Raul Proença e António Sérgio. Para o Manifesto do movimento, foram apresentados dois textos opostos. Num deles, Pascoaes definia, essencialmente, como orientação a dar ao povo, uma educação lusitana e não estrangeira. No programa de Proença, era indicada como decisão, fundamental para a solução dos problemas nacionais, pôr a sociedade portuguesa em contacto com o mundo moderno, dar-lhe uma cultura actual. Como denominador comum, Cortesão encontrava a necessidade, sentida por todos, de dar um conteúdo renovador e fecundo à revolução republicana.

A revista *A Águia*, na sua segunda série, foi o órgão do movimento. Iniciou a sua publicação no Porto, em 1 de Janeiro de 1912, sob a direcção literária de Teixeira de Pascoaes, artística de António Carneiro, estando a parte administrativa a cargo de Álvaro Pinto.

Nem o Manifesto redigido por Pascoaes e aprovado numa reunião de Coimbra, nem o proposto por Raul Proença, numa outra realizada em Lisboa, foram aprovados.

A revista é apresentada por um texto escrito por Pascoaes que define como finalidade de *A Águia* dar um sentido às energias intelectuais da raça lusitana, colocando-as em condições de ressuscitar a Pátria Portuguesa.

O poeta considerava que o movimento se iria fazer dentro de uma filosofia original, a saudade rebelada. Pela interpretação com carácter de inspiração transcendente da saudade, Teixeira de Pascoaes torna-se o mentor de uma nova teoria poético-metafísica – o Saudosismo. Implanta-o na revista que dirige e *A Águia* é mais o porta-voz do saudosismo do que órgão da Renascença Portuguesa para que havia sido criado.

Poeta, Jaime Cortesão adere ao saudosismo, que considera compatível com o projecto de renovação cultural da Renascença Portuguesa. Assim publica o boletim *Vida Portuguesa,* no qual são discutidos os problemas do país e se dá notícia da mais importante realização do movimento: as Universidades Populares. A revista *A Águia* desperta grande interesse pelo saudosismo e pelo seu notável valor literário.

Proença manifesta a sua discordância da orientação da revista pela reduzida colaboração que lhe dá. Publica apenas alguns artigos de intervenção política – um sobre Portugal e a guerra e dois outros de temas filosóficos. No entanto, o fundador e depois dissidente da Renascença Portuguesa marcou uma posição de lealdade, ao defender os seus amigos e antigos companheiros das críticas violentas ao movimento influente que surgia, a Renascença Portuguesa, numa polémica que se levantou em Lisboa e cujos depoimentos foram reunidos pelo jornalista Boavida Portugal no *Inquérito Literário*. Na sua réplica, Proença sustentou o

dever da tolerância e do respeito pelo adversário e pôs em relevo que o positivismo, tomado em sentido dogmático, era mil vezes mais degradante que todos os saudosismos.

Esta última afirmação não deixa de chamar a atenção para a evolução do pensamento de Raul Proença. Grande admirador de Teófilo Braga, participando na propaganda do republicanismo positivista, condenara, como vimos, o cientismo abusivo de Sousa Martins e, agora, no *Inquérito* manifesta-se contra o positivismo de Júlio de Matos, em oposição ao espírito da Renascença Portuguesa.

O racionalista António Sérgio manifesta a sua discordância da orientação que Teixeira de Pascoaes dera à revista *A Águia*, levantando uma longa e famosa polémica contra o saudosismo a que o poeta dá réplica. Mas, seguidamente, retira-se para Gatão.

A Grande Guerra veio quebrar a acção conjunta de Cortesão e Álvaro Pinto na direcção efectiva e permanente da revista *A Águia* e de todas as acções de renovação cultural da Renascença Portuguesa.

No regresso da Flandres, Jaime Cortesão, a partir de 1919, dirige a Biblioteca Nacional em que Raul Proença é chefe dos serviços técnicos e Álvaro Pinto dos serviços administrativos. Este, perturbado pela agitação social e política que se seguira às tentativas de restauração da monarquia, vai para o Brasil.

A orientação de *A Águia* estava em causa. Tinham-se formado duas correntes de opinião – uma, a que pertenciam Álvaro Pinto e Leonardo Coimbra, com a preocupação dominante de conservar a revista à margem da acção política, e outra, constituída por Jaime Cortesão e Augusto Casimiro, que, na sequência da orientação de Raul Proença no início da publicação, consideravam como carácter imperativo uma intervenção imediata na vida política.

Jaime Cortesão, que sempre tomara uma atitude conciliadora entre as duas correntes antagónicas da Renascença Portuguesa, essencial à realização da obra, vai deixar *A Águia* entregue a Leonardo Coimbra e promove a fundação de um novo órgão para o seu projecto de acção directa.

Raul Proença, já em 1915, em carta a Câmara Reis, motivado pela Ditadura de Pimenta de Castro, defendera a necessidade de combater a acção dos monárquicos, reunindo os republicanos independentes numa publicação periódica doutrinária destinada a preencher o vazio ideológico em que tinham caído os partidos republicanos e defender a democracia dos desvios para que ela era conduzida. A oportunidade de Raul Proença de realizar essa obra de pedagogia e de intervenção na política surge no convívio com Jaime Cortesão na Biblioteca Nacional, onde ambos atingem uma perfeita identidade, raras vezes conseguida.

Juntos na escalada de Monsanto, libertos da filiação partidária, aglutinam um dos famosos grupos da Biblioteca Nacional – instituição por eles elevada a uma posição de grande prestígio e progresso técnico –, formado por Aquilino Ribeiro, Augusto Casimiro, Faria de Vasconcelos, Ferreira de Macedo, José de Azeredo Perdigão, Câmara Reis e Raul Brandão.

Estes figuram, com Jaime Cortesão e Raul Proença, como fundadores da *revista de doutrina e crítica, Seara Nova*, que iniciou a sua publicação em Lisboa em 15 de Outubro de 1921.

A direcção sofre depois algumas alterações. Mas além de Cortesão e Proença, os seareiros mais representativos serão Câmara Reis, António Sérgio, Azevedo Gomes e Sarmento Pimentel.

Na primeira fase da *Seara Nova*, Raul Proença foi a sua figura mais representativa. Definiu os objectivos da revista,

em que a renovação das mentalidades era condição essencial para a realização das reformas propostas. Além da lúcida acção doutrinária, Proença exerce uma crítica incisiva à desorganização dos partidos, às revoluções de clientelas, denunciando os perigos da legalidade democrática pelo Integralismo, repercussões do fascismo e ascendente intervenção das Forças Armadas na vida política.

Por isso, depois do 28 de Maio, Proença queixa-se na *Seara Nova* de que ninguém o quisera ouvir e o resultado estava à vista.

Não obstante a absorvente colaboração de Raul Proença na revista, Jaime Cortesão publica aí importantes artigos de doutrina e crítica nacional e internacional. E, enquanto educador, publicou uma série de artigos de pedagogia cívica, depois reunidos em livro, *Cartas à Mocidade*.

Jaime Cortesão e Raul Proença não passaram pela ilusão de numerosos democratas que aprovaram a suspensão da actividade parlamentar, com a esperança de que, alcançado o objectivo do movimento revolucionário do 28 de Maio de 1926, se terminasse com a abusiva ditadura que o Partido Democrático exercia no parlamento e que, afastado o clima de constantes desordens, estariam realizadas as condições para o regresso à normalidade democrática. Raul Proença lançou-se contra a ditadura militar. Primeiro na revista e, depois de ela ser silenciada pela censura, em dois panfletos clandestinos que ficaram famosos. Esta acção subversiva provocou um mandato de captura, razão pela qual o ideólogo passou à clandestinidade.

Formou-se então um novo grupo da Biblioteca, iniciado numa conjura para derrubar o regime ditatorial. Durou essa acção até Dezembro de 1926.

Jaime Cortesão surge com o comandante Jaime de Morais e o seareiro capitão Sarmento Pimentel a liderar a revolução

de 3 de Fevereiro de 1927 do Porto – a primeira e a mais violenta luta armada contra a ditadura militar e o regime totalitário que se lhe seguiu. Raul Proença, com grande entusiasmo, participou na revolta, distinguindo-se por ter levado, utilizando uma traineira juntamente com Camilo Cortesão, um último apelo de auxílio aos militares de Lisboa, em princípio comprometidos com o projecto revolucionário. A revolução na capital somente eclodiu no dia 7 e se soube dois dias depois de violentos combates. Com a rendição dos revoltosos do Porto, na madrugada de 8, terminava a mais sangrenta revolução do país. Calculando-se em mais de cem mortos, algumas centenas de feridos e grandes danos materiais. Com a prisão e a deportação de cerca de mil militares e muitos civis, inicia-se uma época de repressão que dura cerca de meio século.

Jaime Cortesão e Raul Proença procuram refúgio em Espanha e depois em Paris.

Durante a Guerra Civil de Espanha, Cortesão está particularmente activo em Madrid. Novamente em França, parte para Portugal impelido pela invasão das tropas nazis. É preso e depois obrigado a ir para o Brasil na condição de bandido.

Do exílio, Cortesão colabora ainda na *Seara Nova*. Em 1952, vem a Portugal em missão oficial do governo e é-lhe então prestada homenagem, num memorável banquete e numa edição especial da *Seara Nova*.

Prosseguindo a colaboração na revista, embora reduzida, o seu nome sai do corpo directivo da publicação, em 1958. Prossegue Câmara Reis, como director, e surge Manuel Sertório, como adjunto.

Raul Proença, no exílio, colabora na *Seara Nova* com temas de teorização política. A situação é para ele particularmente angustiante – as dificuldades, as desilusões, os desentendimentos, comuns aos exilados, provocam-lhe perturbações

psíquicas graves. Em 1931, regressa a Portugal para tratamento. Após alguns anos de isolamento, tem um período de equilíbrio mental em que trabalha no *Guia de Portugal*, escreve o prefácio para o segundo volume das *Páginas Políticas* e escreve sobre alguns temas filosóficos. Porém, volta a cair no estado de loucura e, em 1941, desaparece o mais notável pedagogista político do nosso tempo. Adversário inflexível de todos os extremismos, autodenominou-se *um dos mais firmes professores da moralidade de consciência*.

## Daniel Pires

### O estético, o político e o cultural nas revistas de doutrina e crítica

Gostaria de fazer um ponto prévio antes de falar propriamente das revistas literárias. Estou a trabalhar diariamente com revistas e vou com muita frequência à Biblioteca Nacional e nem sempre o Depósito Legal funciona na Biblioteca Nacional. Ou seja, muitas colecções de periódicos mesmo actuais, inclusivamente desta década, não entram na Biblioteca Nacional. Os responsáveis da Biblioteca Nacional dizem não ter funcionários suficientes para fazer o controlo do Depósito Legal. Isto é grave e mais grave ainda se tivermos em consideração que as outras bibliotecas, cerca de doze, recebem os livros que a Biblioteca Nacional recebe, na qualidade de depositária. Dizem que há falta de orçamento para incluir novos funcionários ou que, se fazem propostas, o Tribunal de Contas as reprova geralmente. Talvez valha a pena dizer que a imprensa periódica é fundamental, que é um radiografia poderosíssima da sociedade, que é um contrapoder,

que é uma denúncia, que é uma arma política, como a *Seara Nova* o foi, que muitas vezes é o laboratório no qual os movimentos literários e artísticos ensaiam os seus primeiros passos. Quando um regime muda, uma das primeiras leis a ser alterada é a Lei de Imprensa, e isto é sintomático, não é por acaso. É aí que se faz, ao fim e ao cabo, o confronto de ideias, a discussão, a polémica. Além disso, as revistas literárias encerram com muita frequência – a *Seara Nova* seria um caso paradigmático – colaboração literária e artística, política e filosófica, etc. que está muitas vezes sepultada. Não se sabe, não há índices, e é de extrema importância. Há já, efectivamente, um índice da *Vértice* e da *Presença*, mas para quando da *Seara Nova* ? Muitas vezes as revistas literárias são também um projecto cultural, os escritores não começam publicando livros. Todos ou quase todos começam por colaborar em páginas literárias da imprensa periódica, passam, ou passavam porque já não há infelizmente tantos suplementos como isso, pelos suplementos e só depois é que chegam ao livro.

Tudo isso está em perigo porque o Depósito Legal não está a funcionar. Actualmente, se falhar um jornal diário na Biblioteca só daqui a dez ou quinze anos é que se conhecerá essa falha e, nessa altura, já não é possível recuperar-se. Faz-se aqui um apelo para este problema.

Em relação à *Seara Nova*, vou focar aqui alguns pontos muito gerais. Sobre a parte doutrinária da *Seara Nova* muito já foi dito, muito o será nos próximos dias: que formou uma nova mentalidade, que teve uma feição eminentemente pedagógica, que lutou sempre contra a ditadura militar, que esteve no 3 de Fevereiro (a primeira revolta contra a ditadura), que esteve no golpe de Beja em 1961, que esteve no 25 de Abril (encontrei lá o Dr. António Reis na noite de 24 para 25 de Abril), que teve uma actividade transbordante

durante fascismo – no MUD em 1945 e nas campanhas todas: Norton de Matos, Quintão de Meireles, Humberto Delgado, todas as eleições legislativas: 1953, 1957 e por aí fora. E, a nível cultural, foi vital para a formação de várias gerações. Foi um farol, foi uma referência para muita gente e ainda o é. Local de polémicas lapidares, polémicas paradigmáticas, como aquela que, por exemplo, o José Rodrigues Miguéis teve com o Castelo Branco Chaves, em 1930, e que constitui a primeira dissidência de vulto da *Seara Nova*, como da ficha 14 do Mário Dionísio, como as polémicas do António Sérgio. Tive a oportunidade de as recolher (ainda estão para ser publicadas), há cerca de 10 anos, na Imprensa Nacional – são 67 e grande parte delas foram nas páginas da *Seara Nova*. As polémicas do Raul Proença, a polémica entre o Régio e o Cunhal, a questão sebástica com o Carlos Malheiro Dias e o António Sérgio.

Estou lembrar-me de um artigo que o António Reis publicou no *Diário de Lisboa* em que, para mostrar até que ponto a influência da *Seara Nova* foi ampla e atingiu muitos sectores culturais, dizia que, para espanto da redacção da *Seara Nova*, recebera um pedido de assinatura exactamente do António de Spínola, na década de 70, quando este estava na Guiné.

Ao nível estético, e falamos do cultural e do doutrinário, os principais escritores, com algumas restrições, colaboraram na *Seara Nova*. Aí foram dados a lume inéditos importantes para a Literatura Portuguesa. Lembro artistas de artes plásticas, como Leal da Câmara – aquela capa lapidar do primeiro número que toda a gente conhece, aquela luminosa capa é do Leal da Câmara –, mas também Tagarro, José Rodrigues Miguéis, que tinha um traço absolutamente específico e distintivo e, mais recentemente, João Abel Manta. Seria um pouco fastidioso citar todos os artistas

plásticos que passaram pela *Seara Nova*. Mas o que é importante aqui é dizer que pela *Seara Nova* não passaram os modernistas, pelo menos os primeiros modernistas portugueses. Refiro-me à geração de *Orpheu*, refiro-me a Fernando Pessoa que praticamente é inexistente (pelo menos, enquanto escritor nunca colaborou na *Seara Nova*), Sá Carneiro, Almada. De uma revista do valor estético lapidar como a *Contemporânea* ou como a *Atena*, dirigida pelo Fernando Pessoa, não tem sequer referências (isto não tenho bem a certeza e confirmarei em breve, porque tenho que fazer muito em breve uma entrada da *Seara Nova*). Em relação à *Contemporânea* quem a dinamizou eram de facto pessoas que estavam mais próximas da monarquia.

Saio um pouco da *Seara Nova* e passo para algumas curiosidades. Lembro-me, por exemplo, de uma *Mocidade* que juntou, nada mais nada menos, José Rodrigues Miguéis e Marcello Caetano – um casamento contranatura. José Rodrigues Miguéis, talvez oito anos depois, adere ao Partido Comunista e Marcello Caetano já estava com o 28 de Maio. Vejam as surpresas que, por vezes, as revistas literárias nos dão. O que é um facto é que José Rodrigues Miguéis se aborreceu com o Marcello Caetano e, logo no segundo número, diz que o Marcello Caetano nada tem a ver com o futuro desta revista. A causa próxima deverá ter sido o artigo de fundo do Marcello Caetano em que falava de uma maneira extremamente romântica da literatura e da religião e dizia *a liturgia aparecer-nos-á em toda a sua beleza.* Isto deverá ter sido demasiada liturgia para o racionalismo do Rodrigues Miguéis.

O Rodrigues Miguéis deixou a *Mocidade* e, de armas e bagagens, passa-se para a *Seara Nova,* quando ela começou. Passaria por algumas publicações anarquistas que erigiram a cultura e a pedagogia como pedra-de-toque do seu

conteúdo. Alguns temas lhes são queridos, como o amor livre, a defesa das mães solteiras, a liberdade evidentemente, a luta contra a pena de morte, contra as touradas, pela divulgação científica, biografias de figuras caras ao anarquismo e não só de Louise Michel, estou a lembrar-me do Kropotkine, Proudhon, etc., e tudo isso nas páginas de *A Batalha*, para falar a sul. Para falar a norte, nas páginas da *Nova Silva*, por exemplo, Jaime Cortesão publicou desenhos também impressionantes e Leonardo Coimbra publicou também alguns ensaios filosóficos de muito interesse, e o Cláudio Basto, Gomes Leal e o Álvaro Pinto. Defendia-se a escola livre e o ensino integral, etc. E também no Jornal *A Vida,* pelo qual passaram também o Cortesão e o Pascoaes e o Leonardo Coimbra.

Falei-vos da *Contemporânea,* que tinha um projecto acima de tudo cultural porque, para além de ser graficamente depurada – tinha a colaboração de Almada, Amadeo Souza-Cardozo, António Carneiro, Bernardo Marques, Diogo Macedo, o Viana, o Barradas, etc., contava, no âmbito literário, com Pessoa, Almada, Aquilo Ribeiro (que também esteve na *Seara Nova*), Ferreira de Castro, Leonardo Coimbra, inéditos de Sá Carneiro, Reinaldo dos Santos, Pascoaes. Fez conferências sobre arte, música, literatura, também como a *Seara Nova*, e fez concertos, exposições e fundou uma Universidade Popular. E aqui, voltava também à *Seara Nova* porque também esteve ligada às Universidades Populares na pessoa de Ferreira de Macedo, ou de Raul Proença e de António Sérgio.

Passaria, à *vol d'oiseau,* para uma outra publicação doutrinária de cariz bem distinto, chamada *A Nação,* que aparece na sequência da Segunda Guerra Mundial. Quem estava por de trás desta publicação era o homem do monóculo, Alfredo Pimenta, que dizia barbaridades deste

género: *política imperial baseada na tradição*; defende a ética cristã, defende o extermínio do pensamento internacionalista de feição demoliberal, marxista e judaico, faz a perseguição dos vícios e – atenção – saudava, com fotografia, o Silva Pais, o novo responsável da PIDE, e fez, evidentemente, a apologia do 28 de Maio. O grande dinamizador, Alfredo Pimenta, do alto do seu monóculo, dizia: *o direito de voto às mulheres?!* (e estamos a falar de 1947, estamos a falar de apenas há cinquenta anos) *Mas a que propósito? imagine o leitor que elas votavam contra o sentido de voto do marido; e se votassem contra o sentido de voto dos filhos?, e a estabilidade familiar?* Clamava *A Nação* pela inocência de Rudolf Hess e contra – passo a citar: *o tribunal de vingança de Nuremberga*. Outro artigo era sintomaticamente intitulado "Os grandes Vultos da Europa – a morte heróica de Goebbels". Havia primarismo contra tudo o que cheirasse a esquerda, evidentemente. Um artigo sobre Charlot, o nosso Charlot, que se intitulava "As Teorias de Charlie Chaplin, comunista de gema e *record man* de divórcios" e acabava de uma maneira absolutamente incrível. Num dos últimos números, foi buscar um lutador e pensador paradigmático, Mahatma Gandhi, que fora a Inglaterra para discutir a independência da Índia, e passo a citar: *ele, assumidamente, vestiu-se à indiana e foi visitar a rainha de Inglaterra*, isto com uma caricatura absolutamente... chamemos-lhe criticável, que tinha como subtítulo ou como legenda *ONU vai-te vestir* – caricaturas de José de Lemos.

Em termos culturais, apresentou textos de interesse. Estou a lembrar-me de uma carta de D. Sebastião, inédita, e de uma carta de D. Francisco de Almeida, vice-rei da Índia, etc.

Finalmente, quero falar-vos do tempo presente, do tempo mais recente, a partir de 1950, um tempo que erigiu a *Seara Nova* como um dos seus grandes inimigos, quase patológico,

porque se assumia abertamente de fascista (eles próprios o diziam), com textos de extrema agressividade, de António José de Brito e Nogueira, que cultivava a polémica, numa rubrica, chamada "Besta Esfolada", à boa maneira de José Agostinho de Macedo. Como sabem, *Besta Esfolada* era um livro deste atrabiliário polemista do século XIX e amigo de Bocage, que atacava o Bispo do Porto, atacou o Centro Nacional de Cultura.

Mas, literariamente, era uma revista de muito interesse e que não pode ser, de maneira nenhuma, desprezada. A parte cultural era extremamente forte. Lembro que os talvez primeiros textos de T. S. Eliot, de D. H. Lawrence, Ezra Pound, Rainer Rilke, foram divulgados aqui. Lembro que falou por exemplo da *beat generation*, do dadaísmo, etc. (infelizmente a *Seara Nova*, na altura, não tocava nestes assuntos). Falou de poesia concreta, teve homens como Manuel Bandeira, falou, curiosamente, de Eisenstein – não se sabe bem como: há contradições inexplicáveis – de Truffaut, de Henri Moore. Publicou inéditos de vulto, como de Pessoa, de Sá-Carneiro, de Ângelo de Lima. Contou com a colaboração de Almada Negreiros, de Agustina Bessa-Luís, muito silenciada infelizmente pela imprensa de esquerda, e publicou Agostinho da Silva, etc. E nas artes plásticas, teve Bernardo de Marques, Fernando Lenhas, Cargaleiro, Santa-Rita Pintor, etc. Obrigado pela atenção.

## José Manuel Mendes

Propunha-vos António Reis, que ainda não tive oportunidade de pessoalmente cumprimentar mas que saúdo desta forma pública.

## António Reis

Quando se fala do político, do cultural e do estético, nas revistas de doutrina e crítica, creio que a grande questão que imediatamente se nos levanta é de saber até que ponto nessas revistas o político procura de alguma maneira condicionar ou instrumentalizar o cultural e o estético, ou até que ponto o cultural e o estético, nessas revistas, se perfilam como simples elementos decorativos, sem um critério definido.

Em relação à *Seara Nova* concretamente, lembro que Raul Proença, numa carta para o Jaime Cortesão, em 4 de Outubro de 1921 – 11 dias antes da saída do primeiro número da revista, chamava já a atenção para a necessidade de que tudo que fosse colaboração de ordem literária na revista devia ter sempre um intuito de carácter social e ser, de alguma maneira, seleccionado de acordo com um critério que respeitasse os grandes objectivos político e sociais que a revista, à partida, tinha. Isto talvez porque Proença estava de certo modo traumatizado com a experiência que tivera com a *Renascença Portuguesa*, no início, e com *A Águia* – revista que progressivamente foi apagando o lado político, imergido pelo lado cultural, pelo lado estético-filosófico, por todo o saudosismo de que o Dr. Alfredo Ribeiro dos Santos há pouco falou.

Curiosamente, já em finais de 1923, depois daquele impulso inicial da *Seara,* numa carta para Proença, Sérgio chama a atenção para o facto de os números saídos naquela altura (1926 ou 1927, julgo eu) serem excessivamente literários e culturais, com pouca prosa política – como se esse perigo de repente voltasse a aflorar.

Julgo que falta fazer ainda um estudo (não conheço, pelo menos, nenhum publicado sobre isso) sobre isso – relativamente à *Seara Nova,* relativamente a outras revistas – que procurasse equacionar até que ponto, na *Seara Nova,*

particularmente no período de 1921/1926, tudo o que era colaboração de natureza cultural e estética e particularmente literária correspondeu ou não àquela preocupação que Proença expressava na sua carta a Cortesão, de 4 de Outubro de 1921. E até que ponto houve algum pluralismo estético nessa fase e nos períodos subsequentes, 1926/1939, 1939/58, 1958/1974, nomeadamente.

Não me tenho ocupado da leitura e da parte mais cultural e mais estética da *Seara Nova*, mas tenho a sensação de que, na primeira fase, reina logo uma grande desconfiança e uma hostilidade, mesmo em relação a tudo que eram as vanguardas literárias da época – o modernismo, o futurismo são verdadeiras *bêtes noires*.

Proença, então, odeia-os figadalmente e, por outro lado, não existe realmente um critério definido muito ostensivo de condicionamento de natureza ideológica ou doutrinária, relativamente àquilo que se vai publicando na revista e, muitas vezes, encontram-se lá peças que dão a impressão de estar ali para encher papel, para que a revista pudesse sair e que respeitasse o mínimo de periodicidade. Gostaria que algum dos presentes pudesse comentar isto.

## José Manuel Mendes

Temos aqui afirmações incontrovertíveis e sobretudo aí está uma excelente hipótese de desafio de trabalho para todos. Preferia, contudo, juntar algumas perguntas para respostas em bloco, em nome de uma economia de tempo. Proponho Ulpiano do Nascimento e depois António Pedro Pita.

## Ulpiano do Nascimento

Eu continuo a pôr o acento tónico nos condicionalismos dinâmicos que a sociedade portuguesa apresentou, na vigência da *Seara Nova*. Desde 1921, o propósito dos autores era de uma *revista de doutrina e crítica*.

Doutrina e crítica são áreas bastante largas em que se podem admitir variações no espaço e no tempo muito significativas. No período da ditadura, a revista era laudatória, era comemorativa e os artigos, fundamentalmente, referiam-se a elementos pouco expressivos, com pouco sentido e com pouca intervenção política, isto é, de crítica política, económica e social.

Actualmente há uma dificuldade em arranjar colaboração para preencher convenientemente e consequentemente a revista *Seara Nova*. Por variadíssimas razões o quadro da informação e da comunicação social é completamente diferente do período dos anos 30, 40 e anos 50. E mais diferente ainda dos anos 20 e 30. De maneira que, procurar encontrar um sentido, uma ideia condutora da *Seara Nova*, é muito difícil. A *Seara Nova* é um produto (continuo a dizer) da evolução das condições sociopolíticas e socioeconómicas da sociedade portuguesa. A *Seara Nova* é um exemplo vivo e dialéctico, causa e efeito, e, dentro desta mecânica, vamos encontrar situações discutíveis, questionáveis, interessantes que evidentemente devem até ser postas. Mas o problema está exactamente nos condicionalismos exteriores que realmente modelam a revista *Seara Nova* de década para década.

Temos isso bem definido na *Seara Nova* dos anos 20, dos anos 30, 40, 50, 60. Depois dos anos 60, foi um período realmente e verdadeiramente áureo e consequente da *Seara Nova*. Apesar de não ter aquelas figuras gloriosas e interessantíssimas aqui faladas, particularmente Raul Proença.

Colectivamente, a *Seara Nova* dos anos 60 informou e formou a geração que fez o 25 de Abril.

## José Manuel Mendes

Uma chamada de atenção aos factores exógenos. António Pita e depois Blasco Hugo Fernandes.

## António Pedro Pita

Queria colocar a minha questão na sequência da questão que foi posta por António Reis e que me parece muito sugestiva e particularmente adequada a esta mesa. É a questão que eu gostaria de ter posto em primeiro lugar, mas ele antecipou-se, e ainda bem.

Mas queria – porque é uma questão verdadeiramente pertinente – fazer um pequeno acrescento, que reside nisto, e é uma hipótese.

Porventura, quanto mais uma revista, ou o pensamento de uma revista, ou a ideia que uma revista faz acerca de si própria considera que a actividade artística – o poema, o texto de ficção, etc. – é enquadrável numa utilidade exterior (naquele exemplo da carta de António Sérgio para o Raul Proença), tanto mais essa revista tende a não dar acolhimento a vanguardas estéticas das respectivas épocas. Isto porque as vanguardas estéticas (no sentido que nós aqui implicitamente pelo menos lhe temos atribuído) são, justamente, aquelas que jogam o pensamento do mundo e o

pensamento dentro de si próprias e dentro de ela própria, a Arte.

Isto é capaz de ser excessivo, mas estou a organizar o meu pensamento agora.

Gostaria que o António Reis, o Dr. Fernando Guimarães e o Dr. Daniel Pires – cada um a seu modo – voltassem à questão, pois, ao tocar este problema, disseram coisas em que eu nunca tinha pensado, pelo menos da maneira que eles as disseram.

## Blasco Hugo Fernandes

É sobre o tema levantado pelo António Reis. É claro que vou fazer uma intervenção neste sentido, sem esquecer, apesar de tudo, o período que está em análise neste seminário – o período desde a criação da *Seara Nova* até aos nossos dias (porque a *Seara Nova* ainda existe).

O António Reis levanta agora essa questão muito concreta, o condicionamento na parte cultural, relativamente ao projecto político da própria *Seara Nova,* e gostaria de trazer uma determinada experiência de um determinado período.

Não pertenci ao período do início da *Seara Nova*. Insiro-me na *Seara Nova* a partir dos anos 50. Ao inserir-me na *Seara Nova*, dou-me conta de a existência, em várias disciplinas do pensamento, de vários grupos a tratar da economia, da literatura, ou das artes e letras, a tratar da educação, etc. – grupos, de alguma maneira unitários, envolvendo pessoas das várias correntes de opinião. Daí que dissesse, pelo menos a partir de determinada época da *Seara Nova*, não sentir que houvesse um condicionalismo determinante, um condicionalismo político,

sociopolítico que condicionasse o tratamento dos problemas em cada uma dessas áreas. Antes pelo contrário, procurava-se que, dentro dessas áreas, houvesse tratamentos diferentes em cada uma delas. Inclusivamente, quando havia alguns temas mais delicados, por exemplo, no sector da economia e isso aconteceu muitas vezes, procurava-se que os grupos diversificados encontrassem posições comuns, saindo, às vezes, em artigos não-assinados, numa abordagem convergente do respectivo tema.

Isto é sintomático de que, de facto, se procurava, pelo menos a partir dos anos 50, que não houvesse um caminho rígido sobre cada um dos temas.

## José Manuel Mendes

Pedindo que sejam breves, vou dar a palavra (porque foram directamente interpelados, por esta ordem, ao Fernando Guimarães e depois ao Daniel Pires, ficando ainda a possibilidade de intervirem o Dr. Ribeiro dos Santos e o Luís Augusto da Costa Dias. Lembro que muitas das questões que estão a ser suscitadas poderão, dado o seu carácter seminal, ser discutidas amanhã ou depois de amanhã, nas mesas-redondas e nos debates a haver.

## Fernando Guimarães

De facto, a circunstância de a *Seara Nova* se ter apresentado como uma revista de doutrina e crítica criou nela uma vocação. Curiosamente, essa vocação, por sua vez, também

tem linhas de direcção secundária, na medida em que se a revista não tinha necessariamente que orientar-se para o campo literário, no entanto, fê-lo. E fê-lo na medida em que foi precisamente escolher movimentações – inicialmente os saudosistas, depois com uma grande incidência nos presencistas. Estou a considerar a *Seara Nova* desde 1921, a sua origem, até aos 40 – período em que, de facto, essa marca saudosista e presencista é muito forte (como se ocorresse qualquer coisa que marca muito bem os nossos movimentos vanguardas). É que os nossos movimentos de vanguarda nunca encontraram uma realização literária do tipo epigonal. A vanguarda é uma opção estética sem doutrina e daí uma certa incompatibilidade relativamente a uma revista que é de doutrina. No saudosismo há realmente uma doutrina que terá precisamente as implicações que o saudosismo tem, inclusivamente no campo filosófico, e que foram sobretudo exploradas pelo Leonardo Coimbra. O presencismo tem uma doutrina na medida em que certas especulações no campo da psicologia foram, por exemplo, exploradas por um Gaspar Simões, quando valoriza a psicanálise e a importância que essa perspectiva pode ter, relativamente à interpretação do mistério da poesia – *O Mistério da Poesia* é um dos seus livros.

A vanguarda, pelo contrário, vai centrar a sua reflexão num domínio que hoje diríamos ser o da própria poética, o que fez com que se pudesse, relativamente aos movimentos de *Orpheu* ou de outras vanguardas europeias, falar de uma reflexão sobre a poesia, ainda que hoje por exemplo alguns historiadores da vanguarda procurem relacionar esse aspecto com certos movimentos como, por exemplo, o expressionismo, ou o surrealismo.

Não é por acaso que a *Seara Nova* quer a revolução – esta é uma expressão que aparece precisamente nos primeiros escritos: a *Seara Nova* quer a revolução, mas não quer as revoluções.

Evidentemente que a revolução que está aqui em questão é a revolução das mentalidades e, evidentemente, as mentalidades políticas; não é evidentemente a revolução literária que o *Orpheu* proporcionou.

## Daniel Pires

A maneira como perspectivou a questão ultrapassa-me. Pouco mais tenho a acrescentar a isso. Lembro que há um estudo do António Rafael Amaro que quantifica a pergunta relativamente à parte literária e à parte política. Se bem me lembro, António Rafael Amaro diz que entre 1933 e 1939, ou seja, desde que o António Sérgio volta do exílio em França e até 1939, quando há a cisão na *Seara*, em que ele sai com o Mário de Azevedo Gomes e com o Agostinho da Silva, *a parte literária sobe grandemente, para 54%* (é assim que diz no seu artigo?). Durante a República, até 1926, a parte política é bastante superior à parte literária, esmagadoramente superior e, mesmo durante os anos subsequentes ao 28 de Maio, quando houve a questão do empréstimo externo, etc., a parte política prevalecia. Mas o que é um facto é que, quando o António Sérgio regressa, há de facto uma grande diferença.

## José Manuel Mendes

Pedia-vos que guardassem as vossas intervenções para os debates de amanhã.

Vamos então ver se ainda é possível dar a palavra à Maria João Reynaud e ao Ulpiano do Nascimento. Perguntava ao Luís Augusto da Costa Dias e ao Ribeiro dos Santos se têm alguma coisa a acrescentar neste momento. Não? Então vai ser possível. Maria João primeiro e depois o Ulpiano.

## Maria João Reynaud

Peço desculpa da minha intervenção extemporânea. Mas foi um pouco a intervenção do Fernando Guimarães e agora também no seguimento da dele e do Daniel Pires que me obriga a dizer hoje isto.

Penso que há a colaboração de duas figuras que têm um peso literário importantíssimo na *Seara Nova* e não ouvi ou não me apercebi que elas tivessem sido referidas, quer na intervenção de Fernando Guimarães, quer na do Daniel Pires. Refiro-se a Raul Brandão e a Irene Lisboa.

Pensar sobre o peso literário destas figuras obriga-nos a relativizar algumas das coisas que aqui foram ditas. Penso que elas perturbam qualquer dicotomia, em termos de uma apreciação literária e das linhas, digamos assim, estéticas da *Seara Nova* que se queira fazer. Queria só lembrar que a primeira vez que *A Avejão* foi publicado foi na *Seara Nova* e quanto às páginas da Irene Lisboa *As Folhas Volantes* são inúmeras e fundamentais e não fazem nenhuma concessão a essa linha política, porque estão muito além disso e excedem tudo, excedem até o próprio tempo, as coordenadas estéticas do tempo – estou a pensar no Raul Brandão, mas poderia pensar na Irene Lisboa, igualmente.

## José Manuel Mendes

Ainda bem que essa intervenção foi feita, embora a questão colocada permaneça. Ulpiano a última intervenção, antes de irmos jantar.

## Ulpiano do Nascimento

Ainda bem que houve esta intervenção, porque estes nomes são realmente notáveis.

## José Manuel Mendes

Convinha agora ao moderador imoderado ou ao animador animado fazer tendencialmente algumas das conclusões do debate havido. O moderador e animador abstêm-se em proveito de todos, desejando a continuação de bons trabalhos neste colóquio, óptimo jantar e melhor convívio. Até amanhã. Bem hajam pela atenção e cooperação.

## António Pedro Pita

A sessão desta manhã pretende recolher o testemunho de todos os directores da *Seara Nova*, mais numa perspectiva do depoimento sobre a experiência vivida. Reservamos para um segundo momento, se for caso disso, uma reflexão mais

predominantemente teórica ou histórica. O que nos interessava era recolher esses testemunhos desses directores, de períodos particularmente ricos.

O Prof. Rogério Fernandes foi director da revista, entre 1967 e 1968/69. O director seguinte foi o escritor Augusto Abelaira, que não pode estar presente, o que lamentamos, tanto mais que é por razões de saúde. Augusto Abelaira foi director, entre 1968/69 e 1973. O director que acompanhou a revista no período do 25 de Abril foi o Prof. Rodrigues Lapa, que faleceu já. José Garibaldi foi director da revista, entre 1975 e 1977. No período de renovação da revista que por vezes é já chamada a nova *Seara Nova*, o director é Ulpiano do Nascimento, que está também na mesa.

Numa primeira fase, farão intervenções de cerca de 15 minutos, apresentando o seu testemunho dos seus períodos de direcção.

Depois generalizaremos o debate. Somos suficientemente poucos para que o debate possa ser efectivamente produtivo. Como se viu ontem, há algum interesse nestas coisas e, ao mesmo tempo, procuraremos que a reflexão seja conjunta.

Nas pastas de documentação, há uma folha que tem um conjunto de pequenos textos que iremos incorporando à medida que isso for julgado necessário. Começaria desde já por incorporar um deles.

Num dos textos de Manuel Sertório diz-se que *«a partir de 1957/58 morrera a Seara Nova que correspondera às representações e Cartas Abertas ao Presidente da República e aos Cenáculos políticos reunidos em escritórios de advogados. Íamos tentar semear uma outra Seara»*.

Esta necessidade de reflectir sobre a história da *Seara Nova*, sem nunca perder de vista as condições históricas em que ela foi aparecendo, foi ontem várias vezes sublinhada

pelo Ulpiano do Nascimento. Penso que devemos retomar e desenvolver esse tópico hoje.

Proporia que os depoimentos, que se vão seguir, de todos estes directores – herdeiros de todo um passado da *Seara Nova* – no período posterior justamente a essa reorganização, dos finais dos anos 50, não esquecessem de incorporar esta observação de Manuel Sertório. Na lógica de semear uma outra *Seara: «morrera a Seara que correspondera às representações e Cartas Abertas ao Presidente da República e aos Cenáculos políticos reunidos em escritórios de advogados»*. E passava-vos imediatamente a palavra.

## Rogério Fernandes

### Como vivi o momento seareiro

Antes de mais, queria agradecer à Casa-Museu Abel Salazar este convite, que muito me honrou e que muito me aprouve aceitar e, ao mesmo tempo, agradecer, pela parte que me toca, a vossa presença.

Gostaria de começar a minha intervenção por um tema que só reflexamente diz respeito à minha participação na *Seara*, e que teve a ver com o que chamaria problematização do valor do testemunho pessoal.

Julgo que o testemunho tem o seu valor de verdade, tem o seu valor como fonte das nossas incursões no passado, mas também apresenta alguns perigos. Na realidade, o testemunho pessoal é feito a partir de uma memória que, à distância do tempo, filtra os factos, transforma o *memorizável* em *memorável*. Isto é, faz incidir sobre o passado um certo número de

juízos de valor. São esses factos que sobressaem mais na nossa consciência e na nossa visão das coisas.

Por outro lado e de alguma maneira, o testemunho pessoal corresponde a uma tentativa de racionalização do passado, de procura das articulações internas dos factos, no que naturalmente vai algum risco – o risco de uma leitura subjectiva, pessoal que necessita evidentemente de ser contrastada com outras leituras. Felizmente, tenho aqui, pelo menos, Ulpiano do Nascimento e José Garibaldi.

Entrando no tema que me foi proposto, gostaria de salientar que, em minha opinião, não é fácil definir a orientação política da *Seara Nova* em período nenhum da sua trajectória histórica. Mesmo em 1921, entre os fundadores da *Seara* havia naturalmente posições ideológicas e políticas comuns, mas também diferenças de opinião política que, não se manifestando em sede na revista, existiam. É o caso de Raul Proença, o de Aquilino Ribeiro ou de Jaime Cortesão.

De qualquer modo, a *Seara* nunca perdeu alguns aspectos da sua vocação inicial. Foi um baluarte (para usar a palavra-chavão) do republicanismo crítico dos homens que, em 1921, caminharam para fundação da revista porque entendiam necessário assumir um papel de vigilância crítica em relação à I República e às suas insuficiências, quer no ponto de vista político, quer no ponto de vista social. Entendia-se dar um conteúdo social à democracia republicana e, nessa orientação, a *Seara* definia-se como um agrupamento de homens de pendor socializante, talvez mais próximos de uma social-democracia, à maneira nórdica na actualidade, do que propriamente de um socialismo mais nítido.

Ao longo da história, a *Seara Nova* também manifesta outro aspecto muito curioso – de relações entre este ideário republicano e socializante com outras manifestações do

pensamento político e outras ideologias, designadamente com o marxismo e o socialismo marxista.

Esse diálogo, que por vezes tomou carácter polémico, manifestou-se por diversas vezes na *Seara*.

A propósito, lembro a célebre polémica do José Rodrigues Miguéis, então jovem seareiro, com um seareiro menos jovem, o Castelo Branco Chaves – polémica em que o Castelo Branco Chaves é apoiado por António Sérgio. O que está em confronto, por um lado, é uma visão marxista dos problemas políticos, ideológicos e sociais, a visão de um simpatizante (ou militante?) do PCP, e, do outro, uma visão que pendia precisamente para orientação social-democrata, senão mesmo demoliberal, que era a de Sérgio.

Por volta de 1958, produziu-se uma rotura na *Seara*, ou melhor, formou-se um grupo na *Seara Nova* e, de alguma maneira, as palavras de Manuel Sertório caracterizam a nova orientação da revista nesse período.

A *Seara* atravessa um longo período de marasmo, das Cartas Abertas ao Presidente da República, às "autoridades", como diz Sertório, mas isso não significa que, a partir dessa data, tenha deixado de ser um elo de ligação com a "Oposição democrática". Isto é, as tais *reuniões em escritórios de advogados* – como diz, pitorescamente, Manuel Sertório –, de alguma maneira, continuaram. Era fundamental que a *Seara* colaborasse empenhadamente nos movimentos de oposição e tentasse fazê-los inflectir na direcção da esquerda. Essa direcção ia no sentido do diálogo e da unidade entre as forças de esquerda, sem quaisquer exclusões, e com outros sectores políticos do centro-esquerda.

Portanto, é um período em que certas formas de acção mais tradicionais, embora mais acutilantes e mais marcantes do ponto de vista revolucionário, começaram a surgir. Era uma exigência do grupo. Mas isso não significa que se tenha

fechado inteiramente a porta a formas mais tradicionais de acção. Encontrámos, nessa época, manifestos e declarações públicas, dirigidos aos órgãos do Estado, não sem a esperança, bem entendido, de sermos escutados, mas no sentido de podermos contribuir para o esclarecimento público e para uma comunicação ampla dos pontos de vista da oposição.

No interior da *Seara*, sem dúvida nenhuma, sobretudo a partir de 58 e mais precisamente no início da década de 60, pessoas que se reclamavam do marxismo, como era o caso de Alberto Ferreira, de Augusto Costa Dias e o meu próprio caso, começaram a ter na *Seara* um posição paritária, digamos, com outros companheiros de luta que lá se encontravam. Porque é preciso dizer uma coisa: a *Seara*, pelo menos enquanto lá estive, nunca foi um grupo inteiramente fechado sobre si, mas mais concretamente uma plataforma unitária em que pontos de vista diferentes coexistiam, embora unidos todos em relação a um objectivo comum: derrubar a ditadura e, efectivamente, aniquilar o fascismo, no sentido da democracia e do progresso social.

Do ponto de vista ideológico, esse grupo de pessoas que se reclamavam do marxismo – e queria fazer uma referência muito especial ao Alberto Ferreira – eram insensíveis ao debate já então encetado sobre o marxismo. Na esquerda francesa, a posição ideológica do existencialismo sartriano era qualquer coisa que se levava em conta. No caso, sobretudo de Alberto Ferreira, havia uma grande sensibilidade ao diálogo em que Henri Lefebvre e Garandy, por exemplo, estavam envolvidos.

Há aqui uma coisa que queria acrescentar e tem a ver com as circunstâncias históricas de que se acompanha a evolução da *Seara*. É que há posições públicas que a *Seara* nunca tomou, pela simples razão de que a censura impediu

que elas saíssem e, portanto, uma investigação sobre as tomadas de posição ideológica da *Seara Nova* passa inevitavelmente pela análise dos seus arquivos (que suponho existirem) com o seu ficheiro de censura. Eu tenho uma ou outra coisa, o Alberto Ferreira provavelmente terá em casa provas de censura cortadas dos seus próprios artigos, que poderiam contribuir para esclarecer estes problemas. Pela minha parte, posso dizer que alguns textos significativos relativos ao debate no interior da esquerda francesa foram inteiramente cortados pela Censura. Isso aconteceu também, por exemplo, em relação à Revolução de Outubro. Não são escritos muito desenvolvidos, muito articulados – aliás, do ponto de vista ideológico, há um certo subdesenvolvimento português, digamos assim, que tem a ver com as grandes dificuldades de informação e de debate com que nos confrontávamos. Em suma, no meu entendimento sem uma análise dos arquivos da *Seara* será um tanto difícil reconstruir o debate ideológico que por ali passou.

Um domínio que penso ter sido bastante privilegiado foi o da crítica literária, da crítica de cinema ou da crítica de artes. Aí, foi possível fazer passar certos aspectos da mensagem, porque a censura era menos sensível a esses canais do que a artigos de discussão ideológica facilmente descodificáveis pela Censura. Muitas vezes a censura actuava não propriamente pelos conteúdos mas por suspeitas acerca dos conteúdos. No início do fascismo conta-se a história, e é verdade, que numa publicação de Coimbra (não sei se foi na própria *Vértice*) apareceram vários artigos assinados por Carlos Marques que passaram na Censura e que eram excertos da obra de Marx. Sob esse pseudónimo de Carlos Marques, passaram – prova que não era bem o que se dizia, mas certos indícios e certos sinais que alertavam a fúria dos censores. Creio que a *Seara* teve um outro papel muito

importante de pedagogia política e ideológica, exercida sobre a gente nova. Eu próprio sou um exemplo disso, na medida em que passei a ser um leitor mais assíduo (já tinha até colaborado na *Seara* com uns poemas que espero ninguém desenterre) a partir da campanha de Norton de Matos. O destaque dado ao discurso de Norton, proferido aqui no Porto, levou-me ao encontro da *Seara* – a mim, que não tinha qualquer indicação nesse sentido. Foi ver o texto, comprar a revista e passar a comprá-la sempre que saía.

Muitos de nós encontrámos na *Seara* o ponto de partida para outras interrogações, outras perguntas. Recordo, por exemplo, que era estudante do 4.º ano do liceu, e nessa altura já era leitor assíduo, quando tive a surpresa de encontrar na *Seara* uma polémica entre o Piteira Santos e o Professor José Sant'Anna Dioníso que, por sinal, era aqui do Porto e foi meu professor de história numa das turmas do Liceu D. João de Castro em Lisboa. Ver ali o meu professor de história a responder ao Piteira impressionou-me muito. A questão era a coerência dos intelectuais na política, a propósito do Antero, e Sant'Anna Dioníso defendia o Antero e o Piteira fazia-lhe algumas observações críticas que, aliás, continuo a achar pertinentes, apesar de me dizerem que as abjurou na última lição que proferiu. Mas isso é outra história. Tal polémica deu-me para pensar no que deveria ser a coerência entre o *dizer* e o *fazer*, entre o *pensar* e o *agir*. Foi uma revista que me levou para a acção através da interrogação, da problematização das atitudes intelectuais. Tinha amigos com quem às vezes me reunia para conversar acerca da vida intelectual portuguesa e a *Seara* vinha naturalmente à baila devido aos artigos que publicava.

Entrei na *Seara* nos finais da década de cinquenta, depois do período do Humberto Delgado. O Câmara Reis era o director da revista e por isso tínhamos uma ligação à velha *Seara*:

o Câmara Reis tinha sido um dos fundadores da primeira hora.

Era um homem de uma enorme tolerância. Sabia que, a seu lado, estavam socialistas, comunistas e independentes e nunca houve qualquer pergunta ou qualquer actuação do Câmara Reis que desse a perceber que sabia que um era comunista e o outro não. Foi sempre um homem de grande espírito democrático e de enorme capacidade de luta. Coube-lhe a tarefa bastante ingrata de orientar a *Seara* em períodos em que, do ponto de vista económico, a empresa no seu conjunto se debatia com enormes dificuldades. Ele encarava essas coisas com certo humor. Uma vez no Chiado, um escritor que era sobretudo notado pelos seus ditos de espírito, o Luís Oliveira Guimarães, encontrou o Câmara Reis e perguntou-lhe: *Então como vai a Seara?* e ele, que tinha acabado de pagar uma letra no banco, respondeu-lhe sabiamente: *Uma grande espiga.*

Foi neste período em que entrei na *Seara* que começa a ser levantada uma questão que será um elemento de clivagem no interior da oposição portuguesa e em relação à qual tivemos de ter algum equilíbrio. Quando o Câmara Reis faleceu e passou a ser director Augusto Casimiro, o problema da independência das colónias e da guerra colonial levou a uma certa divisão das águas. Na *Seara* a unanimidade fez-se rapidamente, embora Augusto Casimiro me parecesse assumir uma posição de conciliação com as teses mais radicais, que eram as da maioria.

A *Seara*, no entanto, vai sofrer um período muito crítico depois do golpe de Beja porque a esmagadora maioria dos redactores da *Seara* esteve ligada ao movimento. Muitos saíram do país e, de um momento para o outro, a redacção ficou reduzida a duas ou três pessoas. Foi um momento de crise que se conseguiu vencer e que, curiosamente, marcou uma certa arrancada em relação ao reequilíbrio da *Seara*,

agora já não do ponto de vista apenas redactorial mas também do ponto de vista empresarial, visto que essa base era absolutamente indispensável para que a *Seara* sobrevivesse.

A *Seara* começou a editar livros que enviava à cobrança para os assinantes, que, entretanto, foram aumentando. A Censura não tinha possibilidade prática de controlar as nossas decisões, já que não era fácil apreender os livros, na sua totalidade. Quando a Censura dava por eles já uma parte da edição tinha saído para os assinantes.

A revista começou a reequilibrar-se e renovar a sua redacção. Nessa altura, entraram Augusto da Costa Dias, por exemplo, Aquilino Ribeiro Machado, José Fernandes Fafe, Sottomayor Cardia (não digo que as datas sejam coincidentes, mas foi este período), Nuno Brederode Santos, José Tengarrinha, e (guardei para o fim!) Jorge Sampaio. Foi possível vencer a crise e imprimir à revista uma nova dinâmica. Do ponto de vista da sua intervenção cultural, foi um bom período da *Seara*, período iniciado nos fins da década de 50 e que foi de grande vitalidade.

O funcionamento da revista era colectivo. Tínhamos à segunda-feira à noite uma reunião de redacção em que todos os artigos eram lidos e apreciados. Todas as pessoas que comparecessem às reuniões de redacção tinham oportunidade de dar a sua opinião sobre as matérias a publicar e a opinião maioritária era aquela que vencia. De maneira geral havia grande consenso e não me recordo de nenhuma polémica por motivos de colaboração. As pessoas estavam de acordo acerca de aquilo que se devia ou não publicar e das posições a tomar em relação aos vários problemas – quer da política internacional, quer, na medida do possível, da política nacional.

A política internacional foi outro domínio em que começámos a marcar também presenças indirectas, digamos assim. Por exemplo, em relação à guerra do Vietname, tomámos

posições que, de alguma maneira, para um leitor atento e que soubesse ler nas entrelinhas, nos levavam à guerra colonial. Aí, interviemos não só com artigos, mas também com a edição de livros. Destaco *Vietname segundo a Resistência* e *Bombas sobre Hanói*, de William Burchett e outras obras. Foi um período de intervenção bastante intensa, nalguns casos muito brilhante: os artigos, por exemplo, do Augusto da Costa Dias são, de facto – além de boas peças sob o ponto de vista da estruturação do discurso e do ponto de vista do estilo –, exemplificações de um ensaísmo novo, também patente em obras publicados por este autor e por outros. Houve seareiros que escreveram menos, como Aquilino Ribeiro Machado, por exemplo, cuja intervenção era oral, na revista, uma voz de bom senso, um ponto de vista mais moderado. Efectivamente, havia uma grande consensualidade no interior da revista.

Houve um problema em relação à substituição de um director-adjunto – problemas que tinham a ver com a segurança da *Seara*. Foi talvez a coisa mais crítica que tivemos de enfrentar. E foi justamente, nesta altura, que se pôs a questão de saber a quem pertencia a *Seara* como empresa.

A *Seara* era uma sociedade por acções e não sabíamos por onde é que essas acções andavam. Enquanto a *Seara* tinha sido um empresa desmantelada, vivendo penosamente um dia-a-dia de calamidades e de carências, certamente não haveria accionistas interessados em aparecer, mas se a *Seara* continuasse a equilibrar-se, do ponto de vista empresarial, receávamos que surgissem pessoas que, brandindo acções, desfizessem os equilíbrios políticos alcançados dentro da revista. Foi a partir dessa altura que se começou a tentar saber quem é que era accionista da *Seara* e como se passavam as coisas. Justamente esse problema acabou por transformar-se numa questão delicada sobre a qual não me vou demorar. Ainda no meu tempo fez-se uma compra de acções. Lembro-

-me que procurámos o Professor Adelino Palma Carlos – sabíamos que ele era um accionista da *Seara* – e lhe perguntámos se estaria disposto a vender as suas acções à redacção da *Seara*. Ele vendeu e nós revendemos as acções de maneira bastante igualitária por todos os redactores da *Seara*. As acções serviam-nos apenas para assegurar a independência da revista: que a *Seara* continuasse a ser o que queríamos que ela fosse. Uma revista de intervenção política e ideológica, cultural (e este aspecto talvez tenha vingado menos do que devia), uma revista de esquerda, a que, na minha opinião, continua a ser. Marcada, de facto, pela presença do marxismo, do existencialismo francês de esquerda, aliás, neomarxista nalguns aspectos. E também pelas socialistas concepções acerca da organização da sociedade, da justiça social, do progresso. Ideias que nos uniam mais ou menos a todos, independentemente das clivagens de opinião política que pudesse haver. Queríamos essencialmente que a *Seara Nova* fosse um campo de luta e de unidade onde coexistiam opiniões que não eram necessariamente coincidentes, mas de cujo debate o consenso havia de surgir.

O 25 de Abril veio exactamente esclarecer várias opções políticas por que as pessoas optaram. Tínhamos muita coisa de comum, mas tínhamos também coisas diferentes. Na *Seara Nova,* queríamos justamente que houvesse esse aspecto. O comum e o diferente – o igual e o diferente, do ponto de vista político.

Provavelmente deviria ter dito mais coisas de que agora não me lembro, mas depois, no debate, certamente me ajudarão a recordar outras. Muito obrigado.

Nota final – *No momento em que revejo este texto para publicação, ocorreu o falecimento de António Lopes Cardoso. Foi com desgosto que o vimos desaparecer, é com desgosto e afecto que dedicamos estas palavras à sua memória.*

## José Garibaldi

### Como vivi o momento seareiro

Também agradeço à Casa-Museu Abel Salazar este convívio. Começo por dizer o que o Rogério Fernandes disse acerca da dificuldade de convocar a memória e transformar a memória no memorável.

No meu caso pessoal, acho que é preciso ter presente a carga de emoção que está por de trás disto. O convocar da memória é de certa maneira fazer recordar e reviver as circunstâncias, os tempos, as discussões, os debates, os conflitos. A mim, isto, ainda hoje, quando parecia perfeitamente possível falar destas coisas todas com a distanciação que os anos permitem – histórias de há vinte e tal anos, já quase pré-história, ainda é na base e na presença de uma carga emotiva muito grande que o faço. É com sofrimento que eu convoco a memória dos tempos da *Seara Nova*. Por isso, levantei à Casa-Museu Abel Salazar inúmeras dificuldades para cá vir. Ao seu convite tinha a sensação de uma circunstância dolorosa ao lembrar-me de todos estes períodos.

Sobre esta referência que o Manuel Sertório aqui faz "da nova *Seara Nova*" tenho a ideia de que há muitas *novas searas*, isto é, a *Seara Nova*, como movimento de intelectuais, é sempre ela o reflexo da própria postura, do próprio tipo de envolvimento e da própria militância exterior desses intelectuais.

A *Seara Nova* parte de um grupo de intelectuais altamente cépticos, descontentes e desinteressados não tanto da vida política, mas da actividade partidária, das virtualidades da vida partidária.

Em contrapartida, os anos 60 estão cheios de intelectuais desejosos de ter actividade partidária. O 25 de Abril vai tornar isso ser possível e grande parte da debandada da *Seara Nova*,

na minha perspectiva, explica-se por isso: pela pressa com que as pessoas estavam de exercer uma militância e de ter uma actividade política e partidária. Estando ali na *Seara*, estavam como que tolhidos, sem possibilidade de o fazer.

Este ciclo pode, de certa maneira, estar hoje a fechar-se. Ou seja, poder-se-á hoje dizer que a *Seara* só tem talvez condições de sobrevivência – embora não reproduzindo o espírito do início, mas de alguma forma mantendo-se afastada da vida partidária –, só tem condições para andar para a frente se as pessoas que se envolverem nela o fizerem pelo projecto e fiquem alheadas dos partidos.

Isto porque me parece que terá faltado ou terá não existido – sobretudo no período de 1974/75 – alguma pedagogia de entendimento, alguma pedagogia de reconhecimento do outro, de reconhecimento das diferenças.

O clima foi de grande crispação dentro da vida partidária, de grandes rupturas – até no próprio plano pessoal – e a questão que se coloca é esta:

Não tanto de ver como é que a *Seara Nova* foi em 1975, quando eu lá estava, mas talvez mais de saber em que medida é que uma revista destas, com as características que tinha e que o Rogério Fernandes ainda agora salientou: *de ponto de contacto, de diálogo*, de *entendimento*, tinha condições para sobreviver, no contexto do período posterior ao 25 de Abril. Eu, sinceramente, penso que não tinha.

Com as características que ela tinha de local de debate, de encontro de correntes de opinião, de procura – no meio de todas as diferenças e de todas as conflitualidades –, de plataformas de conversa, de entendimento, de prossecução de objectivos, penso estar historicamente afectada, depois do 25 de Abril. As condições objectivas e materiais externas para que todas estas coisas pudessem prosseguir dentro da *Seara* eram completamente impossíveis.

Penso – e já pensava na altura – que a *Seara* não podia ser uma espécie de paraíso no meio do deserto, um oásis no meio de um caos. A *Seara* teria necessariamente de reflectir todas as conflitualidades que existiam, todas as tensões, todas as oposições e toda a necessidade de afirmação das diferentes correntes de esquerda – de afirmação de elas próprias e de afirmação em oposição ao outro.

Todo esse clima era muito pouco favorável a esse ambiente de diálogo, de entendimento, de espírito de auxílio que a *Seara* tinha como tradição. Portanto, era posta em causa a existência daquela revista e a possibilidade de ela ter algum papel a desempenhar naquele contexto.

Pensava – e continuo a pensar – que havia aqui a necessidade de um gesto de coragem e de não ter prosseguido com a revista, de não ter prosseguido com o projecto.

Só que – e o Rogério Fernandes falou disto há pouco – a *Seara* ganhara uma dimensão em que ela já não era apenas uma revista de um grupo de pessoas que se entretinha a fazê-la sair e a ganhar audiência. Era também uma empresa complicada, na qual havia muita gente a trabalhar, com 20 empregados já nessa altura. Era uma estrutura complexa, com movimentos bancários. Já não se tratava de um sonho romântico, que estava a ser concretizado por três ou quatro pessoas idealistas, era uma estrutura empresarial com um peso enorme, movimentando dinheiros, tendo empregados, era uma empresa.

Sendo uma empresa, um dos principais travões à ideia de que esta revista, nestas circunstâncias, não tem condições para sobreviver, era este: vamos ser nós a dar exemplo (que depois veio a ser seguido) de sermos a primeira empresa com salário em atraso? De sermos a primeira empresa que a seguir ao 25 de Abril fecha as portas? Não estaremos nós a

atraiçoar o próprio espírito do 25 Abril se, no plano empresarial, dermos este tipo de exemplos?

Concluímos que todas estas coisas tinham de ser ponderadas. Tivemos também a esperança – algo ingénua, se calhar – de que estas tensões, esta conflitualidade, esta dificuldade de encontrar plataformas de entendimento e de espírito de colaboração mútua, etc., podiam ser uma fase passageira, circunstancial e as coisas poderiam evoluir de outra maneira.

Embora eu esteja aqui sentado na mesa com dois directores da *Seara*, em rigor, eu não sou um director da *Seara*. Em rigor (para tornarmos estas coisas bem claras) sou uma pessoa que a administração da *Seara*, numa determinada circunstância da vida da empresa, pediu para, interinamente, ficar a assegurar os destinos da revista até que a crise da empresa, a crise da conflitualidade, a crise do crescimento, a crise da ruptura do 25 de Abril, abrisse as condições e desse as possibilidades para que a *Seara* pudesse retomar ou não o seu percurso normal.

Depois deste testemunho de como eu fui parar à direcção da *Seara*, gostaria também de dar o testemunho de como é que eu fui parar à *Seara*.

No documento que o Pedro Pita fez o favor de me entregar, há duas ou três coisas que me tocam bastante. Uma delas é a seguinte.

Vem aqui uma referência do Salema de «*a Seara Nova ser como baluarte de um largo conceito ético*». Penso que hoje isso possa não ter o significado que tinha. Mas se eu quiser recordar o que, em primeira instância, era valorizado, por pessoas minhas amigas e com quem contactava, direi ser o exemplo cívico, o exemplo ético das pessoas da *Seara*, mais do que o próprio conteúdo da revista, ser a dignidade, a coragem cívica e a própria presença das pessoas que a

faziam. Algumas delas vinham ainda do tempo da *República* e pareciam, no seu próprio aspecto, pessoas historicamente respeitadas. Recordo-me que alguns pareciam personagens de peça de Tchekhov, porque eram homens de barbas brancas compridas que, nós jovens adolescentes, olhávamos com um certo respeito e um certa admiração. A primeira imagem que a *Seara* tinha para mim – e antes de ser seu leitor e antes de ser seu colaborador e membro da sua redacção – era aquele conjunto de pessoas dignas, de pessoas sérias, de pessoas que, por espírito cívico, arriscavam a sua tranquilidade e a sua vida na defesa daquele ideal.

Mais tarde, este relacionamento pedagógico com os jovens permitiu uma renovação sucessiva dos quadros redactoriais da *Seara Nova*. No tempo em que comecei a participar na *Seara*, não de tratava de um relacionamento coloquial, de tertúlia – como eventualmente terá sido nos anos 40 e nos anos 50 –, era mais um relacionamento organizado. A redacção da *Seara* predispunha-se a criar grupos de trabalho com jovens universitários, grupos de estudo, faziam-se trabalhos. A *Seara* constituía-se como um centro aonde jovens universitários daquela época tinham a possibilidade de ir organizadamente fazer trabalhos, de forma a terem um certo apoio por parte das pessoas da redacção na sua construção intelectual.

É um período em que o movimento universitário do início dos anos 60 é um movimento, ele próprio, muito preocupado em ter presente o objectivo fundamental da sua luta de contestação do regime, fundamentalmente. Para além das razões pedagógicas que todas as lutas universitárias têm, a razão de fundo da luta era sempre um confronto com o regime e havia da parte daquela geração universitária uma necessidade de abrir espaços e áreas de diálogo.

Da parte da *Seara*, havia toda a vontade de absorver essa vontade de diálogo dos jovens e esta interacção e estas

sinergias, como hoje se diria, que foram extraordinariamente ricas e permitiram que muitas pessoas viessem a aderir ao projecto seareiro e que a *Seara* ganhasse um crescendo de aceitação e de conhecimento da parte dessa juventude. Isso levou a que a *Seara*, no final dos anos 60, fosse uma estrutura administrativa e financeira complicadíssima, uma editora com um potencial de edição elevadíssimo, com tiragens de muitos milhares de exemplares e chegasse aos píncaros dos anos 60 numa situação invejável e até preocupante, porque se sujeita a tentativas de aparecimento de pessoas em posição de algum predomínio no ponto de vista do capital, e que não tinham nada a ver com a *Seara*. Esses factos passaram a estar presentes nas nossas preocupações.

O período de 1975 nasce neste contexto difícil e para além disso tem outra dificuldade. Em 74/75, a *Seara Nova* não era de maneira nenhuma uma das primeiras prioridades de intervenção política, cultural e cívica das pessoas que estavam em Portugal. As pessoas que estavam em Portugal tinham muito por onde desenvolver a sua vida, a sua actividade e prestar a sua generosidade e o seu entusiasmo. A possibilidade de conseguir congregar esforços, convencer pessoas, trazer pessoas para escrever na revista era praticamente impossível. Hoje, se virmos (é um trabalho que se pode fazer) quem eram os colaboradores da revista e quem escrevia naquela altura para a revista, ver-se-á que raríssimos estarão ligados ao meio intelectual português, seja de que partido tivessem aderido naquela altura.

São sobretudo pessoas que, por circunstâncias várias – porque vinham da emigração, porque eram pessoas que estavam cá de passagem, porque eram brasileiros imigrados –, tinham algumas condições objectivas para escrever na *Seara* e algum interesse em fazê-lo. Mas não eram aquelas pessoas que necessariamente interessaria que escrevessem, nem eram

necessariamente aquelas pessoas que, se houvesse uma possibilidade de escolha, se escolheriam para escrever.

A sensação que tenho é que a revista, tal como estava, não resultava de um esforço consciente para que ela fosse assim, mas resultava das circunstâncias adversas que não permitiam que ela fosse de outra maneira. Não havia da parte das pessoas que estavam na administração da revista e que me pediram para dirigir a revista a intenção de que ela tivesse os conteúdos que teve, mas havia, na situação concreta do país que se vivia e dos empenhamentos das pessoas nesse momento, a dificuldade de que ela pudesse ser de outra maneira.

Sendo assim, e voltando atrás, novamente se questiona: valeria a pena ter sobrevivido?

Por tudo isto, dou sempre estes depoimentos com alguma emoção. Se calhar, não valia, se calhar teria sido mais corajoso e mais frontal ter considerado que, com as condições do 25 de Abril, estavam esgotados certos tipos de intervenções que congregavam pessoas, chamando-as a um trabalho conjunto, e teria sido, eventualmente, mais salutar e para mim menos penoso ter fechado a revista.

Depois do testemunho do Rogério Fernandes, que é um testemunho de uma época de alguma exaltação, este meu testemunho é preocupado. É um testemunho de quem, nessa época, lá esteve, um testemunho da insuficiência daquilo que foi feito, mas também a clara consciência que nunca se pode, em momento nenhum, em época nenhuma da *Seara,* fazer uma análise dela que abstraia a *Seara* da realidade portuguesa que a envolve.

A *Seara Nova* é sempre o reflexo dessa realidade. As batalhas que se travaram na *Seara* foram sempre o reflexo das batalhas que se travaram no país, mesmo no plano ideológico. E, portanto, é esse testemunho de algum pesar em conseguir que

ela fosse diferente de aquilo que era, pelas dificuldades em que a *Seara* se encontrava naquela época.

## Ulpiano Nascimento

### Como vivi o movimento seareiro

Recordar é viver, diz o rifão.

Sinceramente, esta oportunidade que a Casa-Museu Abel Salazar me dá de recordar um passado tão rico como é o da *Seara Nova*, é para mim de inesquecível satisfação.

Afinal, como apareci na *Seara Nova*?

Apareci na *Seara Nova* porque antes aparecia na *Revista de Economia*, cuja redacção, da qual fazia parte, por ser técnica, objectiva e independente, pagou caro esse atrevimento numa ditadura, com a prisão de todos os seus membros em Caxias, em 1959.

A *Revista de Economia*, projecto de inspiração do Professor Bento de Jesus Caraça, logo se chocou com os conhecimentos económicos e sociais cultivados então no país, notoriamente rudimentares e muito marcados pelo equilíbrio orçamental...

O grupo de jovens economistas, todos ex-alunos daquele professor, que constituíam a redacção da *Revista*, eram vigiados de dia e de noite pela polícia política do Estado Novo e muito condicionados pela acção castradora da censura. Uma redacção que, por não se sujeitar ao estilo, ao modelo e aos valores impostos pelo regime, tornou-se naturalmente incómoda a esse regime. De facto, a novidade e a independência dos temas tratados nas suas páginas de modo algum interessavam à

política de Salazar, acabando esta por determinar a prisão de toda a redacção, e com essa prisão o fim da *Revista*.

Ainda em Caxias, fui convidado pelo meu advogado Dr. Manuel Sertório, a pedido do director da *Seara Nova*, Dr. Câmara Reis, para nela colaborar logo que saísse da prisão.

É evidente que aceitei o convite, o qual vinha ao encontro do meu estado de espírito, pois me dava o ensejo de poder escrever contra a odiosa ditadura que tanto me fez sofrer e tanto dano causava ao meu país.

Tudo se conjugava para me tornar um autêntico seareiro. Mas receando ser preso outra vez, tinha o cuidado de assinar os meus artigos com pseudónimos, que foram vários, enquanto estive em Lisboa. Recordo Chaves Monteiro, Pinto de Almeida, A. Vilhena e não sei se mais algum.

O ambiente que se vivia naquelas reuniões era altamente estimulante e respeitável. Tudo era discutido em comum, para servir grandes valores, com objectividade ética, o tal espírito seareiro.

Sobre a situação económica da *Seara* vi logo as enormes dificuldades com que a mesma se defrontava. Assistia ao esforço e às preocupações de Câmara Reis, grande seareiro, para arranjar fundos a fim de manter a revista activa e liberta de más influências.

Recordo que, em 1961, escrevi um pequeno ensaio sobre a economia portuguesa, que deu um livrinho, logo editado pela *Seara*, através do qual se colheu algum dinheiro, canalizado de imediato para pagar dívidas. Esse livrinho: *A Indústria Portuguesa e o Condicionalismo Institucional*, assinado por Pinto de Almeida, mereceu a aprovação de Mário Ruivo e de Lopes Cardoso, então seareiros muito activos.

A *Seara Nova*, apesar de ter vivido várias fases da sociedade portuguesa, a sua postura foi sempre eticamente objectiva


Slhi

e independente dos poderes instituídos. Daí as diferenças das suas intervenções nos anos 20, nos anos 40 e nos anos 60.

Temos ouvido, aqui, coisas muito interessantes, que hoje já são história, como a vida da nossa sociedade durante a 1.ª República, completamente desregulada, caótica, passando depois dos anos 30 para o imobilismo económico e o obscurantismo da ditadura de Salazar, até ao 25 de Abril libertador, mas onde depois o lucro e o factor económico se instalaram todo-poderosos.

Num inventário crítico e cultural, a *Seara Nova* funcionava como um receptor de referências e de turbulências societais, que depois eram reflectidas em comentários e análises subscritas por grandes nomes da vida nacional, que privilegiavam as suas páginas para nela criticar o falacioso e o oportunismo e defender os grandes valores democráticos.

A sua publicação vem, como se sabe desde 1921, e logo a sua presença se fez sentir em termos positivos, criticando desmandos e aventureirismos daquela I República, ainda que nessa altura os seus escritos reflectissem algum elitismo. Mais tarde, nos anos 40 e 50 as suas edições tornaram-se mais irregulares a sair e a sua colaboração caía mais no descritivo e laudatório, devido, sem dúvida alguma, à acção nefasta da censura e da consequente autocensura que, de antemão, castrava o vigor do comentário.

Nesta fase, frente ao agravamento da situação política, depois da vitória dos aliados sobre o fascismo da II Grande Guerra, deu-se a ruptura nos anos 50 entre seareiros da velha guarda republicana, acomodados, conhecidos pelos "mandarins", e os seareiros inconformistas, preocupados com a pobreza, o analfabetismo e o atraso económico do país. Condições estas que levaram muitos portugueses a abandonar o país, originando forte abanão na vida interna do país, o que necessariamente se reflectiu na *Seara Nova*

e na sua atitude política, tornado-se mais crítica e incómoda em relação à "Situação".

Os seareiros contestatários eram dirigidos por Câmara Reis, que assim teve de romper com os seus velhos amigos. Havia ainda um terceiro grupo, orientado por Lopes Graça, que pretendia apenas que a revista sobrevivesse ao conflito interno e que, logo após a vitória daquele, a ele se associou.

Assim, surgiu nos fins dos anos 50, sob a direcção de Câmara Reis, uma redacção formada por gente nova, rebelde politicamente, mais ou menos marcada pelo pensamento socialista que então envolvia o país.

Entretanto, rebentava a Guerra Colonial, desde logo condenada pela opinião pública, que desta maneira reforçou a oposição, agora verdadeiramente nacional e de tal maneira que tomou a expressão de uma autêntica oposição moral.

A *Seara Nova* reflectia toda essa agitação política, ao mesmo tempo que a sua capacidade operacional e editorial começava a crescer, e compreende-se, para corresponder às necessidades crescentes e exigentes da oposição.

Quanto à minha pessoa, continuava desempregado, e com a perda dos direitos políticos e taxado de comunista, dificilmente poderia empregar-me no país. Valeu-me a solidariedade que me proporcionou algumas atenções e biscatos, graças aos meus amigos Henrique de Barros, Vieira de Almeida, Fidelino de Figueiredo (filho) e Jorge de Alarcão.

Mas tudo era precário, até que me chegou às mãos um convite para trabalhar nas Nações Unidas como técnico na área do desenvolvimento económico, que aceitei.

Nesta Organização Mundial, mais concretamente na FAO, permaneci cerca de dez anos, que interrompi para fazer o 25 de Abril. Nesse justo momento encontrava-me em Lisboa, numas pequenas férias, a fim de seguir depois para Caracas,

onde iria cumprir a minha última missão, como assessor economista junto do Presidente da República da Venezuela que, face àquele tão desejado acontecimento, tive de recusar.

Nesta adesão ao 25 de Abril acompanharam-me os meus amigos Mário Ruivo e Emígdio Cadima, também funcionário da FAO.

Em Portugal, pus-me em contacto com o pessoal da *Seara Nova,* que, entretanto, se transformou numa grande empresa editorial, em que os livros publicados, para não serem objecto de apreensão por parte da polícia, eram distribuídos directamente pelos assinantes da revista.

Recorde-se que, nesse tempo de glória para a *Seara Nova*, a revista contava com cerca de 23 mil assinaturas, fora as vendas directas ao público. A edição de livros era também significativa e muito procurados pela temática política e das ideias que só a *Seara* ousava publicar. No conjunto pagavam-se ordenados entre 22 a 25 funcionários, independentemente do muito trabalho voluntário que mobilizava.

Quando regressei da FAO, fiquei admirado com a actividade que via à minha volta. No entanto, com as mesmas características, com funcionários e colaboradores de todas as cores políticas, coexistindo pacificamente, mas onde os comunistas e os socialistas exibiam maior protagonismo.

Lembro-me ainda que no número especial, de Maio de 1974, da *Seara*, para assinalar o grande acontecimento do 25 de Abril, o seu editorial fora escrito por José Saramago.

A minha situação de funcionário público fora entretanto regularizada e reintegrado no meu antigo cargo de inspector-chefe do Ministério da Economia, mas logo a seguir fui nomeado director-geral da recém criada Direcção-Geral do Planeamento e Fomento das Pescas.

Mas prossigamos no tema seareiro.

Por que, adquiriu a *Seara Nova* tanta importância e popularidade? Um crescimento tão grande de leitores, que outorgou à revista tão bom nome e prestígio?

A explicação é fácil e encontra-se nos esclarecimentos, mensagens, críticas, na qualidade dos livros editados e, sobretudo, nas respostas certas aos anseios e aos temores dos portugueses... Anseios e medos, frente à odiosa repressão física e intelectual movida por Salazar, apoiado nos conhecidos instrumentos de violência, como sejam a prisão, a polícia política e os seus informadores, a censura, que colocava todo o cidadão sob ameaça e a insegurança.

Situação esta que no último decénio da vida da ditadura se agravou, com todos os efeitos negativos produzidos pelo estado de guerra, desencadeado por Salazar, com a sua Guerra Colonial, que acabou por trazer grande parte das forças armadas para o lado da oposição.

Nos princípios dos anos 70, a *Seara Nova* era a voz oficiosa da oposição. E pode dizer-se mais, recuando um pouco no tempo, que foi a *Seara Nova* e os seus seareiros que informaram e mentalizaram a geração que fez o 25 de Abril.

De facto, a vida da *Seara*, entre os anos de 1960 a 1974, revela-se a mais rica e consequente de toda a sua existência, em termos culturais e políticos.

Mas aqui, não se deve esquecer que por detrás destes êxitos estão também os seareiros com a estatura de Raul Proença, António Sérgio, Jaime Cortesão, Câmara Reis, Bento Caraça, Rodrigues Miguéis, Abel Salazar, Lopes Graça e outros.

Que destino ingrato!

Aquele 25 de Abril, pelo qual a *Seara Nova* tanto lutou e sofreu, decorrido pouco tempo depois desse grande evento histórico, foi para ela uma autêntica madrasta, indiferente à sua gloriosa e patriótica acção...

Esta "ingratidão", produto das circunstâncias evolutivas, teve origem principalmente no seguinte: a) o objectivo n.º 1, contra o qual a *Seara Nova* assestou as suas baterias, foi a ditadura de Salazar, a causa mais relevante do seu crescimento, e que desapareceu naquela data; b) consequência da alínea anterior, o pluralismo democrático que resultou do 25 de Abril, o espaço crítico que lhe pertencia quase 100% passou a ser compartilhado por outras forças, como a imprensa partidária, agora livre, e sobretudo pelos "media", que apareceram neste país como nunca antes, incluindo aqui a rádio e a televisão.

Por outro lado, outra causa do enfraquecimento da procura da *Seara Nova* deve-se às turbulências políticas registadas logo após o 25 de Abril, às divergências que emergiram na sociedade portuguesa, a que a Guerra Fria não foi indiferente, e que se reflectiram na vida interna da revista, sobretudo entre comunistas e socialistas/liberalistas.

Neste confronto, ganhou o Partido Comunista, que passou a dominar a revista. Este facto quebrou a tradição, pois que a respectiva redacção deixou de ser colegial para ser partidária, o que contribuiu para dar mais um duro golpe na sua existência, originando o abandono de grande número dos seus leitores que não fossem desse partido.

É evidente que o conjunto destes factores, todos negativos, afectaram profundamente a actividade da *Seara*. E todo o grande edifício que a empresa seareira conseguira erguer nos últimos anos teve de ceder ao peso dessas adversidades e desencantos.

Os encargos e as dívidas a pagar eram enormes, enquanto as receitas caíam praticamente no zero, eram mínimas.

Evidentemente que, frente a este grande desequilíbrio entre despesas e receitas, resultaria mais tarde ou mais cedo a inevitável falência, o que se verificou em 1979.

Dois números antes deste fim, surpreendentemente, fui convidado, talvez por ser economista, para ser seu director, que eu recusei. Mas pediram-me tanto que acabei por aceitar, mas com a condição de repor a colegialidade na redacção.

Aguentei este pesado fardo, com "suor e lágrimas", durante dois números apenas, os últimos desta fase, porque suspendi a publicação da revista, reconhecendo a inviabilidade económica da empresa.

Para assegurar o título, respeitável e histórico, passei a publicar, ano após ano, um número simbólico da revista.

Entretanto, passaram-se alguns anos e com eles as condições sócio-económicas e políticas do país agravaram-se, sob o domínio de uma democracia capitalista, em que os conceitos de democracia, de liberdade e de solidariedade eram regularmente pervertidos.

Como reacção a este estado de coisas, no Verão de 1985, alguns velhos democratas e antigos seareiros, comungando os mesmos sentimentos críticos contra a "Situação", resolveram juntar-se de novo à volta da *Seara*, com o propósito de denunciar os desmandos e as permissividades em curso, para que se fizesse ouvir uma voz independente e eticamente objectiva, aconselhável sob todos os pontos de vista.

O grupo em questão formou-se, efectivamente, com Francisco Rebelo, Jacinto Baptista, Aquilino Ribeiro Machado, Piteira Santos, Rui Grácio, Salgado Zenha, Luís Azevedo e eu próprio, através de uma sociedade cooperativa, da qual Salgado Zenha foi eleito seu presidente e eu director da revista.

Desde aí, a *Seara Nova* vem sendo publicada regularmente, mas em via reduzida e com muitas dificuldades financeiras. A concorrência de milhares de títulos e a queda do Muro de Berlim, têm sido a causa dessa contenção à sua expansão, a

qual, felizmente, nos últimos tempos tem assinalado alguns sinais da sua recuperação.

## António Pedro Pita

O critério que utilizámos para compor esta mesa (já o disse no início) foi o de ter connosco os directores ou os que foram figurando na revista no lugar da direcção, embora sabendo que houve muitas outras pessoas que desempenharam, em períodos diferentes, papéis importantes – justamente, o Blasco Hugo Fernandes e o António Reis. São duas personalidades que acompanharam longos períodos da vida da *Seara Nova*, com uma participação activa. Se quisessem alargar este campo de testemunhos, façam favor.

## Blasco Hugo Fernandes

Gostaria de fazer umas três anotações sobre este período, partindo de algumas intervenções da mesa. Não vou recuar muito, vou centrar a minha intervenção a partir do momento em que começo a ter contactos com a *Seara Nova*.

Todos os elementos da mesa referiram profundamente a capacidade e a preocupação interventora da *Seara Nova*, dos agrupamentos que dirigiram e participaram na *Seara*. Dou um exemplo muito concreto. Nos anos 1957/58, durante a campanha presidencial de Humberto Delgado, a partir do momento em que o candidato Humberto Delgado passou a ser o candidato único da Oposição Democrática, desenvolveu-

-se um conjunto de reuniões, muito particularmente na *Seara Nova*, nas quais participei com outros estudantes (eu ainda era estudante finalista).

Foi um período de grande agitação, de intensa actividade de vários agrupamentos de estudantes e de pessoas de diversos quadrantes socioculturais e políticos que preparavam a campanha de Humberto Delgado às Presidenciais. Foi o meu primeiro passo no sentido da *Seara Nova*: participar nessa campanha na medida em que a *Seara Nova* proporcionava o seu espaço para a grande intervenção dos portugueses nas lutas socioculturais e políticas. Foi aí que se criou a chamada Comissão Promotora de Voto da Candidatura de Humberto Delgado (em que entrei) junto de vários quadrantes da vida portuguesa, nomeadamente no estudantil. Todas as universidades tinham os seus delegados na dita Comissão, com o fito de promover o voto a favor de Humberto Delgado, na respectiva escola universitária.

Segunda questão. Garibaldi e, anteriormente, Rogério Fernandes referiram-se à existência de grupos de trabalho na *Seara Nova*. Lembro-me concretamente da formação e actividade de vários grupos de trabalho que, de alguma maneira, alimentavam a própria revista. Existia o grupo de economia, o grupo de agricultura, o da educação, o grupo ligado às artes, etc. Cada um deles congregava – como disse Rogério Fernandes – pessoas de várias tendências que estavam e participaram no projecto seareiro. Umas assinando os artigos que publicavam na revista. Outras – porque havia pessoas que, por razões de segurança e das funções que exerciam em determinadas instituições oficiais, não se encontravam em condições de o fazer – assinavam com pseudónimo. Outras vezes até, em nome do próprio grupo de trabalho a que pertenciam. São alguns exemplos, podia citar muitos mais, que demonstram que a *Seara Nova* foi,

por um lado, uma espécie de escola de formação de grupos de trabalho, que analisavam e discutiam problemas da realidade portuguesa. Tratou-se, por outro lado, de um espaço de democracia, na medida em que as várias sensibilidades socioculturais e políticas procuravam pontos de convergência, em relação a um tema concreto. Era um trabalho democrático pela unidade, em torno de pontos comuns e do que, de facto, os uniam.

Terceira questão. Ainda fruto desses grupos de trabalho. Na *Seara Nova* organizaram-se os dois congressos Republicano e de Oposição Democrática de Aveiro. Lembro-me concretamente que foi na *Seara Nova* que se reuniram muitas comissões constitutivas dos temas dos congressos de Aveiro, que tiveram a responsabilidade de coordenar o trabalho em cada comissão e de dar corpo às conclusões dos temas em apreço.

Tanto assim foi que a própria *Seara Nova* editou as teses dos dois congressos de Aveiro, de 1969 e de 1973.

Visto que estamos a comemorar neste ano os 25 anos do segundo congresso, o da Oposição Democrática de Aveiro, é bom assinalar este aspecto e ligá-lo à grande actividade da *Seara Nova,* nesse campo.

É certo que estamos aqui a analisar o período de 1921 a 1979 e pode ficar a ideia de que a *Seara Nova* deixou de existir em 1979, mas a verdade é que de 79 para cá ela continua viva.

Na verdade, com o objectivo de procurar, de alguma maneira, manter este espaço de encontro de várias pessoas e de formas de pensamento democrático, algumas pessoas, entendendo que vale a pena não perder essa referência, resolveram esforçar-se por projectá-la cada vez mais para o futuro. A Associação Intervenção Democrática (ID) adquiriu a *Seara Nova*, não para a converter no seu espaço de intervenção, mas para, fundamentalmente, assegurar o espaço e o espírito seareiro da revista.

Já lá vão cinco números publicados, acabou de ser editado o 5.º número, em cerca de dois anos de funcionamento nesta nova fase da *Seara Nova*, garantindo um espaço de convivência, de diversidade temática, de diversidade de participação de personalidades da vida cultural e política portuguesa. Procura-se, afinal, dar continuidade e projectar para o futuro o espírito da *Seara Nova* que, hoje, ainda continua a ser indispensável na sociedade portuguesa. Muito obrigado.

## Jorge Delgado

Nunca pertenci à *Seara Nova*, não sou escritor. Fui durante muitos anos, nos tempos da ditadura, militante activo e de certa responsabilidade do Partido Comunista. A primeira observação que vou fazer sobre o que ouvi. Não houve nenhuma referência ao Partido Comunista, partido que, no tempo da ditadura, foi sempre o grande organizador de luta mais eficaz, na medida do possível, contra essa ditadura. Foi a única organização política da oposição que teve a preocupação de influenciar (bem ou mal, isso depende das opiniões de cada um) em todos os campos e particularmente no campo da cultura da ideologia, etc., usando para isso os métodos mais ínvios em face das condições de total falta de liberdade. Muitos colaboraram em revistas que duraram pouco tempo, porque a censura as fechava ou porque os principais colaboradores iam para a cadeia. Muitos usavam pseudónimos e muitas pessoas que nunca tinham pensado em escrever, escreviam. Isso só dignificava a luta e a acção desse partido que não se reduzia àquilo que as outras forças da oposição individuais.

Depois passou-se para uma democracia orgânica, houve uma mudança no próprio regime, possivelmente mais profunda do que a primavera marcelista. O Salazar, que era um tipo muito fino e percebeu que tinha...

## António Pedro Pita

A partir dos finais dos anos 50 e nos anos 60, o marxismo entra na *Seara Nova* de outras maneiras. Já não sob a forma de *o que vai ser combatido e expulso*, já não do modo como *o que vai ser implicitamente afirmado*, mas já no posto de comando.

Se bem que eu gostava de ouvir os nossos convidados e também os governantes e também o António Reis sobre os modos da presença do marxismo e do comunismo, ou dos marxistas e dos comunistas na *Seara Nova*. Até porque sabemos que a linha política do marxismo e do comunismo português se fez sempre sob a forma da concepção unitária – o unitarismo é o grande traço ideológico do marxismo e comunismo português. O que parece ajustar-se bem com a ideia mais forte, que vem desde os inícios da *Seara Nova*, que é a de ser congregadora de todas as boas vontades.

Mas estamos a falar da mesma coisa?

O Sérgio dirá a mesma coisa que dirá um marxista dos anos 60, quando diz que esta revista vai acolher todas as pessoas que são contra? É que, ao dizer que *são contra*, voltamos ao primeiro tópico da revista da oposição.

O que põe – quarto ponto – a questão do futuro ou do provir.

Desaparecido esse adversário comum e se não assinarmos propriamente o diagnóstico da situação política portu-

guesa, tal como o Ulpiano do Nascimento a apresentou, que sentido faz a continuidade da *Seara Nova*, qual é a matéria?

Deixava estas questões para quem quiser pegar.

## Rogério Fernandes

Agradeço a todos os intervenientes as questões levantadas e, em particular, ao nosso moderador, que tem desempenhado o seu papel de maneira muito discreta, mas que agora disparou um conjunto de questões altamente apropriado e que nos vai dar que fazer.

Um pouco em comentário a este texto do Fernando Piteira Santos «*do negativo para o positivo, faltou garra à Seara*». Ele refere-se certamente à *Seara Nova* crítica da República, a uma *Seara Nova* que defendia uma outra forma de regime e um outro conteúdo para esse regime. Não sei se estou inteiramente de acordo com Piteira Santos.

De início, a *Seara Nova* tem uma capacidade muito forte de apresentação de pensamento alternativo, mesmo em relação aos problemas nacionais. Nos primeiros números da *Seara,* há uma série de textos – por exemplo de Faria de Vasconcelos sobre a educação, na área da economia nacional e até sobre a reorganização do Exército, da autoria do Gomes da Costa –, há, sem dúvida, uma busca de pensamento alternativo muito importante.

De facto, a *Seara Nova* nunca conseguiu manter essa linha sem algumas quebras. Uma linha fundamental, porque tratava-se de dar um conteúdo concreto à crítica política e esse era um dos pontos de grande divergência relativamente à 1.ª República. A Oposição Democrática teve sempre grande dificuldade em resolver este problema – em

passar de uma declaração meramente abstracta e ideológica, no sentido pejorativo do termo, para uma análise concreta dos problemas nacionais.

Penso que a partir do anos 60 há uma modificação muito clara nesse sentido. Há um grupo de economistas que colaboravam na revista e procuravam, dentro da medida do possível naturalmente, fazer uma análise da situação económica, e aparecendo artigos sobre outros temas da vida portuguesa, na área da educação e também, talvez, na área da saúde. Em suma: manifesta-se claramente a preocupação de centrar a acção e a reflexão da *Seara Nova* nos problemas nacionais, o que, no entanto, sofria as limitações da Censura.

Queria assim salientar um aspecto: revista crítica, sim – mas uma revista que ao mesmo tempo procurou dar uma resposta construtiva aos problemas nacionais, procurando soluções para os problemas, a partir de uma perspectiva ideológica que não era a do republicanismo.

Agora a questão levantada há pouco pelo Dr. Jorge Delgado, acerca dos partidos e sobretudo da acção do Partido Comunista.

Eu quando vim aqui, vim convidado para dar um testemunho pessoal. Acontece que na data em que estive na *Seara Nova* não tinha nenhuma relação de filiação com o Partido Comunista. Ignoro inteiramente qual era o estatuto dos colaboradores ou dos redactores da *Seara Nova*. Presumo – e julgo ter boas razões para presumir – que havia quem pertencesse ao Partido Comunista. Imagino que qualquer partido político olharia a *Seara Nova* com interesse e, naturalmente, tratando-se de uma revista de cultura, incentivaria os seus militantes, vocacionados para esse tipo de actividade, a que estivessem na revista, escrevessem nela e fizessem passar os pontos de vista que eram deles e do partido a que pertenciam.

Não considero isso nada de vergonhoso e se omiti o facto foi apenas porque não vinha aqui traçar a história das relações dos comunistas com a *Seara Nova,* mas sim dar o meu depoimento pessoal, que, de facto, não incorporava essa questão. E por esta razão muito simples, que eu revelo talvez pela primeira vez em público na minha vida. Embora fosse um *compagnon de route* do Partido Comunista – a história é muito complicada, não vale a pena estarmos a entrar por aí – eu não tinha uma relação partidária e, portanto, não houve qualquer controlo sobre mim. Fui sempre um *free lancer*. Sabia, bem entendido, que havia comunistas na *Seara Nova*, todos eles, aliás, convidados a entrar na revista por não-comunistas.

Portanto, a ideia de que o Partido Comunista tinha uma intervenção muito activa, através dos seus intelectuais, acompanhando a acção da *Seara Nova* parece-me, confesso, um pouco exagerada na sua generalidade. É possível que, em certos períodos, houvesse um olhar mais atento sobre a actividade publicística dos comunistas dentro da *Seara* mas nem sempre isso terá acontecido, devido, até, a vicissitudes da situação.

O António Reis evocou e muito bem a noção gramsciana do intelectual orgânico. De facto, a *Seara Nova* era uma espécie de grande intelectual orgânico. Não éramos uns vagos intelectuais que andávamos ali a disparar tiros ideológicos para o ar a nosso bel-prazer. Todos tínhamos uma noção bastante bem definida de quais eram os nossos objectivos, quais eram os objectivos políticos que a *Seara Nova* defendia. Havia até um programa seareiro mínimo, umas vezes informal, outras vezes até passado a escrito, em que, em determinados momentos, definíamos quais eram as opções fundamentais. Havia uma certa organização, uma certa sistematização dentro do grupo da *Seara*

*Nova*, independentemente dos partidos a que estivéssemos porventura ligados.

Relativamente à contra-*Seara* que o Salema, o Godinho e o Vasco Magalhães Vilhena eventualmente constituíssem, penso que não seria tanto uma contra-*Seara*, mas um grupo de jovens que, tocados muito profundamente pelo marxismo – sobretudo no caso do Magalhães Vilhena –, não se reviam exactamente nas posições maioritárias da redacção do seu tempo.

Relativamente ao marxismo nos anos 50, o meu amigo empregou uma expressão: *o marxismo agora já não é o marxismo rejeitado, entra no posto do comando. No posto de comando...* mas a *Seara Nova* nunca tem uma orientação ideológica rígida, seja qual for o sector considerado. Efectivamente havia marxistas no posto de comando, digamos assim, mas isso não significa que possamos ter uma leitura de uma revista com o perfil de revista marxista, exclusivamente marxista. Percebe-se que há a presença do marxismo, porque, de facto, a cultura evolui, a sociedade evolui e a *Seara Nova* também evoluiu. Mas não para impor um ideário, um ideário exclusivo dentro da revista. Se fizermos o balanço e virmos de perto a colaboração da revista, encontramos marcas de marxismo, sem dúvida nenhuma, mas também encontramos outras orientações de pensamento em que essa presença não é tão nítida.

Há talvez uma agudização dos problemas, a partir dos anos 50, e uma maneira nova de ver a revista, de conceber a sua acção, inclusivamente a ideia de que não se pode pensar manter a revista apenas como símbolo (foi o António Reis que falou do símbolo e da senha da oposição democrática).

De facto, a *Seara Nova* foi isso também sem dúvida nenhuma. Mas não bastava querer este estatuto, era preciso criar ou defender as condições objectivas que permitiam levar este trabalho cultural adiante.

Aqui, há uma nova noção de cultura que é, digamos, a cultura como algo de concreto, que não é apenas aquilo que escrevemos, mas o conjunto de meios e de condições para escrevermos e comunicarmos.

Daí a atenção que, pela primeira vez, os intelectuais da *Seara Nova* dão à própria empresa, para além das declarações mais ou menos sentimentais, dos gestos de solidariedade em alturas de maior aperto. Sim, às vezes não havia dinheiro para pagar aos funcionários, no tempo em que o Câmara Reis arcava sozinho com a revista e houve gestos solidários de muitos colaboradores – António Sérgio, por exemplo, empenhou moradia, umas coisas de família, não sei se jóias se outras coisas de valor, para fazer a *Seara Nova* sair de um buraco financeiro em que estava. Um velho empregado da *Seara Nova,* o Manuel Ricardo (homem de um estoicismo admirável), aguentou aquela revista em situação extremamente difícil, como trabalhador (contava-me coisas que me deixavam arrepiado), durante muitos anos.

Até que decidimos: este aspecto também vai ser considerado. E foram criadas as condições para que, passados anos, a *Seara Nova* tivesse uma tiragem e um número de assinantes que – segundo o António Reis revelou agora aqui e o Garibaldi também já os revelou algures – tornam a *Seara Nova* num caso único no seu género na Europa.

Aliás, devo dizer que, já há uns anos antes, começámos a ter ligações com uma entidade que tinha a sede em Itália, a Comunidade Europeia de Escritores – intelectuais democratas e antifascistas, que nos convidaram um dia a fazermo-nos representar num colóquio europeu. Estávamos no início deste processo, foi o Victor de Sá que convidei a ir representar a *Seara Nova,* mais ninguém naquela altura podia ir. Eles ficaram extremamente admirados com as tiragens que a *Seara Nova,* ainda muito inferiores àquelas

que foram aqui citadas. Mais tarde creio que o Nuno Brederode Santos compareceu a outro encontro, o que contribuiu para tornar a *Seara* mais conhecida nos círculos intelectuais da esquerda europeia.

O futuro, como vai ser?

A democracia nunca está inteiramente defendida e esta capacidade de reflectir, de dizer *não*, de procurar formas de pensamento alternativo, e de compor formas de intervenção alternativa dão à *Seara Nova* um lugar na nossa vida cultural e política.

Não no ponto de vista partidário, certamente, mas, numa perspectiva mais ampla, a *Seara Nova* continua a ter o seu papel. A cultura passa pela capacidade de dizer *sim* e dizer *não*, passa pela capacidade de criticar, mas também de construir e de procurar algo de concreto, de novo, de inovador e que responda aos nossos problemas, na perspectiva da democracia da cultura, que é a perspectiva da *Seara Nova*.

## Jorge Delgado

Gostaria que esclarecesse o que queria dizer...

## Rogério Fernandes

Esclareço já. O senhor disse que não na vergonha de falar do nome do Partido Comunista. Nunca senti vergonha nenhuma de falar do Partido Comunista e muito menos de não falar. Não falei por uma razão muito simples: porque não era formalmente militante comunista no período da minha intervenção

seareira e porque a minha presença de intelectuais comunistas na *Seara* inscreve-se num projecto político unitário gerado pelo próprio grupo.

## Jorge Delgado

Aqueles elementos que estavam e começaram a aparecer na acção da *Seara Nova* afirmavam que iam lá numa tarefa do partido, obviamente. Eram militantes activos e toda a gente sabia. E lembre-se que nessa altura não existia nenhum outro partido pura e simplesmente.

## Rogério Fernandes

Não vale a pena transformarmos isto num diálogo. Havia agrupamentos, talvez não houvesse partidos, no sentido clássico do termo, mas havia agrupamentos partidários, onde se reuniam pessoas com afinidades políticas, com idênticas sensibilidades na visão dos problemas.

## Margarida Losa

Não pude estar cá ontem e peço desculpa. E como hoje cheguei um pouco tarde, posso ter perdido alguma informação. Assim só vou dar uma pequena achega do meu testemunho pessoal. A década de sessenta foi há tanto tempo

que há coisas que já não me lembro, que fiz, em que estive e já não me recordo.

Pedia que me refrescassem a memória. Quais foram os anos exactamente em que o Rogério Fernandes foi director da revista?

## Rogério Fernandes

Propriamente, como director da revista, com nome no cabeçalho, julgo ter sido dos finais de 66 aos finais de 67.

## Margarida Losa

Quando, em 63/64, colaborei, já era efectivamente o Rogério Fernandes que dirigia a *Seara Nova*. É que naquela altura o nome que figurava no cabeçalho não significava que fosse o director efectivo. Isso aconteceu com muitas revistas da época e é preciso ter isso em conta. Lembra-se quando foi director efectivo da revista?

## Rogério Fernandes

Como director efectivo, estive um ano, mas durante todo o período do Augusto Casimiro fui director-adjunto, entre 62 a 66.

## Margarida Losa

Penso que o António Reis já não está cá, mas eu identifico esse período, não sei se bem ou mal, como sendo o período dourado de relançamento da *Seara Nova*. Um grande período de relançamento que se deve a si em grande parte, não acha?

Pensava que sim.

Como estudante da Faculdade de Letras, fui convidada já não sei por quem, de uma maneira muito amigável. Para esclarecer o Jorge Delgado, digo que não estava no Partido Comunista, nem nunca estive, mas estas coisas também são assim: a gente esteve e não sabia. Não estava no Partido Comunista, mas lia aqueles livros clandestinos e fui presa em 62. Portanto, muita gente julgava que eu era comunista, mas de facto não estava filiada, digamos assim. Mas a distinção de ser filiada ou não, de ser *compagnon de route*, é outra discussão, para outra ocasião.

Estava em Coimbra e depois fui para Lisboa. Em 1963, 1964 e 1965, estive na Faculdade de Letras de Lisboa e não sei quem é que teve a luminosa (do meu ponto de vista, muito egoísta) ideia de me convidar para colaborar na *Seara Nova* para fazer recensões, principalmente de livros de literatura. Foi também bom no meu ponto de vista porque me pagavam e era uma sensação óptima.

Fazia sempre bastantes recensões, sempre muito pequeninas, de meia coluna e ganhava vinte escudos e era uma sensação óptima. Havia ainda outra componente para mim maravilhosa, eu ia às reuniões da redacção, o que era um orgulho. Ia às reuniões da *Seara Nova*, aquela revista prestigiadíssima e, em parêntesis, digo "bastante diferente da *Vértice*", na qual também tinha colaborado em Coimbra. A *Vértice* era realmente mais doutrinária, mais (o Pedro

Pita está mais dentro destas coisas) ligada ao Partido Comunista. No meu ponto de vista, a *Seara Nova* tinha o perfil de uma revista muito abrangente do ponto de vista de vista ideológico, doutrinário, e era para mim muito agradável colaborar nessa abrangência.

Na altura, depois da crise de 62 e depois de ter estado presa, já não concordava com alguns aspectos do Partido Comunista e foi por isso que não aderi ao partido. Nomeadamente, não concordava com o *Avante,* porque fazia história que não existia, inventando factos, e isso para mim era errado do ponto de vista político. Não se devia inventar verdades, por exemplo, dizer que houve uma greve num sítio em que não houve. Portanto, o *Avante* como testemunho do que aconteceu na época é altamente discutível, porque inventava e engrandecia coisas que não tinham tido a grandeza apresentada, etc. Sabendo que se entrasse para o Partido Comunista como estudante a primeira coisa que tinha que fazer era distribuir *Avante*, não aderi. Isso ia contra os meus princípios

Estava eu na *Seara Nova* quando aconteceu a cisão entre a China e a União Soviética. Fazendo recensões de literatura, não tive pressão de espécie nenhuma de ninguém e, pelo contrário, íamos para as reuniões de redacção, com o Rogério Fernandes a presidir, e discutíamos abertamente as coisas. Tanto quanto me lembro, as sessões decorriam num ambiente de uma grande abertura e de grande fraternidade. A pessoa que provavelmente estava filiada no Partido Comunista seria o Sottomayor Cardia (e é mera conjectura). Ele era também muito jovem, era um filósofo, uma pessoa com formação kantiana ou hegeliana e, se passou pelo PC, foi porque achou que tinha de lutar contra o fascismo. Penso que Sottomayor Cardia foi uma pessoa que teve posições várias e variadas ao longo do tempo.

Com a cisão entre a China e a União Soviética, jovens estudantes como eu e como o Ruben de Carvalho, meu amigo, e que não estava filiado nessa altura no Partido Comunista (agora está no Comité Central do PC) tivemos de estudar os dossiers para saber de que lado nos íamos colocar. Se bem me lembro, o Ruben de Carvalho, que não era estudante universitário, mas já jornalista, se não me engano do *Século*, que fazia textos de história, não tanto da parte económica, estudou muito o dossier chinês para saber de que lado se havia de colocar. Penso que a *Seara Nova* atravessou o ano 1964 nessa preocupação. Não sei se os artigos do Ruben de Carvalho eram assinados ou não, mas ele escreveu artigos muito interessantes e muito abertos do ponto de vista político dessa época.

Quanto à minha experiência pessoal e à escolha dos livros para fazer recensões, penso que *Seara Nova* recebia muitos livros para recensão e era a redacção que os escolhia, perguntando durante as reuniões quem é que queria fazer a recensão disto ou daquilo. Eu fazia um cálculo daquilo que conseguia ler nas quatro semanas, que julgo seria o período de leitura, e também o que é que me interessava ler, etc. Fazia umas duas, três recensões por mês.

Já não me recordo bem o que é que o Sottomayor Cardia fazia, era uma pessoa extremamente discreta, naquela época, mas, por experiência própria, sei que os mais discretos às vezes eram os que estavam no Partido Comunista. Não sei se era o caso, talvez o Rogério Fernandes possa testemunhar.

A sensação que tinha é que só falava em bom som quem não estava no Partido Comunista. Quem estava no PC era sempre uma pessoa engravatada, discreta, parecia um burguês, de boas famílias. Era o perfil.

## António Pedro Pita

José Garibaldi, Daniel Pires, Blasco Hugo Fernandes.

## José Garibaldi

Primeira nota. Frente cultural na qual a *Seara Nova* se insere e actividade do Partido Comunista. É um tema interessantíssimo porque se trata do movimento de cine-clubes, de cooperativas, de imensos movimentos nos quais a *Seara Nova* estará envolvida – zona com uma riqueza cultural muito grande. Ainda resta muita coisa disso, associações culturais, recreativas, etc.

É curioso, eu e o António Reis somos contemporâneos, falámos da mesma época – ele com uma grande exaltação, eu com uma grande tristeza. Os tais anos 70, aquele período de 60 a 74, a época em que estivemos lá os dois. Talvez gostasse de fazer uma subdivisão, na ideia aqui deixada, da revista de oposição porque tenho a sensação do seguinte.

Revista de oposição sim, mas em três dimensões. Uma dimensão de plataforma de entendimento, porque na revista estavam pessoas dos partidos existentes organizados, dos movimentos que se criavam e dos partidos que se estavam para criar.

E então, voltando atrás, diria ser também muito interessante saber qual foi a influência da *Seara Nova* na criação do Partido Socialista. O Partido Socialista foi criado em 1973 com pessoas que estavam na *Seara Nova* – por exemplo, com o Mário Sottomayor Cardia, que já havia saído do Partido Comunista, com o António Reis. Podia-se confrontar a criação de quase todos movimentos dos anos 60 e do prin-

cípio dos anos 70 com a *Seara Nova*. É que a *Seara* influenciou-os ou teve lá as pessoas.

Portanto, dar esta ideia de revista de oposição, no sentido da organização da oposição, aqueles exemplos que o António Reis deu, é muito significativo. Isto é, na *Seara Nova* preparavam-se as coisas e também isto reflectia o tipo de intelectuais que a *Seara Nova* tinha – o tal intelectual orgânico, o tal intelectual empenhado na acção prática. Realmente, o que a revista acaba por ter nos anos 70 e 60, que não tinha antes, se calhar, era este tipo de intelectuais, os intelectuais que se manifestavam, que iam para a rua, levavam pancada da polícia e não eram só pessoas que estavam só em casa a escrever. Era outro género de intelectuais porque era outro género de oposição, era outro género de frente àquele regime, num nível de cobertura de movimentos ilegais. A *Seara Nova* era uma estrutura legal, no meio de uma actividade altamente ilegal.

A *Seara Nova* reuniu com militares do MFA na preparação do 25 de Abril. Utilizou as suas estruturas como cobertura legal para movimentos ilegais e dinamizou a sua própria existência e o seu próprio nome e o seu próprio prestígio para isso.

Uma das acções interessantes que a *Seara Nova* fez, em 1972, e em que eu tive a sorte de participar, foi resolver comemorar os 50 anos da sua criação, fazendo uma exposição itinerante que andou por vários sítios do país. Esteve em Aveiro, na Marinha Grande, em Tomar, e em diversíssimos sítios e, com o pretexto de comemorar os 50 anos de formação (posso-vos dizer, porque participei em várias dessas comemorações), fez verdadeiros comícios políticos contra o governo, com a casa cheia. Não foi mais nada a não ser isso. Actividades que, se alguma vez tivessem sido pedidas para serem realizadas, teriam sido proibidas. Ao fundo havia um painel

com algumas publicações de livros da *Seara Nova* e de revistas e, do outro lado, nós dizíamos mal do governo, para contentamento e encanto das pessoas que nos ouviam e que não queriam saber da história da *Seara Nova* para nada. Queriam era que os dinamizassem e lhes dessem alguma esperança para os processos em que estavam envolvidos.

Com estas três dimensões de revista de oposição, a *Seara Nova* acaba também por estar interligada com a própria história do movimento e do pensamento da oposição. Sentimos que há uma hegemonia do pensamento marxista dentro da *Seara Nova,* com as suas *nuances* diversas e sem alinhamentos partidários muito claros, mas, se olharmos para o lado, vemos que o pensamento político da oposição variou dos anos 30 e 40 para os anos 60, também o regime e, naturalmente, a *Seara Nova*. Isto é um sistema de vasos intercomunicantes, a *Seara Nova* não era uma realidade autónoma da realidade do país, e o pensamento dominante nas forças políticas que conduziam politicamente a oposição era simultaneamente o pensamento dominante dentro da *Seara Nova* e em torno do qual nos reuníamos com imensas divergências, com certeza, mas com esta raiz e esta matriz comuns, com divergências práticas de concepção, com pessoas que pertenciam e não pertenciam ao Partido Comunista, que pertenciam e não pertenciam a outros partidos, mas que aceitavam esta casa-mãe do pensamento marxista, como uma força unitária no seu objectivo central que era o serem uma força de oposição e um elemento actuante dessa oposição.

É nesta dialéctica – do relacionamento da *Seara Nova* e dos intelectuais da *Seara Nova* com a vida e com o país – que tudo isto se pode perceber e ainda hoje se pode pensar qual é o futuro da *Seara Nova* dentro desta perspectiva.

Isto é, se será possível, fora de um contexto de procura de reentendimento e de relacionamento, haver condições

materiais concretas que possibilitem que uma revista destas possa ir para a frente.

## António Pedro Pita

Tenho três inscrições. Por ordem: Daniel Pires, Blasco Hugo Fernandes, Ulpiano do Nascimento. Pedia-lhes que me sinalizassem durante a intervenção de Daniel Pires se há mais interessados em intervir. Chamo a atenção que muitas destas questões podem ser retomadas na especialidade, a seguir às conferências, hoje à tarde

## Daniel Pires

Queria saber se haveria efectiva vigilância da PIDE sobre a *Seara Nova*. Se havia apreensão de correspondência, se houve buscas à redacção.

## José Garibaldi

Sim e sim a tudo e com uma situação grave, que é a seguinte.

Com Marcello Caetano, deixa de haver o regime de censura e passa a haver o tal *exame prévio* e então acontecia o seguinte: tudo se tornava mais "legal" e nós éramos chamados à polícia como autores dos livros, como editores dos livros e como distribuidores dos livros e a PIDE fazia o auto de apreensão dos

livros, depois fazia o auto depois de nos ouvir nessas qualidades. Lembro-me que, com um livro meu, estive lá nas três qualidades, como autor, como editor e como distribuidor e estas coisas seriam matéria julgável. Simultaneamente, a polícia estava muito atenta ao nosso ficheiro de assinantes, porque tinha a consciência de aquilo que foi aqui dito: a assinatura da revista era um gesto de militância, era um gesto de intervenção e por muitíssimas vezes nos pediram que déssemos acesso a esse ficheiro. Julgo até que nos arquivos da PIDE acabarão por encontrar uma carta minha, dos finais de 1973 princípios de 1974, a dizer ao agente da polícia, que lá tinha ido, que era completamente impossível, que era um segredo comercial, que não o poderíamos revelar a ninguém.

Esta ideia que o Rogério Fernandes deu, dos livros que eram distribuídos sem passar pelo controlo da PIDE, é um pouco romantizada porque nos serviços dos correios havia uma delegação da PIDE que fiscalizava todos os livros que eram remetidos pelos correios. Posso dizer-vos que da segunda edição do *Congresso de Oposição Democrática* estavam apreendidos nos correios, porque não tinham chegado a ser distribuídos, 15.000 livros porque a delegação da PIDE, que fiscalizava a correspondência, também fiscalizava o envio dos livros para os assinantes e portanto nem todos passavam por esse crivo.

Aliás digo, a democracia devia ter pago em géneros, ou seja em dinheiro, à *Seara Nova* os prejuízos que os assaltos da PIDE lhe causaram e uma das hipóteses que a *Seara Nova* teria tido naquela altura de sobreviver era alguém nos ter indemnizado das pesadíssimas desgraças materiais e financeiras que nos aconteceram, com as centenas de milhar de livros que nos foram apreendidos, com distribuidores que faliram e não pagaram letras.

Enfim, é um calvário tremendo e que a democracia fica a dever à *Seara Nova*.

## Rogério Fernandes

Só um pequeno esclarecimento. De início, a PIDE não percebeu o que se passava em relação aos livros. Portanto, pudemos editar um conjunto ainda assim apreciável de livros, sem haver intervenções desse tipo. Agora, a partir de determinado momento, efectivamente eles caíram em cima da *Seara Nova*. Houve assaltos e tínhamos direito a um PIDE permanente à porta, os nossos telefones eram vigiados, a correspondência, etc.

## Interveniente

Tive acesso, há poucos dias, a um ficheiro da PIDE de um cidadão, que tem toda a ficha. Um cidadão bem comportado, com mudanças de emprego assinaladas, de empresas públicas para empresas públicas, e a única nota de mau comportamento é exactamente ser assinante da *Seara Nova* e ter levado, para a *Seara* Nova, 4 ou 5 assinantes.

## Blasco Hugo Fernandes

Intervenho para responder aos três ou quatro pontos levantados pelo moderador desta sessão.

Relativamente ao pequeno texto de Piteira Santos: se sim ou não a *Seara Nova* terá feito remates finais, tal os jogadores de futebol fazem, e ele diz que *a Seara Nova não conseguiu rematar à baliza* – reportava-me ao último período, até ao

25 de Abril, da actuação da *Seara Nova* e da produção da *Seara Nova*.

Independentemente de numa ou noutra ocasião ter a *Seara Nova* produzido até textos programáticos, como disse o Rogério Fernandes, gostaria de referir um outro aspecto que se prende com o próprio 25 de Abril.

Obviamente que os grupos de trabalhos e os autores que publicavam na *Seara Nova*, quer na revista, quer até nos textos de análise da situação concreta da vida do 24 de Abril, o fizeram directa ou indirectamente, a meu ver. Basta só referir que muitos dos pontos do MFA do 25 de Abril foram inspirados, para além do aspecto criativo dos próprios responsáveis do Movimento das Forças Armadas (não estou a dizer que tenham sido copiados os textos da *Seara Nova* ou até de outra fonte que foi o Congresso da Oposição Democrática) em duas fontes: em muitos dos textos da *Seara Nova* e em muitos dos textos da própria Oposição Democrática para a qual, como se viu aqui há pouco, a *Seara Nova* e suas equipas muito contribuíram.

E vamos encontrar aí um paralelismo até com aspectos de *ipsis verbis* extraídos da *Seara Nova* ou do Programa da Oposição Democrática.

Diria, assim, que directa ou indirectamente a *Seara Nova* contribui para o remate final do 25 de Abril. Aí, discordaria um pouco da afirmação do Piteira Santos relativamente a esta matéria.

Ao longo de todo o seu processo, até ao 25 de Abril e obviamente desde a origem, a *Seara Nova* teve como meta a oposição ao governo, ao regime, ao sistema que estava instaurado.

Poder-se-ia dizer que a partir do 25 de Abril a *Seara Nova* deixou de ter sentido, mas a verdade é que, por exemplo, tivemos em 1995 um poder político que era em tudo avesso

aos princípios e aos objectivos que estavam consagrados na própria ideia da *Seara Nova*. Poder-se-ia dizer que de 1985 a 1995 os objectivos da *Seara Nova* tinham todo o cabimento.

Alguém disse há pouco que a democracia nunca está assegurada, que pode haver ameaças para a democracia e, sendo assim, eu diria que tem todo o cabimento que o projecto da *Seara Nova* exista. A democracia pode ser instável e, mesmo no quadro da democracia, há projectos de tipo neoliberal que nada têm a ver com a própria democracia. Muito recentemente, Pierre Bourdieu disse que estamos hoje confrontados com valores neoliberais que invadem a nossa vida, mesmo a familiar, invadem a cultura, a economia, etc.

Independentemente de existir ou não um inimigo comum, como o do passado, e relativamente ao qual se validou o projecto seareiro, temos hoje os valores do neoliberalismo que são fortemente inimigos da democracia. É preciso encontrar alternativas para o neoliberalismo, que validem em termos de abrangência e de unidade democrática. Portanto afirmaria: embora o inimigo do passado tivesse desaparecido, surgiram *novos inimigos*, o neoliberalismo que de certa maneira legitima um projecto seareiro, em termos de buscas de novas perspectivas e novas alternativas.

Isto é uma resposta ao 4.º ponto levantado pelo moderador: *que futuro?*

Julgo que o projecto da *Seara Nova* tem, de facto, futuro neste novo quadro, um quadro de uma oposição aos valores que se procuram estabelecer, através do neoliberalismo, e eu quadro de procura e busca de novos valores para a sociedade portuguesa.

nem perguntávamos. Era exactamente dentro daquela mentalidade em que não havia segurança pessoal, que era segredo máximo ser ou não ser comunista. De tal maneira isso ficou que ainda hoje o Partido Comunista sofre, e agora talvez haja razões para isso. Mas isso é outro assunto, que a *Seara Nova* não trata agora.

## António Pedro Pita

Peço desculpa às pessoas que gostariam de ter intervindo e a quem não dei a palavra. O programa da tarde é cheio. O encontro, às 15 horas, é para a conferência sobre os aspectos e as coordenadas políticas do pensamento seareiro; uma hora e meia depois, para um tratamento do problema da democracia através da reflexão das obras de Raul Proença e António Sérgio; às 18 horas, está prevista a abertura da Exposição Iconográfica.

São oportunidades para continuar a reflexão, agora já nas especialidades, sobre temas tratados agora na generalidade. Muito obrigado.

## António Pedro Pita

Recomeçamos os trabalhos deste colóquio com uma conferência a pronunciar pelo Dr. António Rafael Amaro, que é professor do Pólo de Viseu da Universidade Católica e que escreveu e publicou uma obra sobre a *Seara Nova*, de uma maneira especial, *O Pensamento político da Seara Nova durante os anos 30*. Isso nos levou a propor-lhe que viesse aqui apresentar uma comunicação.

O título é o que consta no programa, "Coordenadas do pensamento político da *Seara Nova*" e certamente teremos a oportunidade de retomar alguns dos fios deixados na sessão da manhã.

## António Rafael Amaro

### Coordenadas do pensamento político da *Seara Nova* (1921-1939)

Antes de mais, agradeço o convite que me foi feito e que muito me honra. Cabe-me, no âmbito deste Colóquio, delinear as principais *Coordenadas do Pensamento político da Seara Nova*. Gostaria, porém, antes de entrar em qualquer outro desenvolvimento, de colocar duas questões prévias, a meu ver, importantes:

Em primeiro lugar, um breve comentário e uma precisão de âmbito cronológico: a *Seara Nova* teve, como é sabido, uma vida longa, assumindo-se como uma das mais importantes revistas deste século. A sua riqueza cultural e cívica representa mesmo – já o referi noutras ocasiões[1] – um dos

mais importantes lugares de memória da luta, em Portugal, pela defesa de uma certa tradição iluminista, cosmopolita, racionalista, em liberdade; contra uma outra parte de nós mais irracional, autoritária e nacionalista. Por isso, tal riqueza torna absurda toda e qualquer análise mais linear, que não tenha em atenção a sua natural diversidade e os diferentes contextos históricos em que os seareiros se moveram e actuaram.

Por tudo isto, gostaria de deixar bem claro que a reflexão que aqui pretendo fazer, em torno do pensamento político do grupo *Seara Nova*, circunscrever-se-á apenas e exclusivamente ao espaço temporal das décadas de vinte e trinta; mais precisamente ao período que medeia entre o início da *Seara Nova* e a saída da direcção desta de António Sérgio (que, como é sabido, abandonou a direcção da revista em 17 de Junho de 1939).

Utilizo estas balizas cronológicas, mais ou menos rígidas, por estar absolutamente convencido que enquanto a figura tutelar de António Sérgio esteve ligada à *Seara Nova* – e não obstante as importantes mudanças políticas, culturais e ideológicas do meio em que os seareiros exerceram o seu apostolado: o derrube da I República, a ditadura que se lhe seguiu e a institucionalização do Estado Novo, em 1933 – mas dizia eu, apesar de tudo isto, e das diferentes estratégias dos vários grupos que passaram pela *Seara Nova*, até à saída de António Sérgio, esta permaneceu sempre ligada a um conjunto de princípios, que são, afinal de contas, a imagem de marca deste primeiro período e que definiram para sempre a sua história e identidade, enquanto revista e enquanto grupo seareiro. Referimo-nos a princípios quase sagrados da *Seara Nova*, como: o primado da cultura na acção política e a subordinação da política à moral; a crença na auto-suficiência da razão e na eficácia exclusiva das

ideias, enquanto forças privilegiadas de transformação do mundo; o assumido vanguardismo intelectual que antevia no aperfeiçoamento das elites a panaceia para todos os problemas que, então, se colocavam à sociedade portuguesa; a defesa de um profundo idealismo na acção de tornar real o ideal, o dever ser em ser, e, por via disso, a total recusa de soluções e concepções jacobinas e materialistas de democracia e de socialismo. No fundo, uniu os seareiros, durante todo este período, a importante utopia – como disse Eduardo Lourenço, referindo-se embora a António Sérgio – de que bastava joeirar com a razão as atitudes, separar o inteligível do ininteligível, a sombra da luz, tornar claro em cada um a razão e as ideias claras, para que Portugal mudasse[2]. Razões, princípios e ideais que figuras proeminentes deste período como Raul Proença e António Sérgio nunca deixaram de se fixar no corpo doutrinário do movimento seareiro.

Ainda assim – e esta é a segunda questão prévia que referi no início – não temos a veleidade de pensar que, durante este período, os seareiros constituíram um grupo político-cultural com um pensamento único e coeso, no sentido em que todos respeitavam os mesmos princípios filosóficos e programáticos. Aliás, como recorda o seareiro Álvaro Salema, referindo-se aos anos trinta, na *Seara Nova* a *«ninguém se exigia uma linha ideológica, nem uma fé, nem uma disciplina, nem uma reverência a não ser as da integridade moral e cívica e da dignificação humana na liberdade»*.[3] Existia, quando muito, recorda um outro seareiro, Rodrigues Lapa, num artigo precisamente intitulado «O muito falado e inexistente programa da *Seara Nova*», *«um breviário invisível, tecido de regras fundamentais que se impõem à consciência de todo o seareiro»*.[4]

Será, portanto, neste quadro, onde não há qualquer programa escrito, mas onde existem regras e princípios

fundamentais (que aliás se impuseram, por mais de uma vez, quando estes foram postos em causa na revista) mas dizia eu, será, portanto, neste quadro que procuraremos encontrar as principais coordenadas do pensamento político da *Seara Nova*. E estas, como veremos, não passam tanto por encontrar um único ideário político, mas sobretudo pela compreensão de uma atitude em que os fins políticos perseguidos, a democracia, o socialismo liberal, a liberdade individual, alcançam-se não por manifestações exteriores (entenda-se pela via política comum), mas pela via moral e intelectual.

Ainda assim e apesar de todo um conjunto de princípios comuns, que permaneceram e se fixaram, sobretudo pela acção de figuras proeminentes deste período como Raul Proença, Jaime Cortesão, Câmara Reis, António Sérgio, entre outros, gostaríamos de começar por assinalar algumas das principais rupturas naquilo que consideramos ser as estratégias de intervenção adoptadas pelos grupos ligados à *Seara Nova*, durante o espaço temporal que vai de 1921 a 1939. Rupturas muitas vezes forçadas por condicionalismos de ordem externa, como a agonia e posterior derrube da 1.ª República, o longo exílio a que foram forçados os principais directores da revista, a instauração da ditadura e do Estado Novo, a perseguição dos democratas, a falta de liberdade e a instauração da censura, a aceitação em Portugal e em grande parte da Europa de ideais autoritários e fascistas; estes e outros acontecimentos foram motivos muitas vezes mais do que suficientes para que toda a estratégia inicial dos seareiros sofresse profundas alterações.

Assim, tomando como principal referência a revista *Seara Nova*, é possível assinalar três importantes períodos: o primeiro que vai do número inaugural até à sua forçada interrupção, em Agosto de 1926. Período marcado, sobretudo, pela tentativa de renovação política, ideológica e

cultural da I República e pelo ataque a movimentos reaccionários e antidemocráticos como a Cruzada de Nun'Álvares e o Integralismo Lusitano; um segundo período, que começa com o retomar da saída da revista, em 14 de Abril de 1927 – que, aliás, reapareceu com o seguinte comentário da direcção: «*Não foi só pela ausência* temporária [sensivelmente, oito meses] *da maior parte dos seus redactores que a Seara Nova demorou muito tempo a sua publicação, agora de novo regularizada. A actual situação* [refere-se, naturalmente, à ditadura e à censura], *não é animadora para a realização da tarefa que iniciámos há cinco anos. Mas o nosso silêncio, também o reconhecemos, não podia prolongar-se por mais tempo*[5]» –, mas dizia eu, este segundo período medeia entre o retomar da revista em 1927 e prolonga-se até 1933. Período que ficou marcado pelo exílio dos principais seareiros, como foi o caso de Raul Proença, Jaime Cortesão, Sarmento Pimentel, António Sérgio, entre outros, e que acaba por coincidir também com uma certa indefinição política e ideológica da ditadura instaurada em 28 de Maio de 1926. As novas condições políticas e o facto de os principais ideólogos da revista se verem forçados ao exílio, com a agravante de Raul Proença se ver ainda impedido de dar a sua normal colaboração à revista, devido a uma grave doença mental (esquizofrenia), tudo isto contribuiu para que a *Seara Nova*, durante este curto período, vivesse um dos mais titubeantes e desgastantes momentos da sua história.

Ainda assim, os seareiros não deixaram, durante este período difícil, de responder aos ataques que, de vários quadrantes políticos, lhe eram dirigidos. A *Seara Nova* perde, neste período, se é que alguma vez o teve, o seu anterior estado de graça e de repente vê-se atacada à esquerda e à direita. É nítida a intenção das forças mais conservadoras da

sociedade portuguesa em conotarem a *Seara Nova* com os ideais comunistas, chegando mesmo a ser acusados, António Sérgio e Jaime Cortesão, de receberem dinheiro no exílio da Internacional Comunista. Perante tal acusação, António Sérgio defende-se na *Seara Nova* ( em Junho de 1927), separando as águas:

*«Não ignora, devoto inimigo, que não sou partidário do comunismo nem de nenhuma espécie de ditadura – do proletariado ou de outra qualquer; esses sabem que preconizo, não a abolição da propriedade, mas o acesso a ela do homem pobre (...). Ora, dissentindo eu do comunismo e da ditadura do operariado, muitíssimo idiota seria a Rússia se se desse ao trabalho de me enriquecer.»*[6]

O ambiente era de tal forma hostil para os seareiros que não resisto em reproduzir aqui uma carta existente no espólio de Raul Proença, que lhe foi dirigida para o exílio, em França, em 1 de Abril de 1927 por Mário de Castro, então jovem advogado e seareiro. Lamentava-se então da situação Mário de Castro:

*«É que a opressão penetrou tanto na vida portuguesa que ser da Seara é ser apontado a dedo como perigoso e ver, por isso, extremamente dificultada, não já a vida do espírito, mas a própria actividade do ganha-pão quotidiano sobretudo quando se está no princípio da vida».*[7]

Passado este período, a *Seara Nova* entra naquele que consideramos ser o seu terceiro fôlego (1933 – 1939), que acaba por corresponder à institucionalização do Estado Novo (1933) e ao regresso de António Sérgio do exílio. São seis anos de doutrinação intensa em que António Sérgio, no auge do seu fulgor intelectual, assume por inteiro o papel de principal ideólogo da revista *Seara Nova*. Recorda Álvaro Salema que *«a poderosa personalidade de António Sérgio, então em plena maturidade de criação, foi a aglutinadora*

*do grupo diversíssimo e heterodoxo em que se irmanavam figuras de tão diferenciada conformação mental como Azevedo Gomes, Aquilino Ribeiro, os irmãos Alves Correia, Castelo Branco Chaves, Emílio Costa, Campos Lima, Mário de Castro, Augusto Casimiro, Henrique de Barros, José Régio, Rui Luís Gomes, Manuel Mendes, Irene Lisboa, Rodrigues Lapa, Vieira de Almeida, Agostinho da Silva – e quantos mais, apontados ao acaso da memória».*[8]

Este é o grupo que, sob a batuta de Antonio Sérgio, faz o combate possível a um regime que era afinal de contas tudo aquilo que os seareiros sempre combateram: antiliberal, autoritário, antidemocrático, corporativista e anti-socialista. Tal facto, porém, não fez desviar a *Seara Nova* dos valores e princípios que tinha como essenciais, mas naturalmente viu-se obrigada a rever muitas das suas estratégias de divulgação ideológica.

Assistimos então na *Seara Nova* a um crescente abandono daquilo que podemos considerar de pequena política, em favor de uma doutrinação que utilizava o debate cultural como instrumento ideológico e político. Ainda assim, este período, apesar da falta de liberdade e da censura, pode mesmo considerar-se o mais rico em termos culturais e ideológicos. Sobretudo se tivermos em atenção que foi nos anos trinta que melhor se definiram na *Seara Nova* os conceitos de democracia, de revolução, de socialismo e de cooperativismo. Agora mais liberta da conjuntura política, a *Seara Nova* abre o seu espaço à doutrinação profunda e idealista. Esta postura, em termos de conteúdo da revista, acabou por acentuar o domínio relativo de temas ligados à crítica literária, ao papel da cultura e do intelectual, em prejuízo de temas explicitamente políticos, aliás mais fáceis de visar pela comissão de censura.

Porém, para o assumir desta nova estratégia de intervenção nem tudo se explica pela condições de falta de liberdade existentes. Dado que António Sérgio, ainda no exílio, acertou com Raul Proença a estratégia de intervenção a seguir pela *Seara Nova* e são evidentes as suas preocupações em tornar a revista menos dependente daquilo que consideravam ser a pequena política. Considerava António Sérgio em carta a Raul Proença que a altura era boa «*para fazer na Seara uma pregação profundamente revolucionária – mas essencialmente espiritual, amorosa, cristã, franciscana. Creio que não temos de nos preocupar muito com as minúcias da intriga política, com as suas pequenas personalidades, com o estricto actual, mas pensar sobretudo na juventude, nos grandes interesses do espírito, e nas reformas básicas da vida económica. Parece-me que o nosso tom, o nosso estilo poderá com vantagem passar a ser mais religioso, mais filosófico, mais alto, mais* sub spcecie aeternitatis, *sem deixarmos por isso de tratar os problemas do concreto. Acho que devemos descer cada vez mais ao pormenor concreto do problema, mas subir cada vez mais na atitude e no ponto de vista, na maneira de encarar os homens e os acontecimentos*».[9]

Para além da tentativa de secularização e de apropriação de conceitos religiosos, importa destacar que a *Seara Nova* ataca os anos trinta com uma nova estratégia de intervenção. Podemos dizer, contudo, que muito pouco mudou naquilo que eram os seus princípios filosóficos essenciais, nomeadamente se aceitarmos que António Sérgio há muito que se assumia como o seu principal ideólogo. Os seus objectivos doutrinadores não abandonaram uma mesma atitude: a convicção, como veremos adiante, de que as verdadeiras revoluções são antes de mais espirituais e de que o socialismo a construir, tal como o já tinha sido para Antero de Quental, era um socialismo de consciência, um socialismo idealista.[10]

Assumiu a *Seara Nova*, desde o começo, o seu papel de vanguarda intelectual, emergindo na sociedade portuguesa com um espírito de missão que, em última instância, arrasta consigo a definição do papel a desempenhar pelos intelectuais na sociedade. Ao intelectual – qual *clerc* laico – competia, numa sociedade secularizada, criar novas mundividências, as quais, transformadas em opinião pública, seriam o garante do combate ao irracionalismo e sobretudo o sustentáculo de uma verdadeira democracia.

Assim sendo, a *Seara Nova* (enquanto movimento, enquanto revista e mesmo enquanto empresa) não pode ser desligada da estratégia de afirmação de um grupo de intelectuais que, apesar da sua heterogeneidade cultural e ideológica, tinha em relação aos principais problemas da sociedade portuguesa o mesmo sentimento: a consciência da necessidade de fazer algo para inverter o sentido de uma crise – no seu entender sobretudo moral e cultural – por que passava o nosso país.

A revista *Seara Nova* servia, assim, de elo de ligação entre o grupo e, sobretudo, assumia-se como um insubstituível instrumento de produção e de reprodução cultural e ideológica na própria estratégia política dos seareiros. É sabido que a revista não constituiu o único meio de divulgação do ideário seareiro. Utilizaram também a conferência, a ligação à Universidade Popular, as suas próprias obras, os panfletos clandestinos e mesmo intervenções mais directas na defesa da liberdade e da democracia, mas foi sobretudo através da revista que os seareiros pretenderam reformar a mentalidade da elites portuguesas.

A *Seara Nova* representou, assim, em Portugal, nos anos 20 e 30, num contexto nacional e internacional de profunda crise e agonia dos regimes demoliberais, contestados como foram à esquerda e à direita, uma voz que se ergueu pela defesa cultural e/ou ideológica de uma longa tradição

liberal e democrática, que pretendiam renovada. Deixaram claro os seareiros, logo no primeiro número da revista, pela pena de Raul Proença, que não tinham qualquer intenção de «*retroceder até aos últimos dias de Setembro de 1910, como querem os monárquicos tradicionais, ou ainda mais para além, como querem os monárquicos tradicionalistas*», mas sim «*regressar ao 5 de Outubro, mas regressar avançando, caminhando numa direcção inteiramente diversa e numa atitude de espírito inteiramente nova*».[11]

Era, ainda, o mesmo Raul Proença que, em 1931, em polémica com Bourbon e Menezes, o qual acusava a *Seara Nova* de também ter defendido a ditadura, reagia a esta acusação afirmando que na *Seara* outra coisa não se fez do que «*a defesa, pela primeira vez a fundo, sistematicamente, das doutrinas liberais e democráticas; crítica infatigável, permanente, das doutrinas reaccionárias*».[12]

E, na verdade, assim aconteceu. A *Seara Nova* representou em Portugal, desde o começo, a principal referência cultural e política de combate contra toda a espécie de irracionalismos e determinismos, quer de raça, quer de classe, quer de ciência, numa fase da história em que muitos dos valores e conceitos ligados à modernidade estavam a ser postos em causa na cultura ocidental. Não admira, por isso, que a *Seara Nova* logo no seu primeiro ano elegesse como principal combate ideológico e político a contestação do movimento, de cariz fascista, A Cruzada de Nun'Álvares e, logo de seguida, o Integralismo Lusitano, em que Raul Proença acusa este movimento de reaccionário e antidemocrático.

Da *Seara Nova*, numa série de seis artigos, partiu um dos mais eficazes ataques ao movimento integralista, esventrando-lhe Raul Proença aquilo que considerava ser as suas manifestas contradições:

*a)* por um lado, o integralismo dizia-se defensor de um estreito nacionalismo, mas, por outro, não disfarçava as suas ligações a ideias filosóficas e políticas estrangeiras;

*b)* por sua vez, dizia-se tradicionalista, mas apenas aceitava como valor normativo uma tradição cultural portuguesa;

*c)* recusava, ainda, toda a política da ideia, em benefício da política do facto, contudo eram as suas ideias que os levavam a fazer uma selecção das tradições segundo um critério político;

*d)* por último, recusavam terminantemente a igualdade e a liberdade à luz da tradição e da realidade, mas pareciam não compreender que, ao procederem deste modo, mais não faziam do que recusar o progresso e "coisificar" o indivíduo.

Ao combater o Integralismo Lusitano, a *Seara Nova* mostrava não ignorar as ligações ideológicas que este movimento tinha com todo um caudal reaccionário há muito em expansão no resto da Europa. Situação que, afirmava Raul Proença na *Seara Nova*, não podia deixar ninguém em silêncio, pois deixar sem combate «*toda uma filosofia de acção política, com arraiais assentes nas mais diversas nações do mundo, será cómodo, mas nem será honesto, nem conveniente ao futuro da democracia*».[13]

Deste modo, pretendia a *Seara Nova* não só depurar a ideologia republicana de toda a sua carga positivista e jacobina, mas, também, plasmar na nossa cultura, nomeadamente nas suas elites, uma outra mundividência – racionalista, crítica e de pendor idealista – capaz de se opor ao caudal conservador e antidemocrático que avassalava toda a Europa.

Gostavam os seareiros de salientar – sobretudo quando se pretendiam demarcar de organizações e espíritos estritamente partidários – que, antes de mais, os unia uma mesma atitude, uma semelhante filosofia de vida. Baseava-se esta

num certo modo de ser racionalista, no fundo, pode dizer-se, num arreigado idealismo político que, como já salientou Eduardo Lourenço, referindo-se embora a António Sérgio, se exprimia na *«promoção do dever ser a ser, da forma à realidade»*.[14] Ou, de outro modo, parafraseando agora o próprio António Sérgio, aquilo que afinal unia os seareiros era a sua *«atitude espiritual»*, que fazia deles uma *«espécie de religião do intelecto, religião de suma espiritualidade, de constante aperfeiçoamento interior»*.[15]

Ora, o que acabou por ser original na *Seara Nova*, durante este período, e que acabou por determinar muito do seu comportamento e pensamento político, foi sobretudo o seu idealismo, que encarava a luta pelo triunfo da razão como uma missão. Assumia-se a *Seara Nova* como a sede de um grupo de elites iluminadas pela razão, competindo-lhe fazer luz nas consciências de todos os que ainda viviam sob o domínio das trevas. Desta atitude justificavam os seareiros a sua missão suprapartidária – escreveu a este propósito António Sérgio, quinze dias antes do 28 de Maio de 1926, num artigo dirigido *«aos jovens seareiros de Coimbra, sobre a maneira de lidar com os inimigos da luz e da razão»*: recusamos ser confundidos com qualquer *«partido de intriga política: somos um apostolado de renovação do espírito, de regeneração mental da nossa grey»*.[16]

Foi, portanto, como já referimos, com base neste idealismo que a *Seara Nova* equacionou os grandes problemas do seu tempo e fundamentou os seus ideais de democracia e de socialismo a construir, como alternativa quer ao fascismo, quer ao comunismo, quer ao liberalismo económico e capitalismo.

Dominou sempre na *Seara Nova* a concepção que o essencial da crise por que passavam os regimes demoliberais, bem como o avanço dos regimes autoritários, que acabaram

por caracterizar o segundo quartel do nosso século, se deviam sobretudo a causas morais e culturais. Daí que o remédio para tudo isto não podia ser estritamente político, mas sobretudo moral e intelectual. Este procedimento da *Seara Nova* foi, na opinião de Silva Dias, um dos seus grandes erros. Na opinião deste autor, os seareiros, ao continuarem o diagnóstico feito anteriormente pela geração de 70, voltaram a cair no erro de dar «*respostas de natureza ideológica e cultural para problemas políticos e socioeconómicos*».[17]

Não foi, contudo, este o entendimento político da *Seara Nova*. Para os seareiros, como afirmava invariavelmente António Sérgio, a base da democracia é a virtude e aquela antes de ser um regime político era um ideal, «uma atitude moral». E, de acordo com este princípio, acrescentava o mesmo António Sérgio, «*a maneira de fazer a democracia não é directamente pela política, mas indirectamente pelos costumes*».[18]

Logo, para a *Seara Nova*, a política em sentido estrito não era, de facto, o essencial da sua missão. Todo o seu apostolado na sociedade portuguesa passou por fazer, como escreveu António Sérgio, «*uma reforma de carácter íntimo, intelectual*», ou noutro registo, «uma iniciação na objectividade do espírito, no verdadeiro pensar». Porém, acrescentou ainda Sérgio, «*o resultado político vem depois e surge por si sem que nós o visemos*».[19]

Até porque, não deixou de referir o mesmo António Sérgio, o verdadeiro democrata «*não é o que começa por dizer ao povo: "tu és soberano", mas sim o que tudo faz para que cada um eleve no seu próprio espírito um duro soberano do seu mesmo eu, que submeta os impulsos e as ambições, os desejos e os sentimentos, ao ponto de vista racional que é o ponto de vista social. Desenganassem-se, pois, todos os que pensando-se verdadeiros democratas, ainda tentavam poder vir a realizar a democracia mecanicamente, fora do espírito*».[20]

É bom de ver que esta concepção de democracia pressupunha a criação de um homem novo, objectivo último da verdadeira revolução que, na linha de Antero, só podia ser moral. E, deste modo, o ideal democrático defendido pelos seareiros acompanhava a própria ascensão da razão na história, não necessitando, como imperativo da consciência que é, de qualquer legitimação do passado. Precisava, isso sim, que, pelo próprio exercício da liberdade, símile do respeito pela dignidade humana, se elevasse o homem ao encontro dessa luz eterna que é a democracia. Pela educação libertar-se-iam as consciências das trevas e do erro, do mesmo modo que pela prática cívica e vivência democrática se abririam os caminhos que conduziriam à democracia. Identificando-se esta, pelo seu carácter eterno, com o puro espírito. Formando, deste modo, todos os que por ela combatiam, uma verdadeira religião. Iam precisamente neste sentido as palavras de António Sérgio, quando, em 1934, no primeiro fulgor do Estado Novo, referia com fina ironia que *«se Deus é espírito (como afirma Cristo) é bem por Deus que combatemos nós»* (entenda-se a *Seara Nova*).[21]

Definidas deste modo as traves mestras do ideal democrático, também apontou a *Seara Nova* o caminho que considerava mais curto para a sua realização: duas importantes mudanças de percurso se exigiam:

*a)* «no campo espiritual, a passagem da concepção sentimental, expansionista e materialista da democracia – para a concepção crítica, auto-refreadora e idealista, do regime democrático»;

*b)* «no campo social, a passagem do sistema económico onde domina o interesse do produtor e o ponto de vista do produtor – para um sistema económico onde domine o interesse do consumidor e o ponto de vista do consumidor».[22]

Temos assim que para a *Seara Nova* a realização da democracia social e política pressupunha, previamente, como diria António Sérgio, «*o combate contra os males sociais dentro do espírito de cada um de nós*».[23] Porém, se a questão política, social e económica nos aparece dependente desta condição, não é menos evidente a conexão entre aquilo que, utilizando a terminologia marxista, podemos considerar a superstrutura e a infra-estrutura. Ainda que, como é evidente, nada na democracia social dos seareiros se aproxime do socialismo defendido pelos marxistas. Dado que, contrariamente às teses marxistas – entre outras diferenças fundamentais –, a justiça social, mais do que dependente das relações sociais de produção, é sobretudo, como esclareceu António Sérgio, o «*reflexo da justiça interior da elite dirigente de uma nação*».[24] Ou de outro modo, seguindo as palavras de Magalhães Vilhena, o princípio da moralidade para a *Seara Nova* não é exterior ao sujeito, é-lhe absolutamente imanente, logo, afastando-se, naturalmente, das concepções materialistas da história, «*a justiça tem de realizar-se pela consciência e na consciência*».[25]

E foi de acordo com esta concepção que António Sérgio pôde defender na *Seara Nova* que o socialismo que esta sempre defendeu representava «*uma espécie de correctivo ao que há de materialista e de autoritário, de excessivamente mecânico, exclusivista e simplista, na corrente de socialismo*», que tendia a prevalecer nos anos trinta.[26] Não concebia, portanto, a *Seara Nova* – na linha de Proudhon e de Antero de Quental – o socialismo como um conceito puramente económico. As razões que motivavam os seareiros a intervir no regime de propriedade e numa organização mais justa desta, não é tanto o facto material de uma melhor distribuição da riqueza, mas sim o facto de a exploração aqui existente ser contrária à justiça e à dignidade humana. As reformas

económicas a realizar são assim, lembrava António Sérgio, um simples instrumento de justiça interior. Daí que, lembra o seareiro, «*todos os melhoramentos materiais são considerados por nós como meios e factores de melhoramento espiritual, e a emancipação económica não passa para nós de um meio da emancipação moral, da liberdade de consciência*».[27]

Esta concepção idealista de socialismo só ganhou uma forma mais elaborada nas páginas da *Seara Nova* nos anos trinta, com o regresso de António Sérgio do exílio e com a defesa, por parte deste, dos ideais cooperativistas, que, como é sabido, tiveram franca divulgação na revista. Nas organizações cooperativas viu Sérgio, como a propósito já têm referido alguns autores, simultaneamente um caminho e uma forma de socialismo.

Assim, o socialismo proposto pela *Seara Nova* era, no seu próprio entendimento, diferente de qualquer outra forma de socialismo. Em relação ao socialismo proposto pelos marxistas, distinguia-o, antes de mais, o próprio método: para os comunistas, o socialismo passava pela conquista dos órgãos do Estado, para os seareiros, a socialização dos meios de produção, que também desejavam, não era realizada através deste. A este propósito escreveu Sérgio: «*As outras escolas socialistas propõem-se matar o capitalismo à força de pancadas que são decretos, com as armas políticas de que dispõe o Estado; nós queremos matá-lo por asfixia, crescendo sobre o corpo do capitalismo, como uma vegetação sobre uma ruína*».[28]

Esta atitude reformista, mais moral e cultural do que política em sentido estrito, que pretendia exercer um puro apostolado idealista, através da persuasão e da racionalização das consciências, num contexto político e ideológico profundamente exacerbado, como foi aquele que se seguiu ao derrube da I República e que acabou por caracterizar a

década de trinta, não deixou de ter os seus opositores e de sofrer mesmo profundas críticas. Críticas que partiam muitas vezes do interior da própria *Seara Nova* e de sectores da oposição à ditadura e ao Estado Novo que defendiam uma intervenção mais directa na vida política.

À medida que avançava a ditadura e que se institucionalizava o Estado Novo sobem de tom as críticas que colocam em questão a eficácia da *Seara Nova,* enquanto grupo de acção política. Não vamos aqui historiar todo esse crescente caudal de contestação à ideologia e método de acção política da *Seara Nova*, que, aliás, engrossava na mesma medida em que crescia a convicção do carácter irreversível da ditadura. Detenhamo-nos, por isso, um pouco em dois conflitos ideológicos, pelo seu significado para a compreensão do pensamento político da *Seara Nova*.

Como já referimos, a queda da I República e o sentimento de impotência que se seguiu nas hostes dos sectores democráticos pela incapacidade de inverter todo um processo que conduziu ao Estado Novo levantaram algumas dúvidas sobre os métodos de fazer oposição, sobretudo por parte da *Seara Nova.* Para se avaliar o sentimento que então reinava entre muitos jovens seareiros, que permaneciam em Portugal depois do 28 de Maio, atente-se numa carta de Mário de Castro para Raul Proença, então exilado em França (Novembro de 1929):

*«Confessar-me-á também um dia que toda a actividade da Seara tem sido um erro tremendo e uma completa demonstração de incapacidade para tudo o que seja acção. Espanta-me a vossa falta de intuição intelectual nesta emergência. Mas, enfim, o erro está feito e irremediavelmente, com a agravante de os meus amigos persistirem nele».*[29]

Apesar destas críticas, a *Seara Nova* não abandonou a sua atitude pedagógica, recusando um papel mais directo

na política. Aos que não entendiam esta posição, respondeu António Sérgio do exílio, recordando que muito embora todo o apostolado da *Seara Nova* visasse sempre a «*política e só política*», não deixariam de a fazer «*pela raiz de tudo que é o intelecto*».[30] A função da *Seara Nova* continuava a ser, apesar (ou por causa) das mudanças políticas trazidas pelo 28 de Maio, a de construir a democracia, lembrava amiúde António Sérgio, por dentro – no interior das almas –, pela cultura mental dos indivíduos de elite.

Esta atitude doutrinária e idealista cultivada pelos seareiros disfarçava mal o seu cunho elitista e, em termos estritamente políticos, um certo despeito pela política concreta e sobretudo partidária. Distanciamento iluminado que, num contexto político de impaciência perante uma situação de pura "fascização" da ditadura, acabou por criar as condições subjectivas e objectivas para que alguns sectores da oposição pusessem em causa, quer muitos dos fundamentos ideológicos da *Seara Nova*, quer sobretudo a sua estratégia de intervenção política.

Curiosamente (ou talvez não), foi nas páginas da *Seara Nova* que muitas das mais pertinentes críticas tiveram origem, dando assim início a um ambiente de certa descrença, entre as elites intelectuais, na eficácia política da doutrinação seareira. Talvez o exemplo mais marcante, sobre o ambiente que então se vivia, possa ser dado através do célebre conflito que opôs Rodrigues Miguéis e António Sérgio.

Em 1930, Rodrigues Miguéis, com dois artigos intitulados «Sobre os fins e a coragem nos meios de actuar», abriu um debate na *Seara Nova* que, de forma explícita, criticava os fundamentos ideológicos do movimento seareiro, sob uma perspectiva marxista-leninista. O jovem escritor ousou contestar – numa altura em que o humanismo seareiro hegemonizava, entre os intelectuais de esquerda, a oposição à ditadura saída

do 28 de Maio de 1926 – o principal paradigma de referência da *Seara Nova*, sobretudo a sua grande referência cultural e ideológica: a geração de 70. Rodrigues Miguéis não poupou nas críticas a esta geração, apelando para a necessidade de romper com esta forma de intervenção dos intelectuais e, segundo as suas próprias palavras, definir um outro sentido para que devia «*encaminhar-se a acção política e social dos intelectuais democratas*».[31] Dadas as novas condições históricas o caminho a trilhar teria que ser profundamente diferente daquele que vinha a ser protagonizado pela *Seara Nova.*

Esta polémica nas páginas da *Seara* Nova marca, assim, o início daquilo que Jorge Borges de Macedo chamou de «*a primeira exposição, em língua portuguesa, do marxismo-leninismo numa versão inserida na situação portuguesa.*»[32] Abordagem e fundamentação ideológica que, durante a década de trinta, terá outros desenvolvimentos em publicações como *Pensamento* (1930-40), *O Diabo* (1934-1940), *Sol Nascente* (1937-1940), tudo órgãos que, como é sabido, estiveram de alguma forma ligados ao acolhimento das teses literárias neo-realistas e a um novo papel social do intelectual.

Era este novo papel para o intelectual que Rodrigues Miguéis defendia. Não poupava nas críticas à *Seara Nova*, sobretudo por esta ainda acreditar que a «*acção isolada de meia dúzia de intelectuais honestos, num meio crasso de ignorância, avesso ao progresso das ideias e das técnicas, anquilosado pela reacção religiosa, política e social, pudesse mudar a sociedade*».[33] Por isso, defendia Rodrigues Miguéis, como alternativa à revolução de «*varinha mágica que tudo espera do Espírito Santo de elite*»[34] – advertia sarcasticamente, visando directamente os principais intelectuais seareiros – havia que propor uma nova revolução. Uma revolução que procurasse, por todos os meios, pôr os factos de acordo com o nosso idealismo.

Não podia Rodrigues Miguéis ser mais claro sobre os meios e os fins que o distanciavam da *Seara Nova*. O jovem escritor com as suas críticas, como já escreveu Pedro Pita, não só visava um novo papel para o intelectual – que, em última instância, passava por amassar as suas ideias com o sentir e o sofrimento das classes populares – como romper com uma tradição socialista proudhoniana-anteriana com fortes tradições na cultura de esquerda portuguesa e que, como já referimos, passava por ser o principal paradigma de referência do pensamento político dos seareiros.[35]

António Sérgio, em face desta investida pela esquerda, assumiu por inteiro a defesa do movimento seareiro, mostrando sempre perceber o alcance ideológico e político da contenda. De tal forma que, ao responder a Rodrigues Miguéis, colocou a questão, sem mais rodeios, da seguinte forma: «*Ao que nos parece a divergência entre nós e o crítico assenta numa base que tem semelhança à que está subjacente ao antagonismo entre os bolchevistas e os anarquistas, ou anarco-sindicalistas – ou, por outra forma, entre Marx e Proudhon*».[36]

Assim era de facto. E pensamos poder afirmar-se que se a geração de 70, pela influência que nela teve o pensamento filosófico e político de Proudhon, tornou mais difícil, na segunda metade do século XIX, a recepção das teses marxistas pelas nossas elites intelectuais, o mesmo se aplica ao século XX com a *Seara Nova*. Esta, ao rever-se no socialismo de matriz proudhoniano-anteriano, assumiria na cultura portuguesa, enquanto foi seu líder ideológico António Sérgio (1939), uma importante resistência ao marxismo e às propostas políticas comunistas.

Chegados a este ponto, poderemos resumir assim, ainda que de forma simplista e linear, aquele que acabou por ser o posicionamento político da *Seara Nova*, quando, de um lado

e do outro, se pretendia fazer passar a ideia que entre a via comunista e o autoritarismo de direita não havia alternativa:

*a)* às concepções jacobinas e materialistas de democracia, opunha a *Seara Nova* uma concepção idealista, a qual exigia cidadãos críticos e objectivos, tomados por uma atitude, como diria António Sérgio, de concentração e de autodomínio, de interioridade e de reflexão centrípeta;

*b)* aos que defendiam soluções ditatoriais e pretendiam opor liberdade e autoridade e, a coberto disso, suprimir aquela, demonstrava a *Seara Nova* que os dois conceitos não são incompatíveis e que – reforçava António Sérgio nos célebres artigos «Retalhos de Doutrina Democrática» – o único *«condicionamento da liberdade de um homem provém da necessidade de respeitar a liberdade de outro homem»*, admitindo apenas os democratas idealistas a autoridade, quando esta é meio para a liberdade;

*c)* aos que pretendiam ver na recusa do liberalismo económico e na defesa do socialismo por parte da *Seara Nova* qualquer renúncia ao espírito liberal e à democracia, respondiam os seareiros que o liberalismo económico não é uma consequência necessária do liberalismo democrático, antes está em contradição com ele; pois o verdadeiro liberalismo é de base igualitária. Aliás, argumentava muitas vezes Raul Proença, para se ser liberal não temos que *«enjeitar a democracia, nem sequer que conciliar democracia e socialismo. Não se concilia um teorema com o seu corolário»*.[37]

É verdade que destas perspectivas fica de fora aquilo que alguns autores já chamaram de «rendição da cultura liberal»[38], nomeadamente quando a *Seara Nova* defendeu nas suas páginas aquilo a que chamavam o recurso à ditadura como medida de excepção. Aliás, esta posição dos seareiros foi muitas vezes explorada pelos sectores mais conservadores

e, nomeadamente, pelos defensores do regime autoritário saído do 28 de Maio de 1926. Situação que, nitidamente, incomodava os seareiros e que, em momento oportuno (1933), mereceu uma resposta de António Sérgio, que não deixou de evidenciar as profundas contradições políticas dos seareiros. No essencial, o ilustre ensaísta argumentou que não era a existência em si de uma governação excepcional, com umas férias de alguns meses do parlamento, que repugnava os democratas da *Seara Nova*, sobretudo se a ditadura for animada de um determinado espírito e de uma determinada finalidade: quanto ao espírito não devia ser de direita, mas o de esquerda; quanto aos fins devia ser o de assegurar para o futuro um melhor funcionamento da democracia política e lançar as bases criadoras da democracia social.

Muito embora não partilhe da opinião daqueles que vêem nesta defesa de um regime de excepção por parte da *Seara Nova* – no fundo a defesa de uma ditadura, que podia ser boa ou má, dependendo da cor – uma rendição que possa facilmente ser ligada ao triunfo do Estado Novo; mas, também, não alinhamos ao lado daqueles que normalmente minimizam esta atitude seareira e que pretendem explicar a defesa da ditadura, meramente por motivos exógenos ao seu pensamento político. É bom lembrar que a defesa de regimes de excepção e mesmo das ditaduras "boas" encontra explicação no interior do próprio idealismo político seareiro. É em função do racionalismo seareiro – como advertiu Fernando Catroga, referindo-se a António Sérgio – que se tem de explicar a aparente contradição de, por um lado, a *Seara Nova* fazer a apologia e a defesa das formas democráticas de organização económica e política e, por outro, defender soluções totalitárias.[39] Todos sabemos que a muitos seareiros não repugnava as denominadas ditaduras de

"salvação nacional" – basta lembrar a experiência política e ideológica que foi a revista *Homens Livres* (1923), onde pontificava António Sérgio, famosa pela miscelânea entre elites intelectuais integralistas, conservadores de toda a espécie, jacobinos desiludidos e seareiros –, desde que estas fossem iluminadas pela recta razão. Regime transitório, abençoado pela elites, que lançaria as sementes regeneradoras de uma nova ordem e que, terminado este processo, levaria o povo a tomar nas suas mãos o seu destino. Sonhos e utopias engendrados numa razão ela própria fechada e acrítica e que, bem o sabemos, não estão livres de criar monstros.

Aqui chegados e não querendo abusar muito mais de todos os que tiveram a paciência de me acompanhar nesta sempre rápida e insuficiente digressão pelo pensamento político da *Seara Nova,* gostaria de terminar dizendo que esta revista – pela importância cultural e cívica dos intelectuais a ela ligados e pelo papel que sempre representou e ainda representa no imaginário de muitos e sobretudo naqueles que resistiram e se opuseram à ditadura e que, por isso, mantêm vivo o espaço de memória e de combate pela liberdade que ela sempre demonstrou –, mas dizia eu, a *Seara Nova* permanece, hoje ainda, sem dúvida, como um dos mais importantes lugares de memória e de encontro de todo um conjunto de práticas culturais, ideológicas e cívicas que continuam ainda bem vivas na sociedade portuguesa.

Não foram os seareiros, durante o espaço temporal que aqui descrevemos, um grupo filosófica e politicamente coeso e sem contradições, em volta de um qualquer programa que a todos obrigasse; mas pode dizer-se que o discurso seareiro sempre se balizou no quadro de uma certa racionalidade discursiva que, mesmo em condições difíceis de falta de liberdade, nunca abandonou um dos seus

grandes objectivos: congregar em torno do seu discurso as elites intelectuais na oposição ao autoritarismo e nacionalismo corporativo que, pela mão de Oliveira Salazar, progressivamente se ia afirmando em Portugal.

*Notas*

[1] *Vejam-se os nossos trabalhos,* A Seara Nova nos anos vinte e trinta: memória, cultura e poder, *Viseu, UCP, 1995,* e A Seara Nova e a resistência cultural e ideológica à ditadura e ao Estado Novo *(1926-1939), Separata da* Revista de História das Ideias, *vol. 17, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995.*

[2] *Eduardo Lourenço,* O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português, *Lisboa, D. Quixote, 1978, p. 188-189.*

[3] *Álvaro Salema, «Evocação Breve (e talvez supérflua)»,* Seara Nova, *n.º 1512, 1971, p. 12.*

[4] *Rodrigues Lapa, «O muito falado e inexistente programa da* Seara Nova», Seara Nova, *n.º 1007, 1946, p. 81.*

[5] Seara Nova *de 14 de Abril de 1927, p. 35*

[6] *António Sérgio, «Carta de agradecimento a D. Basílio»,* Seara Nova, *n.º 100, 1927, p. 78.*

[7] *Carta de Mário de Castro (1 de Abril de 1927) para Raul Proença, Espólio de Raul Proença, Biblioteca Nacional.*

[8] *Álvaro Salema, art. cit., p. 12.*

[9] *Carta de António Sérgio para Raul Proença (data provável, 1932) existente no Espólio de Raul Proença, Bibiloteca Nacional.*

[10] *A este propósito veja-se Fernando Catroga, «Filosofia e sociologia – A ideia anteriana de socialismo», Vértice, Vol. XVII, n.º 448, 1982, p. 294-317.*

[11] *Raul Proença, «Editorial»,* Seara Nova, *n.º 1, 1921, p. 3.*

[12] *Raul Proença, «Réplica dum montro de egolatria a um monstro de modéstia»*, Seara Nova, *n.º 240, 1931, p. 380.*

[13] *Raul Proença, «Acerca do Integralismo Lusitano»*, Seara Nova, *n.º 5, 1921, p. 133.*

[14] *Eduardo Lourenço*, ob. cit., *p. 181*

[15] *António Sérgio, «Sobre uma crise de consciência»*, Seara Nova, *n.º 231, 1930, p. 233.*

[16] *António Sérgio, «Aos jovens "seareiros" de Coimbra, sobre a maneira de lidar com os inimigos da luz e da razão»*, Seara Nova, *n.º 87, 1926, p. 292.*

[17] *J. Silva Dias, «Entrevista»*, *Prelo, n.º 3, 1984, p. 11.*

[18] *António Sérgio, «Aos jovens "seareiros" de Coimbra, sobre a maneira de lidar com os inimigos da luz e da razão»*, Seara Nova, *n.º 87, 1926, p. 292.*

[19] *António Sérgio, «Nótulas soltas»*, Seara Nova, *n.º 357, 1933, p. 327.*

[20] *António Sérgio, «Aos jovens "seareiros" de Coimbra, sobre a maneira de lidar com os inimigos da luz e da razão»*, Seara Nova, *n.º 87, 1926, p. 292.*

[21] *António Sérgio, «Diálogos de um democrata e de um estadista burguês»*, Seara Nova, *n.º 340, 1933, p. 55.*

[22] *António Sérgio, «Democracia crítica, experimental e cooperativa»*, Seara Nova, *n.º 401, 1934, p. 262.*

[23] *Idem, ibidem.*

[24] *Idem, ibidem.*

[25] *V. Magalhães Vilhena*, António Sérgio: o idealismo crítico e a ideologia burguesa, *Lisboa, Cosmos, 1975, p. 101.*

[26] *António Sérgio, «Em torno da "ilusão revolucionária" de Antero*, Seara Nova, *n.º 362, 1933, p. 24. Sobre este mesmo assunto e relativamente à ideia de revolução em Antero de Quental, ver Fernando Catroga, «Política, história e revolução em Antero de Quental»*, Revista de História das Ideias, *vol. 13, 1991, p. 7-55.*

[27] António Sérgio, «Retalhos de doutrina democrática, Seara Nova, n.º 327, 1933, p. 232.

[28] António Sérgio, «Mais retalhos», Seara Nova, n.º 332, 1933, p. 310.

[29] Espólio de Raul Proença, Biblioteca Nacional.

[30] António Sérgio, «Grupo de Renovação Democrática», Seara Nova, n.º 336, 1933, p. 372.

[31] J. Rodrigues Miguéis, «Uma carta», Seara Nova, n.º 231, 1930, p. 230-231.

[32] Jorge Borges de Macedo, «Erros fabulosos ocasionaram a queda do marxismo», Jornal de Letras, Artes e Ideias, n.º 518, 1992, p. 15.

[33] Rodrigues Miguéis, «Sobre os fins e a coragem nos meios de actuar (II)», Seara Nova, n.º 222, 1930, p. 89.

[34] Idem, ibidem, p. 90.

[35] Pedro Pita, A recepção do Marxismo pelos Intelectuais Portugueses (1930-1941), Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 1989.

[36] António Sérgio, «Sociedade e espírito, acção política e sinceridade intelectual», Seara Nova, n.º 230, 1930, p. 215.

[37] Raul Proença, «Para um evangelho duma acção idealista no mundo real (a propósito de "La Trahison des clercs" de Julien Benda) (VII), Seara Nova, n.º 158, 1929, p. 215-216.

[38] Veja-se a este propósito Fernando Farelo Lopes, «O liberalismo decadente da Seara Nova (algumas hipóteses)», O Fascismo em Portugal (Actas do Colóquio realizado na FLUL em Março de 1980), Lisboa, A Regra do Jogo, p. 141-173.

[39] Fernando Catroga, «Nota Introdutória. Dialogar com António Sérgio», Revista de História das Ideias, vol. 5, 1983, p. 17.

## António Pedro Pita

Propunha que fizéssemos agora um intervalo e que estivéssemos aqui, para a conferência do Prof. António Reis, às 16,30 horas, como está previsto.

No final desta última conferência, podemos de uma maneira talvez mais produtiva discutir sobre estas questões.

## António Pedro Pita

O Prof. António Reis é entre muitas outras coisas o responsável pelo nosso conhecimento do Raul Proença. É um homem com uma intensa e contínua actividade política, pedagógica e cultural que me dispensa de fazer apresentações muito mais longas. O tema que lhe propusemos, "Raul Proença, António Sérgio e a *Seara Nova*: o problema da democracia", penso que remata esta dialéctica que foi dedicada de uma maneira especial à dimensão política da revista e do movimento. Passo-lhe de imediato a palavra.

No fim, teremos um período de debate.

## António Reis

### Raul Proença, António Sérgio e a *Seara Nova*: o problema da democracia

Antes de mais queria felicitar os organizadores, porque não podiam ter sido mais certeiros na sua formulação ao escolher o tema: "Raul Proença, António Sérgio e a *Seara Nova*: o problema da democracia".

Ou seja, a democracia nesta época, nomeadamente no período que vai até à Segunda Guerra Mundial, é efectivamente um problema e um problema não apenas no plano teórico como também no plano prático. No plano teórico, desde logo, porque é alvo de uma contestação feroz e acentuada por correntes doutrinárias de direita e de esquerda. No plano prático, porque no contexto da crise do liberalismo parlamentar e republicano, que ontem aqui

foi brilhantemente descrito pelo meu colega Fernando Rosas, é efectivamente algo difícil de implantar no terreno. Por outro lado, colocar aqui em confronto e paralelismo, ao mesmo tempo, as perspectivas de Raul Proença e de António Sérgio é também algo de extremamente oportuno e feliz porque, a esta distância, muita gente tende a confundir os pensamentos de António Sérgio e Raul Proença.

De facto eles foram verdadeiros irmãos de combate, além de amigos íntimos. António Sérgio dedica a segunda edição do 1.º volume dos seus Ensaios ao seu companheiro e irmão, Raul Proença, mas os seus pensamentos não podem ser completamente confundidos. Há muito de convergente, mas também há algo divergente entre ambos.

E começava exactamente por aqui. Um breve retrato das diferenças de fundo no plano temperamental (eu também sou um historiador das mentalidades) e, no plano da filosofia política, das diferenças entre um e outro. Para já a formação. O itinerário cultural de cada um deles é diferente.

António Sérgio é alguém que, do ponto de vista intelectual, é muito marcado pela doutrinação de Proudhon e pela doutrinação de Antero de Quental, ainda antes da implantação da República, mas é alguém, até por razões de natureza familiar, uma família aristocrática, que foi monárquico e que nunca o escondeu aliás, e alguém que terá uma grande dificuldade, a seguir à implantação da República, em aderir ao regime republicano – que ele critica violentamente, nos anos imediatamente seguintes ao 5 de Outubro.

Raul Proença, pelo contrário, é um republicano de gema. Pai republicano, formação republicana, tem como grande mestre na sua juventude Teófilo Braga (não podia ser outro), mas curiosamente, muito antes do 5 de Outubro, é alguém que atribui também grande importância ao pensamento de Antero de Quental e que procura, já de alguma maneira,

fazer a síntese entre o positivismo teofiliano e o socialismo anteriano. Depois do 5 de Outubro, Raul Proença, apesar de rapidamente se desiludir com a incapacidade, a incompetência, a demagogia do jacobinismo republicano campeante, não deixa no entanto de defender o regime contra aqueles que o atacam, nomeadamente contra todas as tentativas de reacção monárquica, e tem longos debates epistolográficos com o seu amigo António Sérgio sobre as virtudes e defeitos do regime republicano e do regime monárquico.

É extremamente curioso e aliciante hoje, em dialéctica, ler essa correspondência, entre os anos de 1912 e 1914, em que António Sérgio esgrime os seus argumentos e tenta destruir a fé republicana de Raul Proença.

Infelizmente, à parte da célebre carta a um amigo do Brasil, que Raul Proença publica em *A Águia* em 1913, não temos a correspondência para António Sérgio, só temos a de António Sérgio para Raul Proença, porque essa parte do espólio de António Sérgio foi completamente destruída, depois da morte dele.

Mas é nessa correspondência que vamos identificar, pela pena do próprio António Sérgio, aquilo que ele considerava ser desde logo, já nesta altura – 1912/1914 –, as principais diferenças que os separavam, no plano teórico e político, independentemente de uma confluência na estratégia que privilegiava o papel das elites. Aí, já estão ambos de acordo, porque Raul Proença, ainda antes do 5 de Outubro, já acentua a importância da revolução espiritual, da prioridade da revolução espiritual, na linha anteriana obviamente.

Diz António Sérgio a Raul Proença: «*Não sou um homem apaixonável, o que é um defeito, como meu amigo, por isso não fui republicano e o meu amigo foi. Tenho tendência para as causas gerais e subterrâneas. O meu amigo para as causas concretas e individuais. Vejo as fontes no povo, na*

*história económica, em processos longínquos, esqueço as instituições e os indivíduos. O meu amigo vê os institutos, os indivíduos, o concreto. Há do seu lado espíritos de artista, espíritos de águias como Pascal. Há do meu lado, espíritos de boi e de charrua. Não sei quem é que está mais próximo da Verdade, mas creio que o meu método vem de uma forma de pensar e não de uma forma de paixão».*

Excelente retrato de um e de outro. António Sérgio privilegia uma forma de pensar e Raul Proença, para ele, é alguém que de alguma maneira privilegia uma forma de paixão.

Destas diferenças decorriam duas concepções estratégicas diferentes, embora não necessariamente inimigas, sobre a melhor via para edificar uma sociedade democrática. A de Raul Proença – que António Sérgio considera de inspiração francesa –, idealista e revolucionária, racionalista e abstracta, privilegiando a política e o Estado, à boa maneira republicana.

A de António Sérgio, por ele próprio considerada de inspiração inglesa, prática, experimental, desconfiando da política e do Estado, para apostar mais na sociedade civil.

Mas apesar da confluência doutrinária, neste ponto reconhecida, há uma divergência que António Sérgio continua a sublinhar. É a que diz respeito à diferente avaliação que os dois amigos fazem sobre o papel do Estado e da esfera política na transformação da sociedade. Diz António Sérgio: «*Ambos nós somos liberais e democratas mais ou menos* (curioso, este "mais ou menos"), *mas eu sou um liberal, substantivamente um mostrengo individualista, apesar de aceitar a parte crítica do socialismo e de começar pelo problema da justiça na esfera da economia. Ora um liberal tem, no mais fundo da sua doutrina, o horror à tirania do Estado, dos parlamentos, das clientelas políticas que os constituem e à grosseira superstição de esperar da máquina e do político qualquer bem para a sociedade*».

Já antes, António Sérgio precisara que, no tocante a instituições, o seu ideal era o anarquismo, a supressão do político, a longuíssimo prazo, no sentido em que o senhor Estado devia fazer sentir-se o menos possível – ao contrário do discurso republicano de Raul Proença, que continua a apostar nas instituições políticas e na eficácia das suas construções rápidas.

Diz António Sérgio: «*O meu amigo acredita na política e no Estado, eu fui levado pela História à descrença absoluta na política e no Estado. Em questões de sociologia, o meu amigo é um filósofo e eu um historiador*».

Neste ponto, veremos, ao longo desta exposição, que a divergência de doutrina entre os dois amigos nunca será anulada, malgrado a prioridade que ambos continuarão a atribuir ao papel das elites reformadoras, de uma opinião esclarecida e a síntese que ambos pretendem entre os valores do individualismo liberal e os da justiça socialista.

Como veremos mais tarde, Raul Proença estará sempre muito mais atento ao que pode haver de eficaz na acção imediata do Estado e das instituições políticas em geral. A sua formação republicana explicará essa especial sensibilidade à importância da dimensão da coisa pública, entendida como algo que o Estado se deve ocupar enquanto representante dos cidadãos organizados em comunidade.

Já António Sérgio revela uma formação essencialmente liberal e de influência socialista proudhoniana em simultâneo e, por isso, é muito mais sensível à importância da dimensão da iniciativa privada dos cidadãos auto-organizados na sociedade civil, que se deveria sobrepor progressivamente ao Estado.

Em resumo, dir-se-ia que o acordo sobre uma prioridade estratégica de efeitos a longo prazo, a prioridade das elites não anulava uma divergência táctica ou de estratégia a

curto prazo, sobre os meios a utilizar desde já para reformar a sociedade num sentido democrático e socializante.

Para António Sérgio, é uma simples pedagogia, entendida como a arte de bem dirigir a iniciativa privada dos cidadãos auto-organizados, o que o levará mais tarde ao ideal cooperativista.

Para Raul Proença a prioridade é uma acção governativa competente e eficaz.

Feito este preâmbulo, tentemos agora ver o que pensam Raul Proença e António Sérgio, em primeiro lugar, sobre a democracia como opção doutrinária, a sua superioridade ético-política em relação a doutrinas antidemocráticas: à direita, como o Integralismo Lusitano e o fascismo; à esquerda, como o bolchevismo. Seguidamente, veremos qual a estratégia que eles preconizam para a implantação de uma verdadeira democracia em Portugal, no contexto da I República, para, posteriormente, analisarmos as tácticas que essa estratégia vem exigir, no curto prazo, e que formas de intervenção política imediata eram desejáveis para que se atalhassem desde logo os problemas principais que se levantavam à sociedade e ao regime republicano daquela época. Concluiremos com uma resenha do que a *Seara Nova* – pelo pensamento, ora de Raul Proença, ora de António Sérgio, ora de ambos – propõe para reforma do Estado.

A democracia é de facto um problema teórico num período em que, por um lado, encontramos o movimento anarco-sindicalista organizado em torno da Confederação Geral do Trabalho e com um órgão político importante que é *A Batalha*, fundado em 23 de Fevereiro de 1919, os nacionalistas da Cruzada de Nun'Álvares e os monárquicos tradicionalista do Integralismo Lusitano, cuja doutrinação iria, como sabemos, influir decisivamente no futuro rumo das instituições.

O sidonismo trouxera a estas organizações de direita as condições propícias ao respectivo desenvolvimento e implantação, sobretudo nos meios estudantis, militares e patronais. E, divergindo embora em alguns fundamentos doutrinários na estratégia a adoptar perante as instituições republicanas, sabemos que os católicos apostavam numa colaboração crítica, pautada pela pragmática defesa dos interesses da Igreja.

No entanto, todas estas correntes de direita convergiam no reconhecimento da superioridade política de uma alternativa autoritária e antiparlamentar.

Por um lado, perante esta ofensiva doutrinária ideológica de uma direita antiparlamentar, os partidos republicanos estavam mergulhados num profundo vazio ideológico. Ler os programas dos partidos republicanos desta época é um exercício interessantíssimo porque a vacuidade das medidas propostas ou mesmo os dos discursos dos seus principais líderes são de partir o coração.

E é por isso que os seareiros se sentem investidos numa missão decisiva para o futuro das instituições. Perante o vazio e a confusão programática que campeava entre os principais partidos republicanos, no fundo, como dizia Raul Proença nos seus primeiros artigos da *Seara Nova*: homens unidos em torno de um soma, perante a incapacidade de apresentação de soluções no plano económico, financeiro e educativo. Perante a própria indisciplina e fragmentação desses partidos, neste período que vai de 1919 a 1921, perante a miséria das próprias instituições republicanas, o estado da administração publica em condições de funcionalismo excessivo e incompetente, um parlamento que não funcionava na prática, governos ineficientes, incompetentes e instáveis, Forças Armadas indisciplinadas, uma imprensa sectária, enfeudada em partidos ou

enfeudada em interesses financeiros, perante a falta de qualidade dos dirigentes republicanos, desta 2.ª fase da República, os seareiros, e Raul Proença à cabeça, consideram ser necessário fazer uma verdadeira pedagogia do ideal democrático, fazer o combate à plutocracia e fazer o combate à intolerância que o jacobinismo republicano continuava a cultivar.

Raul Proença resume a situação que encontra, quando a *Seara Nova* é lançada, nesta expressão, que diz tudo: falsificação é a fórmula suprema de toda a vida portuguesa, na política, na literatura, na justiça, no jornalismo, na crítica, talvez até na indignação do leitor. E é neste contexto que ele se lança de alma e coração ao combate em defesa da superioridade etico-política do regime democrático.

Tanto Raul Proença como António Sérgio preocupam-se com a definição de um fundamento ético para a democracia.

Para António Sérgio, a democracia antes de ser um regime político é uma atitude moral (como aqui já foi dito na conferência anterior do Prof. António Rafael Amaro), é uma atitude moral a fazer pelos costumes – o que deverá levar à substituição progressiva da autoridade externa de certos homens pela autoridade íntima de cada um de nós. Um império racional de cada alma cívica sobre os seus próprios interesses e paixões. Isto é, um fundamento, de facto, tipo ético-filosófico de raiz claramente kantiana.

Já Raul Proença, em artigos publicados na *Alma Nacional*, de António José de Almeida, em 1910, ainda antes da implantação da República, situa o fundamento da democracia não na soberania do povo, como tradicionalmente e à maneira de Jean Jacques Rousseau, mas curiosamente também no indivíduo, no indivíduo considerado, evidentemente, em associação solidária com todos os outros indivíduos. A democracia, assim, pode ser definida como o acordo de

todos para garantir a liberdade de cada um, como a igualdade nos direitos individuais e a solidariedade que daí decorre, como uma associação de energias livres, e tem esta fórmula lapidar: nós não defendemos o um contra todos os outros, defendemos cada um e porque defendemos cada um, defendemos todos.

Liberdade e igualdade são valores indissociáveis desde logo. Chamo aqui a atenção para esse texto notável, que deveria figurar em todas antologias do pensamento político português deste século, que é o capítulo precisamente intitulado "Liberdade e Igualdade" da série que Raul Proença consagra à sua escalpelização da doutrina do Integralismo Lusitano, nas páginas da *Seara Nova*, entre 1921 e 1922. Um texto actualíssimo que é totalmente certeiro e que é ainda hoje uma lição a reter para muitos políticos, para muitos teóricos e muitos filósofos da política que ainda andam enredados muitas vezes à volta de uma suposta contradição ente liberdade e igualdade.

Se este é o fundamento ético da democracia, qual a sua verdadeira essência jurídico-política? Aí, o contributo principal é-nos dado por Raul Proença quando, na série consagrada ao livro de Julien Benda *A traição dos letrados*, publicada na *Seara Nova* em 1928, e depois no proémio ao segundo volume das *Páginas Políticas*, escrito em 1939, ele acentua que a verdadeira essência jurídico-política da democracia não reside no direito do número ou na expressão da vontade maioritária, mas no direito dos indivíduos, de cada um dos indivíduos de todos os indivíduos, no respeito pela pessoa humana, pelos seus fins próprios, pela sua liberdade espiritual.

A democracia será então o regime que garante no máximo os direitos de todos os indivíduos. E o verdadeiro liberal é aquele que é capaz até de se bater pela liberdade do seu adversário.

Não podemos, portanto, reduzir o conceito de democracia ao simples exercício do sufrágio ou definir as relações entre o indivíduo e o Estado apenas pela mediação do sufrágio. O método maioritário de apuramento da vontade maioritária é apenas uma regra técnica, um princípio derivado, e não é propriamente a essência da democracia. A essência da democracia está exactamente no respeito pelas liberdades dos indivíduos e das minorias, consequentemente também. É, portanto, algo que implica privilegiar a liberdade de opinião que implica reconhecer o direito de revolta dos indivíduos contra o número, quando o número, menosprezando a autonomia das consciências, tenta violar os direitos essenciais.

Raul Proença fundamenta esta posição depois, numa crítica a Rousseau, numa crítica aos revolucionários de 1793, por oposição a um elogio a Voltaire, o filósofo da tolerância, e aos revolucionários de 1789.

Rousseau acabaria por substituir, na prática, a liberdade individual pela vontade geral, levando à abdicação da consciência individual perante a consciência numérica.

Voltaire, pelo contrário, tinha privilegiado a tolerância, a liberdade de opinião, e tinha combatido a violência do Estado.

Daqui decorrem também dois corolários. O corolário da democracia como expressão da liberdade individual e consequentemente como o direito a optar, e o corolário da democracia como expressão do direito de revolta contra todo e qualquer despotismo, seja o despotismo de um só, seja o despotismo de muitos. E ainda o próprio direito ao erro. É algo de inovador, na nossa prosa política, este reconhecimento expresso do direito ao erro, sobretudo no contexto do jacobinismo republicano da época, em que o anticlericalismo ortodoxo se caracterizava precisamente por ser com-

pletamente intolerante contra o erro dos católicos, neste caso clericais.

Quais as condições (estamos ainda no plano teórico) de realização da democracia? Em primeiro lugar, o socialismo é desde logo avançado como uma condição *sine qua non* para uma efectiva realização da democracia. Socialismo que, nesta fase do período republicano, é sobretudo definido pelo reconhecimento da necessidade de intervenção do Estado na economia para evitar que o liberalismo económico, no fundo, atentasse contra os direitos reconhecidos pelo liberalismo político (isto também já foi aflorado há pouco pelo Rafael Amaro). O liberalismo económico não pode ser visto como uma consequência necessária do liberalismo político. Pelo contrário, está em contradição com ele. O socialismo é portanto um corolário da democracia e deve operar uma revolução nas formas da propriedade, sem prejuízo de continuar a reconhecer a propriedade privada dos meios de produção, mas exigindo-lhes uma função social e exigindo também o combate à plutocracia, ao *laissez aller*, à desorganização, à anarquia económica e exigindo a realização da justiça distributiva, compatível com as condições necessárias de todo o trabalho colectivo e os interesses da produção.

Reconhece-se expressamente a propriedade dos instrumentos de consumo e dos instrumentos de produção, exigida pelo menos pelo estado actual do mundo. O direito de propriedade, no entanto, não pode ser visto como absoluto e o próprio direito à herança deve ser limitado ao indispensável.

Veremos que, nesta primeira fase da *Seara Nova*, os seareiros, o grupo Seara Nova como tal, não desenvolvem muito este tema: as formas concretas de intervenção do Estado na economia. Essa tarefa é deixada, no fundo, a um "tecnocrata" como Ezequiel de Campos – estamos numa

perspectiva de programas mínimos e não se vai muito longe nessa perspectiva.

Mais tarde, nos anos 30, é que assistiremos à teoria de António Sérgio em torno do ideal cooperativo e ao papel do Estado nessa fase de transição. António Sérgio admite a estatização das grandes empresas privadas, enquanto não houver condições técnicas para as transferir para o sector cooperativo, e admite também a criação de um conjunto de órgãos de planeamento económico e educativo – conselhos e juntas, como forma até de ir apagando o Estado. As competências administrativas seriam progressivamente transferidas para esta rede de conselhos de coordenação económica, por sectores, e de juntas de planeamento.

Primeira condição, o socialismo; segunda condição, a liberdade de imprensa, entendida como um direito de todos e não apenas dos potentados das finanças e dos directórios dos partidos; terceira condição, a liberdade de ensino, que não deve ser vista como a liberdade de moldar o espírito das crianças, mas sim como de criar homens livres e, nesta perspectiva, integra-se o combate dos seareiros, particularmente Raul Proença, que – contra uma certa concepção da escola republicana que anulava na prática a liberdade de ensino, que proibia na prática o ensino da religião nas escolas particulares –, achava que o Estado Republicano devia ser neutro nessa matéria; quarta condição, autoridade e segurança para que a democracia funcione, e isto é acentuado por Raul Proença: autoridade é uma condição da liberdade e da democracia e daí a condenação que ele faz constantemente da impunidade em que ficavam os autores dos pronunciamentos militares naquela época; quinta condição, o internacionalismo, e daí a feroz crítica ao nacionalismo tradicionalista, à defesa da paz que é sobretudo desenvolvida nas duas séries doutrinárias de Raul Proença, acerca do

Integralismo Lusitano, e para um evangelho de uma acção idealista num mundo real; por último, sexta condição, para assegurar a democracia e – isto far-nos-á a ponte com o capítulo seguinte –, o papel director das elites: uma democracia sem guias espirituais – diz Raul Proença – é uma democracia decapitada, em que o reino da pura qualidade se apaga sem remissão, sob o peso da quantidade bruta. Não se pode conceber uma democracia sem intervenção constante de uma elite intelectual.

E aqui voltamos ao cerne do pensamento estratégico seareiro e daí decorre também a indicação da cultura e do espírito da via cultural e da vida espiritual como o fim último do Estado e do regime democrático. O regime democrático é um meio, uma condição e o Estado, para assegurar o desenvolvimento em todo e qualquer indivíduo, deve dessa vida espiritual, dessa vida cultural. Há um texto surpreendente de Raul Proença – surpreendente para esta época, bem entendido – com a defesa do direito ao ócio.

Se estas são as condições da democracia, qual a sua expressão institucional na organização do Estado?

Sobre isto, há um texto capital de Raul Proença, intitulado "Da Defesa da Democracia", na série consagrada ao livro de Julien Benda, em 1928, em que ele aborda a questão do controlo democrático do poder. Esta é uma questão tipicamente proenciana pois, como vimos, a instância do político e a instância da organização do Estado são instâncias algo alheias ao pensamento sergiano. Diz Raul Proença: não há governos democráticos, há regime democráticos, o que é diferente. Todo o governo é autocrático, tanto quanto pode sê-lo. O que é preciso é controlá-lo. O regime democrático é aquele que estabelece as regras de controlo dos governos que, por definição, em si próprios têm sempre uma tendência autocrática. Os governos tendem a governar no seu próprio interesse e, mais

importante do que a forma de eleição, é a forma de controlo capaz de evitar abusos de poder. E a grande questão é saber quem exercerá o controlo do poder, como se exercerá esse controlo, quais as condições de todo o controlo eficaz, como é que se devem relacionar em democracia, num Estado democrático, os vários poderes – o poder executivo, o poder parlamentar e o poder judicial.

Infelizmente, ele não redigirá o capítulo com que deveria concluir esta série, dedicada ao livro de Julien Benda, do mesmo modo que não tinha também concluído o último capítulo da série consagrada ao Integralismo Lusitano, sobre o sufrágio e a competência da democracia.

Dá a impressão que, quando chega ao momento de concretizar melhor a sua visão de como se deve organizar o Estado democrático, a pena de Raul Proença fica hesitante e suspensa. Ele próprio comentará esta situação, no proémio que escreve em 1939, quando diz: «*Por uma curiosa coincidência, eu fechava as minhas duas séries de artigos doutrinários com o espírito suspenso sobre o mesmo problema: a organização da democracia, a reforma do sufrágio, a reforma constitucional do regime e não cheguei a escrever nem um nem outro artigo, como se isso fosse também um sinal do "finis democratia", do fim da democracia*».

Mas se há algum vazio no pensamento de Raul Proença sobre esta matéria, há, no entanto, uma reflexão sobre formas de intervenção política imediata e sobre uma estratégia a longo prazo, que passa sempre pelo binómio da formação de uma nova elite intelectual, política e económica (não se trata apenas de uma elite intelectual, será sempre uma elite intelectual, política e económico-social) e da criação de um forte movimento de opinião pública, capaz de exigir a um qualquer governo a aplicação de um plano de reformas ditado, concebido e elaborado por essa elite.

E daí que António Sérgio, logo na revista *Pela Grei*, defina a democracia como o regime de negócios públicos fiscalizados pela opinião pública e que tende a criar, por isso mesmo, iguais condições de dignidade para todas as pessoas, e o governo da nação por elites naturais criadoras da opinião pública e executoras da opinião pública, um governo de persuasão por um escol da inteligência.

Ora esta teoria das elites é, simultaneamente, um eixo estratégico central do pensamento seareiro, aparentemente a força deste pensamento. Mas, na prática, como veremos, a sua maior fraqueza.

Resumo esta estratégia do papel director das elites em quatro pontos capitais, de acordo com a teorização que António Sérgio dele fez, em dois artigos publicados na revista *Pela Grei*, em 1918/1919.

Como é que António Sérgio perspectiva (e Raul Proença não andará longe desta perspectiva) o papel das elites, na formação de um governo e na execução de um plano de reformas salvador para o país?

Primeiro ponto. Era preciso formar novas elites nas classes sociais produtoras, fundamentalmente o operariado, a burguesia industrial, por sua vez coordenadas por uma nova elite intelectual dotada de forte independência moral, elite essa que elabora um plano sistemático de reformas nos domínios económico, financeiro, pedagógico e cultural, cívico e social.

Segundo ponto. Esse conjunto de elites, coordenadas pela elite intelectual, deveria formar um movimento de opinião pública preexistente e superior aos governos, em torno da necessidade de aplicar aquele plano de reformas e, para isso, recorreria a meios variados de divulgação e persuasão das suas ideias-directrizes – revistas, conferências, colóquios, etc.

Terceiro ponto. Esse movimento, agora alargado, da opinião pública imporia esse plano de reformas a um governo nacional ou mesmo de partido – admite António Sérgio – desde que honesto, composto por homens de direcção geral, eleitos nas urnas, como representantes da opinião pública, sob indicação das elites e com o apoio da burguesia inteligente, do operariado sensato, da juventude generosa.

Quarto ponto. Esse plano de reformas, imposto pelo movimento de opinião pública a um governo nacional ou de partido desde que honesto, seria depois executado na prática por um corpo técnico de especialistas, coordenado pelos homens do governo. Assim se estabelecendo a ponte entre a opinião pública e os técnicos competentes.

É o esquema extremamente engenhoso e em que, no fundo, o grande poder parte da elite intelectual, que define as grandes ideias directrizes e reformadoras. Desde modo se realizaria a revolução criadora e ordeira, capaz de evitar a sujeição dos governantes a uma qualquer oligarquia e a uma qualquer a revolução destruidora e anárquica, ou seja, capaz de prevenir as duas principais ameaças que espreitam, nesta época, o sistema democrático liberal.

Mas se nós virmos bem, este esquema padece de uma debilidade de raiz. É que, para formar as novas elites, que confessadamente ainda não existiam, tornava-se previamente necessário edificar um novo sistema de educação.

Os seareiros dão, por isso, prioridade à reforma educativa. Ora, como conseguir criar esse novo sistema de educação sem que antes estivesse criada a nova elite e o seu movimento de opinião, capaz de levar os governantes a realizar precisamente essa tarefa de criar um novo sistema de educação? É uma pescadinha de rabo na boca. O laborioso esquema sergio-proenciano viverá desde o princípio ameaçado por este círculo vicioso fatal.

Mas, independentemente deste vício lógico na concepção, o esquema defronta-se com outras dificuldades de conteúdo, dificilmente ultrapassáveis.

Como se seleccionam e legitimam as elites? Não há resposta para isto nos textos de António Sérgio e Raul Proença na *Seara Nova* desta época.

Como edificar as elites em torno de determinadas ideias, se outras ideias podem arrastar a criação de outras elites até na mesma base social? É um problema que não se dispõe sequer, de tal forma eles estão autoconfiantes no poder das suas próprias.

Como garantir a constituição de um único movimento organizado de opinião pública, contra a probabilidade de proliferação de vários movimentos do género em torno de outros tantos e diferentes planos de reformas? Outro problema que não se dispõe. Como levar as elites a um consenso global, gerador de um só movimento e de um governo a ele obediente, apenas com recurso a métodos persuasivos?

Como evitar a natural reacção de políticos e partidos contra a inevitável subalternização a que seriam sujeitos em virtude do esquema proposto?

Estas são as questões que se levantam naturalmente, quando somos confrontados com um esquema como este. E para as quais não nos é dada nunca resposta. São dificuldades e obstáculos que só uma enorme dose de crença iluminista na força moral da razão e nos métodos nela inspirados, bem como o voluntarismo da acção, permitiam ignorar ou olimpicamente desprezar.

A convicção da incapacidade de auto-regulação partidária e da crise do sistema demoliberal da época conduzia António Sérgio e Raul Proença a uma estratégia assente em soluções suprapartidárias, filiadas numa teoria das elites,

que esforçadamente procuravam conjugar com os processos de legitimação demoliberais.

Confrontados com as lastimáveis consequências práticas do excesso de conflitualidade no sistema demoliberal republicano e saturados de tal estado de coisas, não resistem à tentação de uma via hetero-reguladora, imposta é certo por métodos democráticos, a qual necessariamente teria de apostar num certo tipo de suspensão dessa conflitualidade, ainda que dentro do quadro republicano.

No fundo, quando a *Seara Nova* é fundada, em 1921, e quando no seu Manifesto-Programa, redigido por Raúl Proença, apresenta esta estratégia do papel reformador das elites e do papel da opinião pública, já essa estratégia estava formulada desde os tempos de *Pela Grei*, em termos aliás muito mais precisos e mais elaborados do que aqueles que iremos ver desenvolvidos nos textos iniciais que apresentam o ideário da *Seara Nova*. A *Seara Nova* vai fazer é a pedagogia constante da importância de aderir a esta estratégia e tentar convencer os políticos republicanos da época a seguirem este caminho.

Curiosamente, o 1.º número da *Seara Nova* sai quatro dias antes da famosa noite sangrenta de 19 de Outubro de 1921 e o 19 de Outubro de 1921 surge, para os seareiros, como a confirmação do bom fundado desta estratégia.

Todos os pronunciamentos militares – feitos sem um movimento forte da opinião pública, sem o papel director das elites, à socapa, através de *putsch* militar de meia dúzia de militares, que se pretendem iluminados, aliados a meia dúzia de civis – estarão sempre condenados ao fracasso.

Mas, ao mesmo tempo, os acontecimentos daquela noite são a confirmação também de que o sistema demoliberal republicano, tal como estava a funcionar, era algo que aparecia

ferido de morte e não podia continuar a funcionar daquela maneira.

Era necessário encontrar soluções de curto prazo para superar os males. Havia necessidade de combinar esta estratégia, de longo prazo, das elites e da opinião pública com a intervenção imediata nos governos existentes e no contexto parlamentar da época.

A primeira proposta é avançada por Jaime Cortesão num artigo intitulado "Soluções políticas", no número 4 da *Seara Nova*.

Cortesão funciona aqui como porta-voz do grupo *Seara Nova* em que a comissão política é, logo desde o seu número 1, composta por três homens: Raul Proença, Jaime Cortesão e Câmara Reis. São eles que definem, de facto, sempre as posições oficiais da *Seara Nova*.

Jaime Cortesão propõe, nesse artigo, que para já é de admitir a continuação de governos de base partidária e parlamentar, mas em que pelo menos as pastas da educação e da economia sejam entregues a políticos ou técnicos competentes, que possam permanecer de governo para governo e não sejam vítimas da crónica instabilidade governativa da época. Os senhores políticos podem divertir-se a substituir governos em todas as outras pastas mas, pelo menos na educação e na economia, deixam lá ficar fulano ou beltrano competentes, acima da tricas partidárias, que possam fazer obra continuadamente ao longo dos anos.

Depois, em 1922, os seareiros propõem pela primeira vez um governo extraparlamentar e, no Programa Mínimo de Salvação Pública, de 15 de Abril de 1922, fala-se de facto já, pela primeira vez, do governo extraparlamentar, embora funcionando com autorizações do parlamento.

A União Cívica, com seareiros de um movimento mais alargado, com personalidades de outras correntes, no seu

programa, chama a atenção para a necessidade da formação de um governo excepcional de salvação pública, com poderes excepcionais e ampliados durante um certo período a conceder pelo Congresso da República, com adiamento das questões parlamentares pelo prazo indispensável.

Este programa da União Cívica desperta imediatamente reacções contrárias em dirigentes do Partido Republicano, do Partido Democrático, como, por exemplo, de Bernardino Machado, que considera esta tese do governo excepcional indefensável à luz da boa doutrina democrática.

Mas nem assim os seareiros conseguem convencer os governantes republicanos. Com a formação do governo de Álvaro de Castro, em finais de 1923, os seareiros – depois de terem endereçado até uma carta aberta ao novo Presidente da República, Teixeira Gomes, em que voltam a insistir na necessidade do governo excepcional de competências – decidem responder positivamente ao convite de Álvaro de Castro e aceitam duas pastas, além de indicarem também alguém para a pasta da guerra. Aceitam as pastas decisivas – da instrução com Sérgio e da agricultura com Azevedo Gomes – e procuram fazer obra. Mas, ao fim de 3 meses, por razões que têm a ver com as dificuldades de aceitação de propostas no parlamento, saem do governo, embora continuando a apoiar a experiência do governo de Álvaro de Castro. Irão também indicar para o governo Ezequiel de Campos e José Domingos dos Santos, mas são tudo tentativas limitadas a influir no curso dos acontecimentos e sempre frustradas.

A última tentativa que fazem antes da ditadura é a coligação de alguns partidos – a Esquerda Democrática de José Domingos dos Santos, os radicais, os socialistas e eles próprios, seareiros, para concorrerem às eleições legislativas de 7 de Novembro de 1925, sem êxito, e para concorreram

a algumas câmaras, com algum êxito na Câmara de Lisboa, onde conseguem eleger Jaime Cortesão para vereador.

Simultaneamente, com a ameaça fascista cada vez mais presente, com o avanço do fascismo em Itália e com o avanço das ideias fascistas em Portugal e de toda a direita conservadora e autoritária, os nossos seareiros lançam-se numa campanha desenfreada pelo país, de propaganda das ideias democráticas e de crítica das ideias fascistas.

É neste contexto que devemos compreender a famosa proposta da ditadura transitória que ontem foi abordada, na intervenção do professor Fernando Rosas, e depois na precisão que eu aqui tentei fazer sobre o verdadeiro conteúdo desta proposta.

A ditadura transitória, ou a boa ditadura, é de facto defendida tanto por Raul Proença como por António Sérgio, como pelo grupo *Seara Nova*, como tal. É o tal governo excepcional de competências que, preferencialmente, deverá – com base em autorizações parlamentares (o parlamento auto-suspende-se) – pôr em prática o tal plano de reformas, nomeadamente nos sectores da educação e da economia.

Mas é uma "ditadura" que deve ser preparada por um fortíssimo movimento da opinião pública também – embora não se defina bem como é que esse movimento da opinião pública deverá ser lançado. Presume-se que para isso tem de haver um grande órgão de imprensa, fora do domínio da plutocracia dominante e dos aparelhos partidários, que faça a propaganda dessas ideias e que leve ao desenvolvimento esse vasto movimento da opinião pública.

Não tenho tempo para desenvolver mais esta questão e vou rapidamente concluir com o programa da reforma político-institucional do Estado que os seareiros – pela pena Raul Proença primeiro, e António Sérgio depois – nos

apresentam com base em três documentos essenciais: o Programa Mínimo de 1922, o Programa da União Cívica de 1923, e a Carta Aberta ao Presidente Teixeira Gomes, de finais de 1923 também.

A reforma do legislativo, em primeiro lugar, passava pelo aperfeiçoamento das instituições parlamentares e consistia fundamentalmente na transformação do Senado, da 2.ª Câmara, numa Assembleia Técnica, em parte profissional e em parte científica – uma câmara de competências mais do que de representação de interesses de classes e de egoísmos corporativos. E atenção: ao contrário de o que ontem foi aqui avançado, na intervenção do professor Fernando Rosas, não me parece que esta 2.ª Câmara fosse exactamente a tal câmara corporativa que vem do pensamento de Oliveira Martins – é um misto de câmara corporativa, como uma espécie de conselho cultural e intelectual, sem poder deliberativo, mas com poder consultivo, com direito de iniciativa limitado na proposição de leis que a 1.ª Câmara dos Deputados teria de consultar obrigatoriamente, antes de pronunciar os seus votos, de tomar as suas decisões e de ditar as suas leis. Seria eleita por sufrágio especializado (embora não se defina concretamente como é que funcionaria este sufrágio especializado).

Deste modo, enquanto o parlamento político representava a vontade soberana do povo, o parlamento técnico representaria a inteligência e a cultura da nação. Seria, então, a forma de aliar a competência com a democracia, a elite com o número. Presume-se que o tal papel director das elites pudesse também ser exercido institucionalmente através desta 2.ª câmara.

Curiosamente, ainda no âmbito da reforma do poder legislativo, os seareiros, na Carta Aberta ao Presidente Teixeira Gomes, propõem a instituição constitucional do

referendo (o tal que está hoje muito na moda) e da iniciativa popular na propositura de leis (o que está aliás consagrado na nossa Constituição de hoje) e propunham também a moralização dos processos eleitorais. Mas não há uma reflexão dos seareiros sobre a lei eleitoral e sabemos que esse era um dos grandes defeitos do regime. O recenseamento eleitoral que havia era altamente restritivo da base de legitimidade do regime.

Quanto à reforma do executivo, propõe-se que o governo seja de políticos e não de técnicos e – atenção – propõe-se um órgão de controlo e não de administração, e uma redução do número de ministérios.

Quanto à reforma do poder presidencial, considera-se que o Presidente devia estar mais liberto dos parlamentos – não se propõe precisamente o sufrágio universal para a eleição do Presidente da República, mas alguma independência, apesar de tudo, em relação ao Parlamento, de modo que o Presidente não limitasse a sua função ao de máquina de assinar papéis, onde se põe tudo o que os outros querem e que pudesse, ante o Parlamento e os partidos, defender a vontade da Nação, quando o Parlamento e os partidos se divorciassem dessa vontade. Há aqui uma visão do poder presidencial como uma espécie de contrapoder, em relação ao poder legislativo ou, se quisermos, de poder moderador em relação ao poder parlamentar.

E ainda, na reforma do Estado, há propostas muito curiosas sobre a reforma do poder local e regional – que hoje ganham uma renovada actualidade com o debate em curso em torno da regionalização administrativa do país.

Os nossos seareiros consideram – aqui pela pena de António Sérgio, claramente (é facilmente identificável pelo estilo) – que se deveria proceder, em relação ao poder regional (à regionalização, diríamos hoje), por método

experimental, educando pacientemente a capacidade autonomista das elites provinciais (na altura, fala-se de províncias e não de regiões) e ensaiando as várias reformas em áreas restritas do território, antes de pensar em generalizá-las a todo o país.

Aqui está um sábio conselho que talvez tivéssemos ganho em seguir, no actual processo regionalizador. Infelizmente, a Constituição de 1976 inventou logo um dispositivo especial que obrigava a que a regionalização administrativa do continente tivesse de ser feita toda simultaneamente, sem admitir estas experiências-piloto que os nossos seareiros preconizavam na época.

Propunha-se também uma reforma da administração pública com redução de efectivos, uma lei de incompatibilidades e uma certa despartidarização da administração pública, no sentido em que só os cargos de confiança política deviam ser atribuídos a gente de confiança do partido republicano; todos os outros deviam evitar o compadrio de carácter partidário

Uma reforma das Forças Armadas. Uma reforma dos partidos, que deviam ter programas claros, deviam ser mais disciplinados, e uma crítica ao rotativismo partidário. Mas – como vos disse –, há aqui uma ausência de reflexão sobre a lei eleitoral, a questão do sufrágio – artigo que Raul Proença quis um dia escrever e nunca escreveu.

Estes são os traços essenciais da Reforma Política do Estado que os nossos seareiros preconizam para, no curto prazo, evitar a degradação do regime republicano e o seu suicídio – como infelizmente acabaria por acontecer.

E vou terminar, retirando algumas conclusões genéricas desta análise sumária. Houve muita coisa que ficou infelizmente por dizer – o tempo voou. Espero não ter abusado excessivamente da vossa paciência.

Em primeiro lugar, António Sérgio aposta essencialmente no combate pelo papel das elites, e, não há dúvida nenhuma, é acompanhado por Raul Proença nesse combate.

Mas Raul Proença tem uma outra preocupação complementar, e é ele o campeão dessa preocupação. A preocupação pelo combate doutrinário em torno da superioridade ético-política do regime democrático, contra todas as tentativas autoritárias, contra todas as correntes doutrinárias de carácter autoritário e antiparlamentar.

Segunda conclusão. Há contradições de fundo – como eu aqui tentei demonstrar – na estratégia elitista proposta pelos seareiros, tanto por António Sérgio como Raul Proença.

Terceira conclusão. Não há, mesmo nos programas de curto prazo que eles preconizam, nunca haverá, condições de estabilidade para que eles venham a ser aplicados. Os políticos republicanos, de facto, estão incrustados nos seus partidos e não acreditam na contribuição dos seareiros – só muito limitadamente o fazem, com as dignas excepções dos governos de Álvaro de Castro e de José Domingos dos Santos.

Resultado. Como uma estratégia a longo prazo está à partida maculada por aquela contradição de raiz e, como uma estratégia de curto prazo, não passa na classe política da época e, assim sendo, a missão da *Seara Nova* teria de ser necessariamente uma missão falhada. Muito obrigado.

## António Pedro Pita

Vou pedir a vossa compreensão para a necessidade de cumprirmos o horário da inauguração da Exposição Iconográfica às 18 horas. Vou, portanto, recorrer das prerrogativas

que me foram implicitamente concedidas e abrir não um período de debate, mas um curtíssimo período que poderá ser ocupado com pedidos de esclarecimento. É uma maneira amável de dizer que farão o favor de guardar as interrogações que possam haver. Amanhã os trabalhos prosseguem e então poderemos prosseguir o debate. Agora formularão os pedidos de esclarecimento aos dois conferencistas da tarde.

## Interveniente

Há algum critério em que se perceba quais são os limites das elites?

Na tal segunda câmara, como é que as elites eram escolhidas? Há algum momento em que isso se pressinta?

## António Reis

Tive a preocupação de mostrar que essa é uma das lacunas fundamentais do pensamento seareiro. É que nada sequer se diz sobre como seleccionar e legitimar as elites.

Há uma ideia de que há que criar uma nova elite no patronato, no operariado e que essa nova elite, no fundo, será composta por aqueles que à partida estiveram de acordo com a proposta de reformas, que terá de ser concebida pela elite intelectual. Mas a elite intelectual é composta por quem?

Não há uma resposta para isto no pensamento de António Sérgio e no pensamento de Raul Proença.

Presume-se que essa elite intelectual, por um lado, tem de existir já para desencadear este movimento mas, por outro, só existirá verdadeiramente como uma força, como um produto de uma reforma de educação que ainda não está lançada. Esta é a contradição de base do pensamento dos seareiros, em relação à questão da elite.

## Interveniente

Mesmo quando definem a 2.ª câmara? Não se percebe muito bem como é que são escolhidas as pessoas...

## António Reis

Pois não. Infelizmente é essa a fragilidade deste pensamento, em relação à teoria das elites.

Sente-se que eles não querem nada do que está – uma elite cheia de vícios intelectuais e morais que se expressa na literatura do tempo e que eles consideram uma literatura completamente divorciada do real. Criticam o modo como funcionam as escolas e, de certa maneira, aí também uma defesa de uma reforma prioritária da educação, a partir de cima, a partir do superior e a partir do secundário, porque é aí que mais rapidamente poderiam produzir as novas elites. Mas, ao mesmo tempo, parece que eles partem do princípio de que essa nova elite é resultante de todos aqueles que aderirem desde logo à teorização que a *Seara Nova* vem fazendo. E portanto isto dificilmente passa, porque à partida

atribui-se aos seareiros uma espécie de papel iluminador e iluminado contra as trevas que os rodeiam por todo o lado.

Como é que isto pode ser aceite pelos políticos da época, pelos dirigentes políticos da época que, por um lado, são furiosamente criticados e, por outro, se lhes pedem que adiram àquelas ideias sem mais, sem participarem sequer na sua elaboração – pois a elaboração está reduzida àquele núcleo reduzido de iluminados. Isto é realmente a contradição de fundo, a meu ver, deste pensamento.

## António Ventura

Estou de acordo com a análise que António Reis fez sobre essa época, que é extremamente interessante e carece de um estudo aprofundado.

Há um texto do António Sérgio que é publicado muito mais tarde, naquele catálogo da exposição do Raul Proença e do Jaime Cortesão, no qual ele comenta o problema da ditadura. É o grande ataque que o Partido Democrático, e não só, faz aos seareiros. A palavra ditadura nunca é usada por eles, atenção. E o António Sérgio chama *ditadura democrática* – é a expressão que ele usou nesse texto, um texto magnífico e esclarecedor.

Agora a pergunta: não haverá uma certa inocência, não terão sido eles um pouco ingénuos, ao imaginar que poderia ser possível um governo de competências com uma legitimação à romena – uma espécie de "ditadura" consentida? É que isto é uma coisa completamente absurda... como é que aqueles homens, figuras de primeiríssimo plano, puderam imaginar e escrever isso? Numa sociedade tão fortemente dividida em termos partidários, aquela partidocracia, como é que se poderia

conceder legitimação a um governo daqueles? Não haverá, de facto, ingenuidade também? É desconcertante.... Esta é a pergunta e, se me permitem, um pequeno parêntesis: a posição dos seareiros perante as duas experiências, a italiana – o fascismo (e aqui não houve grandes equívocos), mas perante a ditadura de Primo Reviera houve inicialmente alguns equívocos, mas ultrapassados rapidamente... É curioso vermos como é que alguns republicanos dessa época, bons republicanos de sempre, se deixaram ir na onda. O Eusébio Leão foi embaixador e a correspondência diplomática dele sobre a evolução da situação política italiana, a partir do final da Grande Guerra, é interessantíssima. Ele mostra uma clara simpatia para com a ascensão do fascismo – ele que proclamou a República, foi ele não foi o José Relvas, foi ele. O José Relvas leu a composição do governo provisório. Ele, que foi republicano toda a vida, escreve palavras muito simpáticas em relação ao Mussolini e em relação ao fascismo, por causa da ordem.

Esta é outra questão, desculpem estar a misturar.

## António Rafael Amaro

Muito disso pode ser explicado à luz do próprio racionalismo que a *Seara Nova,* aliás, partilhava. E porquê? Porque era uma racionalismo que – foi ontem aqui dito e com alguma razão – era crítico só para os outros, mas pouco crítico em relação a si próprio, ou seja, a autocrítica não existia.

Quero dizer que todos estes problemas podem ser vistos a esta luz, na medida em que eles estavam tão certos e tão seguros, tão dogmaticamente seguros daquilo que acreditavam e tão dogmaticamente acreditavam, que podemos chegar à conclusão de que havia ingenuidade. Mas a

ingenuidade vinha sobretudo desta crença – que aliás o Eduardo Lourenço referiu –, que era um dogma tão grande como aqueles que eles acabavam por criticar. Era uma questão de fé. Ou seja, este racionalismo era de tal forma dogmático, tão pouco autocrítico que se transformou numa verdadeira crença. Daí que o problema das elites também tenha que ser visto nesta base. Ou seja, nem sequer se lhes punha o problema que se pudessem gerar outras elites com uma outra ideia. Como aliás existia, o Integralismo Lusitano. E é nesta base que a junção se pode fazer.

Ora, é neste dogma que devem ser vistos, quer o problema das elites, quer o problema das ditaduras, como também disse na minha intervenção. Fora disto não é possível analisar. Hoje, a esta luz, há alguma ingenuidade naquilo que defendiam. A ingenuidade advém precisamente disso, de um racionalismo elevado a um tal extremo que se transforma num dogma, que é crítico para os outros, mas não faz a sua próprio autocrítica.

## António Reis

Estou totalmente de acordo com o António Rafael Amaro, mas acrescentaria que esta crença no poder dos intelectuais (que aliás o professor Fernando Catroga ontem falou) é algo que vem praticamente da década sessenta do século XIX entre nós, que se acentua com a Geração de 70 e que tem de raiz talvez uma influência positivista comtiana – do papel do sacerdote intelectual no sistema positivista de Comte e em toda a crença do século XIX no poder da ciência.

Lembro a célebre definição que Antero de Quental dava da revolução, ao concluir a sua conferência sobre as causas da

decadência dos povos peninsulares: *a revolução é o cristianismo do mundo moderno.* E, então, como o cristianismo se tinha imposto por métodos persuasivos, pela força das suas ideias, pela necessária superioridade das suas ideias, assim também o socialismo, na época, a revolução, acabaria por se impor pela simples superioridade ética dos seus ideais. O Antero de Quental nunca defendeu a revolução nas ruas, nunca defendeu a revolução das massas, defendia uma revolução feita pelas ideias – as ideias tinham, a prazo, uma força automaticamente transformadora da realidade.

É esta herança que pesa decisivamente nos nossos seareiros e que os leva a conceber esta estratégia, quando, no fundo, não tenhamos ilusões, a lição que podemos retirar de tudo isto é que um regime democrático-parlamentar ou consegue auto-regular um excesso de conflitualidade, que porventura o atravesse, ou se autodestrói – não há hetero-regulações democráticas, a hetero-regulação de um regime democrático é o seu assassinato por uma ditadura, seja ela qual for.

## António Pedro Pita

Resta-me agradecer ao professor António Rafael Amaro e ao professor António Reis estas duas magníficas conferências, cujas ressonâncias hoje me pareceram muito claras. Creio que alguma coisa foi avançado no melhor conhecimento do ideário da *Seara Nova* e da sua posteridade. Marco encontro para a inauguração da Exposição Iconográfica, e para amanhã, com a conferência do professor António Ventura, interrogativamente intitulada "Há uma estética seareira?" Muito obrigado.

## António Pedro Pita

Recomeçamos os trabalhos para a última jornada. A primeira conferência de hoje é pronunciada pelo Prof. António Ventura. De certa maneira, esta conferência é uma conferência em duas partes. A primeira parte já decorreu ontem, houve uma espécie de prólogo, uma espécie de ilustração. O professor António Ventura ficou encarregado de conceber e organizar a Exposição Iconográfica que, desde ontem, ficou patente na Casa-Museu Abel Salazar. Hoje prossegue-se, de um ponto de vista mais teórico, a reflexão que se concretizou ontem nessa exposição.

António Ventura é professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Trabalhou no ponto de vista académico justamente nesta área e nesta temática, conhecem alguns de nós, certamente, a sua obra *O Imaginário Seareiro,* que foi, de certa maneira, o ponto de ligação da organização e desenvolvimento do colóquio com o trabalho do professor António Ventura. E que o acredita, desde já, como um mais profundo conhecedor desta temática, da icnografia e da imagem gráfica seareira.

## António Ventura

### Há uma Estética seareira?

O título sugerido para esta intervenção formula uma pergunta. Quase nos sentimos tentados a responder: Não – ponto final –, vamos falar de outras coisas!

Não há uma estética assumida como tal, não há a teorização de uma estética seareira, com os seus pressupostos e

modelos, como encontramos uma actividade teorizadora noutros níveis. O que não quer dizer que, tratando-se de uma revista de "doutrina e crítica", ela tenha ignorado essa componente. Não o fez, e penso que a exposição que ontem inaugurámos o demonstra cabalmente, embora de uma forma necessariamente limitada, porque apenas mostra colaborações de alguns artistas plásticos.

Vamos fazer uma reflexão retrospectiva daquilo que foi a *Seara Nova* entre 1921 e 1979, quanto à atenção que dispensou as colaborações artísticas, por um lado, e à teorização e à crítica de artes plásticas por outro. Já se afirmou que a *Seara* não deu grande atenção a esse campo, mas uma análise da revista demonstra justamente o contrário. Uma questão preliminar que podíamos colocar era esta: o que levou alguns artistas plásticos, pintores, desenhadores, caricaturistas, escultores – que tiveram obras suas reproduzidas na revista – a colaborar na revista?

Há que distinguir dois níveis. Aquilo a que chamei as colaborações de prestígio, isto é, aqueles artistas consagrados cujas obras foram reproduzidas na revista, sem se tratar de uma colaboração expressamente feita – um quadro do Carlos Reis, de Columbano, ou de Sousa Lopes. Tratavam-se de meras reproduções de obras que não tinham nada a ver com a revista. Não se tratam de colaborações efectivas, muito diferentes dos trabalhos propositadamente feitos para a *Seara*. O que levou esses homens a colaborar na revista? Esta época – a segunda metade da década de 10 e a década de 20 – é um pouco a idade de ouro da ilustração em Portugal, em que as revistas – *Ilustração Portuguesa*, *ABC*, etc. – exibiam belas ilustrações, não apenas nas capas, mas também no próprio interior.

Artistas como Stuart, Roberto Nobre, Jorge Barradas, Cottinelli Telmo e tantos outros colaboraram activamente nessas revistas. Mas o que é que levou esses homens a

colaborar? Há dois tipos de colaborações – daqueles que estavam empenhados num projecto, e também as colaborações profissionais. O caso do Stuart é um caso exemplar, vamos encontrar trabalhos seus em jornais monárquicos, republicanos e anarquistas. E porquê? Porque ele era pago, era um profissional. Jorge Colaço, que era monárquico, colaborou no diário anarco-sindicalista *A Batalha*. Eram artistas, e por isso mesmo colaboravam sem qualquer preconceito. Stuart Carvalhais adaptava as suas caricaturas em função da orientação do próprio órgão a que se destinavam.

No caso da *Seara Nova*, há uma particular coincidência na própria fundação da revista. Parte das reuniões para a fundação ocorreram no atelier do pintor Conceição Silva, surgindo ainda ligado ao projecto Cristiano de Carvalho, pelo menos na fase inicial

Vejamos, década a década e de uma maneira muito sintética, tanto o que se passou quanto às ilustrações, como ao nível de teorização e da crítica de artes plásticas.

A meu ver, a década de 20 é a década de ouro da *Seara Nova* ao nível iconográfico, com colaborações magníficas de uma meia dúzia de artistas. Vou omitir propositadamente Martinho da Fonseca, Ferreira da Costa, Sousa Lopes, Alves de Sousa, António da Costa, Ricardo Bensaúde e Martins Barata porque são presenças acidentais. Sublinharei antes as grandes presenças: Leal da Câmara em primeiro lugar, sem dúvida nenhuma, autor da capa do número 1 e autor de um conjunto de capas e de algumas caricaturas. Como todos sabemos, Leal da Câmara era um artista com um passado republicano, tendo colaborado no suplemento humorístico da *Marselhesa*. Foi para o exílio, e em Madrid, depois na Bélgica e em França, notabilizou-se como grande caricaturista que foi. Leal da Câmara é uma presença nestes primeiros tempos da *Seara Nova*. Foi, inclusivamente, director artístico da revista,

efémero director diga-se, cargo que compartilhou, também episodicamente, com outro homem muito importante nesta primeira fase da *Seara Nova* – Humberto Pelágio, de quem José Gomes Ferreira fala nesse livro magnífico que é *A Memória das Palavras (ou o gosto de falar de mim).* Humberto Pelágio era seu cunhado, e o poeta evoca, nessas páginas, a aventura que foi fundar uma revista, a solução acalentada por todos os jovens que querem mudar o mundo, chamando a essa panaceia um "armário de sonhos". Pelágio foi também director artístico e colaborou na *Seara Nova* com bastante intensidade, publicando alguma crítica de arte, nomeadamente de exposições, incluindo a de António Carneiro da Sociedade Nacional de Belas-Artes, em 1922. Também escreveu, nesta altura, um livro sobre Malhoa. Abandonou, pelo menos publicamente, a actividade artística (desconhecemos se em privado terá continuado a pintar – penso que essas coisas nunca se abandonam uma vez iniciadas) e a sua vida seguirá um rumo diferente. Humberto Pelágio era licenciado em Direito e começou a sua actividade como advogado. Alfredo da Silva chamou-o para trabalhar com ele, convertendo-se mais tarde numa figura muito importante no panorama empresarial português. Morreu nos anos sessenta, quando fazia parte de numerosos conselhos de administração e conselhos fiscais, era um homem fundamental na Sociedade Central de Cervejas, em Angola. Nos anos 40 deu ainda a sua adesão ao MUD – o seu nome consta da lista de apoiantes do Movimento de Unidade Democrática.

Para além de Humberto Pelágio, nesta primeira fase, temos Rodrigues Miguéis, que publica críticas de exposições de artes plásticas nos anos 1922, 23, 24. Mas também tem uma colaboração intensa como ilustrador, ao nível de capas, caricaturas e vinhetas. É um dos mais activos artistas plásticos colaboradores da *Seara Nova.* Aliás, nunca deixou de cultivar

essa vertente até ao fim da vida. Fez sempre muitos desenhos, bastante críticos – recordo alguns que vi, em Providence, na Carter Brown Library, que não tem nada a ver com Portugal, mas com os Estados Unidos, como o caso Watergate, a guerra de Vietname e outros acontecimentos mais próximos, nomeadamente uma composição que ele fez, muito curiosa, sobre a estátua da Liberdade, uma caricatura que, não digo que seja impublicável, mas que deve ser publicada com alguma discrição. Para além de Rodrigues Miguéis, um dos mais intensos colaboradores da revista nesta época foi José Tagarro, outro artista muito ligado à *Seara Nova* com uma obra muito vasta, interrompida com a sua morte prematura.

De Jorge Barradas assinalamos um par de trabalhos acidentais.

Podemos concluir que a década de 20 é a década de ouro, ao nível da ilustração. Muitas das capas *Seara Nova* não têm nada a dever às capas do *ABC* ou de outras revistas contemporâneas que eram também de grande qualidade.

Esta situação vai alterar-se no final da década de 20, não tanto com o 28 de Maio de 1926, mas mais com a malograda tentativa de revolta contra a ditadura de Fevereiro do ano seguinte, que vai atirar para o exílio alguns dos mais brilhantes e fundamentais responsáveis da revista. Note-se que há um reflexo, também ao nível da colaboração artística, embora surjam alguns colaboradores novos, caso de Olavo d'Eça Leal, em 1928. Rodrigues Miguéis, neste mesmo ano, ilustra um texto "É proibido apontar" e esta era outra vertente também: a ilustração de textos próprios, o que também sucedia nos próprios manuscritos e mesmo nos textos dactilografados.

Em 1929, as capas da *Seara Nova* são relativamente sóbrias. No próprio interior das revista as ilustrações são raras. Aparece, por exemplo em 1929, um texto de Manuel Mendes, com

ilustrações suas, assinado MM. E há outra situação semelhante que é a de Sant'Anna Dionísio, um pouco mais tarde. Sant'Anna Dionísio irá também publicar textos com algumas ilustrações.

Em 1929 também surge um capa de Arlindo Vicente, que em Coimbra foi companheiro de uma geração de intelectuais de variadíssimas opções e que se notabilizou também como autor de retratos, que estão publicados, de diversos elementos ligados à *presença* e não só.

Aqui surge Carlos Parreira como crítico de arte com uma nota sobre uma exposição de Helena de Bourbon e Meneses. Ainda em 1929 – um pouco como a anunciar uma despedida talvez pressentida – temos uma rajada de colaborações de José Tagarro. Trata-se de uma série de xilogravuras que ilustram um conjunto de textos de Câmara Reis, "Aspectos da Literatura Portuguesa", com retratos de Garrett, Camilo, Herculano, Eça, Antero e Columbano.

## Os anos trinta

Esta década revela um empobrecimento ao nível das capas da revista. Mas, por outro lado, reaparecem os textos de teorização e de crítica artística. Merece destaque a série de artigos de João da Silva sobre o ensino técnico de artes decorativas em Portugal. Texto de Vitorino Nemésio sobre o 1.º Salão dos Independentes: «Neste 1.º Salão dos Independentes portugueses avulta a ânsia de um estilo, uma grande força protestatória em frente à arte servil». Capa de Arlindo Vicente (n.º 210, 19-6-30). Começa a colaboração de Diogo de Macedo com o longo artigo "Cité Falguière", posteriormente publicado em opúsculo. Tem reproduções de desenhos de Modigliani, Bouquet, Foujita, Nuñez,

Kawashima, Tokunaga e Kuwashige. Capa de Olavo d'Eça Leal (n.º 218, 21-8-30). Apenas 1 capa ilustrada em 1931: Olavo d'Eça Leal (n.º 258, 20-8-31). Referências à morte de José Tagarro, com texto a propósito de Diogo de Macedo e Carlos Parreira. Começam as ilustrações de Jorge Pinto com vinhetas, cabeçalhos das secções Livros e Factos e Documentos, bem como gravuras, com destaque para as capas do n.º 266 (8-10-31), "Batráquios", relacionada com o artigo de Raul Proença, "Dos Batráquios e de outros animais", e a do n.º 267, um ceifeiro (15-10-31). Diogo de Macedo inicia uma série de artigos sobre "A Escultura em Portugal" e sobre arte, nomeadamente sobre Columbano, mas também aprecia uma exposição de Dórdio Gomes (n.º 299, 19-5-32). Por outro lado, ilustra artigos de Fernando Lopes Graça (n.º 440, 20-6-35) e de Magnus Bergstrom (n.º 444, 18-7-35). Carlos Parreira assume o papel de crítico de arte oficial, publicando críticas a exposições do «moço artista Sr. Eduardo Malta» (n.º 322, 27-10-32), de Sara Afonso (n.º 327, 12-1-33), de trabalhos de João da Silva (n.º 345, 1-6-33), de Guilherme Filipe (n.º 372, 18-1-34). No campo da teorização. Destacam-se trabalhos de Álvaro de Clarival (pseudónimo de António Sérgio), com uma série de artigos intitulados "Notas sobre a actividade estética" (Julho-Agosto de 1934), de Myron Malkiel-Jirmounsky, "Duas formas de expressão opostas na História da Arte" (n.º 554, 26-3-38).

A simplicidade e ausência de ilustrações nas capas é interrompida em Novembro de 1935, com a adopção de um modelo da autoria de João da Silva, em que Palas-Atena figura no centro de uma alegoria, dela irradiando espigas como se fossem raios de luz. Este modelo vigorará até Julho de 1936, sendo então substituído por uma nova capa, simples, com uma pequena vinheta no centro que recupera a alegoria inicial de Humberto Pelágio e uma outra vinheta,

de Jorge Pinto, com espigas. Em Abril de 1937 regista-se outra alteração na concepção da capa, mas sempre orientada num sentido de grande simplicidade e com ausência de ilustrações. A partir de 1936 assiste-se a uma repetição frequente das vinhetas de Jorge Pinto e até as de Diogo de Macedo. No campo da História de Arte, João Barreira começa uma colaboração irregular, ilustrando os próprios artigos.

Em Maio de 1938 Manuel Mendes passa a ser o crítico de arte da *Seara Nova*, publicando artigos sobre exposições de Carlos Botelho (n.º 562, 21-5-38) e Maria Keil (n.º 608, 8-4-39), bem como um balanço – "Artes Plásticas. Crónica de Natal", no n.º de Natal de 1939.

## Os anos quarenta

Os anos quarenta são contraditórios. As capas da revista continuam a ser uniformes, com ausência total de ilustrações, ocorrendo em Dezembro de 1941 uma alteração, com a adopção de um logótipo representando uma espiga e um livro, o qual será utilizado, com algumas variantes, a partir de então. Quanto a colaborações artísticas, ocorreram esporadicamente, com desenhos de Carlos Botelho, do brasileiro Cícero Dias, de Dourdil, de Roberto Nobre e de João Abel Manta. No que respeita a textos, verificamos que eles são numerosos, tanto no campo da História de Arte, como da teorização estética, como a crítica de artes plásticas. Manuel Mendes é o responsável pela secção de Artes Plásticas, com críticas a exposições de Simões de Almeida, Veloso Salgado e da Exposição Anual da Sociedade Nacional de Belas-Artes (1940). Mas, a partir deste ano, deixa de escrever sobre esta temática. João da Silva escreve sobre "O Cânon das estátuas equestres" (n.º 701, 18-1-41) e João

Pedro de Andrade critica o livro de Abel Salazar *O que é a Arte*? (n.º 708, 8-3-41). No n.º de 31-5-41, reproduz-se o desenho, que Abel Salazar fez, de Raul Proença no leito de morte. Algumas ilustrações de artigos merecem realce: Sant'Anna Dionísio, que ilustrou diversos textos de sua autoria, e Ilda Moreira, que ilustrou "Fomos à Festa" (n.º 711, 29-3-41), de João Falco (Irene Lisboa).

A partir de Julho de 1942, Adriano de Gusmão é o crítico oficial da revista. Até 1945, assinou muitas dezenas de artigos, na sua maioria críticas a exposições realizadas na SNBA, no Secretariado da Propaganda Nacional na Escola de Belas-Artes, na galeria Bucholz, no Ateneu Comercial, no Salon Estoril. São textos de grande interesse com abundantes referências a pintores como Eduardo Malta, Mário Augusto, Acácio Lima, Eduardo Lapa, Dominguez Alvarez, Alberto Nery, Jorge Pinto, Falcão Trigoso, João Reis, Manuel Bentes, Stuart, Carlos Carneiro, Raquel Roque Gameiro, João Carlos, Barata Feyo, Portela Júnior, Lino António, Carlos Botelho, Francisco Valença, Maria Keil, Tom, e numerosas exposições colectivas. Destas, merecem referência a 1.ª Exposição Feminina de Artes Plásticas (1942, SNBA), as exposições de Arte Moderna e os Salões de Primavera e de Inverno. É uma colaboração intensa, com algumas polémicas pelo meio. Em Maio de 1945, surge uma nova secção, Jornal, com subsecções específicas sobre Cinema, Livros, Teatro, Música, Artes Plásticas e Livros de Arte. Adriano de Gusmão continua a ser o responsável pela crítica de Artes Plásticas, situação que se mantém até Abril de 1946. Continuará a colaborar na revista mas muito espaçadamente. Numa dessas crónicas, datada de 2-3-46, aprecia os trabalhos de Júlio Resende.

Durante este período, Adriano de Gusmão não foi o único a escrever sobre arte na *Seara* Nova. Registámos artigos

episódicos de Manuel Mendes – "Sobre o desenho e alguns desenhadores", ilustrado por Diogo de Macedo (n.º 885, 29-7-44); "A Exposição da Galeria Calendas" (n.º 920, 31-3-45). Mário Dionísio também colabora com alguma regularidade com as suas "Fichas", onde a arte é tema frequente. Um desses artigos, publicado na revista de 8-12-1945, "O Princípio dum grande Pintor", é dedicado a Júlio Pomar. Outros autores presentes com textos foram Guilherme Filipe, que escreveu sobre o Jardim Universitário de Belas-Artes (n.º 917, 10-3-45), Bento de Jesus Caraça, com dois artigos intitulados "Algumas reflexões sobre a Arte" (n.os 941 e 942, de 25-8 e 1-9 de 1945), João Fernandes, com quatro artigos sobre uma exposição de arte em Lourenço Marques (Dezembro de 1945). Outros trabalhos de teor diferentes, mas relacionados com a arte, foi a série de artigos de Francisco Fernandes Lopes sobre Henrique Pousão, depois reunidos em volume (1946).

A partir de 1946 e até 1949, sucedem-se as colaborações sobre arte, reduzindo-se as ilustrações a esses textos. Em Junho de 1947 estreia-se José Ernesto de Sousa – que será mais tarde uma presença assídua – com o texto "Da Universalidade na Pintura" (n.º 984, 22-6-46), ilustrado por Pomar, Moniz Pereira e Fernando de Azevedo. Outro artigo de sua autoria, publicado a 13-7-46, analisa a Exposição Geral de Artes Plásticas, com apreciações sobre Arlindo Vicente, António Pedro, Ofélia, Carlos Botelho, Vespeira, Pomar, Dourdil e outros. Dois outros textos, intitulados "Rumos da Pintura", têm ilustrações de Vespeira, Arco, Manuel Filipe e Pomar (Agosto – Setembro de 1946). Abel Salazar escreve artigos sobre a Exposição de Pintores Alentejanos (n.º 988, 20-7-46) e sobre Henrique Pousão. O número 1000 da *Seara Nova* (Outubro de 1946) assume um significado muito especial. Com capa de Roberto Araújo, tem colaborações artísticas de Tagarro (um desenho inédito), João da Silva, Carlos Botelho,



S|hi

João Moniz Pereira, Vespeira, Correia Vilela e António Conceição Silva, inserindo ainda artigos de José Ernesto de Sousa – "Em defesa da Arte Moderna" – e de Abel Salazar sobre Pousão.

Em Novembro de 1946 inicia-se a colaboração de Júlio Pomar, não com ilustrações, mas com uma meia dúzia de artigos. O primeiro de uma série de três surge no n.º 1009, de 30-11-46 e intitulando-se todos "Em torno do Ensino artístico". Seguem-se "O Pintor e o Presente" (1015, 11-1-47), "Introdução a um estudo sobre a Escola de Paris" (n.º 1056, 5-7-47) e "Menina com um cão" (n.º 1057, 1-11-47).

A morte de Abel Salazar não deixou de ser assinalada. No n.º de 4-1-47 publica-se um auto-retrato do malogrado artista, cedido por Jorge Domingues. Nos números seguintes aparecem artigos evocativos de Luís Ernâni Dias Amado ("Abel Salazar", n.º 1040, 5-7-47), de Adriano de Gusmão ("A Personalidade artística de Abel Salazar"), n.ºs 1072 e 1074, de 14-2-e 28-2-48) e de Júlio Pomar ("Na Abertura da Exposição póstuma de Abel Salazar", n.º 1069, 24-1-48).

A secção Jornal – Artes Plásticas reapareceu em 1947, agora partilhada. Nela colaboraram Adriano de Gusmão e Ernesto de Sousa, merecendo ser sublinhado um artigo deste último sobre a 2.ª Exposição Geral de Artes Plásticas (n.º 1035, 31-5-47), e do primeiro, sobre a 3.ª Exposição geral de Artes Plásticas (n.º 1093, 2-10-48).

O ano de 1949 é fértil em textos sobre arte. Sant'Anna Dionísio escreve sobre Almada Negreiros (n.º 1107, 26-3-49); Jorge de Sena publica três artigos intitulados "Surrealismo – a propósito de uma exposição e de algumas publicações conexas" (n.º 1108, 1117, 1121, de 2-4, 4-6 e 2-7-49); Adolfo Casais Monteiro escreve sobre "Uma vencedora em Paris", que é Maria Helena Vieira da Silva (n.º 1109, 9-4-49); Adriano de Gusmão critica as exposições de Mário de Oliveira e de

João Vaz, e dá notícia do 16.º Congresso Internacional de História de Arte.

No que respeita a alterações de concepção da revista, a 5-5-1945 foi adoptado um novo modelo, com a existência de um cabeçalho.

## Os anos cinquenta

Em contraste com a década anterior, a de cinquenta é muitíssimo pobre tanto em ilustrações como em colaborações sobre arte. Trata-se de um reflexo da crise que a revista atravessou e que se traduziu em números duplos, triplos e quádruplos, mas com poucas páginas.

José Augusto-França aparece como o novo crítico de arte, mas tem apenas três fugazes aparições na secção de Artes Plásticas, com críticas a exposições de Jorge de Oliveira na SNBA (n.º 1152-3, de Fevereiro de 1950), de Fernando de Azevedo, Fernando Lemos e Vespeira (n.º 1244-5, de 5, 12, 19 e 26-1-52) e uma "Nota informativa sobre a nova Pintura em Portugal" (n.º 1226-7, de 21, 28-7-51). De resto, a colaboração posterior de José Augusto-França será essencialmente sobre cinema. Outras críticas são assinadas por Adriano de Gusmão, sobre João José de Sousa Araújo (n.º 1236-7, de 6, 13, 20 e 27-10-51), de Sant'Anna Dionísio sobre Guilherme Filipe (n.º 1323-4, Julho de 56), e de Alfredo Margarido, sobre Costa Pinheiro (n.º 1354-5, Outubro de 1958).

Outras colaborações dignas de citação são as de Adolfo Casais Monteiro, com o artigo intitulado "Arte como expressão e Arte como significação" (n.º 1198-9, 23-30/12/50); de Egas Moniz, com "A folia e a dor na obra de José Malhoa" (n.º 1303-4, Março-Abril de 1955); de Sant'Anna Dionísio, "Nota sobre Abel Salazar" (n.º 1319-20, de Maio de 1956); de Natália

Correia, "Fundamentos duma Arte Social" (n.º 1329-30, Nov.–Dez. de 1956); de Nikias Skapinakis, "Situação cultural das Artes Plásticas" (n.º 1349, Maio-Junho de 1958). A morte de Manuel Ribeiro de Pavia foi assinalada com um texto assinado por José Manuel Duarte, acompanhado por um desenho e uma fotografia do pintor (n.º 1337-8, Maio de 1957).

Em 1959, a *Seara Nova* conheceu uma renovação notável. Pela mão de Câmara Reis, com o auxílio directo de Manuel Sertório e aglutinando uma nova geração de jovens, a revista ganhou um novo fôlego e isso reflectiu-se tanto no aspecto gráfico como no interesse que passa a ser dedicado às Artes e às Letras. Ressurge a secção "Artes Plásticas", agora sob a responsabilidade de Ernesto de Sousa. Em 1959, acompanhando a renovação da revista, também se notam claras alterações ao nível da paginação e dos arranjos gráficos. Durante o ano de 1959 e início de 1960, a *Seara* reafirmou o seu o crescente interesse pelas artes plásticas, apresentando, com alguma frequência, na contracapa, a obra de um artista acompanhada por uma pequena nota biográfica. Nessa "mostra" estiveram representados Alice Jorge, Jorge Vieira, Bartolomeu Cid, José Júlio, António Santiago Areal, Rogério Ribeiro, Júlio Pomar, Querubim Lapa, Jorge Almeida Monteiro, Cipriano Dourado, Nikias Skapinakis, João Abel Manta, António Charrua, Maria Keil e Fernando Conduto. Publicaram-se artigos de Nikias Skapinakis ("Situação cultural das Artes Plásticas", n.º 1361, Março de 1959) e de Amândio Silva ("Jean Lurçat e a actualidade da Tapeçaria", n.º 1366, Agosto de 1959). No n.º 1364, de Maio de 1959, Lima de Freitas é entrevistado.

## Anos sessenta

Ernesto de Sousa continuou a ser o responsável pela secção Artes Plásticas, mas só durante 1960. A crítica de arte é assinada por P. da S. – que julgamos ser Pedro da Silveira – num texto de 1962 e por Vítor Belém, com 8 artigos sobre exposições em 1964. Nos anos sessenta, a imagem invade a *Seara Nova*, essencialmente através da fotografia. A forte componente de política internacional impôs, naturalmente, ilustrações correspondentes, muitas vezes provenientes de agências noticiosas. Os materiais utilizados não merecem grandes referências, salvo uma fotografia de Eduardo Gajeiro publicada no número de Julho de 1965. Quanto a artistas plásticos, registamos as presenças de Pomar, Henrique Ruivo – que será, no período final, um dos mais assíduos colaboradores da revista – e José Dias Coelho. Este último, morto a 19 de Dezembro de 1961, foi homenageado com a publicação de um desenho seu no número de Janeiro do ano seguinte. No número comemorativo do 60.º aniversário da proclamação da República – n.º 1378-9-80, de Agosto-Setembro-Outubro de 1960 – há colaborações artísticas de Lima de Freitas, António Domingues e Francisco Relógio. O mesmo Lima de Freitas ilustra o texto "Por que te calas, Amândio?", de José Rodrigues Miguéis (n.º 1381-2, Novembro-Dezembro de 1960). Relógio vê uma obra sua, "O Povo saúda a cultura", estudo para um moral na Biblioteca da Sociedade Recreativa 1.º de Dezembro, em Ficalho, ser reproduzida no n.º 1391-2, de Setembro-Outubro de 1961. José Dias Coelho, morto pela PIDE a 19 de Dezembro de 1961, foi homenageado com a publicação de um desenho seu no número de Janeiro do ano seguinte. Ainda em 1962, a capa do n.º 1401, de Julho, é de autoria de Pomar, e assinala-se a colaboração de Henrique Ruivo, com um retrato de Câmara

Reis. No início da década, Victor de Sá escreve sobre "Aspectos científicos do pensamento de Abel Salazar" (n.º 1413, Julho de 1963) e Adriano de Carvalho sobre "O Ensino das Belas-Artes e a Situação da ESBAL" (n.º 1416, Outubro de 1963). Em 1965 a revista sofre nova modificação quanto ao seu aspecto gráfico, desaparecendo o logótipo com o livro e a espiga. Nesse mesmo ano Lima de Freitas inicia uma colaboração regular, tanto com críticas de exposições como com a inclusão de alguns textos teóricos. Essa presença de Lima de Freitas prolonga-se até 1969, com duas dezenas e meia de textos e uma polémica com Noronha da Costa e Fernando Magalhães Colaço.

Em Dezembro de 1967, nova modificação na apresentação da *Seara*.

## A década derradeira

Com o ano de 1970 regressou o logótipo do livro e da espiga, e desta vez a revista tem um orientador gráfico que é simultaneamente autor da capa: Carlos Rafael. Continua a crítica de livros, música e teatro mas não de artes plásticas. Em 1971 e 1972, regista-se uma inovação: algumas capas são entregues a vários artistas: Fausto Boavida, Charrua, Rogério Ribeiro, João Abel Manta, Aurélia Rosa da Silva, Carlos Rafael, Lima de Freitas, Nuno Morim e Jorge Vieira.

Em 1973, Rocha de Sousa assume a secção de Artes Plásticas, que manterá até 1974, publicando diversas críticas a exposições, nomeadamente de Lima de Freitas e Eduardo Nery. Até 1974, a concepção da revista não sofreu alterações; as capas, na sua quase totalidade, não indicam o seu autor. Como novidades assinale-se a utilização de "cartoons" estrangeiros e também nacionais, sendo estes últimos da autoria de Sam – um dos quais na capa do número de Julho de 1973 – bem

como um desenho de António Manuel Vieira na capa do número de Outubro de 1973. Por ocasião das eleições legislativas de 1973, no númereo de Novembro, aparecem ilustrações de Pomar, Rogério Ribeiro e Sam.

Após Abril de 1974, a nova conjuntura política e social reflectiu-se dramaticamente na vida da revista, mas mesmo assim as artes plásticas não foram esquecidas. Rocha de Sousa escreve sobre o ensino artístico e sobre outros temas ligados às artes, mas os anos de 1975 e 1976 foram nulos em ilustrações e textos afins. Entre 1977 e 1979, Henrique Ruivo colabora intensamente com desenhos na capa e na contracapa, quase sempre caricaturas alusivas ao momento político. No campo dos artigos, apenas merecem realce um de Rui Mário Gonçalves – "Apontamentos para uma crítica comparativa" (n.º 1585, Novembro de 1977) – e um outro de Ilídio Sardoeira, onde evocava a polémica entre Pascoaes e Abel Salazar (n.º 588, Fevereiro de 1978).

Podemos pois concluir que, durante as suas várias fases, a *Seara Nova*, enquanto tal, não advogou uma estética concreta, o que não quer dizer que alguns dos seus colaboradores não o tenham feito. A revista, embora tenha variado, ao longo da sua história, quanto a opções de ilustração, nunca descurou o campo das artes plásticas, publicando com alguma regularidade artigos sobre as artes plásticas.

Estética seareira não; estéticas plurais, individuais, sim.

## António Pedro Pita

Muito obrigado ao professor António Ventura por esta rápida viagem pelas páginas da *Seara Nova*, vistas da óptica das artes plásticas, e pelo seu esforço de concisão que nos

fez ganhar alguns minutos que serão preciosos para o debate que abro desde já.

## Ulpiano do Nascimento

Antes mais, quero felicitar o orador por apresentar uma visão da *Seara Nova* que realmente tem sido aqui omitida. Evidentemente que as artes plásticas e a pintura, a caricatura particularmente, são trabalhos, são forças artísticas, que passam um pouco ao lado das motivações centrais da dinâmica social e têm a particularidade de revelar a natureza, o espírito da *Seara Nova,* que, sendo uma revista cultural por excelência, envolvendo toda a cultura, a vertente artes plásticas tinha de ser considerada e considerada de uma maneira rica. Porque o que acabámos de ouvir, independentemente da produção que o mesmo orador tem em livro, é verdadeiramente significativo e extraordinário e que, realmente, torna a revista *Seara Nova* como um produto – vamos lá e sem pertensiosismos – revelador da *intelligentia* nacional polifacetada envolvendo vários aspectos, inclusive a música, para a qual chamava também a atenção. Se houvesse alguém que tratasse da área musical... pois a *Seara Nova* também a ela se dedicou regularmente e em períodos até verdadeiramente notáveis: estimulou e fomentou a música, geralmente clássica ou erudita, mas também as outras manifestações musicais.

Parabéns ao Prof. Doutor António Ventura.

Queria referir-me também à parte mais recente da *Seara Nova*. A comunicação social e os órgãos de comunicação, que vieram depois do 25 de Abril, depois da nossa entrada na CEE e já mesmo antes, na EFTA.

A comunicação social modificou-se extraordinariamente, devido à contribuição das tecnologias da informação. Quando, em 1985, a *Seara Nova* recomeça o grafismo, as artes plásticas, assim como outras actividades de tipo cultural, como a música, etc., foram de facto um pouco esquecidas.

Agora parece que há um movimento interno que procura preencher essas lacunas, mas, apesar de tudo, é uma situação completamente diferente de antes do 25 de Abril, pelas razões da comunicação social e da actividade artística que se manifestam de uma maneira diferente: há o suporte da tecnologia.

Por isso, a *Seara Nova,* que também procura manter a tradição, as suas raízes, que vêm dos anos 20, 30, o que tem feito, como disse o orador, desde 1985 para cá, é utilizar as capas do anterior período, com uns arranjozinhos. E digo mais alguma coisa: eu tenho colaborado directamente, sou grafista dessas capas – todas reproduções que pareceram interessantes e adequadas ao momento –, capas maravilhosas.

## António Ventura

Também era interessante estudar a *Seara Nova* como editora. Nesse contexto, a concepção das capas, os capistas, os ilustradores dos livros, dos catálogos e a publicação de gravuras. Claro que, em relação aos livros, nem sempre os artistas que colaboraram na revista fizeram capas. Há capas de artistas de fora. Mas isso tem a ver também com uma característica da política editorial da *Seara Nova*, durante décadas, uma política definida por Câmara Reis. Há muitos livros que foram publicados pela *Seara Nova* sem terem a

chancela da *Seara Nova* – livros de ilustres desconhecidos, livros de poesia, de ficção, de autores de que nunca ouvimos falar. Tratavam-se de pessoas amigas de Câmara Reis que pagavam a edição. E há muitos desses livros, uns com a chancela da *Seara Nova*, outros não. Mas isso é um outro mundo no qual não me queria meter ainda.

## Daniel Pires

Queria felicitar-te pela tua exposição, tão abrangente, tão metódica e tão circunstanciada. Aprendi muitas coisas e foi pena não te ter ouvido antes da minha intervenção de há dois dias. De qualquer das maneiras, queria focar dois assuntos.

Queria saber se houve na *Seara Nova* ecos da polémica entre neo-realistas e surrealistas que foi tão violenta por vezes, em 1949/50/51/52. Lembro, por exemplo, textos do Cesariny e do Alexandre O'Neil, etc. Se há ecos desta polémica ao nível da *Seara Nova*, ao nível crítico, textual e teórico.

Depois, já não será bem uma pergunta, mas uma constatação. Lembro que, em 1921 (tive a oportunidade de organizar um livro sobre isso, que se chama *Pacheco, Almada e a Contemporânea*) houve uma polémica fortíssima que abalou o mundo das artes em Portugal – a polémica em torno da Sociedade Nacional de Belas-Artes, em que os novos e os velhos (assim foram apelidados, na altura – a terminologia não é minha) se digladiaram em torno do controlo dessa Sociedade, que fazia apenas uma exposição por ano e pouco mais. E a geração nova, que veio de Paris, Almada, José Pacheco, Jorge Barradas, etc., decidiram mudar a situação da Sociedade Nacional de Belas-Artes e aderiram em massa para, através de eleições, conseguir o controlo dessa direcção. Nessa Altura, a *Seara Nova* tem uma posição, pela parte do Câmara

Reis e do Raul Proença, que foi a favor da direcção antiga. Em contrapartida – é interessante focar aqui, vincar mesmo, que Aquilino Ribeiro, ainda fazendo parte da *Seara Nova*, adere ao movimento dos novos.

## António Ventura

Em relação à polémica que referiste, há ligeiríssimas referências. Não há textos especificamente alusivos à polémica. Há algumas referências ligeiras. Isso passava um pouco ao lado da revista.

Claro que há outros casos. A polémica que todos conhecemos, o grande debate entre presencistas e neo-realistas, por exemplo. Uma das polémicas fundamentais, tem origem na *Seara Nova*, mas é tudo muito limitado no tempo.

Neste caso concreto, não há textos especificamente alusivos à polémica. Há algumas referências em textos, nomeadamente críticas e outros textos, mas coisas muito marginais e nada grandes peças dessa polémica.

## António Pedro Pita

Não havendo mais questões, resta-nos agradecer ao Prof. Doutor António Ventura e comunicar-vos as alterações no programa.

Por razões de saúde, que lamentamos, o Prof. João Caraça não estará presente para pronunciar a sua conferência. O cuidado e o rigor que o Prof. João Caraça põe em todos os seus compromissos levou, no entanto, a enviar o texto da conferência, que será lido por um de nós, daqui a pouco. Lamentamos

o facto que nos priva da sedução do conferencista João Caraça, que é um grande orador e um grande comunicador. Portanto, daqui a um quarto de hora passaremos à leitura desse texto e, depois, encerraremos os trabalhos da manhã. Os trabalhos recomeçarão, da parte da tarde, com a conferência do Prof. Diogo Alcoforado e com a conferência final, do Prof. Eduardo Prado Coelho.

## Isabel Pires de Lima

Como vos foi anunciado, há uma alteração ao programa e a intervenção que estava prevista para esta hora, do Prof. Diogo Alcoforado, passa para as 15 horas.

E cabe-me a árdua tarefa, embora o faça com gosto, de ler a comunicação de João Caraça.

João Caraça é investigador da área das ciências e divulgador científico também. Está ligado aos quadros da Fundação Calouste Gulbenkian.

A sua intervenção subordina-se ao título "A necessidade de uma cultura científica".

## João Caraça

### A necessidade de uma cultura científica

As interacções de um ser vivo com o meio exterior assinalam a sua actividade. A alteração física do meio que ocorre em resultado da actividade de um ser vivo é uma medida da *acção* desse ser vivo, da sua actividade material. Por outro lado, a alteração da representação (ou mapa) da realidade de um ser vivo, associada a essa actividade, é uma medida da *comunicação* em que ele se envolve, eventualmente com outros; esta alteração interna não provoca, porém, nenhuma alteração ou perturbação física adicional no meio exterior para além do que se verificou na interacção havida: pode, pois, designar-se por imaterial.

A actividade de qualquer ser vivo é, assim, um composto de dois tipos de actividade básica, uma material e outra imate-

rial. A actividade material é a acção e a imaterial a comunicação. Naturalmente, qualquer actividade ou interacção em que intervenha um ser animado exibirá um carácter misto, material e imaterial. Mas é importante distinguir os aspectos materiais dos imateriais, sobretudo quando estão em causa ou actividades materiais quase puras, tais como deslocar-se, ou empurrar um obstáculo, ou actividades imateriais quase puras, tais como apaixonar-se, ou avaliar uma situação.

A acção (actividade material) das sociedades humanas depende de dois grandes vectores: em primeiro lugar, das características (físicas) do *espaço* que os seus membros povoam e, em segundo lugar, do tipo de *comportamento* que eles assumem face ao meio exterior. Evidentemente, esses dois factores não são totalmente distintos, existindo mesmo uma certa influência entre ambos; porém, se os encararmos na perspectiva de que a sociedade é entendida como uma estrutura dissipativa, podemos considerá-los separadamente.

Por outro lado, a comunicação actividade (imaterial) que se estabelece em qualquer sociedade humana tem em vista a sua sobrevivência, podendo nós igualmente agrupar os seus princípios básicos determinantes em duas classes: a primeira refere-se à pertinência das escolhas que dizem respeito à capacidade de *persistência* ou preservação física dos seus membros; a segunda está ligada com os aspectos que traduzem o nível de *coesão* dessa sociedade. Do mesmo modo se reconhece uma influência recíproca entre estas duas categorias de factores; no entanto, eles produzem manifestações e conduzem a situações de carácter distinto.

As interpretações da realidade que os seres humanos, nas suas sociedades, se vêm forçados a desenvolver para sobreviverem dependem naturalmente do tipo de acção e de comunicação em que eles se vêem envolvidos. Os aspectos mais básicos da sobrevivência estarão condicionados,

naturalmente, pelos registos do tipo de actividade realizada: espaço-comportamento (em termos de acção) e persistência-coesão (em termos de comunicação). Combinando os dois tipos de acção com os dois tipos de comunicação obtemos quatro classes básicas de descrição da realidade, ou seja, quatro domínios principais no campo cognitivo.

Assim, os conhecimentos de natureza *técnica* surgem associados com a combinação dos factores persistência e espaço, encontrando-se mais relacionados com aspectos ligados à permanência física e à luta pela sobrevivência; os de natureza *política* surgem associados com a combinação dos factores coesão e espaço, encontrando-se mais relacionados com aspectos ligados à organização política; os de natureza *artística* surgem associados com a combinação comportamento-coesão, encontrando-se mais relacionados com aspectos ligados à prática social; e os de natureza *religiosa* surgem associados com a combinação comportamento-persistência, encontrando-se mais relacionados com aspectos ligados à identidade cultural. Estes quatro domínios cognitivos principais encontram-se articulados na sua base de acordo com o carácter do complexo de interacções dessa sociedade que a faz continuar a existir. Sociedades de caçadores interpretarão naturalmente a realidade de um modo diferente de sociedades de agricultores. Uma comunidade pesqueira terá uma perspectiva diversa da de um grupo de pastores de montanha; uma tribo nómada certamente verá uma realidade que difere da de uma comunidade insular.

Podemos assim dizer que qualquer sociedade se vê forçada a encontrar uma combinação própria no campo cognitivo – uma interpretação dominante – que ordena, garante e dá sentido à realidade que a rodeia. Esta representação é a chave da sobrevivência dessa sociedade, e está

condicionada aos locais e aos tempos evolutivos em que foi gerada.

Igualmente sabemos quão difícil era aprender a viver num mundo agreste e hostil como os dos primeiros humanos, onde o dia-a-dia se transformava numa labuta incessante pela capacidade de viver. Por isso, nas sociedades mais primitivas, as necessidades da sua persistência física eram tão marcantes que implicavam uma participação máxima dos seus membros em tarefas de natureza material, tais como a alimentação, o abrigo e a defesa contra os agressores.

Sem dúvida que, durante o largo período que decorreu até à invenção de linguagens satisfatórias de comunicação entre os humanos, os saberes (resultantes) adquiridos na luta pela sobrevivência se foram estruturando e articulando ao nível do que se pode designar por *conhecimento tácito.* O nível tácito incorpora elementos e significados cuja natureza se pode imputar aos domínios do técnico, do político, do artístico e do religioso.

O nível tácito corresponde ao grau de complexidade mais básico na relação do homem com o mundo exterior e o seu grupo social – o do confronto de duas ordens, a da objectividade e a da subjectividade. A *técnica* é, como vimos atrás, o domínio do conhecimento *tácito* que se refere à experiência nos seus aspectos espaciais e de persistência: funciona como o registo *tácito* da relação do homem com o que a partir da Grécia Clássica se viria a chamar a *natureza*.

É certo, também, que foi a necessidade de comunicar de modo mais eficaz um enorme conjunto de experiências que motivou o aparecimento de palavras, de novas palavras e da sua combinação, bem como a crescente complexificação dos códigos dos seus usos.

Vemos, deste modo, que o aparecimento da linguagem, permitindo a transmissão eficaz, oral, de experiências, de

avisos e de saberes, e proporcionando uma nova e potente maneira de pensar, teve o efeito de um poderoso amplificador do campo do conhecimento humano. Este efeito amplificador tornou possível que *"corporações"* profissionais, dedicadas à preservação e transmissão dos saberes, se tenham progressivamente diferenciado e estabelecido, adquirindo um estatuto social reconhecido.

Esta possibilidade de amplificar o campo dos saberes, explicitando *"cachos"* de registos baseados em categorias tácitas, levou, a par e passo com o estabelecimento de colégios especializados (mas de reduzida expressão numérica no início) no cultivo dos saberes e em particular dos novos saberes, à constituição de novos domínios do conhecimento de que se destacam, pela sua intrínseca ligação com os saberes tácitos, as *tecnologias*, o *direito*, as *belas-artes*, e a *moral*. Estes saberes, conjuntamente com outros campos que surgem por explicitação simultânea ou sobreposta de duas ou mais categorias tácitas, articulam-se no nível do que se pode designar por *conhecimento explícito*.

O nível explícito corresponde, por virtude da progressiva introdução de elementos mediadores da relação do homem com o seu mundo, a um segundo grau de complexidade dessa relação – o da intersubjectividade, onde se tecem e afirmam a identidade e a diversidade dos grupos. A *tecnologia* é assim o domínio do conhecimento explícito directamente decorrente dos aspectos espaciais e de persistência da experiência vivida: funciona como o registo explícito, codificado, da interacção humana com o *meio exterior*, com a natureza.

Estes dois níveis do conhecimento humano referidos, tácito e explícito, correspondem no fundo a dois modos de encarar a complexidade da relação dos humanos com o seu mundo. A sua consideração permite-nos enquadrar a longa aventura do conhecimento desde as primeiras comunidades

de caçadores-colectores, passando pela invenção da agricultura e pela alteração de maneiras de viver que provocou, até ao aparecimento das primeiras grandes cidades.

As cidades, pela concentração de recursos materiais e imateriais que motivam e facultam, correspondem a uma aceleração da caminhada do conhecimento.

A acumulação permitida pela introdução da agricultura teve dois efeitos: o de potenciar a concentração de seres humanos em espaços bem definidos – as cidades – em interacção com os grupos e aglomerações produtivas sediadas num raio de acção alargado à sua volta, bem como o de desenvolver a actividade de transporte e troca em mercados de produtos acumulados em excesso por outros em falta – o comércio.

As cidades e o comércio estão assim associados a um enorme acréscimo da capacidade material das sociedades humanas. Mas, ao permitir uma grande concentração "permanente" de homens e mulheres, as cidades vieram igualmente potenciar o acréscimo da comunicação e da circulação do conhecimento, impulsionando decisivamente o campo imaterial.

A organização complexa que implica a gestão centralizada da produção agrícola e pecuária, bem como o acompanhamento e o desenvolvimento das trocas comerciais e a manutenção de um exército, garante do controlo de um território que funciona como espaço de "predação" de materiais e de mão-de-obra, levou à invenção da escrita da linguagem.

Até então, a memória dos saberes era transmitida sob a forma de rituais e religiões, de cantos ou imagens físicas, com regras de acesso e participação bem definidas. Com a invenção da escrita, porém, a sua transmissão passou a depender apenas da capacidade de às gerações seguintes

se transmitirem correctamente as regras e procedimentos de acesso – a interpretação dos símbolos. Quer dizer, os corpos de profissionais do registo e interpretação dos saberes escritos que emergiram decididamente a partir dessa altura, sabendo ler, escrever e contar, passaram a ter por missão essencial, não a narração dos códigos e dos registos explícitos dos saberes, mas o fornecimento de sistemas semânticos de referência e das estratégias de codificação.

O registo escrito dos saberes veio pois alargar enormemente o campo cognitivo. Os símbolos visuais possuem decisivas vantagens em termos de eficácia. As listas de transacções, de números e de outras sequências prestam-se muito mais facilmente à inspecção visual que os processos narrativos.

Assim, pode dizer-se que a escrita trouxe associada uma atitude social que mais tarde viria a ter grandes consequências na evolução das comunidades humanas – a atitude de verificação do que está registado, do real.

Quer dizer, com a introdução da escrita, a par do uso deliberado do pensamento simbólico, estão criadas as condições para a definição de operadores disciplinares, de adequação dos significados a cada campo específico, e de criação de linguagens disciplinares de grande precisão, que dão origem ao aparecimento de disciplinas propriamente ditas. Este nível de estruturação e articulação dos conhecimentos, que corresponde a um grau superior de complexificação e a uma mais aprofundada especialização da relação do homem com o seu mundo, designa-se por *conhecimento disciplinar*. É um nível de complexificação que pressupõe pois uma circulação densa e intensa da palavras (significados) e onde a perspectiva da linguagem como criadora e potenciadora de novos significados aparece de forma mais crítica.

A consideração deste terceiro nível do conhecimento humano, o disciplinar, afigura-se fundamental para a enqua-

drar a evolução e desenvolvimento de grandes civilizações à superfície da Terra.

Não se pense, porém, que a criação de disciplinas cognitivas decorreu de forma simples, imediata e tranquila, a partir da introdução da escrita. Estamos a falar de processos em que os actos humanos, os seus interesses e motivações, paixões e conflitos, são determinantes.

O primeiro domínio do conhecimento de carácter disciplinar surge provavelmente por imposição de ordem teológica, tematizando questões de moral e de religião, e colonizando outras áreas cognitivas, como por exemplo a astronomia.

Durante milénios as grandes religiões, na Caldeia e depois em Babilónia, no Egipto, na Assíria, na Pérsia, na Índia, na China e na América Central, conseguem ordenar o sistema de saberes nas respectivas civilizações, inventando deuses poderosos para o justificar. Quando o poder político lhes disputa o primado, na sequência da constituição dos primeiros grandes impérios, a resposta encontrada é a "divinização" do imperador, solução que garante o quase monopólio da profissão sacerdotal no manejo dos saberes e um equilíbrio entre os preceitos do calendário (religioso) e os administrativos (civis e militares).

A invenção do alfabeto e da moeda veio permitir uma enorme facilitação dos processos de troca e uma aceleração da acumulação material. Os mercadores e cambistas afirmam-se a partir de então, não mais deixando de fazer sentir a sua influência social. É um grupo emergente social que, criando a sua própria realidade, não deixa de impulsionar os saberes que a suportam e enquadram, desde os dos artesãos e dos administradores, aos dos médicos e arquitectos.

A primeira disputa decidida ao primado do religioso na Antiguidade ocorre na Grécia Clássica. Aqui a necessidade

de sobrevivência *societal*, com identidade própria, passava pela existência da *polis*, unidade política territorial assumida por uma cidade. Cada cidade aliava-se com outras cidades (gregas), para resistir aos agressores que ameaçavam do exterior. Com existência efémera como sabemos mas consequente para o futuro, o "milagre grego" corresponde a uma reorganização radical no domínio dos saberes, passando a ordem e o sentido da realidade a ser determinados pelo crivo do discurso argumentativo sobre a coesão da cidade – a *filosofia*.

O efeito poderoso deste novo "jogo de racionalidade" vê-se bem através das disciplinas inéditas que nascem, resultantes dos novos significados no campo filosófico que vão colonizar as outras áreas cognitivas, para além do campo da política e do direito: a *ética* – o discurso filosófico sobre o religioso e a moral; a *estética* – o discurso filosófico sobre o artístico e as belas-artes; a *physis*, que queria dizer natureza, em grego – o discurso filosófico sobre as técnicas e tecnologias adequadas à interacção com o mundo físico (material) exterior.

Não admira, também, que a *ciência* moderna, um novo conhecimento disciplinar relacionado com a experiência vivida no que respeita aos factores espaciais e de persistência, uma nova *tematização* da *natureza*, surja no século XVII. O seu nascimento ocorre na sequência e em articulação com o aparecimento de uma nova cultura, de tendência crítica e base experimental como se disse atrás, que se afirma a partir da Europa com o Renascimento e os Descobrimentos.

Correspondeu portanto a uma nova maneira de estar e habituar o mundo, que a ciência naturalmente promoveu e legitimou. Não é de estranhar igualmente que a emergência da ciência moderna implicasse o destroçar da física aristotélica e da astronomia ptolomaica. É que as

visões do mundo correspondentes aos saberes em competição eram incompatíveis: e a ciência fazia a *prova* de que as categorias hierárquicas do passado não eram válidas no espaço e no tempo da modernidade.

Esta visão do mundo imperou, triunfante, durante os últimos trezentos anos, guiando as palavras e os gestos civilizadores dos europeus e dos seus seguidores por todo o globo. Mas ao longo do século XX, mercê dos enormes avanços tecnológicos e científicos conseguidos, as sociedades mais desenvolvidas foram-se progressivamente apercebendo dos perigos e da ineficácia do alargamento do fosso entre o natural e o humano e da necessidade, afinal, de o colmatar. Tarefa não isenta de dificuldades, nem de controvérsias.

Eis-nos deste modo chegados aos tempos presentes, que se reclamam como vimos atrás, de uma nova visão do mundo. Que quererá isto dizer? Será que temos que adoptar um novo modo de viver para sobreviver?

De qualquer modo, devemos explicitar que esta nova visão do mundo, onde impera a complexidade, possui um carácter muito diferente do da anterior. Tem características narrativas, ou seja, é de índole temporal, desempenhando o tempo um papel fundamental desde o início. A procura de simetrias já não constitui a questão central, mas sim a de instabilidades, instabilidades essas que correspondem à operação do princípio de auto-organização. Crê-se hoje em dia que a auto-organização se pode manifestar por todo o universo, justificando-se assim a existência e profusão de sistemas altamente organizados, tais como nós próprios.

As mutações que assistimos são assim sinais precursores de uma nova ordem, que no entanto não sabemos qual seja, visto que ainda não se encontra perfeitamente estabelecida. Temos pois que compreender o sentido do que acontece, assimilar as suas implicações, para que, num esforço de

mobilização colectiva, consigamos forçar o projecto com o qual nos identificamos, procurando apoios para que ele cerque e impulsione a ordem nova.

As principais mutações do presente são três: uma mutação técnica, uma mutação moral e social, e uma mutação política – isto é, respectivamente, a globalização da economia, a diversidade e evolução dos valores, e o novo papel do público e do privado.

A mutação técnica, a globalização da economia, pode descrever-se como o resultado da transformação da natureza do trabalho e do emprego, através da introdução maciça de máquinas cada vez mais poderosas e, ultimamente, de computadores. É uma mutação que acompanha a instituição de formas largamente deslocalizadas de criação de riqueza e de organizações progressivamente capazes de controlar a sua operação em espaços geográficos alargados de "predação". A utilização de redes de comunicação (e controlo) sofisticadas é a condição básica desta nova capacidade.

A mutação moral e social, que afecta profundamente o domínio da cultura societal, resulta do controlo conseguido a partir de meados deste século sobre a fecundidade, bem como do assumir pelas mulheres de um papel económico cada vez mais independente (não devemos esquecer que é apenas na década de 1820 que o papel das mulheres na reprodução humana é devidamente equacionado, para não falar de outras peripécias históricas igualmente comprometedoras...).

A mutação política corresponde à necessidade crescente que se sente de "governação" das comunidades existentes neste planeta, numa perspectiva de valorização das respectivas identidades e culturas e, pela primeira vez, da sua superação num todo articulado. Há que ser capaz, em conjunto, de definir a noção de "bem público global". Para tal será preciso saber criar novas formas de cidadania, suscitadas e experimentadas

a nível local, nacional, e global. Porém, só através da articulação da multiplicidade de redes socioeconómicas dos mais variados níveis espaciais, com metas bem definidas e objectivos, contribuindo para uma finalidade comum, se poderá ter esperança de alcançar um mundo novo onde impere a justiça social, a eficácia económica, a defesa do ambiente e a democracia política. Só valorizando a diversidade das culturas se conseguirá viver esta complexidade.

Não há economia globalizada sem telecomunicações, sem computadores, sem satélites e sem transportes aéreos de massa. Os instrumentos e meios que fazem funcionar esta economia deixaram de se basear no saber comum. São demasiado especializados.

Ou se aprofundam continuamente as bases científicas do conhecimento sobre a sociedade, sobre a natureza e sobre o próprio homem, e se promove o espírito crítico e participativo, ou em alternativa iremos assistir à destruição lenta, mas inexorável, da ciência e dos saberes argumentativos, e com eles da legitimidade da própria ordem em que a sociedade assenta. Não nos esqueçamos que as oligarquias sempre favoreceram que a ignorância política se combinasse com a eficácia técnica. Precisamos pois de ciência, de muita ciência, de boa ciência.

Aqui reside o maior dos limites: é que é preciso lutar sem desfalecimento, contra a inacção, contra o obscurantismo, contra a arrogância. A ciência terá de saber articular-se com os outros saberes de modo a que se possa traçar o mapa cognitivo mais adequado em cada momento, em cada circunstância da interacção com o real.

O favorecimento de uma cultura da ciência é a melhor garantia de que se estimula na sociedade o espírito crítico e participativo, que se promove o desejo e o gosto de conhecer e aprender. Se na linguagem de todos os dias os valores, as atitudes e as expectativas de índole científica não circularem

nem se afirmarem, a própria capacidade de representar e manipular a realidade fica severamente limitada. As escolhas não serão certamente as mais adequadas aos tempos e aos contextos em que vivemos.

## Isabel Pires de Lima

Como constataram, a intervenção de João Caraça situa-se no domínio da epistemologia que, de resto, é um domínio em que ele tem trabalhado em articulação exactamente com o domínio da investigação científica. Esta intervenção dele situa-se particularmente nessa área.

## Ulpiano do Nascimento

O Prof. João Caraça é o director do sector científico da Calouste Gulbenkian. O texto é admirável e, coisa curiosa, está a seguir as pegadas do pai, que tinha um espírito científico verdadeiramente notável.

## Isabel Pires de Lima

E parece ser alguém que, independentemente do trabalho na área especificamente da investigação científica, faz incursões na área das epistemologia das ciências e da epistemologia em geral.

Muito obrigada pela atenção. Retomamos os trabalhos às 15, horas, conforme habitual.

## Isabel Pires de Lima

Cabe-me apresentar, com o maior gosto, Diogo Alcoforado, que, para além de ser um conceituado especialista em questões de estética, é meu colega de Universidade. A apresentação é breve – ele não quer que seja longa.

O Prof. Diogo Alcoforado é professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, é um especialista em questões de estética e tem uma tese de doutoramento exactamente sobre questões estéticas "O Sentido do Trágico na Ideia Baudelaireana na Modernidade – alguns aspectos da prática pictórica francesa de Courbet a Cézanne". Para além desta vertente, acresce que o Prof. Diogo Alcoforado é também um poeta, um conceituado poeta.

Vai-nos falar de "Questões estéticas na obra de Abel Salazar".

## Diogo Alcoforado

### A Arte e a Estética de Abel Salazar

*O presente texto tem um título impróprio, – porque excessivo. De facto, o que aqui se propõe é uma reflexão breve, pessoal, e fragmentária, sobre alguns aspectos da personalidade e Obra de Abel Salazar. São, somente, notas avulsas e sentidas: aquelas que, com o maior respeito pela acção multímoda do cientista, do artista, do pensador, pude escrever.*

Sempre me fascinaram os praticantes do decatlo, ou do pentatlo; ou os do triatlo. Atletas multímodos, capazes de cumprirem especialidades diversas e que, em termos de aptidões físicas, como contraditórias podem ser consideradas, tão capazes de correrem provas de velocidade pura como de meio-fundo, de lançarem o peso como de saltarem em altura..., de nadarem ou de fazerem velozes percursos velocipédicos, em sucessão de esforços e de modos de exercício que apenas corpos (e espíritos...) sobremaneira dotados podem cumprir; indivíduos que, a um tempo, se constroem sobre a procura do equilíbrio mais evidente e também da mais evidente desmesura: aquela que se alimenta de uma vontade de acesso a campos diferenciados, e de em cada um encontrar processos de afirmação e, mesmo, de superação, – num jogo de que, enfim..., eles são, a um tempo, heróis e vítimas. De facto, e para lá de algum respeito de circunstância, ou conveniência, dificilmente tais atletas encontram quem os idolatre: só alguns especialistas saberão os seus nomes, e sempre estarão em perda em relação a um *sprinter* ou maratonista famosos, a um saltador ou barreirista de eleição, ou em relação a um ciclista célebre ou a um nadador capaz de bater recordes mundiais, ou provas de notoriedade marcante; e isto porque, é preciso dizê-lo, jamais tais atletas serão capazes de realizar, em cada sector específico e, salvo casos de extrema raridade, as *performances* que outros, apenas a um sector ligados, nesse âmbito poderão produzir. Jamais eles se disporão a ligar-se a um campo único, jamais o poderão fazer: toda a sua dinâmica se instala sobre a experimentação e a prática múltiplas, sobre o desejo de confrontar as suas possibilidades num projecto de muitos, e ilimitados, contornos...

É nestes atletas que penso quando o nome de Abel Salazar ocorre. Aquele que é hoje sempre citado quando a



Slhi

problemática de um regime político específico, e ditatorial, se aborda, aquele que surge como exemplo de uma injustiça social e orgânica que conduziu ao seu afastamento compulsivo da actividade universitária, – esse Homem apareceu-me sempre, e antes do mais, como a presença acabada da personalidade complexa e rica que com os díspares campos da actividade do Espírito se comprometeu, por cada um cumprindo um destino tão singular como, dir-se-á..., agónico. Personalidade multifacetada, figura quase ímpar no panorama da Modernidade portuguesa (talvez só acompanhado, embora em outros registos, por Almada Negreiros ), Abel Salazar impõe-se, como agente produtivo, em todas as actividades especulativas humanas: a Ciência, a Arte, a Reflexão...; e se esta diversidade de interesses surgirá a alguns como dispersão gratuita ou como falta de um rumo definido, o que está em causa é uma problemática de outro tipo: a que advém de uma necessidade irreprimível de acesso a quanto o espírito humano pode enfrentar, a de ser perante o Todo abarcando-o – com as inevitáveis limitações, é óbvio... – em sectores particulares mas de uma riqueza indiscutível. Escusado iludir as questões: o próprio Abel Salazar terá tido consciência de que a sua investigação científica poderia ser um pouco limitada pela sua actividade artística, ou reconhecer que uma e outra exigiriam de si o tempo e a disposição que a escrita ocupava; e a reflexão que a todas animava, e, eventualmente, entrelaçava, era, ela mesma, invasora; e que as actividades cívicas podiam ser enriquecedoras, mas desgastantes; e que, como ele mesmo dizia, em dada passagem de *Paris em 1934*, reconhecendo que nessa cidade havia comida feita e sítios onde se podia comer num quarto de hora, poupando tempo e ultrapassando os rituais que almoços e jantares determinavam – "*uma pessoa tem de tirar as horas para*

*dormir, para comer, para estar vivo."* Vivo! Mas sabendo que qualquer exercício, ou conquista, num campo único, jamais lhe será bastante; e mais: sabendo que há sempre mais a saber, e a buscar, – e que cada campo de actividade aponta os outros campos, e as outras actividades, onde o Real se entrega, e se cerra. Sabendo que a luta é contínua, e inesgotável; e multímoda. E sabendo, ainda, que uma tal atitude, que exige um comprometimento total, e multi-direccional, sempre ficará aquém de quanto se buscava. Espírito prometaico, e por tal via trágico, e moderno, Abel Salazar estará, por aqui, e desde logo, acima de qualquer possibilidade de rotulagem ou de redução, – ou de apropriação sectorial. O seu trabalho, e o seu percurso, são eminentemente pessoais, e autónomos; e se os sistemas de crenças que o atravessam, e marcam, podem tender à partilha de determinadas opções filosóficas, e políticas, e sociais, ele ficará sempre, creio-o..., fora de qualquer classificação restritiva. E é a esta luz que, agora, me importa ver a sua Figura e Obra.

Cientista e artista, Abel Salazar é médico e é pintor; e, médico, se podia ter sido cardiologista ou psiquiatra, é investigador, dedicando-se a uma especialidade que, penso, exige quer acuidade visual extremamente grande, quer um cuidado imenso de atenção e de pormenorização trancritiva. Histologista, pintor, Abel Salazar faz da visão a via privilegiada de relacionamento com o Mundo; à vista desarmada ou com auxílio do microscópio, é por ela que enfrenta e constrói os universos onde se move. Significativamente, o médico Abel Salazar, menos do que fazer apenas clínica, com tudo quanto essa actividade comporta, faz investigação: e esta exige o cuidado silencioso e metódico, o isolamento, a partilha distanciada e neutra, a indicação precisa e nítida. E se a Ciência e a Arte escolhidas

exigem tal estrutura, nada espanta que a sua própria escrita se marque por uma tal dimensão: o que mais impressiona nos seus apontamentos de viagem, nas suas exposições de um quotidiano aparentemente trivial, é o conjunto de notações quase fotográficas, elas mesmas testemunho de uma convivência directa com um real continuamente fascinante. Nos seus livros de viagens: *Uma Primavera em Itália, Um Estio na Alemanha, Paris em 1934...*, muito menos do que a transcrição de encontros pessoais, ou de conversas havidas, o que impressiona são as descrições de quanto viu, e a reacção assim produzida. Pessoas, monumentos, acontecimentos..., são objecto de uma visualização aguda. E logo, de algum modo, e também aqui, a distanciação tende a anular-se pela transcrição exemplar e sintética: aquela que, possivelmente, a sua prática em outros sectores radicalmente exigia... Desde o microscopicamente pequeno até àquilo que, dado na envolvência comum, era gerador de uma participação directa, as emoções erguiam-se e dominavam-se: mais frias ou mais exuberantes, elas exigiam a transcrição exacta, a passagem a registos em outro meio, – enquanto mostravam como as correspondências se constituíam como *diferença*, e assim se tornavam vivas, significativas, exemplares.

Ver. Observar. E este exercício de ver, se arranca de uma dimensão básica e genérica, logo se torna selectivo e regrante. Cada observação, pelo estatuto de direccionalidade intencional que a marca, é um corte no interior do real: exercício de separação e de maximalização do que é visualizado, lugar de encontro com o fragmento, base de toda a analiticidade e de toda a autonomização. Para quem observa, o mundo passa a ser fundamentalmente aquilo que é visto, a parte seleccionada(?), ou impossível de recusar, e o que é visto torna-se, temporariamente embora..., num


Slhi

'absoluto' para quem o vê...; e se um processo deste tipo gera necessariamente quebras e descontinuidades, ele é, de imediato, um desafio: o de (e para quem disso for capaz...), sem deixar de fruir quanto, singular e fragmentariamente, visualizou, reconstituir esquemas intelectuais de integração e de justificação. *O observador é um príncipe*, – escrevia Baudelaire; e se esta metáfora não é excessiva, o que ela integra é uma consequência exemplar: o *príncipe* é, simultaneamente, aquele que tem um poder acrescido, que tem um estatuto de significativo realce, – mas é, também, aquele que, a muitos níveis, e pela sua própria singularidade, está *só*. Só. E é este um dos posicionamentos que, em relação a Abel Salazar, e ao arrepio de muito quanto se diz, me atrevo a colocar: independentemente da sua participação activa em movimentos ou funções sociais, da sua disponibilidade colaborativa, da sua afectividade, – Abel Salazar seria alguém que, a muitos níveis, necessariamente os mais radicais, se sentiria, profunda e inapelavelmente, só. Só, como o génio, na sua distinta capacidade, e por ela, necessariamente se encontra. Só, de uma singular solidão: a que do excesso de atenção advinha, a que da exigência de contacto com a realidade díspar decorria; solidão que, ainda, a dinâmica produtiva, e quanto ela implica de isolamento e de reflexão privada, necessariamente agudizava. Só: longe do 'homem genérico', talvez nos seus antípodas, marcado por uma *hubris* que é força inapelável. Mas solidão, ainda, e por isso, fruível, exemplar, cultivável; e que, capaz de consentir os encontros parcialmente equilibrantes, as preocupações de grupo, as disposições colectivas, parece constituir o fundo sobre o qual toda a sua Obra se resolverá.

Assim: ver. E esta dinâmica actuante cobre, como se disse, os domínios amplos da realidade visível e invisível, estende-se, reciprocamente se problematiza e se potencializa. O

cientista que dirige o seu olhar sobre as mais ambíguas preparações microscópicas, que tenta discernir nos esfregaços as formas significativas e estruturantes, que aí determina alterações ou a normalidade dos padrões, é o mesmo que lança o olhar sobre paisagens e monumentos, que fixa acções ou atitudes, que detecta os ritmos estruturantes do movimento, que definitivamente encontra um dos temas centrais da sua Obra plástica: a Mulher. Ao eventual ensimesmamento do observador atento de fragmentos quase indizíveis corresponde, como resposta ou contraponto necessário, a observação da Mulher, centro de Vida, lugar do desejo, Mãe. Os gestos e as posições divergem, as inquietações também; mas, de algum modo, para Abel Salazar, cada *acto de ver,* célula ou corpo complexo, é uma conquista: acesso, desvelamento, compreensão. E se o carácter prometaico nele se explicita, ele jamais se afasta de uma procura de equilíbrio onde o apolíneo e o dionisíaco se entrelaçam, em posicionamento que Nietzsche, algumas dezenas de anos antes, claramente caracterizara. Frente ao Mundo, a disposição de Abel Salazar é a de uma *erótica radical*, claramente excedendo o que a esta expressão por vezes se atribui...– *erótica radical* que numa *procura* contínua avança e se solidifica; mas *procura* que jamais abandona o campo do dado, mediata ou imediatamente percepcionável, e que por ele se mantém e se desdobra. E se esta noção de *procura* é uma noção central da problemática do modernidade tal como o autor de *Les fleurs du mal* a expõe, ela aqui aparece como um duplo momento: o do 'acesso a' e o da 'realização de', – pelo segundo justificando e definindo todo o percurso.

Espantará, assim, que a obra plástica de Abel Salazar, comportando níveis de produção diversos, e empregando técnicas diversas, sempre se tenha mantido fiel a um realismo,

ou a um naturalismo (?), de maior ou menor acentuação expressiva, que nada fará abandonar? O visualizável, o dado realisticamente inatacável, são a base sobre a qual alicerça a sua prática; e, neste campo, a figura feminina assume, nas múltiplas possibilidades que comporta a sua representação, um estatuto preponderante. Na pintura, ou em múltiplas páginas da sua escrita, a mulher surge com uma evidência inquestionável. Figuras femininas no trabalho, em grupo ou isoladas, mulheres do povo em lides extremamente duras,...; mas, também, figuras de senhoras, da burguesia portuense ou de qualquer outra parte do mundo, capazes de cultivar as formas e de as ostentar, em ambientes ricos ou chiques, aparentemente alheias a qualquer preocupação social , ou a qualquer cuidado outro que não o da sua permanência no bem-estar que vestuário e atitude revelam. Escusado, de facto, buscar em Abel Salazar a brutalidade de traços e expressões, ou a ironia crítica e caricatural, de desprezo contido ou visceralmente manifestado, ou mesmo de alguma misogenia, que marca muita pintura da época quando aborda temas semelhantes; menos que a denúncia de situações de injustiça ou de afrontamento, em Abel Salazar o que se detecta é um comprazimento na imagem da mulher, o fascínio que o atravessa, a dignidade e a graça que sempre lhe atribui. Aquele que muitos tendem a integrar, por alguns aspectos temáticos da sua prática plástica, numa linhagem neo-realista, com tudo quanto essa classificação supõe, parece rasgar continuamente tal possibilidade: a Mulher, e a sua representação, excede tal propósito. E entre o intimismo e a monumentalidade das representações, e o carácter dimensionalmente amplo ou restrito das telas , a Obra de Abel Salazar se vai resolvendo em continuidade cerrada: aquela que uma exigência íntima impõe, aquela que as possibilidades de cada momento consentem realizar



Slhi

A exposição de trabalhos de Abel Salazar, organizada no âmbito deste Colóquio, por limitada que seja, marca algumas das linhas fundamentais da Obra do, aqui..., artista. Deixando de lado, por razões óbvias, algumas das suas maiores composições (e sempre cito, com muita emoção, o painel que hoje integra o espaço do Banco Atlântico, no lado sul na praça de D.João I), – aqui se encontram algumas das dimensões fundamentais da sua prática: o retrato (e o auto-retrato...), as paisagens, as figuras humanas, com prevalência, como referi, da figuração feminina. Desenhos, pinturas, algumas esculturas mesmo; e um respeito contínuo pelo real figurável, qualquer que seja a maior ou menor exuberância (cali)gráfica no processo representativo, – marca de uma tensão que assume, por vezes, um alto grau de força transcritiva. Mais: o gosto, e o gozo, com a proximidade do Mundo, numa dimensão extática de ancestrais raízes; e uma fidelidade aos dados imediatamente percepcionáveis, em dinâmica que, por vezes, pela velocidade da escrita, pela fragmentação do toque, quase se aproxima, longinquamente embora..., de algum Impressionismo. De facto, se certas pinturas de Abel Salazar têm uma nitidez relativamente grande, pela delimitação clara de contornos, por alguma supensão do gesto, em outras, geralmente de pequenas dimensões, o quadro é um conjunto de manchas que entre si se articulam, quase confundidas com o fundo, em processo que tende a romper a própria tridimensionalidade, e a estabelecer um contínuo perceptivo que, de algum modo, parece corresponder à possibilidade de um contínuo que como 'cósmico' poderemos designar.

De 'algum Impressionismo', – escrevi. E se Abel Salazar pode, para caracterizar Henrique Pousão, que sobremaneira admirava, transcrever a citação de alguém que dele teria dito *"C'est le roi des impressionistes"*, e acrescentar ainda, em

posição pessoal: *"Pousão, precursor do Impressionismo, é um dos seus mestres principais. Se não atinge a elevação espiritual de Whistler, é superior a Monet, a Sisley, a Pissarro."*, tal marca, da sua parte, uma visão específica desse movimento plástico: aquela que o toma numa acepção onde ele mesmo, em certos momentos, poderia ser inserido. Significa isto que Abel Salazar não tem, acerca do Impressionismo, uma informação ampla e consistente? Não. As páginas que sobre ele escreve são significativas, embora, a vários títulos, problemáticas. Para ele, mais que a exuberância cromática ou que a fragmentação (mais ou menos sistemática...) da pincelada, mais que a aceitação implícita do carácter tacteante e experimental de uma prática que transforma a tentação de um máximo de objectividade na caligrafia abstractizante dos *Nenúfares* de Monet..., é ainda a concretude e a solidez no esquematismo pictórico que são buscadas, e queridas, pelo cientista-pintor. Não, talvez, à maneira inventiva e transfiguradora de Cézanne; mas, ainda, no comedimento rigoroso, mas algo tradicional, que o pintor de *Cecília* viabiliza. E é por aqui que uma clara dimensão do posicionamento de Abel Salazar se deixa ver. O culto da figuração e do real impede-o de se interessar , ou, pelo menos, assim parece... , pelos grandes movimentos de vanguarda que atravessam e marcam a primeira metade do século XX, – do próprio Impressionismo, na sua vertente mais pura e radical, ou daquilo que designa como 'superimpressionismo', já (para ele) entendido como 'decadência'... ao Cubismo (que designa como neogiottismo...), ao Futurismo, ao Dadaísmo, ao Surrealismo... Jamais, na sua prática plástica, Abel Salazar por tais caminhos se aventurou; e os próprios textos que produz, por mais importantes que sejam, dificilmente abordam temas que excedam campos produtivos onde uma lição clássica, ou classicizante, se deixem ver. Recusando o academismo, individual ou de escola, mantém-se na

órbita de uma figuração estável. E, assim, aquele que a muitos níveis se abria ao futuro e descobria as exigências do Progresso, aquele que questionava estruturas anquilosadas, aquele que, pelo seu próprio comportamento, abria caminho a novas atitudes, mantinha-se fiel a valores plásticos – assim como a valores éticos (e veja-se o que diz de Van Dongen, ou de Foujita e de Kiki...; ou, a outro nível, do comportamento de muitos dos seus colegas médicos, cuja ganância sobrelevava qualquer outro interesse...) – acentuadamente tradicionais, mas onde o rigor e a seriedade jamais podem ser questionados.

É ainda sobre esta irrecusável seriedade que a produção teórica de Abel Salazar se desenvolve. O artista é, também, o crítico, – ou o esteta; mas é, também, aquele que por formação cultural, ampla e consequente, busca uma articulação entre campos díspares, e pela sua produtividade visa conjugá-los. E esta formação tem um binómio irrecusável: a crítica irrecusável do cristianismo (ou, sobretudo, do catolicismo...) e a afirmação da grandeza helénica. Aquele que passara, transitoriamente embora, e com consequências evidentes...,pelo Seminário, encontra as duas grandes matrizes do campo cultural do Ocidente – e opta; e nesta opção, mas também na ambiguidade que a atravessa, parece encaixar quer a exigência manifestadora quer a sequencialidade teórica que o anima. Assumindo uma vontade expressiva irrecusável, Abel Salazar não foge a uma vontade de inteligibilização de quanto, múltiplo e preocupante, o envolve; e se o emotivo é a sua parte imediata, o racional logo o acompanha em cerrado desenvolvimento, – numa tensão que a parte teorizadora do seu espírito necessariamente traduz.

Efectivamente, o artista que ele é pensa a Arte. Tomá-la-ia como objecto de estudo, como o cientista debruçado sobre o seu microscópio observaria as preparações complexas?

Possivelmente: se as áreas eram diversas, o rigor teria de ser afim; mas com uma diferença: falando de Arte, falando de quanto muitos outros fizeram, falava também de si. E a sua própria experiência produtiva, se não lhe alterava os gostos (e sabe-se bem dos seus gostos....), impunha uma compreensão das problemáticas que a produção artística comporta, e que não podem ser escamoteadas. De facto, dificilmente se compreendem muitas das suas páginas de reflexão sobre pintores e sobre pintura, ou mesmo sobre arquitectura, se esquecermos que possui um conhecimento íntimo do modo como se obtêm alguns resultados, ou do sentido que certas organizações formais visam obter. E se isso não impede juízos discutíveis (e a sua opinião acerca de Goya é sempre referenciada...), por igual lhe permite uma abordagem mais densa e estruturada: a de quem fala do que conhece 'por dentro', espectador e actor que simultaneamente se interrogam e julgam.

É a esta luz que o famoso *Que é a Arte?* assume um estatuto exemplar. Projecto de contornos quase fenomenológicos (se assim se pode dizer...), quando o Autor escreve: *"é preciso compreender, perceber como as coisas vão aparecendo, perceber como elas se organizam, perceber o que as coisas são"*, – a investigação torna-se radical e englobante, quaisquer que sejam os limites que a marquem; mas o que não escapa à formulação é esta vontade de compreensão ontológica por uma via metódica que entrelaça a observação mais ampla e directa e a reflexão mais radical, numa hermenêutica onde o sujeito é a um tempo princípio e termo do percurso constituído. Teria Abel Salazar, dentro dos princípios que o marcavam, disponibilidade para cumprir tal projecto? Pode ser discutível, tanto mais que a abordagem não é fácil, e as próprias concepções do Autor a tenderiam a limitar. Ele mesmo, ao escrever que *"toda a obra de Arte é uma relação*

*de forma e de emoção em que dificilmente se pode pensar que a direccionalidade seja unívoca, mas é continuamente recorrente, e passa-se de forma para a emoção e da emoção para a forma.",* instala o terreno ambíguo de quanto é observável; mas quando, em outros parâmetros, pode produzir a formulação: *"a Arte oscila continuamente entre o limite realista e o limite idealista"* , – marca o sentido (?) que ainda atribui à produção artística , desde uma *mimésis* inicial, quase mecanicamente transcritiva, que o cientista bem conhece, e pratica, sem alterações de forma significativas, até às variações mais ousadas, ou como tal tomadas..., mas onde o grau de transfiguração se torna já assinalável. *"(... ) o limite idealista é aquele que permite o máximo de variações, é aquele que permite o máximo de imaginação construtiva a partir de um esquema prévio. ",* assinala; mas, ainda aqui, um tal 'limite' marca as suas possibilidades e os seus... limites. De novo há que recordar: Abel Salazar, em plena época de vanguardas e de experiências capitais mantém-se reservado e prudente, – em posição alicerçada num conjunto de opções filosóficas de base aparentemente positivista e que dificilmente se articulariam com as reflexões teóricas de algumas propostas construtivas da época.

Mas esta reserva, e esta prudência, e mesmo este posicionamento 'positivista', não impede que, aquele que denunciava com extrema clareza a possibilidade da Metafísica (e vejam-se textos como *A falência da Metafísica,* ou *Metafísica...* – além de múltiplas reflexões dispersas da mesma índole), se coíba de afirmar o *mistério, – mistério* que, como diz..., não é 'o desconhecido', porque este pode sempre vir a ser conhecido..., mas o que, pelo seu próprio estatuto, jamais será perfurável, jamais se tornará inteligível; e, assim, ao afirmar, mesmo que por via apenas psicológica o possamos entender, esta exigência de *mistério,* Abel Salazar reabre uma

problemática que, a vários níveis: o da metafísica cristã, o da metafísica de Bergson, ou Heidegger... tendera a cerrar, – mas que, e apenas, como Metafísica (ainda...) pode ser dita.

Impossível, agora, e aqui, entrar na discussão das repercussões desta ideia (ou deste espaço... ) de *mistério* quer na produção artística de Abel Salazar quer na arquitectónica dos seus posicionamentos teóricos. Possivelmente, perante si mesmo, em cada acto constituinte, no repouso ou na contemplação, tal espaço abre-se, estende-se, agudiza-se. As reflexões de cariz estético que produz, com a intrinseca importância que contêm, parecem, elas mesmas, tributárias de algo que não pode ser esquecido: a tensão, insanável, e 'misteriosa', que tanto as impõe como exige uma produção artística paralela – de golpe, e reciprocamrente, umas e outra se iluminando. O cientista, o pensador, o artista plástico, habitam, frente ao Mundo, no interior da cidade, no isolamento do trabalho contínuo que permite a sucessão e a mudança dos campos de actividade, um lugar único, transferível, contínuo. Por certo, aí, um definitivo e especial brilho nos olhos lhe terá alimentado o labor quotidiano, qualquer que ele fosse; só esse brilho o terá sustentado, forçado, tornado diferente. E mantido só; e vivo.

Mistério.

A partir daqui, e não obstante a evidência do legado, o papel que objectivamente ocupa nos vários sectores onde interveio, pouco me interessa discutir o valor específico da sua Obra ou de um qualquer trabalho, julgando-o com critérios estéticos, ou sociais, ou, ainda, económicos... Pequenos critérios. A sua Figura, essa, assume um estatuto central: o de Homem. Atleta de múltiplas especialidades: do Espírito.

## António Pedro Pita

A última conferência deste colóquio tem o título "A Crise da Europa e a Democracia" e convidámos para a pronunciar o Prof. Doutor Eduardo Prado Coelho. O tema, *A Crise da Europa*, é evidentemente um título retirado de uma obra de Abel Salazar que procurámos reactualizar para uma reflexão contemporânea e que propusemos a um dos intelectuais portugueses que mais têm, explicitamente e implicitamente, reflectido sobre a presença europeia em Portugal, sobre a Europa como problema.

É uma questão que percorre todo o ensaísmo de Eduardo Prado Coelho, directamente ou indirectamente, e que, nos últimos anos, talvez por virtude da sua função de conselheiro cultural junto da Embaixada Portuguesa em Paris, assume, com particular importância, os dois volumes do *Diário* que é a parte da sua obra que, pessoalmente, mais vai ao encontro da minha sensibilidade e do meu interesse. Acompanho praticamente desde o *Reino Flutuante* toda a escrita de Eduardo Prado Coelho, mas os dois últimos volumes do *Diário* parecem-me particularmente sugestivos, por vários motivos.

Não é questão de falar agora dessa obra, é questão de justificar, se necessário fosse, o convite que fizemos para que Eduardo Prado Coelho encerasse este ciclo que é simultaneamente de reflexão em torno da *Seara Nova* e da obra de Abel Salazar.

O título enuncia já o tema da Europa e o tema da Democracia.

## Eduardo Prado Coelho

# A Crise da Europa e a Democracia

Em primeiro lugar, queria agradecer à Casa-Museu Abel Salazar ter tido a simpatia de me convidar para estar presente e participar. Aliás, gostaria de ter chegado mais cedo, e ontem era-me impossível – além da aula das 14,00 às 16,00 horas, tinha depois o debate sobre o Kafka no Centro Cultural de Belém. Não pude, portanto, assistir, mas verifiquei – até li no jornal o que se havia passado no primeiro dia – o interesse e a importância que objectivamente esta iniciativa teve. Queria portanto agradecer aos organizadores, a Isabel Pires de Lima e a António Pedro Pita.

Penso que provavelmente aquilo que se pretenderia era, após uma reflexão com aspectos do passado, com aspectos de história, de tentar fazer em conjunto (por isso, não falaria em conferência, mas em intervenção, intervenção capaz de desencadear um determinado número de reacções) uma reflexão, um debate que seja enriquecedor sobre um determinado número de questões que aqui aparecem polarizadas nas palavras Razão, Democracia e Europa.

Espero, então, que seja mediante uma intervenção e não de uma conferência, evitando como há pouco ali dizia um dos participantes *que não tinha dormitado*. Lembrou-me uma frase que aparece nas memórias de um grande cientista e simultaneamente de um grande militante, de formação trotskista, matemático, que diz, a certa altura: *nunca assisti a uma conferência em que tivesse tido uma insónia completa*. Bem, tentemos ter insónias intermitentes e relativamente efémeras e tentemos funcionar em conjunto.

Há, no meu caso, uma relação afectiva, subjectiva, pessoal com a *Seara Nova*. Numa altura em que começava a escrever,

tinha cerca de 19 anos, lembro-me de ter sido convidado para escrever umas coisas no *Diário de Lisboa* pelo Álvaro Salema e na *Seara Nova* pelo Rogério Fernandes. E, ao folhear agora o catálogo, encontrei, a certa altura, que numa das capas da *Seara Nova*, o número 1425 de Julho de 1964 – na altura o director-adjunto era Rogério Fernandes –, no sumário aparece o meu nome, juntamente com o Joel Serrão, o José Fernandes Fafe, Augusto Casimiro, Rodrigues Miguéis, Manuel Lucena o Óscar Lopes. Não me lembrava... Um texto de Alexandre Pinheiro Torres, João José Cachofel e Eduardo Prado Coelho, sob o título "Um realismo sem margens ?" Se bem me lembro – como diria o Prof. Vitorino Nemésio –, tratava-se de o livro de Roger Garaudy, que aliás levou as margens tão longe que está neste momento numa situação ideológica bastante comprometedora, como talvez saibam, até acaba de ser condenado em França por teses claramente negacionistas do Holocausto, numa linha que é obviamente inquietante da sua evolução.

Mas, de facto, é com prazer que encontro aqui a minha participação na *Seara Nova*. Foi, em aspectos muito variados, uma luta constante com a censura, um espaço de amizade e de encontro – com o Abelaira, com o José Fernandes Fafe, com o Rogério Fernandes com quem eu ia por vezes encontrar-me ali na Rua de Entrecampos onde ele na altura morava. Toda uma recordação que é para mim extremamente forte.

Hoje, lia precisamente como a *Seara Nova* se esvaziou, de certo modo, com o 25 de Abril, como aconteceu com outras coisa, com os cineclubes, etc. Eram organismos que estavam muito centrados em torno de uma oposição, de uma opção clara, firme e extremamente importante. Lembro-me, de facto, da importância de recebermos mensalmente a *Seara Nova*, ou as secções, *O Trigo e o Joio*, como a *Gazeta Musical*

e *Todas as Artes*, por exemplo – um determinado número de publicações que viviam muito desse combate ideológico permanente. A última das quais, evidentemente, foi o *Tempo e o Modo* – e, a certa altura, havia quase os dois campos: *O Tempo e o Modo* e a *Seara Nova*, passando também pela *Vértice* em Coimbra. E penso como, de certo modo, esse tipo de revistas hoje nos faz falta.

Numa altura em que se fala de um certo vazio do debate de ideias, podemos pensar que é porque determinadas publicações desapareceram. De um modo ou de outro, há revistas que tentam ir na mesma linha – como o caso da *Vértice* actual, ou como o caso da revista *Finisterra*. Mas não há condições para que funcionem como revistas, de facto, ligadas a um debate de ideias, com o lado de intervenção permanente e com o lado de pertinência e de agudeza em relação à conjuntura, à actualidade, como eram nesse tempo esse tipo de revistas e publicações.

Há toda uma deslocação dos lugares, do modo de funcionamento da vida cultural, inclusivamente daquilo que foram os suplementos literários e que também se têm vindo a esfarelar. Isto corresponde, obviamente, a mudanças profundas da sociedade em que vivemos.

De certo modo, até se pode perguntar até que ponto a política se faz hoje a partir de ideias ou perguntar se as ideias se tornaram relativamente secundárias em relação à intervenção política e se não são outros mecanismos mais difusos que não estão em jogo.

Para explicar um pouco aquilo que, no fundo, corresponde à minha evolução, dentro destes problemas, devo dizer que penso ser muito difícil, ou muito perigoso, ignorarmos as transformações profundas que se deram nas sociedades, nos últimos 30 anos. Transformações profundas que implicam outras formas de intervenção. Mas que, por

outro lado, colocam problemas à Razão, à Democracia e à Europa, profundamente graves e mesmo inquietantes.

Tive outro dia uma pequena discussão com o Manuel Vilaverde Cabral a esse respeito. Não faço muita questão nas palavras. Podemos falar, como eu falava – sobretudo porque é muito o que acontece do lado anglo-saxónico – numa exaustão, digamos, do modernismo ou da modernidade (o modernismo é mais uma categoria da ordem estética) e de uma passagem para um condição pós-moderna. O que há aí é que, nessa condição pós-moderna, estão associadas coisas – como formas de arquitectura, como formas estéticas, como uma certa superficialidade e uma certa indiferenciação das coisas – que provavelmente ganham uma conotação demasiado mundana para que a palavra não crie reacções ou mesmo crispações por vezes fortes. Mas – e é isso que eu pretendo dizer –, chamemos-lhe condição pós-moderna ou sociedade pós-moderna, chamemos-lhe sociedade pós-industrial (que é uma visão mais especificamente social do problema), chamemos-lhe sociedade da informação, chamemos-lhe sociedade em rede, chamemos-lhe idade global, chamemos-lhe outra coisa qualquer, falemos da globalização ou da mundialização (que são provavelmente dimensões económicas, sociais e comunicacionais da pós-modernidade), difícil é não reconhecermos que, de facto, está a haver mudanças permanentes que, obviamente, levantam graves desafios.

Portanto, não faço questão na palavra, percebo as reacções ou não-reacções, aliás a história da palavra é uma história curiosa porque, de certo modo, ela surge em primeiro lugar. No caso da palavra pós-moderno, do lado americano – tal como a noção de sociedade pós-industrial, que surge fundamentalmente nos trabalhos de Daniel Bell e que depois são retomadas em França pelo Alain Touraine.

Há depois uma espécie de injecção teórica do lado francês, sobre a teorização americana, com um determinado número de nomes, como Lyotard. O livro de Lyotard, chamado *A condição Pós-Moderna*, tem uma influência considerável, embora tenha sido traduzido em inglês bastantes anos depois e, por outro lado, os anteriores livros de Lyotard não estavam traduzidos e, portanto, o tipo de influência é complexo e escarpado, digamos, e depois há a influência de outro, o Foucault, e, mais recentemente, o Deleuze e, muito mais recentemente, mas com um peso muito grande, o Derrida. Com eles foi dada uma outra dimensão ao que era o pós-modernismo americano.

E, no entanto, a noção pega mal em França. Os franceses não são muito sensíveis, não há um grande debate em torno de isso, não corresponde a algo que ocupe muito a cena cultural francesa e tem, em contrapartida, uma proliferação absolutamente desmedida do lado anglo-saxónico.

E como estive durante o primeiro semestre a dar uma cadeira chamada "Teorias da Modernidade e Pós-Modernidade", é possível verificar que praticamente todos os meses saem 4 livros ou 5 livros em língua inglesa sobre o pós-moderno, o pós-modernismo e a pós-modernidade e que, quem queira acompanhar o problema, tem que pedir uma bolsa à Fundação Calouste Gulbenkian para ir comprando os livros todos que vão saindo sobre a questão.

Chamo precisamente a atenção, e porque isso é curioso quanto a mim, para o facto de que é em determinados sectores de uma certa esquerda menos ortodoxa que há uma maior receptividade a este tipo de problemática.

Penso que em Portugal a grande grande contribuição nesse sentido vem precisamente de um grande sociólogo, Boaventura Sousa Santos, e de um livro que teve um enorme impacto, *Pela mão de Alice*, que é uma análise notável e

tem uma perspectiva extremamente interessante. Penso que retoma duas coisas que aparecem do lado inglês: por um lado, procura marcar – na linha do que tinha sido a intervenção de um crítico americano, Hals Foster – que existe um pós-modernismo conformista e uma pós-modernidade de resistência e que, portanto, é possível encontrar linhas diferentes, com marcas ideológicas diferentes; por outro lado, remontando a uma ideia (que é para mim uma das mais interessantes que Boaventura Sousa Santos desenvolve, mas que aparece também, por exemplo, num sociólogo inglês, Scott Lash), que é: toda a sociedade moderna foi baseada, segundo a famosa interpretação de Max Weber, por uma diferenciação progressiva dos campos da realidade.

Isto é, pouco a pouco, a religião foi-se separando e tornou-se num campo autónomo com as suas regras; a arte foi-se separando, autonomizou-se e tornou-se num campo autónomo com as suas regras; o direito foi-se separando e tornou-se num campo autónomo com as suas regras; o político também, o social também, o económico também.

Pouco a pouco, esse processo de diferenciação sofre, nos últimos 20/30 anos, um processo de desdiferenciação que leva a que todas essas diferenciações se comecem a atenuar e que as contaminações entre o religioso, o social, o político, o cultural se tornem muito mais difusas – entre a cultura de elite e a cultura de massas, por exemplo – e haja, portanto, processos de desdiferenciação em que se criam novas formas de funcionamento das coisas.

Para Boaventura Sousa Santos, essa desdiferenciação seria a possibilidade de trazer a ciência, como campo autónomo, ao senso comum, ao quotidiano e dar-lhe uma outra forma de inserção social. Essa é uma das ideias fortes que penso que há no Boaventura Sousa Santos.

Portanto, seria uma desdiferenciação que, do seu lado, tem um valor positivo, porque é uma reinvenção do quotidiano, realimentado por todas essas dimensões. Mas o quotidiano como espaço de encontro, como espaço de fusão de todas essas dimensões que, por vezes, ao autonomizarem-se, se desumanizaram de certo modo.

De qualquer forma, isto implica que aquilo que, por vezes, foi (e a conferência excelente a que assisti, de Diogo Alcoforado, mostrou isso) uma certa razão que se estruturou em termos positivistas e que se confrontava, com perplexidade e ao mesmo tempo fascinação, com o mistério, tenderá hoje a desenvolver-se num espaço onde existem várias racionalidades possíveis que dialogam entre si. Racionalidades que têm obviamente pólos. Há um pólo mais científico, há um pólo mais estético.

Sentimos isso no campo da filosofia, onde há os pensadores que encostam a filosofia ao modelo científico, ou aqueles que a encostam ao modelo de ordem estética – que têm um pólo mais lógico ou um pólo mais retórico. Mas há esse jogo, e o pensamento mais interessante, quanto a mim, é aquele que consegue entrar no jogo das racionalidades sem, no entanto, perder uma racionalidade mínima, que é fundamental para que o diálogo se faça. Sem essa racionalidade mínima, passa-se para o lado da violência ou da opressão, sem mais nada. Quer dizer, em bruto, a racionalidade é o espaço mínimo do diálogo e da linguagem.

No fundo, é esse o diálogo entre o Eduardo Lourenço e o António Sérgio.

Para o Eduardo Lourenço, o António Sérgio distingue demasiado a noite do dia, a razão da loucura. Ora, o Eduardo Lourenço é alguém que mantém uma racionalidade, mas uma racionalidade que pretende integrar, em si, dimensões de loucura, dimensões sombrias, dimensões nocturnas –



Slhi

criando uma outra, e não aquela espécie de optimismo da razão excessivo, algo que tem por vezes a ver com uma certa tragicidade, que no Eduardo Lourenço é muito forte. Mas a tragicidade foi também há pouco um termo utilizado pelo Diogo Alcoforado.

Segundo ponto. A questão da democracia.

Iria colocar aquilo que me parece hoje ser o problema mais premente e para o qual sinceramente as respostas são escassas.

Todos os mecanismos de ordem democrática, inclusivamente de movimentos de resistência e de manifestações de oposição que construímos, foram concebidos e alicerçados no quadro do estado-nação, no quadro de territórios estado-nação.

Ora, aquilo que me parece ser uma das mudanças mais decisivas nos nossos dias tem a ver com facto de tanto a economia como a informação – e as ligações entre a economia e a informação são cada vez mais estreitas: o problema das bolsas põe-se aí precisamente, a chamada informação em tempo real e os efeitos de propagação explosiva que daí resultam – funcionarem hoje em espaços profundamente desterritorializados. Essa desterritorialização permanente (criando outros pólos – pólos entre cidades, as chamadas cidades globais, por exemplo, pólos entre regiões que se articulam economicamente entre si, passando por cima dos territórios estado-nação) cria centros de decisão ou pelo menos factores de decisão (porque a nossa capacidade de identificar esses centros é cada vez mais difícil) que escapam por completo às categorias da vida política e dos mecanismos da democracia, inclusivamente, dos mecanismos, por exemplo, de intervenção sindical a que estávamos habituados e que funcionam dentro do quadro estado-nação.

E, perante isso, ou nos confrontamos com a ideia algo mítica – que vamos sempre buscar a Kant (o Habermas foi, por exemplo, buscar a Kant) – de uma espécie de governo mundial, que entra na ordem das utopias completamente inimagináveis (embora se sinta a necessidade de criar formas de regulação, em termos mundiais), ou, de facto, existe uma espécie de erosão interna da própria democracia, que se mantém em formas mais ou menos vivas e que têm tanta necessidade de parecer mais aguerridas quanto, no fundo, não correspondem a diferenças reais.

Isto é, exacerbam-se as diferenças que não fazem diferença e, portanto, há um esfarelamento desses mecanismos do funcionamento democrático, que se vai esvaziando um pouco por dentro, e que se vão desenvolvendo em jogos de interesses e grupos de pressão onde a própria ideia de interesse geral é dificilmente localizável – interesse geral, seja protagonizado por uma determinada classe (coisa que hoje é difícil identificar), seja protagonizado por um conjunto de reflexões que transcendam a mera definição dos interesses.

E o que acontece, dentro do espaço de decisão dos governos, dentro dos estados-nações, é, no fundo, um passar o tempo a gerir o confronto dos interesses, sem ser capaz de os transcender para uma outra dimensão e de os formular.

Por exemplo, fala-se muito da reforma estrutural do ensino. Qualquer pessoa que tenha alguma vez tentado imaginar a reforma estrutural do ensino sabe como é uma missão praticamente impossível. A simples tentativa de mudar os programas e a hierarquia das disciplinas desencadeia imediatamente os *lobbies* de cada disciplina, alguns mais aguerridos e outros menos aguerridos, mas quase todos muito aguerridos – o *lobby* da geografia, o *lobby* das línguas vivas, etc. Dizia-me, outro dia, o secretário de

Estado Guilherme de Oliveira Martins: *o lobby da geografia quase todos os meses vem falar comigo*. Torna-se difícil fazer reformas (e uma vez que todas estas reacções são hipermediatizadas) que não sejam uma negociação destes interesses – há a dificuldade de definir estratégias que tenham uma racionalidade própria. E isso torna, obviamente, muito difícil as reformas estruturais, isto é, as reformas no seu conjunto. A tendência é (e é outra forma de actuação) para se tentar fazer reformas pontuais, jogando na hipótese de que essas reformas pontuais tenham capacidade de contaminar e de irrigar o sistema. Ora, o risco é que seja o próprio sistema que acabe (e tem acontecido mais fundamentalmente nesse sentido) por asfixiá-las a sufocá-las e, no fundo, retirar-lhes a pertinência. Daí as tentativas de inovação, de criar universidades com modelo completamente novo. Por exemplo, a tentativa da Universidade Nova de Lisboa que depois, rapidamente, acabou por ser uma universidade ao modelo da outra, da existente, e funcionando dentro desse plano. Outro exemplo foi a ilusão de que criando concorrência se teria televisões diferentes. Pelo contrário, a concorrência levou a ter televisões cada vez mais iguais, iguais minuto a minuto, porque as programações são feitas numa espécie de, como se diz em futebol, marcação homem a homem, isto é, procurando que o confronto seja feito não por uma capacidade de encontrar um modelo alternativo, mas por uma capacidade de, no mesmo terreno, obter mais pontos.

Fundamentalmente era isso que queria dizer muito rapidamente para depois conversarmos um pouco.

Ora, as grandes transformações que desterritorializam fazem desaparecer a dimensão solo (a ideia da produção ligada ao solo, etc.), a dimensão centro. E a noção fundamental é a noção de rede, que se multiplica em centros provisórios,

precários e sempre transformáveis. E esse desaparecimento do solo e do centro tem óbvias consequências em relação ao modo como a vida política se vai processando e como, de certo modo, o funcionamento da democracia tende a tornar-se ritual e sem conteúdo. E isso é um problema evidente, quando gostaríamos de ter uma democracia de participação, de empenhamento, de confronto, de ponderação e de deliberação sobre as ideias. Mas, em relação a isso, hoje multiplicam-se opiniões (mas as opiniões são as coisas que nos saltam pela boca fora quando nos põem um microfone em frente), quando o que a democracia pressupõe (vê-se no Rousseau também) é que haja um debate: antes de eu ter a minha opinião que seja nesse debate que a opinião se pondera, se contrasta e se forma.

Poderíamos aqui e agora tratar de múltiplos outros problemas que correspondem a esta deslocação dos modelos a que estávamos habituados, mas *esta perda do solo e do centro* corresponde a qualquer coisa que provavelmente é essencial para cada um de nós e há uma perda de sentido e a necessidade de recuperar esse sentido através de processos de subjectivação, de criação de identidades que, por vezes, são identidades profundamente crispadas.

Isto é, a esta desterritorialização corresponde também, de facto, modos de identidade – seja de tipo étnico, seja de tipo nacionalista, seja de tipo religioso – que se afirmam com uma espécie de agressividade muito forte e que, no fundo, correspondem ao pano de fundo, último, de ameaças, mais ou menos latentes, à democracia, que sentimos em determinados países.

Aqueles que viam a política como a intervenção, como a convicção, como o empenhamento, como a continuidade das opiniões, em termos de determinados tipos de valores, são confrontados com o facto de tudo isto levar obviamente a

algo que gira em torno de votações extremamente aleatórias, em que os centros se deslocam e se deslocam, por vezes, muito mais em função do carisma das personalidades, ou de um determinado número de conjunturas, ou do gosto de alternância do que propriamente por opções extremamente fortes.

Por exemplo, há um caso curioso em relação ao jornalismo. Lembro a certa altura o Eduardo Lourenço, em relação ao *Público* da primeira fase, achar que o *Público* estava a criticar demasiado o Partido Socialista e dizia então « (...) *mas então eles não são de esquerda?*», e eu dizia assim: «*mas hoje os jornais dificilmente se identificam nesse tipo de categorizações*». Os jornais têm uma sensibilidade mais ou menos à esquerda, mas criou-se uma espécie de razão ideológica, jornalística em si mesma, que é muito baseada, aliás, no antielitismo e no antipoder, como categorias fundamentais que são mais sensíveis para os jornalistas do que propriamente os posicionamentos tradicionais da ordem ideológica. Daí que o mesmo Eduardo Lourenço um dia me dissesse: «*Você não imagina como os jornalistas, com aquela mania de serem antipoder, podem ser por vezes de uma extrema incorrecção*». Depois de uma viagem à China, vinha eu com o Presidente Jorge Sampaio e o jornalista avançou para ele de microfone em punho e disse: «*Então a viagem? Um fiasco?*»

Última questão. A questão da Europa.

Podíamos vê-la de múltiplas perspectivas. A certa altura num livro de Dominique Wolton aparecia como a última utopia. De certo modo, num certo esvaziamento de outras utopias, a ideia de uma Europa como um espaço simultaneamente plural, mas onde não havia encrespamentos passionalistas, como um espaço profundamente democrático e como um espaço profundamente activo, vivo, criativo, capaz de resistir a outros focos de homogeneização,

fundamentalmente o americano e o asiático – obviamente funcionou para quase todos nós como uma ideia que poderia ter múltiplas virtualidades. E acontece esta coisa extremamente curiosa. Que estando eu de novo convencido de que a ideia da Europa é uma ideia muito positiva e pode ser exaltante, a verdade é que a ideia da Europa torna-se uma espécie de facto consumado. Por isso, o referendo sobre a Europa não tem conteúdo, toda a gente está de acordo, em princípio, só que é um acordo que suscita a menor passionalidade, que não suscita o menor empenhamento, que se desencantou radicalmente. E aí é que se pode falar de facto de *uma crise da Europa e a democracia*, como se podia falar de *uma crise da democracia e a Europa*. Em termos de incapacidade de a Europa ter uma política externa coerente, incapacidade de a Europa ter um rosto, uma vez até que Jacques Delors foi um rosto da Europa e hoje os rostos tornaram-se cada vez mais esbatidos e indiferenciados, a impossibilidade da Europa ter uma capacidade inclusivamente de resistência cultural, face a ameaças que vão avançando, emerge essa dúvida se é a Europa que se tornou completamente dependente do domínio, digamos, económico, se foi o domínio económico que acabou por dominar completamente a Europa.

Mas, de facto, a Europa que nos é disponível é a Europa que tem os aspectos mais inquietantes do neoliberalismo económico dominante. E, nesse aspecto, todas as tentativas de resistência – é o caso de Jospin por exemplo quando tentou avançar para a questão do desemprego – levaram a leves formulações retóricas do problema, mas obviamente o avanço dos mecanismos económicos é muito forte nesse plano. E isso torna difícil que não sejamos pela Europa porque é um dado adquirido, mas que o sejamos com o entusiasmo que ideia europeia deveria e começou por suscitar. Portanto, é uma utopia também que se esvaziou e que, de certo modo, se

tornou algo dolorosa nesse esvaziamento – embora haja evidentemente todo um conjunto de coisas que se vão criando.

Mas é evidente, por exemplo, que não há nenhuma estratégia sindical europeia ao nível dos problemas do desemprego que permita contrariar as situações de encerramento e deslocalização de fábricas a que vamos assistindo, quer na Bélgica, quer em Setúbal, e que tem um lógica mais ou menos implacável.

Aliás, de certo modo, e só para concluir, o pensamento da esquerda viveu durante muitos anos a partir da ideia de vanguarda que pressupunha isto: na sociedade, há uns que já sabem mais do que os outros e os que já sabem mais constituem uma vanguarda – há um avanço da consciência de uns mais do que dos outros. É uma ideia que tem as suas conotações militares e as suas conotações estéticas e os seus riscos evidentes. A essa ideia foi-se revertendo uma ideia em que todos sabem tanto uns como os outros e que nenhum está mais à frente, excepto provavelmente no sector da ecologia. A propósito, há um livro chamado *O Princípio da Responsabilidade*, sobre ecologia, que, de certo modo, põe problemas como este: como é que a ecologia pode ser compatível com os mecanismos democráticos? Porque a ecologia pressupõe uma consciencialização num certo tipo de problemas – que uns já fizeram e outros ainda não fizeram, embora o avanço de uma certa consciência ecológica difusa seja considerável.

Uma das coisas engraçadas que podemos ver hoje é que essa noção de vanguarda, isto é, dalguns que sabem mais do que os outros, deslocou-se para a ideia das leis da economia. Hoje, as leis da economia são a vanguarda, sabem mais do que nós. É o chamado pensamento único, digamos. As leis da economia sabem sempre mais do que nós, e nós somos sempre um pouco antiquados, não somos suficien-

temente modernizados face à vanguarda, que são as leis da economia.

É verdade que, se depois começarmos a conversar com economistas, percebemos, por um lado, que a capacidade de previsão económica é extremamente frágil (vimo-lo aliás com a crise asiática – que teria sido prevista pelo Paul Krugman, num artigo brilhante, mas que na altura ninguém deu por ele – que apanhou de surpresa a maior parte dos agentes económicos e o rol das consequências ainda não foi inteiramente contabilizado), por outro lado, que dentro da própria economia há múltiplas alternativas. No entanto, a nossa conversa com os agentes económicos é sempre no pressuposto de que a economia é a vanguarda da sociedade e que temos que ir atrás dela porque ela sabe mais do que nós.

E é um pouco nessa necessidade de restituir o debate de ideias, a noção de posições divergentes, dentro da sociedade, que provavelmente se poderá – se for possível, porque não estou certo que o seja – reconstituir um tecido cultural e social europeu que volte a ser exaltante. E, nessa altura, já não será preciso fazer uma conferência, retomando um título antigo de "A Crise da Europa", mas será possível fazer-se conferência chamando-lhe a "Utopia da Europa", porque uma ideia exaltante é sempre a utopia de si mesma, permanentemente e na sua dimensão mais galvanizadora.

Penso que, para já, temos um ponto sobre o qual podemos conversar.

E, a partir daqui, estou inteiramente disponível para dialogar convosco sobre este tipo de reflexões que, no fundo, emergem, por um lado, de tudo aquilo que se viveu dentro de toda a tradição da *Seara Nova*, que se viveu da *Seara Nova* até ao número 1.425, que se viveu do número 1.425 até aos dias de hoje e que, obviamente, é uma viagem através do

século XX, uma viagem apaixonante e com muitos aspectos que nos podem tornar melancólicos.

Mas, provavelmente, a melancolia não é a melhor solução para eles.

Muito obrigado.

## António Pedro Pita

Agradecemos ao Prof. Eduardo Prado Coelho ter aceitado a nossa proposta de discutir ponto por ponto os tópicos que supusemos mais sugestivos para este colóquio. Espero agora que todos os participantes correspondam também a este propósito.

Fica aberto o debate.

## Interveniente

Adorei essa capacidade de síntese em coisas tão vastas, como são esses três conceitos, e queria pôr uma questão em relação ao primeiro, à questão da razão. Não ouvi o Prof. Eduardo Prado Coelho referir-se ao Gianni Vattimo. Não é um crítica, é apenas para meu conhecimento próprio. Não o inclui no pós-modernismo?

Associada a essa questão, o tal pessimismo, se o habitat natural do homem cívico passa a ser a rede, o *network,* de que se fala tanto – essa perda de solo e essa perda de centro –, se isso não acarreta atrás de si uma dessubstancialização da razão e, nesse sentido, como é que podem encontrar novos itinerários da razão.

Em relação à última questão, a questão da Europa, gostaria de pensar como Octavio Paz, que tem uma expressão brilhante e parece ter sido a ideia que ficou. Ele diz em relação a essa questão da Europa: «*À pomba de Kant para voar não faltam asas nem tão-pouco a resistência do ar, mas apenas a atracção para a terra*».

Esta expressão de Octavio Paz está ou não incluída neste conceito da Europa de que falou, uma vez que a economia faz atracção de todas outras realidades?

## Eduardo Prado Coelho

Vamos por partes. Gianni Vattimo é um pensador italiano que em determinada altura apareceu ligado a um movimento que não chegou a ser uma escola filosófica, Pensiero Debola. Era uma tentativa de enfraquecer, de debilitar um determinado número de categorias demasiado rígidas da filosofia tradicional, da ontologia, e adaptá-las a uma certa fluidez da situação contemporânea. Havia artigos sobre o lusco-fusco, sobre todo um conjunto de matizes, de modulações da realidade, etc. No entanto, e já agora, acentuo que o Gianni Vattimo sempre defendeu um discurso racional para a filosofia. Até dentro de uma polémica que há hoje, quando se diz que a filosofia é a criação de conceitos – e que não há vantagem em discutir em filosofia, que é um pouco a posição mais marcante do Gilles Deleuze e do Félix Guattari: filosofia como produção de conceitos. Deleuze dizia: «*Odeio mesas-redondas, porque entra-se numa conversa de chaça e não há aquilo que é, no fundo, o gume do pensamento, e só nesse plano é que há de facto pensamento a sério, o resto é uma coisa que se vai tornando uma papa mais ou menos*

*desinteressante*». Mas o problema aí é saber se não se perde alguma dimensão argumentativa da filosofia, e o Vattimo até apareceu a defender essa dimensão argumentativa da filosofia. O que o Vattimo tem vindo é, por exemplo, a defender muito toda uma dimensão hermenêutica em que o sentido nunca é apreendido definitivamente – de que nunca é uma coisa fixada, mas é todo um processo infinito. E tem sobre a questão um livro relativamente famoso, *O Fim da Modernidade*. É um pensamento que tem vindo aliás a adquirir uma dimensão religiosa. Aliás, o último livro do Vattimo é uma confissão de duas coisas, é engraçado. Da sua homossexualidade e da sua religiosidade. Mas essa dimensão, de uma tolerância que por vezes se aproxima mesmo de noções de tempos católicos mais tradicionais, tem vindo a emergir dentro do pensamento do Vattimo, sem que ele, de maneira alguma, se exclua de um trabalho sobre a racionalidade. Aliás, colaborou precisamente num livro, com outros autores, como Gadamer, como Derrida, sobre a questão da religião e da religiosidade no nosso tempo. Porque é, obviamente, um problema central – num momento em que certas formas de religião, certas formas de religiosidade difusa, mágica ou mistificadora, certas formas de sectarismos que se vão criando ou de fundamentalismos que alicerçam posições de ordem política – que implica, obviamente, que se continue a reflectir sobre o fenómeno da religião e sobre Deus, sobre a noção de Deus, independentemente de se ser crente ou ateu.

Em relação à Europa, não vi muito bem qual era a relação entre a frase do Octavio Paz e a Europa. Mas gostaria de dizer que a Europa teve três formas de contestação. A primeira foi uma contestação acentuadamente à direita, embora o Partido Comunista por vezes também tomasse posições nessa linha: a perda de soberania nacional, a perda da indepen-

dência. Depois, houve um outro tema forte e importante: o possível défice democrático – de facto, nos grandes espaços, a participação dos cidadãos é muito reduzida e nas eleições sobre a Europa era preciso quase empurrar as pessoas para irem votar porque as pessoas não percebiam bem o que estavam a decidir, nem o que estava por decidir.

Hoje de certo modo, a questão da Europa é a questão fundamentalmente do modelo económico, do modelo social da Europa. Os outros já estão aceites, porque se tornaram evidentes. Agora, por outro lado, há uma erosão do lado economista em relação às virtudes ou vantagens ou desvantagens da moeda única.

Em determinada altura convidei Vítor Constâncio a ir a Paris, ao Instituto Camões, falar da questão da moeda única. Fez uma conferência extremamente técnica, por um lado, dizendo o que era o modelo económico em termos ideais no espaço económico integrado e dizendo que a Europa não correspondia a esse modelo que se deveria considerar. Mas, depois, disse, de uma maneira extremamente realista, todas vantagens e desvantagens, sobretudo todas as incertezas, dos efeitos da moeda única, que são de facto imensas.

Quer dizer, encontramos economistas com umas e outras posições, e esse lado de incerteza tornou-se muito grande. De tal modo que, no final da conferência, eu lhe citei aquela frase (que era, no fundo, o sentido da conferência dele) que se atribui ao Voltaire. Quando alguém lhe dizia que a vida é uma coisa horrível, um vale de lágrimas, uma miséria permanente, Voltaire ter-lhe-á perguntado: «*Estou inteiramente de acordo, mas há alguma alternativa*?»

Fundamentalmente, a conferência do Vítor Constâncio era isto: os riscos são imensos, o alargamento ao leste vai trazer problemas imensos, a questão dos fundos estruturais e do

alargamento a leste vai tornar cada vez pior, e a governabilidade política disto tudo, com os alargamentos necessários, vai ser cada vez mais difusa com a criação de pólos económicos que vão substituir esses pólos políticos. Mas não há alternativa e a prova de que não há alternativa é que, cada vez mais, os outros países querem entrar.

Criou-se a ideia que é preciso fazer sacrifícios, mas depois vai valer a pena. Mas, de facto, estou convencido que os sacrifícios vão continuar e, em alguns casos, os efeitos em termos sociais vão-se agravar e poderão trazer uma deslocação do contexto político que poderá levar a formular alternativas para a Europa, dentro deste quadro extremamente paradoxal: os partidos de esquerda ganham e a política é que cada vez mais uma política correspondente a um liberalismo de direita.

Há sempre a ideia, que é relativamente verdadeira: é muito mais fácil a um partido de direita tomar medidas de esquerda e um partido de esquerda tomar medidas de direita. No fundo, cada partido pretende alargar a sua base eleitoral e, portanto, a tendência é para cruzar as políticas e acabar por haver todo um espaço intermédio de indiferenciação no actual estado de fragmentação do eleitorado.

## Isabel Pires de Lima

Queria fundamentalmente dizer que fiquei muito satisfeita (isto não tem nada de auto-elogio, como é evidente) por termos, o António Pedro Pita e eu, até mais o António Pedro Pita, projectado esta intervenção do Eduardo Prado Coelho para encerrar este encontro, em torno destes três

conceitos. Porque, se bem notaram as pessoas que estiveram aqui desde o início, esta intervenção entrou particularmente em diálogo com diversos momentos de reflexão que aqui foram levantados – desde logo, com a reflexão em torno do estatuto do intelectual e o intelectual seareiro, levada a cabo pelo Fernando Catroga, no primeiro dia, e em diálogo com a intervenção, que hoje foi aqui lida, de João Caraça.

Na verdade, foi um encerramento bastante feliz e em diálogo com algumas das reflexões que aqui foram feitas. Foi um motivo de reflexão e designadamente um motivo que centrou as intervenções testemunhais dos directores da *Seara Nova*, que aqui estiveram ontem, a concepção de revistas de intervenção do tipo da *Seara Nova* e designadamente falou-se sobre a dificuldade de as fazer sobreviver depois do 25 de Abril.

Eduardo Prado Coelho trouxe aqui, em torno do conceito de razão, exactamente uma tentativa de explicação dessa impossibilidade, que, de resto, articula com a tal reflexão inicial, feita pelo Fernando Catroga, em torno da ideia do conceito do intelectual seareiro – como sendo uma espécie de iluminador do poder temporal, de iluminador através do espírito do poder temporal. Por outro lado, também decorrente da convicção dos intelectuais seareiros, da autoconfiança racional dos intelectuais seareiros, estabeleceram pontos de contacto interessantes, ao nível dessa autoconfiança, entre os integralistas lusitanos e os seareiros da primeira fase.

Mas se, por um lado, a reflexão que foi trazida aqui, em torno do conceito da exaustão da modernidade e portanto da visibilidade da impossibilidade desses projectos intervencionistas do tipo *Seara Nova* ou *Finisterra*, por outro, no desenvolvimento da reflexão do Eduardo Prado Coelho, foi acentuado outro traço...

Se, por um lado, percebemos por que há a impossibilidade de projectos do tipo da *Seara Nova*, por outro, não se entende muito bem por que é difícil encontrar, ao nível de uma revista de reflexão, um espaço de diálogo e de troca de subjectividades, de "territorialidades", quer elas sejam territorialidades subjectivas quer elas sejam outro tipo de territorialidades.

Bem sei que há toda a questão da sociedade da imagem, etc. e etc., mas, de qualquer forma, continuam-se a vender muitos jornais, muitos livros e, todavia, os espaços de uma revista cultural, os tais suplementos literários, por exemplo, desaparecem, rarefazem-se.

Gostava que tentasses pensar um pouco mais sobre isto, que me parece um pouco contraditório.

## Eduardo Prado Coelho

Em primeiro lugar e já agora, para dar um exemplo do problema da razão. Quando comecei a colaborar na *Seara Nova*, um pouco como aquela obsessão que tenho de ir lendo mais ou menos o que existe, ia a casa de alguns dos amigos e colaboradores da *Seara Nova* pedir revistas para ler. Ia a casa do Cochofel, que me emprestou colecções inteiras, por exemplo, da *La Pensée* ou da *La Nouvelle Critique*, ia à casa do José Fernandes Fafe, ia à casa do Alberto Ferreira. Houve, portanto, toda uma formação que vem daí. E, nessa altura, por exemplo, convenci-me que fazia parte das minhas obrigações não gostar de Bergson... porque vinha da polémica do António Sérgio contra o Bergson e vinha também do panfleto, mais ou menos assassino, do Politzer contra o Bergson. Só que, de facto, eu nunca tinha lido Bergson a

sério, só conhecia o Sérgio contra. Depois, fui ler Bergson e percebo hoje que há todo um domínio da racionalidade da memória, do corpo do Proust, da inteligência e por aí fora que, sem Bergson, não se chega lá. E essa necessidade de alargar os quadros da racionalidade tornou-se-me evidente.

Isto é um primeiro ponto para dizer um pouco do percurso pessoal, em relação à chamada *razão excessivamente encastelada da sua boa consciência*.

Segunda coisa. A minha experiência, ao regressar de França, com os meus alunos da Universidade Nova do primeiro semestre – disciplina de opção, alunos que vieram por gosto.

Encontrei uns 25 alunos, extremamente interessantes, extremamente interessados, com um tipo de referências culturais que, na maior, parte dos casos, não são as minhas, que, em muitos casos, ignorava ou conhecia mal – ficção científica, banda desenhada, coisas desse tipo. Mas são alunos que estão interessadíssimos em dialogar e perceber o que estão a fazer. Actuam em coisas de dança, em coisas chamadas artes do corpo, em actividades teatrais, em pequenos jornais de periferia – um deles, por exemplo, dirige um jornalzinho para os lados de Linda-a-Velha –, estão muito interessados por coisas de vídeo, etc.

Portanto, não fiquei com aquela sensação de que se estava perante uma barbárie total. O que fiquei foi com a noção (evidentemente que isto não é generalizável) de que houve cortes, entre a cultura – o nosso tipo de cultura humanista, tradicional – e uma cultura que hoje circula. O que torna, por vezes, o diálogo muito interessante, mas muito difícil. E isso tem a ver certamente com a televisão – o modo da imagem têm consequências, inclusivamente como o modo do computador.

As formas da nossa percepção da leitura são de concentração e são de criação de um vazio à volta. As formas de vermos

televisão, de olhar para a imagem, são de desconcentração – de olhar por relance para ver se ainda está lá a imagem e depois pegar, e depois largar e voltar a pegar... obviamente, isso transforma certos núcleos essenciais do modo de pensar.

E isso é extremamente importante. Aliás, vinha no comboio a ler um livro que me havia chegado às mãos de um grande pensador de política, chamado Giovanni Sartori que se chamava *Homo Videns, televisão e pós-pensamento* e a tese dele é que todo um conjunto de formas de pensamento estão a desaparecer e, em parte, elas também estão a desaparecer por questões de ordem social e por questões de outra ordem. O modo como a leitura funcionava e o espaço familiar como espaço de transmissão de experiência de geração para geração hoje funciona muito pouco. Os espaços multiplicam-se, os adolescentes têm as suas televisões, as suas rádios, têm os seus espaços específicos, criam a sua própria cultura dentro de casa, e os fios de transmissão de experiência vão-se quebrando e vão criando adolescentes, por vezes, extremamente interessantes, mas que não correspondem nada ao modelo dos pais, nem àquilo que os pais imaginavam que eles poderiam ser. O diálogo pode ser interessante, mas ao mesmo tempo por vezes difícil.

Terceira coisa. Não penso também que seja impossível. Acho que as revistas surgem em função de determinados grupos que, em determinada altura, se encontram, se criam e que são focos de uma certa produção e de irradiação ideológica e intelectual. Penso que isso acontece, neste momento, em outros países do mundo, onde surgem revistas interessantes, com essa dimensão generalista – porque antes multiplicavam-se as revistas universitárias, aliás algumas extremamente interessantes.

Mas essa dimensão generalista e que correspondia ao que era a *Seara Nova* foi-se perdendo. Penso que em Portugal somos particularmente infelizes nesse aspecto.

Porque conheço em França, na Itália, na Alemanha ou na Espanha ou em Inglaterra, revistas desse tipo, com maior ou menor interesse, que funcionam, mas que funcionam de facto e têm maior ou menor intervenção na vida cultural desses países.

Neste momento, o que acontece em Portugal, de facto, é que as tentativas existentes – seja quanto à *Seara Nova*, seja de, por exemplo, quanto à *Finisterra*, são verdadeiramente confinadas. Há uma espécie de falta de dinâmica de grupo, a base que lhes consiga dar uma presença dentro da sociedade portuguesa.

Em certos casos, há revistas que surgem, por exemplo, graficamente. É o caso da revista *Belém*, do Centro Cultural de Belém, do meu amigo Alexandre Melo. É de um tal grafismo que não consigo ler um texto lá dentro. E o Alexandre diz-me: *mas olha que todos os que têm menos de 30 anos* (o que me deixa logo acabrunhadíssimo) *acham o grafismo óptimo*, pois... mas não lêem os textos certamente. Todos os que têm mais de 30 anos, incluindo alguns artistas plásticos reconhecidos, como Julião Sarmento ou o Pedro Cabrita Reis, detestam. Bem, já fico mais acompanhado. Mas é o tipo de revista de artes plásticas, ligada à efervescência criativa, que é feita para não ser lida – porque o gráfico faz os textos e desmonta-os de tal modo que a leitura não lhe é menor preocupação. Para o meu gosto, é uma revista que está muito ligada a um certo tipo de criação de imagem – a imagem é completamente dominante, desfaz completamente o texto. E não permite, obviamente, refazer esse espaço de reflexão, que é importante. Outras revistas, como é o caso da *Finisterra*, são revistas que funcionam num circuito muito fechado. Eu pertenço, aliás, à comissão de redacção da *Finisterra*. Reunimo-nos de seis e seis meses, assim melancolicamente, o jantar é normalmente muito simpático, mas depois o ritmo, em termos de funcionamento, não existe.



Slhj

Enquanto não surgirem determinados grupos, provavelmente de geração (a própria noção de geração também se fragmentou um pouco) que tenham alguma coisa que os motive a fazer uma revista... É que fazer revistas por motivações estritamente institucionais acaba não por ser empolgante. E é por isso que, provavelmente, noutros países há revistas que se mantêm. Em França, há a revista *Esprit* e é uma revista interessante. Nós temos essa sensação de passarmos um bocadinho à margem do que se passa. Em Espanha, por exemplo, a revista *As chaves para a Razão Prática* também é uma revista interessante.

Daí que regulamente o nosso debate de ideias não é muito interessante. Por vezes, temos a sensação de que os debates mais interessantes nos estão a passar um bocadinho ao lado. Mas temos esperança de que vão certamente aparecer revistas. Há um tipo de relação com a revista que não passa. Não é a mesma coisa pela Internet.

## Interveniente

Este problema que acaba por ser discutido insere-se também numa circunstância muito particular. Vivemos, pela primeira vez na História da Humanidade, a sobrevivência simultânea, com capacidade de intervenção de gerações muito diversas em termos das respectivas referências. Hoje, o grande competidor dos pais é a geração dos filhos, em termos sociais.

Sou de uma geração que aquilo que foi ensinado na escola serviu para a vida toda. O Prof. Eduardo Prado Coelho já é da geração seguinte e, portanto, aquilo que lhe foi ensinado na escola permitiu-lhe trocar, em termos de equipa, com outros. Hoje, os meus filhos sabem que aquilo

que sabem só lhes serve para uma semana, na semana seguinte o computador diz-lhes que aquilo já não é verdade. Isto dá novas referências, é preciso repensar esta estrutura toda, em termos das referências racionais.

Outra questão. Estamos a falar da União Europeia que tem, por exemplo, a Suíça de fora, os estados bálticos de fora. União Europeia está assente numa grande ambiguidade. Foi construída, pelo menos nesta fase, para ser um contraponto económico aos Estados Unidos e ao Japão, num momento em que a economia está globalizada e os americanos e os japoneses têm tantos interesses na Europa como os europeus.

## Eduardo Prado Coelho

Em primeiro lugar, a questão dos conhecimentos.

Hoje, de facto, em muitos casos, a maior parte da formação do conhecimento também passa relativamente pouco por o livro. E, de facto, o livro estruturou todas as nossas relações com a arte, com a música, etc. Hoje, isso é muito menos verdade.

Portanto há todo um espaço que se vai definindo com outro tipo de matrizes. Há quem defina a cibercultura como algo de pós-simbólico ou pós-literário, nesse sentido, em que a relação com o livro e com tudo aquilo que tinha de específico se foi atenuando e, sobretudo, o livro deixou de ser esse lugar de interpretação de todas as outras coisas que nos entusiasmavam, e nos apaixonavam.

Quanto à questão Europa, passei, durante 10 anos de vida dita diplomática, a ouvir aquela frase atribuída ao Jean Monnet (toda a gente diz, mas ninguém sabe se o Jean Monnet a terá dito, realmente), que é: *se tivesse de recomeçar a Europa,*

*recomeçaria pela cultura.* É uma frase que aparece em todos livros. É um caso curioso, mas corresponde a essa espécie de má-consciência.

No entanto, hoje, de facto, mesmo do ponto de vista económico e em termos da globalização, provavelmente o projecto europeu (com toda a interpenetração e circulação dos capitais e etc.) faz certamente uma Europa económica e não uma Europa europeia, naquele aspecto. E certamente que, a haver Europa, ela se fará mais através da resistência a formas de cultura.

Podemos criar uma ideia de excepção cultural e considerar que a excepção cultural é uma excepção europeia e que a excepção europeia é a norma cultural. Penso ser mais fácil ir por aí para ter uma Europa que se reconheça. Porque uma Europa de circulação de capitais, em que os capitais são perfeitamente anónimos e sem pátria reconhecível, é um caminho complicado, embora os núcleos de decisão sejam bem circunscritos, quer dizer, há depois toda uma circulação, seja na distribuições de cinema, seja nos computadores, etc.

Fala-se sistematicamente no atraso europeu nesses domínios de vanguarda, fala-se na possibilidade de criar um Silicon Valley na Europa, fala-se na possibilidade de este nosso atraso ser uma coisa psicológica ou ter a ver com coisas estruturais, mas, de facto, o atraso existe e esse atraso é completamente preenchido com projectos que são, em muitos casos, irreversíveis nas suas consequências.

## Diogo Alcoforado

Antes de mais nada queria agradecer ao Prof. Eduardo Prado Coelho as palavras que me dirigiu. Ouvi-o com extrema

atenção, também por uma razão muito simples: ando a ficar verdadeiramente obcecado com os problemas europeus ou com o futuro próximo da Europa.

Tenho uma coisa escrita sobre desemprego e educação e algumas questões laterais que não vêm muito ao caso. Mas estava a ouvi-lo falar e a lembrar-me de um filme bastante antigo, com 20/25 anos, que tinha esta característica: eram uns jogos, umas semiolimpíadas, que em vez de ser desencadeados entre nações era entre multinacionais. Há 20/25 anos, aquilo já de alguma maneira comportava uma desterritorialização ou pelo menos uma geografia de poderes um pouco diferentes.

Hoje, a questão que a mim se me põe, com extrema acuidade e sobretudo pensando na aceleração vertiginosa que decorre dos instrumentos tecnológicos mais avançados e da velocidade que, quase como uma categoria, é preciso enfrentar, até em termos filosóficos (toda a nossa filosofia tradicional alimenta-se de algum estatismo e não comporta tanto essa dinâmica da velocidade) é esta: será que podemos pensar que o século XXI se vai pautar pelas mesmas categorias que têm pautado o século XX ? Aquela questão que a Isabel Pires de Lima punha, com o problema do intelectual levantado pelo Prof. Catroga, fez-me lembrar um pouco um textosinho muito curto de Lyotard, um texto fascinante, em que ele – se bem me lembro, ainda – termina com um projecto ético, um pouco fluido também.

E a minha questão, neste momento, é esta: será que podemos pensar ainda que as categorias, que presidiram ao humanismo europeu convencional, com todos os seus benefícios e malefícios, se poderão manter no século XXI, quando a aceleração decorre de uma mentalidade anglo-saxónica, fundamentalmente americana, sem grande passado e com confluências culturais extremas?

Nós – e Eduardo Prado Coelho acabou de o dizer – afirmamos que a Europa tem de recuperar do atraso, mas essa recuperação far-se-á também em termos de uma tecnologia avançada – ela mesmo geradora de novas categorias, etc.

Como é que havemos de encarar tudo isto?

Mesmo o facto de não haver neste momento revistas culturais, etc. Neste momento, não estão efectivamente criadas, em Portugal, as condições ou a democracia não gerará facilmente revistas do tipo *Seara Nova*. Isto por uma razão muito simples: numa situação, como era a portuguesa antes 25 de Abril, havia, digamos assim, o inimigo a abater. Havia um pró e um contra e havia grandes zonas de confluência que permitiam "determinar" o inimigo.

A partir de agora, a questão tem de ser uma reflexão muito mais fluida, mas, se calhar, muito mais radical. O que é que, no interior de uma solidão extrema em que as pessoas tendem a viver, poderá permitir ainda que a solidão se ultrapasse. Dito de outra maneira: como é que uma ética da solidariedade é ainda possível, sobretudo quando nós – um pouco à imagem das *Selecções do Reader's Digest* – sabemos que quando se fala obsessivamente numa palavra ou num problema é porque ele é, naquele momento, insolúvel.

Para mim, a questão põe-se desta maneira. O que é que se pedirá a pessoas, ainda criadas numa determinada mentalidade, para conseguirem manter essa mentalidade ou reproduzi-la, sabendo que, se calhar, uma geração do século XXI se irá pautar por valores, por sistemas de crenças (se ainda as houver) que, pelo menos para nós, aparecem-nos um pouco como desarticuladas ou até quase impensáveis?

Não estou inteiramente certo que só pudessem existir revistas em ditadura. Há grandes revistas que atravessam o século XX, que marcaram e que são lidas em todo o mundo. Tinham toda uma irradiação e criavam um pensamento, uma estética, uma sensibilidade e que, no fundo, as tornam equivalentes à *Seara Nova*, à *Vértice* e, anteriormente, ao *Sol Nascente*, *O Diabo*, etc. Toda uma história das revistas que não vou fazer aqui até porque o Daniel Pires e Clara Rocha, etc., já têm feito.

Falou na velocidade e na aceleração. Vou só dar um exemplo.

Dentro daquelas funções que eu tinha em França, uma delas era de acompanhar ministros e secretários de Estado e presidentes de institutos. A certa altura, recebi um amigo meu – José Mariano Gago, que ia a Paris para um colóquio sobre a utilização dos CD-rom na divulgação científica. Nessa altura, dispunha dos meus primeiros CD-rom, dizendo para mim: *eis aqui uma coisa de vanguarda em que vou aprender imenso*. À saída, vejo o Mariano Gago a falar com um economista, que tinha organizado o debate, a dizer-lhe: «*Estamos nós aqui tentar defender uma indústria completamente crepuscular e em decadência, é que, compreendes* (voltou-se ele para mim), *a Internet e os CD-rom estão completamente ultrapassados, já não têm qualquer sentido; é tentar dar um certo apoio, e só vim por uma questão de amizade, isto não tem qualquer futuro*». Fiquei acabrunhadíssimo, hesitante entre comprar mais alguns CD-rom ou deixar de os comprar. Misteriosamente, na minha mudança de Paris para Lisboa, os CD-rom desapareceram. Deve ser um sinal da História, porque não encontro nenhum entre os caixotes. E assim, já estou aberto às novas tecnologias.

Há todo um conjunto de noções – Italo Calvino, já na altura, tentou pensar em algumas para este final do século e para o século futuro – que não são as noções a partir das quais formamos um determinado tipo de pensamento. E para isso, ou ficamos num estado de melancolia irrecuperável (é um pouco a minha reacção em casa, porque a minha mulher diz regularmente que o mundo que eu gostava já não existe) ou tentamos com alguma coragem encarar os factos, mas sem a demagogia de ir atrás de tudo que é jovem e de tudo que é novo.

E é por isso que eu penso (há pouco não o disse e gostaria de o acentuar) que é precisamente num quadro onde objectivamente vivemos em situações pós-modernas que me parece importante a defesa e o combate por um certo número de valores da modernidade – tanto mais que, em Portugal, eles se enraizaram muito pouco, e estamos a passar de uma iliteracia das letras para um Internet generalizado.

Outro dia, o *Diário de Notícias* tinha uma notícia (obviamente falsa e que correspondia àquela velha coisa de que está provado que 90% das estatísticas são falsas) em que dizia que 90% dos portugueses já estão sensibilizados para a Internet. É óbvio que não é assim, mas é óbvio que se avança, e num país onde o índice de leitura dos jornais, em termos de zonas do interior, etc., é absolutamente confrangedor: dos mais baixos, senão o mais baixo, da Europa. Em contraponto, Portugal tem um índice da televisão dos mais elevados da Europa, em termos de horas por dia. Portanto há aqui todo um processo que obviamente levanta inquietações.

Isto é, no caso português, ainda mais do que nos outros, porque fizemos uma espécie de curto-circuito de tempos: recuperámos muito rapidamente e entrámos numa galvanização de um certo número de coisas (dos telemóveis até à Internet) que não passou por uma sedimentação, por uma incorporação,

por um enraizamento, por uma vivência profunda de um determinado número de valores que, noutras sociedades, permitem compensar, equilibrar e dialogar melhor.

É por isso que penso na necessidade de revistas que sejam absolutamente sensíveis a essa necessidade de defesa dos valores da modernidade em Portugal. Porque senão contribuirão para uma barbarização tecnológica crescente da qual a nossa televisão é um exemplo sintomático.

## Interveniente

Lembro o programa "Falatório" em que o Prof. Eduardo Prado Coelho com Clara Ferreira Alves...

## Eduardo Prado Coelho

Às 2,30 horas da manhã... Vejo que se deita tarde. Só a minha mãe e duas ou três amigas é que viram.

## Interveniente

Também eu. Foi falado então de (e achei extremamente interessante) esse problema de passar da iliteracia para a Internet. Acho que as pessoas pensam que agora os nossos jovens podem resolver os seus problemas de assimilação de conhecimentos através da consulta da Internet. Isso é extremamente perigoso. Poderá, sim, ser útil para quem

tenha perguntas a formular. Mas, para se poderem formular as perguntas, é preciso ter um contexto que suscite essas inquietações e essas perguntas.

Há toda uma dinamização a fazer. E penso ser absolutamente indispensável que as pessoas das universidades, que estão preocupadas com o preenchimento de um vazio que se sente por todo o lado, talvez em vez de revistas que só meia dúzia de interessados lê até ao fim, promovessem colóquios sobre determinados assuntos que interessem aos professores das escolas, nas próprias escolas, e coisas do género passíveis de dinamizar mais pessoas.

Lembro um nosso antigo colega que considero um mestre, o professor Ilídio Sardoeira, que, aqui há uns anos atrás, falando na criatividade (que pela primeira vez estava ser posta em causa, em França e, hoje em dia, já faz parte de todo o vocabulário de qualquer professor), chamava a atenção para o pensamento divergente – nessa altura, em contraposição com pensamento convergente para o qual todos estávamos a ser levados. Mas lembro que o pensamento divergente só faz sentido se tiver havido um pensamento convergente anterior ou, por outra, que é uma consequência dele.

Isto para dizer: se uma pessoa não tiver um grande conteúdo não tem grandes ideias. As ideias também nascem em confronto com outras coisas.

## Eduardo Prado Coelho

Este ano, tive a sorte de passar uns 10 dias numa praia do Brasil, onde fui encontrar, com grande prazer, um português, o Fernando Lemos, poeta, pintor e fotógrafo. Estava na casa de um amigo que conheci em França, casado com

uma francesa. Um homem extremamente curioso aliás, porque é filho de uma argelina e de um alemão, nasceu em França e foi, muito pequeno, para o Brasil, mas estudou nos Estados Unidos. É economista e especialista em modelos matemáticos de decisão económica de empresas. Ele explica, de uma maneira muito interessante, como os modelos matemáticos, para as empresas americanas, não funcionam para as empresas europeias. Nas empresas americanas, desde que haja um factor extremamente positivo – mesmo que os outros sejam baixos – o americano investe. Em contrapartida, os europeus têm de ter uma média de factores positivos, senão não investem. Coisas deste estilo, que são engraçadas em termos de enquadramento cultural dos diferentes modelos.

Ele é um entusiasta da Internet e tínhamos conversas sobre isso. Dizia-me que não ia às livrarias, só via os livros através da Internet e só comprava aqueles que vinham lá indicados, porque têm maior número de citações nas revistas e os que têm maior número de citações são os mais importantes. *Isto começa a ser um pouco inquietante, porque não se descobre nada* – dizia-me ele – *é tudo a convergência progressiva*. E dizia: *mas é possível que, daqui a uns tempos, as próprias empresas, que fornecem os livros e dão as indicações, comecem, a partir dos meus pedidos, a ter a noção do meu perfil e, em função do meu perfil de interesses, a poder programar os livros que me possam interessar*. Ao que eu respondia: *mas como tu só estás interessado nos mais citados entramos num círculo relativamente vicioso*. Provavelmente, no campo científico, até funciona bem.

Mas onde fica o gosto, que todos nós temos, de andar numa biblioteca ou numa livraria à procura do que não estamos à espera? Um pouco de tudo aquilo que era andar a farejar pelas livrarias e pelos alfarrabistas, à procura de qualquer coisa, desaparece por completo.

De facto, este problema de pensamento ultra-convergente, que está aqui a verificar-se, anula toda a divergência, toda a descoberta, todo o encontro e toda a surpresa.

Quando ele me dizia que não ia às livrarias porque não lhe interessava e que tinha tudo em casa, eu sentia, de facto, que havia qualquer coisa que se estava a perder. E é, provavelmente, extremamente importante que a gente mantenha essa possibilidade da descoberta, da surpresa, Alguns dos livros de que eu gosto mais foram aqueles que, por um acaso, abri, não fazia a mínima ideia, e de repente li um bocadinho e descobri... Aliás, foi assim que o Tabucchi – como costuma contar – descobriu Fernando Pessoa. Começou a ler um poema do Pessoa, e disse: *tenho de aprender português*. E pronto, a partir daí há todo um destino que se faz.

A verdade é que este tipo de funcionamento afunila progressivamente as coisas e faz desaparecer uma das categorias fundamentais que aprendemos com o surrealismo: o encontro e o acaso.

## António Pedro Pita

Nesta altura o moderador deveria proceder a uma apresentação das conclusões do colóquio.

A tranquilidade e a paz de espírito mandam-me nem sequer pensar nisso, mas somente agradecer novamente ao Prof. Eduardo Prado Coelho a intervenção que fez e a todos os que participaram estoicamente, ao longo destes três dias neste colóquio, e remeter para a publicação dos materiais, que esperamos muito possa vir a ocorrer brevemente.

Pela minha parte, cabe-me agradecer às pessoas que estiveram envolvidas nisto ou, muito amavelmente, me propuseram que estivesse envolvido nisto – o Senhor Prof. Nuno Grande, a Isabel Pires de Lima e depois a Luísa Garcia Fernandes, que nunca ninguém viu, mas sem a qual isto provavelmente não se teria feito.

Muito obrigado.

## Nuno Grande

Gostava, em nome da Direcção da Casa-Museu Abel Salazar e da Vereação da Câmara Municipal de Matosinhos, de agradecer esta oportunidade e, a todos aqueles que participaram, dizer que Abel Salazar gostaria imenso de ter estado neste colóquio.

Penso ser a melhor homenagem, a prestar a todos aqueles que participaram, quer na organização, quer nos debates, dizer-lhes que vamos sair daqui com o desafio de continuar a repensar Portugal, neste fim de século, na perspectiva com que este colóquio terminou: este fim de século projectado no início do próximo.

Quero, em nome da Associação Divulgadora da Casa-Museu Abel Salazar, agradecer expressamente à Senhora Prof.ª Isabel Pires de Lima e ao Senhor Prof. António Pedro Pita e dizer também que a nossa colaboradora, D.ª Maria Luísa Garcia Fernandes, foi de facto o *pivot* central desta iniciativa. E, desde já, prometo que a próxima está na forja.

Muito obrigado.

*A revista* Seara Nova *desenvolveu, durante mais de meio século, um incessante trabalho de fundamentação, esclarecimento e pedagogia democráticas.*

*Reuniu ao longo dos seus 58 anos de existência (1921-1979) uma larga plêiade de colaboradores que se estenderam do campo do pensamento filosófico e científico ao da doutrinação política, do da literatura ao da reflexão pedagógica, envolvendo intelectuais de diversas gerações tão prestigiados como Raul Brandão, Jaime Cortesão, António Sérgio, Aquilino Ribeiro, Rodrigues Lapa, Raul Proença, Augusto Abelaira.*

*Abel Salazar, não tendo pertencido à Direcção da Seara Nova, foi um dos seus importantes e assíduos colaboradores nos domínios da sua multifacetada actividade. A sua atitude de intelectual de intervenção só poderia torná-lo interlocutor atento do movimento seareiro, também de acentuada actuação intervencionista a diversos níveis da sociedade portuguesa.*

*Faz, pois, todo o sentido que a Casa-Museu Abel Salazar tenha privilegiado, no âmbito da sua actividade de dinamização cultural em torno da personalidade e da obra polimórfica de Abel Salazar, a organização, em parceria com a Câmara Municipal de Matosinhos, de um colóquio de reflexão sobre a revista* Seara Nova, *tanto mais quanto a amplidão da revista tem impedido, até ao momento, a realização de trabalhos de conjunto e/ou de largo fôlego capazes de lhe apreender o espírito na sua diversidade e longevidade. Racionalidade/Democracia/Europeização: são três conceitos à volta dos quais se propõe pensar hoje a revista* Seara Nova *e através dela revisitar a obra de Abel Salazar.*

ISBN 972-610-406-8

9 789726 104063

CAMPO DAS LETRAS

SIhi